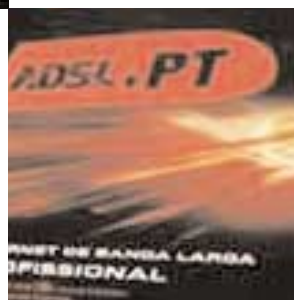
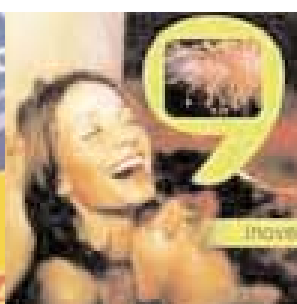




# Relatório e Contas Consolidadas

PRIMEIRO SEMESTRE  
2003



Portugal Telecom



6	▶ Síntese dos Indicadores
7	▶ Principais Indicadores por Negócio
8	▶ Mensagem do Presidente da Comissão Executiva
10	▶ Principais Acontecimentos
12	▶ Enquadramento Macroeconómico
14	▶ Governo da Sociedade
20	▶ Mercado de Capitais
26	▶ Informação Chave
29	▶ Recursos
35	▶ Impacto Social e Ambiental
40	▶ Análise Económica e Financeira
57	▶ Negócios do Grupo
65	▶ Perspectivas para o Segundo Semestre
66	▶ Demonstrações Financeiras Consolidadas
135	▶ Certificação Legal das Contas Consolidadas
136	▶ Relatório dos Auditores
	▶ Anexos
138	Dados Operacionais por Negócio
140	Gestão da PT
142	Informação aos Accionistas

**Portugal Telecom, SGPS, S.A.**

Sociedade Aberta

Pessoa Colectiva n.º 503215058

Capital social 1 254 285 000 euros

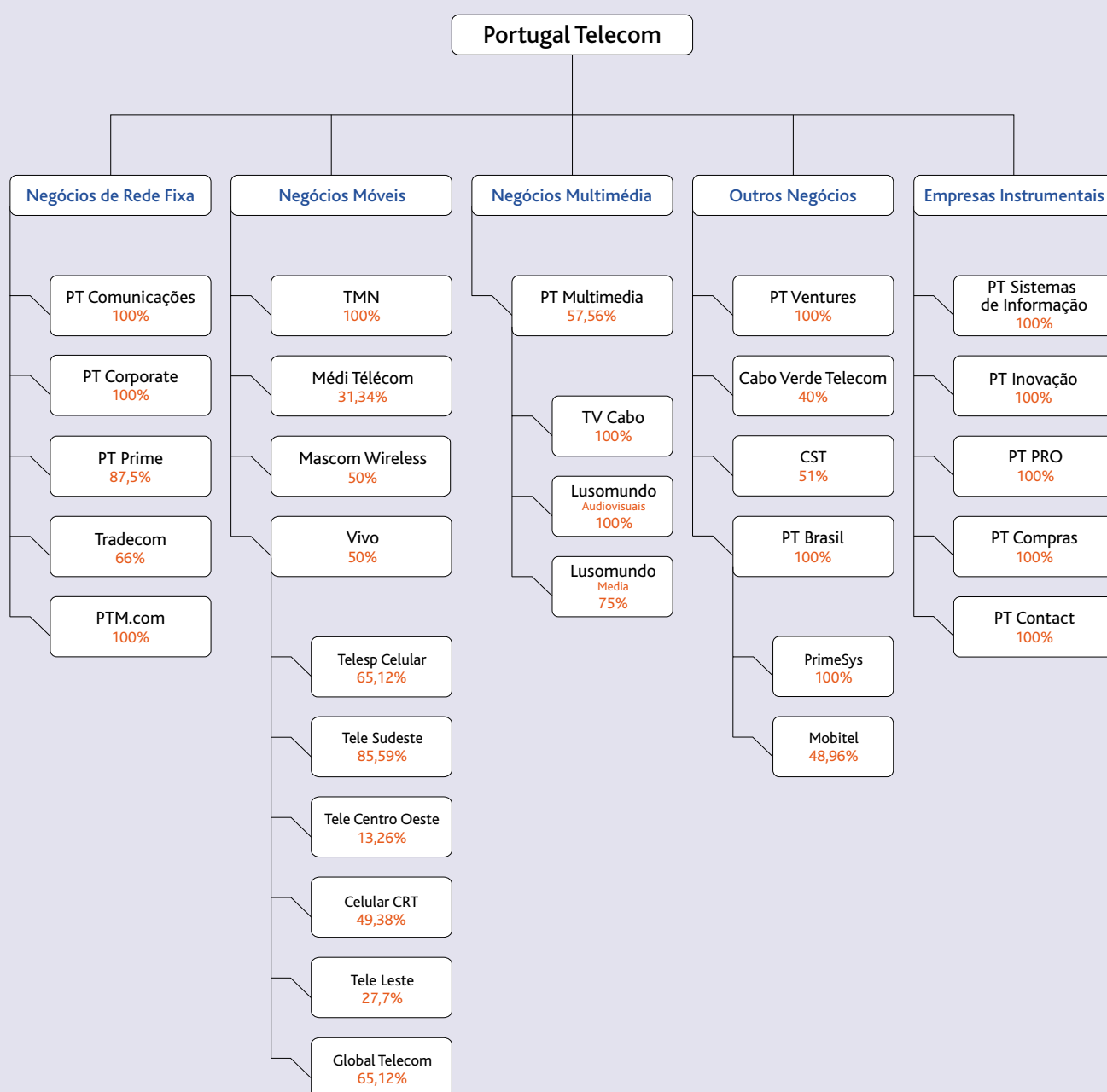
Mat. n.º 3602/940706, 4.ª Secção CRCL

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069-300 LISBOA



## Estrutura do Grupo PT



## Portugal

Manter a posição de liderança  
no sector de telecomunicações  
e multimédia em Portugal  
e alcançar uma clara  
situação de eficiência  
e qualidade de serviço  
de nível mundial

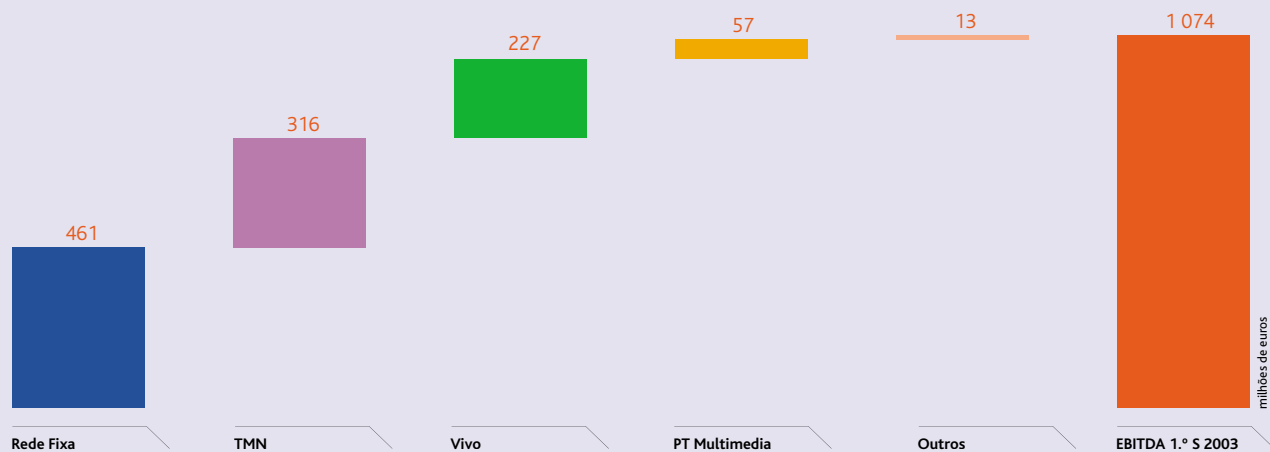
## Brasil

Reter a liderança  
no negócio móvel  
e maximizar o retorno  
dos investimentos no Brasil

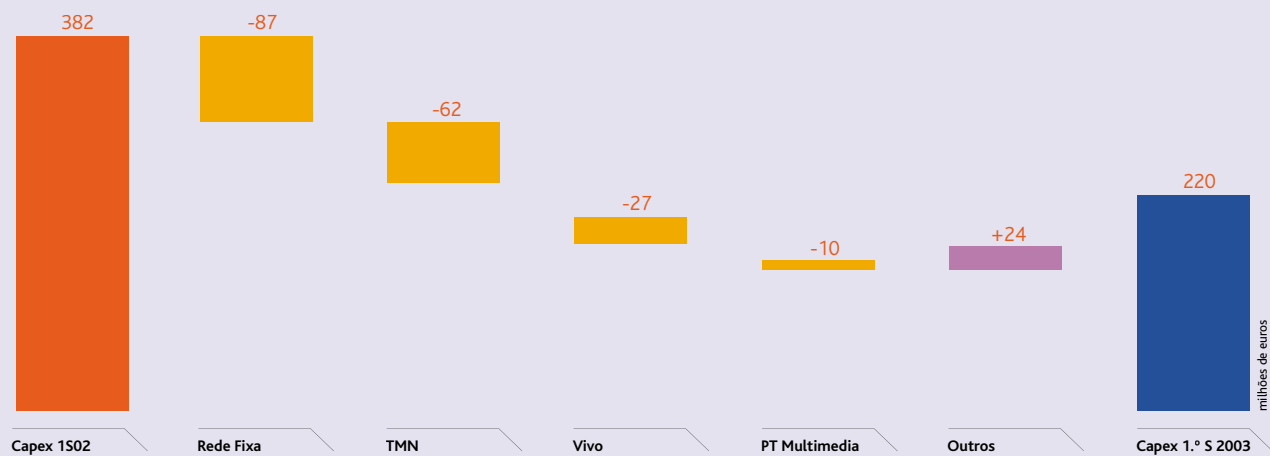
# Missão e Objectivos do Grupo

- ▶ Posicionar a PT  
como uma prestadora **integrada**  
de telecomunicações e multimédia
- ▶ **Reter a liderança  
e uma significativa  
quota de mercado**  
de melhores clientes móveis  
em Portugal e no Brasil
- ▶ Ser um dos três operadores  
de telecomunicações  
**mais eficientes da Europa**  
no prazo de três anos
- ▶ Atrair e reter os  
**melhores talentos** disponíveis

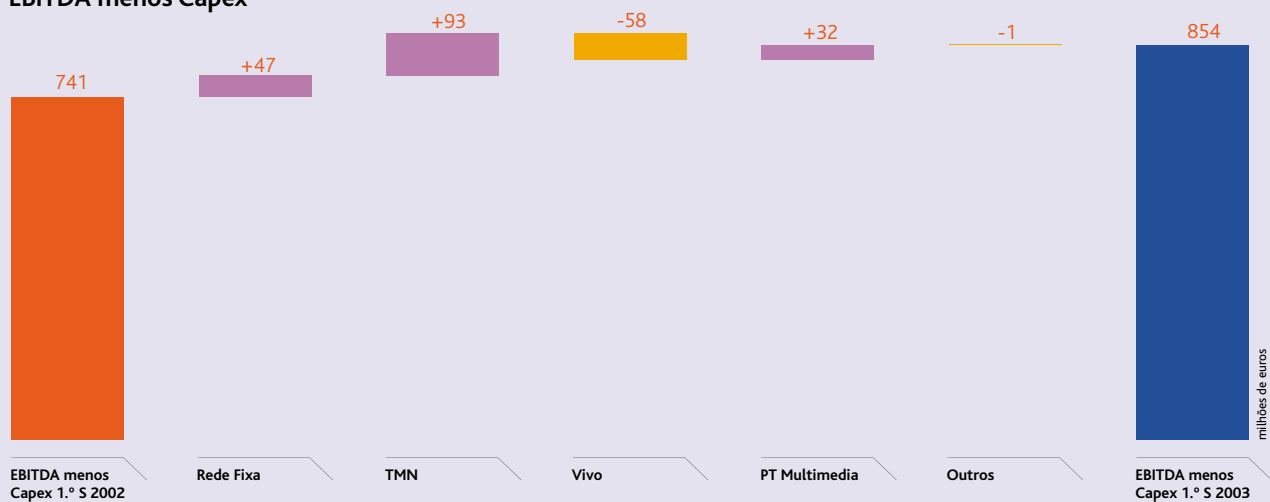
## EBITDA



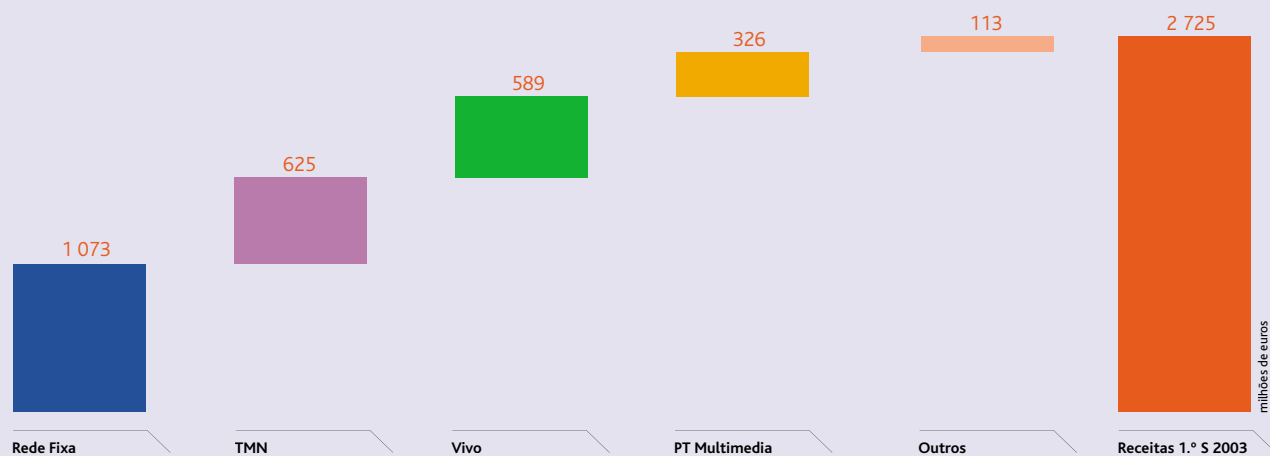
## Capex



## EBITDA menos Capex



## Proveitos Operacionais



## Dívida Líquida



# SÍNTESE DOS INDICADORES

## RESULTADOS CONSOLIDADOS

em milhões de euros, excepto\*

	1S03	1S02	Δ %
Proveitos Operacionais	2 725	2 853	(4,5)
EBITDA (Resultados Operacionais + Amortizações)	1 074	1 123	(4,3)
Resultados Operacionais	607	625	(2,9)
Resultado antes de Impostos e Interesses Minoritários	260	303	(14,4)
Resultado Líquido	143	203	(29,1)
Resultado Líquido por Acção* (em euros)	0,11	0,16	(29,1)

## MARGENS E INDICADORES

em milhões de euros, excepto\*

	1S03	1S02	Δ %
Margem EBITDA* (%)	39,4	39,4	0,0 p.p.
EBITDA/Juros Líquidos* (n.º vezes)	14,4	13,8	n.s.
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Capital Próprio)* (%)	54,6	57,7	(3,1 p.p.)
Capex	220	382	(42,5)
EBITDA menos Capex	854	741	15,4

## SITUAÇÃO FINANCEIRA

em milhões de euros

	1S03	1S02	Δ %
Total do Activo	13 812	15 970	(13,5)
Dívida Líquida	3 975	4 762	(16,5)
Capitais Próprios	3 302	3 485	(5,3)
Capital Social	1 254	1 254	0,0

## CLIENTES/ACESSOS

em milhões

	1S03	1S02	Δ 02/01 %
Total de Clientes PT	29,4	17,4	69,0
Portugal	11,4	10,5	8,6
Mercado Internacional <sup>(1)</sup>	18,0	6,9	160,9

## PESSOAL

em unidades

	1S03	1S02	Δ 02/01 %
Pessoal ao Serviço no Grupo	23 400	22 691	3,1
Portugal	15 064	17 324	(13,0)
Mercado Internacional <sup>(1)</sup>	8 336	5 367	55,3
Acessos Telefónicos Principais por Trabalhador • Portugal	449	403	11,4
Acessos Fixos e Móveis por Trabalhador • Portugal	840	711	18,1

Informação apresentada com consolidação proporcional da Vivo (incluindo dois meses de consolidação da Tele Centro Oeste Participações).

(1) Empresas consolidadas integral ou proporcionalmente.



## PRINCIPAIS INDICADORES POR NEGÓCIO

### REDE FIXA

em milhões de euros, excepto\*

	1S03	1S02	Δ %
Proveitos Operacionais	1 149	1 218	(5,7)
EBITDA <sup>(1)</sup>	461	501	(8,0)
EBITDA/Proveitos Operacionais* (%)	40,1	41,1	(1,0 p.p.)
Capex	60	147	(59,3)
EBITDA menos Capex	401	354	13,3
Capex/Proveitos Operacionais* (%)	5,2	12,1	(6,9 p.p.)

### TMN

em milhões de euros, excepto\*

	1S03	1S02	Δ %
Proveitos Operacionais	715	709	0,9
EBITDA <sup>(1)</sup>	316	285	10,8
EBITDA/Proveitos Operacionais* (%)	44,1	40,2	3,9 p.p.
Capex	72	134	(46,3)
EBITDA menos Capex	244	151	61,3
Capex/Proveitos Operacionais* (%)	10,0	18,9	(8,9 p.p.)

### VIVO<sup>(2)</sup>

em milhões de euros, excepto\*

	1S03	1S02 <sup>(3)</sup>	Δ %
Proveitos Operacionais	1 177	1 654	(28,8)
EBITDA <sup>(1)</sup>	454	622	(27,0)
EBITDA/Proveitos Operacionais* (%)	38,6	37,6	1,0 p.p.
Capex	83	136	(39,0)
EBITDA menos Capex	371	486	(23,6)
Capex/Proveitos Operacionais* (%)	7,0	8,2	(1,2 p.p.)

### PT MULTIMEDIA

em milhões de euros, excepto\*

	1S03	1S02	Δ %
Proveitos Operacionais	326	293	11,2
EBITDA <sup>(1)</sup>	57	35	62,0
EBITDA/Proveitos Operacionais* (%)	17,4	12,0	5,4 p.p.
Capex	26	36	(28,9)
EBITDA menos Capex	31	(1)	n.s.
Capex/Proveitos Operacionais* (%)	7,8	12,3	(4,5 p.p.)

Os valores acima apresentados incluem transacções intragrupo.

(1) EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações.

(2) Os valores apresentados neste segmento correspondem a 100% da Vivo, cujas demonstrações financeiras são consolidadas em 50% pelo método proporcional.

(3) Os valores apresentados neste segmento correspondem a um pró-forma da Vivo no primeiro semestre de 2002, incluindo adicionalmente numa base pró-forma a consolidação dos resultados da Tele Centro Oeste Participações nos meses de Maio e Junho de 2002.

# Mensagem aos Accionistas

Miguel Horta e Costa PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Senhores Accionistas,

Tivemos neste semestre mais um período de sólida execução operacional e financeira, embora a nossa actividade tenha continuado a ser negativamente influenciada pela situação macroeconómica nacional e internacional, condicionando a procura dos serviços de telecomunicações no mercado doméstico e reduzindo a expressão das nossas operações no Brasil, face ao primeiro semestre de 2002, através dos efeitos cambiais.

A base total de clientes do grupo aumentou para 29,4 milhões, um acréscimo de cerca de 6 milhões de clientes nos últimos doze meses. Prosseguimos o desenvolvimento e diversificação do portfolio de negócios do grupo, que apresenta actualmente um mix em que os negócios móveis, nos mercados nacional e internacional, representam 76% do total de clientes, tendo registado um aumento de 33% face ao primeiro semestre de 2002, e os clientes em banda larga mais do que duplicaram ascendendo a 268 mil.

Os proveitos operacionais da PT situaram-se em 2 725 milhões de euros, representando uma redução de 4,5% face ao primeiro semestre de 2002, e o EBITDA (resultados operacionais antes de amortizações) situou-se em 1 074 milhões de euros, equivalente a uma diminuição de 4,3%. Excluindo o impacto da desvalorização de 38% do real entre os primeiros semestres de 2002 e 2003, caso o seu valor se tivesse mantido constante, os proveitos operacionais teriam aumentado 9,2% e o EBITDA teria registado um aumento de 8,2%.

Podemos pois afirmar que os fundamentais do Grupo PT se mantêm sólidos.

A racionalização de custos foi uma das nossas principais prioridades neste período. Em resultado das acções em curso, os custos operacionais da PT foram reduzidos em 4,9% face ao primeiro semestre de 2002, para 2 118 milhões de euros, e o Capex (investimento em activos corpóreos e incorpóreos) registou uma queda de 42,5%, para 220 milhões de euros. O indicador EBITDA menos Capex, reflectindo a maximização dos fundos libertos, registou um aumento de dois dígitos, de 15,4%, para 854 milhões de euros.

Apesar do pagamento de dividendos neste período, a maximização do cash flow permitiu-nos reduzir a dívida em 62 milhões de euros face ao final de 2002, para 3 975 milhões de euros. Prosseguimos o processo de reestruturação da dívida, tendo aumentado a sua maturidade para 4,4 anos, diminuindo quaisquer necessidades de financiamento significativas até 2005 e reduzindo o custo médio da dívida para 3,8%.

A PT tem actualmente uma das situações financeiras mais sólidas do sector de telecomunicações a nível europeu.

O resultado líquido neste semestre foi de 143 milhões de euros, incluindo 278 milhões de euros de custos



extraordinários de reestruturação. Excluindo esses custos, o resultado líquido teria ascendido a 330 milhões de euros, representando um aumento de 54% face ao primeiro semestre de 2002.

Relativamente aos desenvolvimentos por área de negócio, de referir que nos negócios de rede fixa a PT mantém uma inequívoca liderança com uma quota de mercado superior a 90%, após três anos de liberalização total do mercado, fruto da sua diferenciação ao nível da qualidade, dos preços e de uma oferta inovadora, onde se destaca o relançamento do ADSL.

Desenvolvemos um conjunto de iniciativas que designámos por “Reinvenção do Negócio Fixo”, que assentam precisamente na promoção de novos serviços com efectivo valor acrescentado para os clientes, no lançamento de novos pacotes para o estímulo do tráfego e na racionalização dos custos. Pretende-se deste modo fidelizar os clientes e reduzir o churn, atenuar os efeitos de substituição dos serviços fixos pelos móveis, desenvolver as estruturas de relacionamento com o cliente (CRM) e modernizar as infra-estruturas com as tecnologias mais avançadas, tudo isto de forma mais eficaz e eficiente.

No primeiro semestre de 2003 venderam-se mais de 160 000 pacotes de tráfego, dos quais 71 mil durante o mês de Junho, e aumentou-se a base de clientes ADSL de retalho para 88 mil, mais do dobro dos clientes que tínhamos no final de 2002.

A TMN reforçou a sua liderança no mercado móvel nacional, atingindo uma base de clientes de 4,5 milhões, o que representa um aumento de 11%. A dimensão já atingida tem vindo a tornar-se um factor de diferenciação crucial para a captação de novos clientes, a que acresce a diversificação do portfolio de serviços, de que é exemplo o lançamento do portal multimédia I9 – Inove. Em termos de prioridade de gestão, o nível de maturidade do mercado obrigou também a uma maior focalização na rentabilidade e no cash flow.

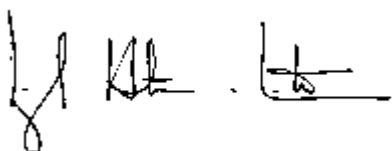
Manteve-se a receita média por cliente no nível previsto de 25 euros. A racionalização de custos e a redução de subsidiação permitiram aumentar as margens unitárias por cliente, determinando um crescimento do EBITDA de cerca de 11% e elevando sustentadamente a margem EBITDA para um valor no semestre superior a 44%, o que representa um acréscimo de cerca de 4 pontos percentuais em relação a igual período do ano anterior.

Os acontecimentos mais relevantes nas nossas operações móveis no Brasil foram o lançamento da marca “Vivo”, para a nossa joint venture com a Telefónica, e a concretização da primeira fase do processo de aquisição da Tele Centro Oeste, cujos resultados de Maio e Junho já foram consolidados neste semestre. Com esta aquisição, a Vivo acelerou significativamente a sua dinâmica num mercado que se tornou ainda mais competitivo, não só passando a representar mais de 50% dos clientes móveis do mercado brasileiro, com um número de clientes que é cerca do triplo do segundo maior operador, mas tendo também um impacto positivo na nossa capacidade de geração de cash flow.

Relativamente aos negócios multimédia, na televisão por subscrição atingimos 1 368 mil clientes, um aumento de mais de 11% face a igual período do ano anterior, enquanto que o número de acessos Internet de banda larga via cabo atingiu os 180 mil. A TV Cabo atingiu uma margem EBITDA de cerca de 26%. A Lusomundo Audiovisuais e Cinema vendeu 4,2 milhões de bilhetes de cinema em Portugal. As iniciativas de maximização de cash flow e de racionalização de custos que desenvolvemos na PT Multimedia resultaram plenamente.

Os resultados obtidos no primeiro semestre permitem-nos encarar com optimismo o exercício de 2003, pelo que durante o nosso “Investor Day”, realizado a 24 de Junho, manifestámos desde logo a nossa intenção de propor à próxima Assembleia Geral Anual a distribuição de um dividendo de 20 a 22 cêntimos por acção, corporizando assim os nossos objectivos de aumento progressivo e sustentado da remuneração aos accionistas. Os dividendos que nos propomos distribuir irão superar os de 2002 em pelo menos 25%.

Quero, pois, expressar o meu agradecimento e o da Comissão Executiva aos nossos colaboradores, pelo profissionalismo, empenho e dedicação demonstrados, aos nossos clientes, por acreditarem na qualidade dos nossos serviços, e aos nossos accionistas, pela confiança em nós depositada.



Miguel Horta e Costa  
Presidente da Comissão Executiva  
28 de Agosto de 2003

# Principais acontecimentos

## 16 DE JANEIRO

Assinatura pela Brasilcel/Vivo, através da sua subsidiária Telesp Celular Participações, de um acordo com a empresa brasileira Fixcel para a aquisição da Tele Centro Oeste Participações, operador líder nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, com uma base de clientes de cerca de 3 milhões. A aquisição de 100% da Tele Centro Oeste Participações será realizada pela Telesp Celular Participações e executada em três fases: (1) aquisição das acções ordinárias detidas pela Fixcel, representando 61,1% dos direitos de voto da Tele Centro Oeste Participações, por aproximadamente 1 506 milhões de reais, a qual já foi realizada em 25 de Abril de 2003; (2) uma posterior Oferta Pública de Compra sobre as restantes acções ordinárias da Tele Centro Oeste Participações; e (3) a integração da Tele Centro Oeste Participações na Telesp Celular Participações através da incorporação das restantes acções da Tele Centro Oeste Participações. Com esta aquisição, a Vivo reforça a sua liderança e competitividade no mercado brasileiro, alcançando mais de 17 milhões de clientes e uma quota do mercado brasileiro superior a 50%. Esta operação será integralmente financiada em reais pela Telesp Celular Participações e por outras subsidiárias da Vivo.

## 14 DE FEVEREIRO

Criação de uma empresa instrumental, PT PRO, que será a plataforma de serviços partilhados do Grupo PT. Esta empresa será responsável pela agregação e optimização de diversos procedimentos de back office do Grupo PT. A PT PRO irá potenciar a uniformização dos procedimentos e princípios contabilísticos do grupo, aumentando o nível de controlo interno e permitindo igualmente a redução de custos através da obtenção de significativas economias de escala.

## 21 DE FEVEREIRO

Actualização dos preços do serviço fixo de telefone, com um aumento da assinatura de 3,8% e decréscimos de 10,7% e de 15,2% nas comunicações regionais e nacionais, respectivamente. A redução média anual do total do cabaz de preços daí resultante será de 0,25%, cumprindo com o price cap de 2003 que assume uma taxa de inflação de 2,5%, conforme previsto no Orçamento de Estado de 2003. As novas tarifas representam um rebalanceamento adicional dos preços do serviço fixo de telefone, reforçando assim a posição competitiva da PT no mercado doméstico.

## 24 DE MARÇO

Assinatura pela Telesp Celular Participações do contrato definitivo de compra e venda de acções relativo à aquisição do controlo accionista da Tele Centro Oeste Participações, conforme previsto no acordo celebrado em 16 de Janeiro de 2003.

## 4 DE ABRIL

Aprovação em Assembleia Geral do pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2002 no montante de 201 milhões de euros, equivalente a um dividendo bruto de 0,16 euros por acção e a um pay-out ratio de 51,3%. Aprovação na mesma Assembleia Geral da composição do novo Conselho de Administração da PT para o triénio 2003/2005, tendo sido nomeado como Presidente o Professor Doutor Ernâni Lopes. Escolha pelo Conselho de Administração dos seus membros que passam a integrar a Comissão Executiva: Presidente: Miguel Horta e Costa Vogais: Zeinal Bava Carlos Vasconcellos Cruz Iriarte Esteves Paulo Fernandes

## 8 DE ABRIL

Lançamento da marca "Vivo" para a joint venture entre a PT e a Telefónica, detida em partes iguais por ambos os grupos, para os negócios móveis no Brasil. A Vivo é uma marca única em 19 Estados e no Distrito Federal de Brasília, que cobre 86% do território brasileiro, uma área de 7 milhões de quilómetros quadrados, e 75% da população do país, representando 80% do PIB brasileiro.

## 25 DE ABRIL

Conclusão pela Telesp Celular Participações da aquisição do controlo da Tele Centro Oeste Participações. O custo de aquisição das acções de controlo foi de 1 506 milhões de reais, correspondente a 19,49 reais por lote de mil acções ordinárias adquiridas. O montante de 308 milhões de reais foi pago aos vendedores nesta data e o saldo remanescente será pago parceladamente nos termos e condições estabelecidos no contrato definitivo de aquisição do controlo accionista da Tele Centro Oeste Participações.

## 2 DE MAIO

Pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2002, no montante de 0,16 euros por acção, equivalente a um montante global de 201 milhões de euros.

## 23 DE JUNHO

Criação de uma empresa instrumental, a PT Corporate, para prestar serviços personalizados aos grandes clientes empresariais do grupo. A PT Corporate, integralmente detida pela PT, será o interface do grupo junto dos seus 48 grandes clientes corporate. A PT Corporate passa a agregar, de uma forma integrada, soluções de telecomunicações fixas, de telecomunicações móveis e de tecnologias e sistemas de informação, apesar de a facturação de serviços continuar a ser directamente efectuada pelas diferentes empresas operacionais do grupo.

## 25 DE JUNHO

Lançamento do portal multimédia móvel I9 – Inove. O I9 é um produto móvel inovador com um interface fácil para o utilizador, que permite otimizar as capacidades actuais da rede GSM-GPRS de modo a dar ao cliente um acesso mais rápido, mais barato e mais simples a uma vasta gama de serviços, nomeadamente jogos Java, conteúdos das três estações de TV nacionais, serviços de messaging, golos em vídeo, em exclusivo, guia de programação TV Cabo e o primeiro serviço de m-commerce em Portugal: a bilheteira Lusomundo.

## 24 DE JUNHO

Realização do “Investor Day” da PT, onde a Comissão Executiva da PT se reuniu com investidores institucionais e analistas financeiros para a apresentação dos vários negócios do grupo e da estratégia empresarial. Foi igualmente anunciada a intenção da Comissão Executiva de propor ao Conselho de Administração que seja submetida à Assembleia Geral Anual de Accionistas do próximo ano a aprovação de uma distribuição de dividendos referente ao exercício de 2003 num montante entre 0,20 euros e 0,22 euros por acção, desde que a situação financeira da empresa e as condições de mercado o permitam.

# ► Enquadramento

## Macroeconómico

No primeiro semestre de 2003, a economia portuguesa terá registado uma evolução globalmente deprimida, não tendo a vertente externa, dado o comportamento muito enfraquecido dos nossos principais parceiros comerciais, sido suficiente para superar a evolução desfavorável da procura interna.

O crescimento, em termos homólogos, do consumo privado nos três primeiros meses do ano foi negativo, reflectindo o baixo grau de confiança das famílias decorrente dos níveis significativos do desemprego e do elevado endividamento. O consumo público enfrentou os constrangimentos derivados do estipulado no Pacto de Estabilidade e Crescimento, condicionado ainda pela contracção das receitas públicas, na sequência da degradação da conjuntura. O investimento das empresas, por sua vez, encontrou-se também em contracção, devido à quebra do consumo e ao nítido abrandamento da procura externa, que, em conjunto, ampliaram o excesso de capacidade existente.

No segundo trimestre, a evolução da actividade não apresentou sinais de melhoria. O sentimento económico manteve-se muito deprimido, com a confiança dos consumidores, dos industriais, da construção e do comércio a retalho a revelarem ainda níveis muito negativos, corroborando, no seu conjunto, a forte deterioração, entre o primeiro e o segundo trimestre, do indicador coincidente da actividade (que pretende sintetizar a evolução na indústria, construção e comércio). Os indicadores quantitativos divulgados – vendas de veículos automóveis ligeiros e comerciais, índice de produção industrial, vendas de cimento, vendas a retalho e exportações – confirmam a deficiente conjuntura. Em termos de finanças públicas, e não obstante o esforço de contenção das despesas no período de Janeiro a Junho deste ano, observou-se uma diminuição de 1,3% da receita fiscal, enquanto a despesa corrente primária aumentou 2,1%, na óptica da contabilidade pública.

Dados os actuais constrangimentos internos, a evolução da economia portuguesa estará dependente, não só este ano, mas ainda no próximo, do desempenho económico exterior, em especial da recuperação económica na Zona Euro. De acordo com as últimas projecções, a Europa dos Doze observará, em 2003, uma taxa de crescimento do PIB de apenas 0,7%, valor que não será suficiente para impedir o decréscimo do PIB português em 2003 e que se deverá situar dentro do intervalo compreendido entre -1% e 0%, segundo as últimas estimativas do Banco de Portugal. O retorno a um crescimento positivo, ainda que moderado, só deverá ter lugar em 2004.

A economia da Zona Euro revelou fortes dificuldades de retoma no segundo trimestre e as expectativas para o desempenho na segunda metade do ano são ainda fracas, dados os sinais desfavoráveis que persistem nos indicadores de conjuntura. Saliente-se o baixo nível de crescimento da produção industrial, em resultado do efeito negativo nas exportações, da valorização do euro face ao dólar, bem como da deteriorada confiança dos consumidores, em parte resultante das fracas perspectivas de crescimento do emprego nos próximos doze meses. A taxa de desemprego aumentou no segundo trimestre, atingindo no final de Junho 8,9% da população activa dos Doze. Com excepção do sector dos serviços, a confiança dos empresários na Zona Euro deteriorou-se em resultado, nomeadamente, da evolução negativa da respectiva carteira de encomendas, bastante dependente da procura norte-americana.

Nos Estados Unidos da América (“EUA”), o consumo privado tem mostrado alguns sintomas de recuperação, ainda que só uma forte tendência de crescimento do emprego possa assegurar um maior dinamismo naquela componente da procura e, assim, impulsionar uma sustentável retoma da economia. Nos mercados accionista e obrigacionista, notou-se uma recuperação no segundo trimestre, após a guerra no Iraque, mas os investidores também aguardam por sinais mais sólidos dos fundamentais económicos.

No segundo semestre do corrente ano, caso se assista à esperada aceleração da economia americana e à subsequente retoma do mercado accionista, é provável que os fundamentais mais débeis da Zona Euro possam influenciar negativamente a cotação do euro face ao dólar, que no final do primeiro semestre se situava em USD/EUR USD 1,1427. O euro poderá, contudo, manter-se forte, caso se agrave o défice da balança corrente e de capital dos EUA, o qual é já elevado e ronda os 5% do PIB.

Entre os países emergentes, destaque pela positiva para o Brasil. Seis meses após a tomada de posse do actual governo brasileiro, o balanço das políticas monetárias restritivas encetadas é favorável em termos de evolução das contas com o exterior, de inflação e de finanças públicas. A taxa Selic baixou pela segunda vez no ano, em 2 p.p. para 24,5% em Julho, e a meta da inflação (IPCA) situa-se agora em torno dos 5,5% para 2004. No mercado cambial, a evolução do real face ao dólar tem-se mantido abaixo de BRL/USD 3. No entanto, os recentes cortes nas taxas de juro e a diminuição do excedente da balança comercial poderão voltar a colocar a cotação do real acima de BRL/USD 3 no segundo semestre.

# ► Governo da Sociedade

O acesso das empresas aos mercados de capitais tem-se tornado cada vez mais competitivo, com referência a um mercado financeiro global. As decisões dos investidores relativamente à alocação de capitais têm em conta não só as avaliações económicas, como também a transparência da informação e os níveis de segurança e fiabilidade do management das sociedades.

No seguimento de todas as recomendações necessárias à melhoria da divulgação de informação, quer nacionais (e.g. CMVM) quer internacionais (e.g. SEC), a Portugal Telecom, assumindo o papel que lhe está consignado como grupo nacional sólido e de vanguarda, procurando a agilidade e eficiência que o mercado exige, tem vindo a implementar um conjunto de melhorias ao nível do Corporate Governance.

O Conselho de Administração da Portugal Telecom vem aqui apresentar os aspectos que considera mais relevantes sobre o Governo da Sociedade, esperando assim o necessário alinhamento com o regulamento n.º 7/2001 da CMVM e com as recomendações da CMVM para empresas com títulos cotados em Bolsas de Valores, no que concerne à divulgação de informação.

Atendendo ao necessário enquadramento do Corporate Governance para empresas com títulos cotados, o Grupo PT tem assumido um modelo de gestão assente numa clara separação de poderes entre Conselho de Administração e Comissão Executiva. Esta separação de poderes visa três objectivos: eficácia, simplicidade e transparência, tornando a Comissão Executiva da Portugal Telecom mais operacional. Neste quadro, as funções de supervisão e controlo e as tarefas de gestão corrente estão separadas, existindo um reflexo directo nos órgãos de gestão do grupo, sendo o Conselho de Administração responsável pelo acompanhamento de questões de natureza estratégica e regulatória, bem como pela análise do desempenho dos órgãos de gestão da PT.

De modo a desempenhar mais eficazmente as suas funções, o Conselho de Administração constitui diversas comissões responsáveis do desempenho de determinadas funções específicas do Conselho de Administração.



Na data deste relatório, as comissões existentes no Grupo PT são as seguintes:

Nome	Funções	Composição
<b>Comissão de Vencimentos<sup>(1)</sup></b>	Fixar as remunerações dos órgãos sociais.	Armando Marques Guedes Augusto Athayde João Mello Franco
<b>Comissão de Estratégia<sup>(2)</sup></b>	Tem por missão debater, analisar e apresentar recomendações sobre o Plano Estratégico do Grupo. Pronunciar-se sobre o impacto e a eficácia do Plano Estratégico e das grandes decisões estratégicas tomadas, propondo eventuais ajustes. Estudar e preparar, com vista a futuro debate em reunião de Conselho de Administração, matérias sugeridas pelo PCA e/ou PCE, relativas a questões estratégicas que surjam ao longo do ano.	Ernâni Lopes Miguel Horta e Costa Zeinal Bava Carlos Vasconcellos Cruz Iriarte Esteves Paulo Fernandes Joaquim Goes Carlos Oliveira Cruz António Viana Baptista Fernando Ulrich Patrick Monteiro de Barros
<b>Board Audit Function<sup>(1)</sup></b>	Dar conhecimento e aconselhamento ao Presidente do Conselho de Administração e à Comissão Executiva sobre as situações relativas à qualidade e integridade da informação financeira a reportar à CMVM e à SEC, à habilitação e independência dos auditores externos e ao cumprimento da legislação aplicável à elaboração e divulgação da informação financeira. Acompanhar o processo de análise do projecto de regulamento da Comissão de Auditoria, aconselhar a Comissão Executiva sobre a nomeação, remuneração, contratação e cessação de funções dos auditores externos.	João Mello Franco Nuno Silvério Marques Thomaz Paes de Vasconcellos

(1) Reúne sempre que necessário.  
(2) Reúne trimestralmente.

Adicionalmente, foi criado o Conselho Consultivo que tem por funções analisar, conjuntamente com a Comissão Executiva, áreas com especial relevância para a Portugal Telecom, nomeadamente os assuntos relativos a regulação e concorrência, investimentos internacionais, fusões, aquisições e alienações. O Conselho Consultivo é presidido pelo Inspector Geral Estanislau Mata Costa e ainda pelas seguintes personalidades: Manuel Pinto Barbosa, Diogo Lucena, Aníbal Santos, José Manuel Neves Adelino, José Manuel Tribolet, João Confraria Jorge, Luís Todo Bom e Luís Filipe Nazaré.

## Comissão executiva

Nos termos dos estatutos, a gestão corrente da empresa cabe a uma Comissão Executiva, composta por cinco ou sete administradores. É necessária a maioria dos votos dos membros da Comissão Executiva para a aprovação das suas decisões, possuindo todos os membros iguais direitos de voto, e cabendo ao Presidente voto de qualidade, em caso de empate. A Comissão Executiva reúne semanalmente, à quinta-feira, e tem a seguinte composição:

Presidente:

**Miguel Horta e Costa**

Vogais:

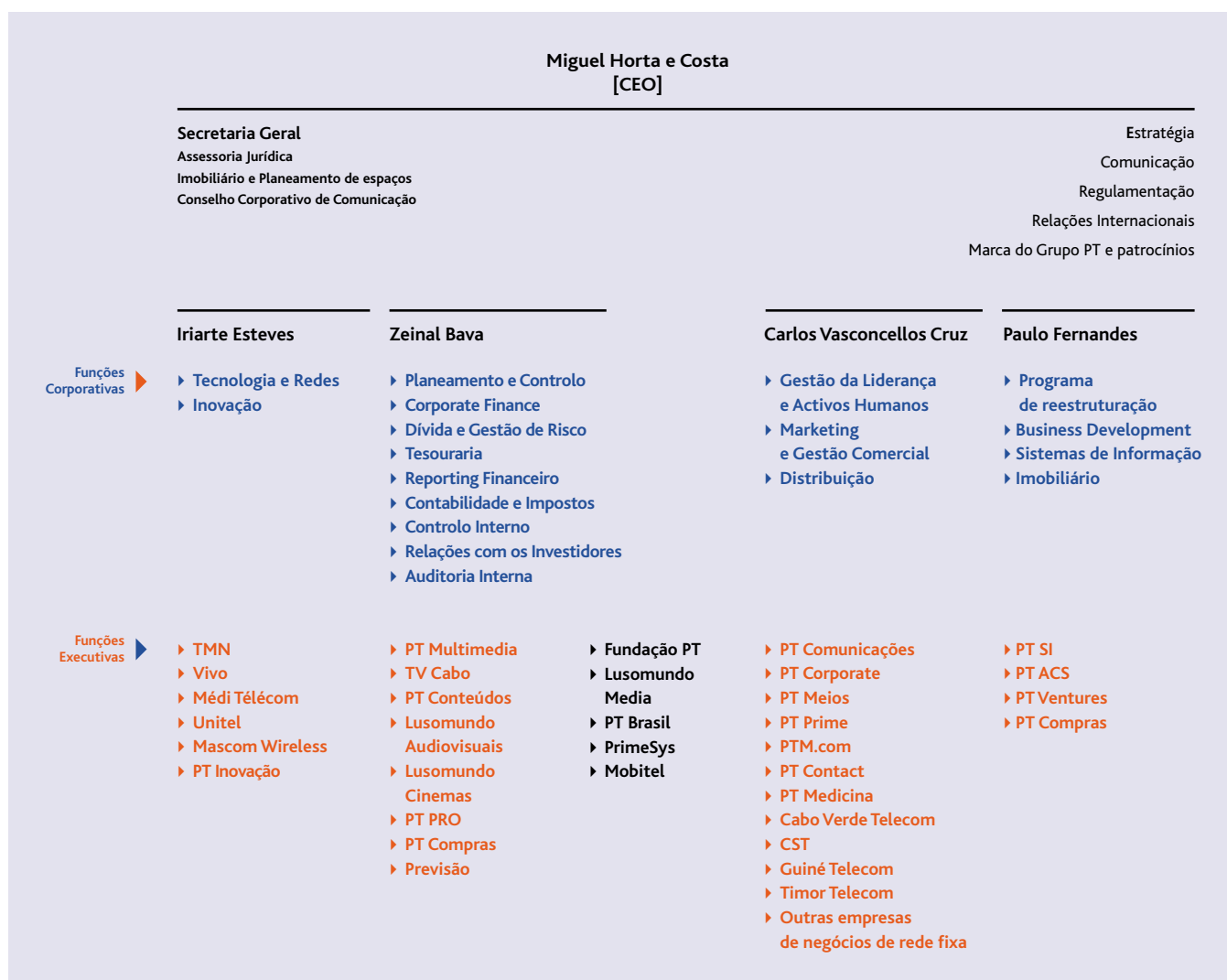
**Zeinal Bava**

**Carlos Vasconcellos Cruz**

**Iriarte Esteves**

**Paulo Fernandes**

No organigrama seguinte apresenta-se a atribuição de responsabilidades aos membros da Comissão Executiva:



## Sistema de controlo interno

De acordo com a necessidade de conformidade com regras emitidas pela CMVM e pela SEC, bem como pela necessidade de revisão do Sistema de Controlo Interno e modelo de Corporate Governance adoptados, o Grupo PT tem vindo a realizar um projecto corporativo de Controlo Interno, no que se refere à implementação, avaliação, monitorização e melhoria contínua nas suas principais empresas participadas, com o objectivo de:

- Garantir a conformidade com os objectivos, políticas e procedimentos estabelecidos.
- Garantir a fiabilidade da informação financeira.
- Garantir a eficácia e a eficiência das operações.
- Minimizar a ocorrência de fraude.

Este projecto, alinhado com as melhores práticas mundiais e com os novos requerimentos estabelecidos pela lei “Sarbanes-Oxley Act”, tem vindo a ser implementado nas principais empresas participadas, estando previsto o seu alargamento a todas as empresas do Grupo PT em 2004.

Trimestralmente, são avaliados os procedimentos e controlos de divulgação de informação (Disclosure Controls and Procedures) no que respeita à sua adequação, eficiência e operacionalidade.

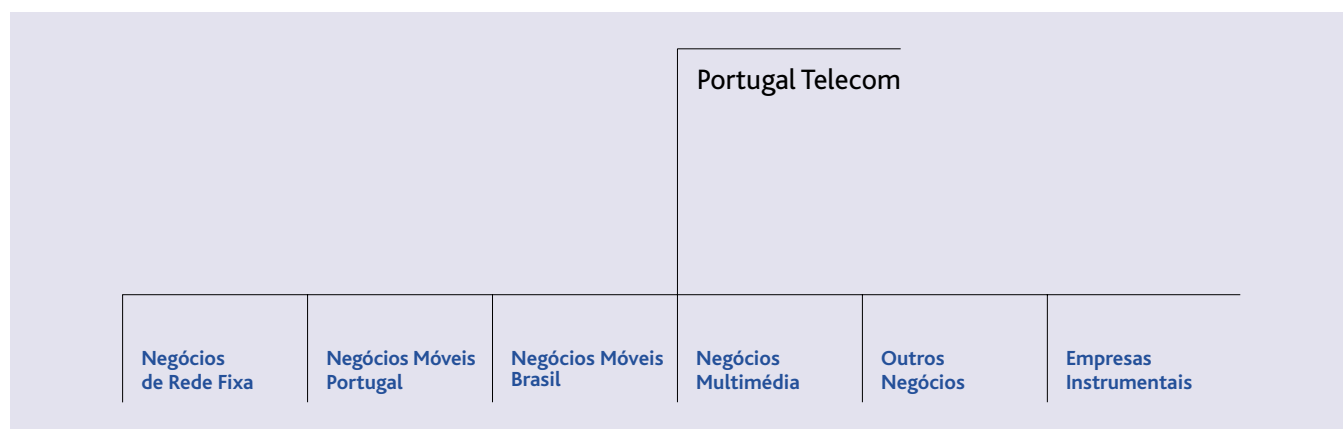
A gestão de riscos é assegurada pela Portugal Telecom, SGPS e empresas participadas, as quais, com base numa identificação e priorização prévia de riscos críticos, desenvolvem estratégias de gestão de risco com vista a implementarem os controlos considerados adequados e que garantam a redução do risco para um nível aceitável.

As estratégias de gestão de riscos adoptadas visam garantir que:

- Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas permitem responder às expectativas dos órgãos de gestão, accionistas e público em geral.
- Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas estão de acordo com todas as leis e regulamentos aplicáveis.
- A informação financeira e operacional é completa, fiável e segura e reportada periódica e atempadamente.
- Os recursos do Grupo PT são usados de forma eficiente e racional.
- O valor accionista é maximizado.
- A gestão operacional tomou as medidas necessárias para corrigir aspectos reportados anteriormente.

## Modelo organizacional

Em termos organizacionais, o Grupo PT encontra-se estruturado da seguinte forma:



As empresas instrumentais estão orientadas para processos transversais ao Grupo PT e, por isso, são consideradas como instrumentais: empresas do grupo e para o grupo.

A Portugal Telecom, enquanto holding do Grupo PT, é responsável pela definição de políticas e pela normalização e harmonização de processos que permitam garantir a execução das orientações estratégicas definidas pelo Conselho de Administração.

Assim, cada linha de negócio funciona segundo princípios de autonomia de gestão, orientados por uma política comum, sob a coordenação de um Sistema de Planeamento e Controlo Corporativo.

O Centro Corporativo está orientado para a coordenação dos diversos negócios, reportando à Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e sendo composto pelas seguintes unidades:



As competências presentes no Centro Corporativo pretendem representar as necessidades funcionais do Grupo PT e das suas empresas participadas.

O reporte das empresas participadas é funcional e não hierárquico, estabelecendo-se assim uma articulação efectiva.

## Código de Ética

Durante o primeiro trimestre de 2002 foi divulgado por todos os trabalhadores, colaboradores e principais stakeholders do Grupo PT o Código de Ética aprovado em 18 de Dezembro de 2001 pelo Conselho de Administração.

Com este código pretende-se explicitar e formalizar padrões de comportamento alinhados com os princípios e valores do grupo, fomentar junto dos colaboradores a sua partilha e a adopção dos comportamentos consentâneos, e consolidar as bases que sustentam as relações crescentes de confiança entre trabalhadores, outros colaboradores, accionistas, clientes e fornecedores da PT. O Código de Ética aplica-se a todos os colaboradores da PT e encontra-se disponível para consulta no site oficial da empresa ([www.telecom.pt](http://www.telecom.pt)).

## Política de dividendos

No que respeita à política de distribuição de dividendos, o Conselho de Administração da Portugal Telecom considera, entre outros aspectos, as oportunidades de negócio do grupo, as expectativas dos investidores e as necessidades de financiamento por capitais próprios tendo em consideração o custo e oportunidade do capital.

A proposta de distribuição de dividendos é da exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração da PT, subordinada à observância da legislação portuguesa e aos estatutos da sociedade. De acordo com os estatutos, pelo menos 40% dos resultados distribuíveis da PT<sup>1</sup> deverão ser distribuídos aos accionistas sobre a forma de dividendos, sem prejuízo de a Assembleia Geral, por maioria qualificada de dois terços dos votos expressos, poder deliberar no sentido da redução dos dividendos ou mesmo da sua não distribuição. A maioria dos votos correspondentes às acções de categoria A poderão vetar a distribuição de dividendos que excedam 40% dos resultados distribuíveis.

Na proposta de aplicação dos resultados relativos ao exercício de 2002, o Conselho de Administração deliberou o pagamento de um dividendo bruto correspondente a 0,16 euros por acção.

Durante o exercício de 2003, tendo por base a decisão da Assembleia Geral, a Comissão Executiva da PT concedeu a todos os colaboradores do grupo o direito de receber 50 acções, respeitando as seguintes condições:

- Estarem ao serviço do Grupo PT em data anterior a 1 de Janeiro de 2003.
- Fazerem chegar aos serviços de Recursos Humanos no fim do período de fidelização (30 de Maio de 2003) uma declaração de aceitação desta atribuição.

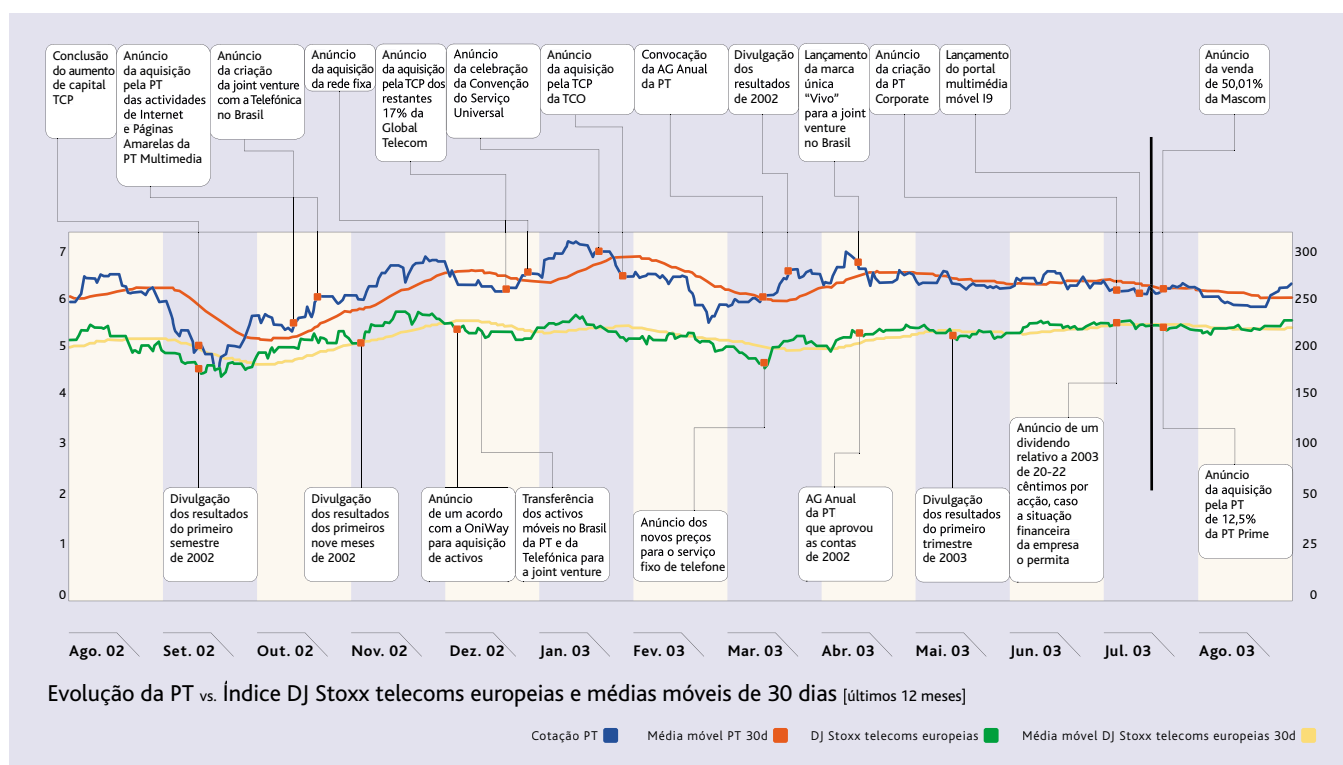
Esta atribuição respeita o regime fiscal aplicável e as obrigações associadas a esta distribuição foram divulgadas no website da empresa, tendo igualmente sido registada uma provisão de 4 794 502 euros nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2003.

<sup>1</sup> Calculados de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites em Portugal, após dedução dos prejuízos transitados e eventual dotação de 5% para reserva legal, caso o saldo desta reserva seja inferior a 20% do capital social.

# Mercado de Capitais

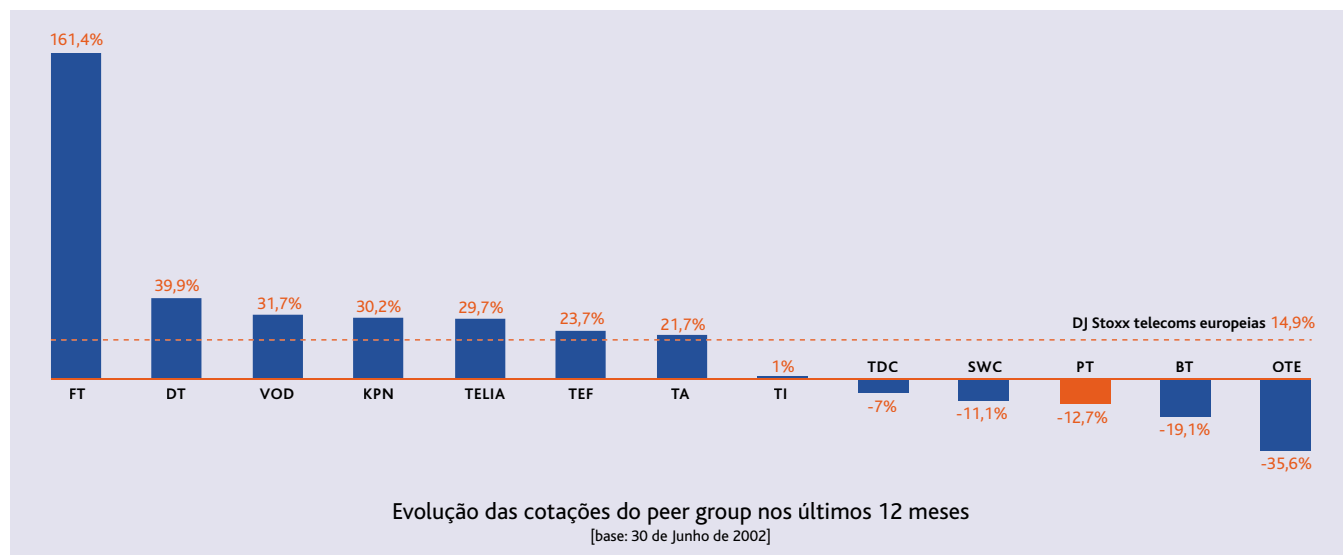
## Performance bolsista • Acções

Durante o primeiro semestre de 2003, os mercados financeiros continuaram a registar uma forte volatilidade, reflectindo a indefinição relativamente à recuperação da economia norte-americana e da Zona Euro, a situação no Iraque e a desvalorização do dólar. A generalidade dos mercados financeiros registou uma recuperação considerável no segundo trimestre, após a guerra no Iraque, para o que também contribuiu a descida das taxas de juro norte-americanas e da Zona Euro.



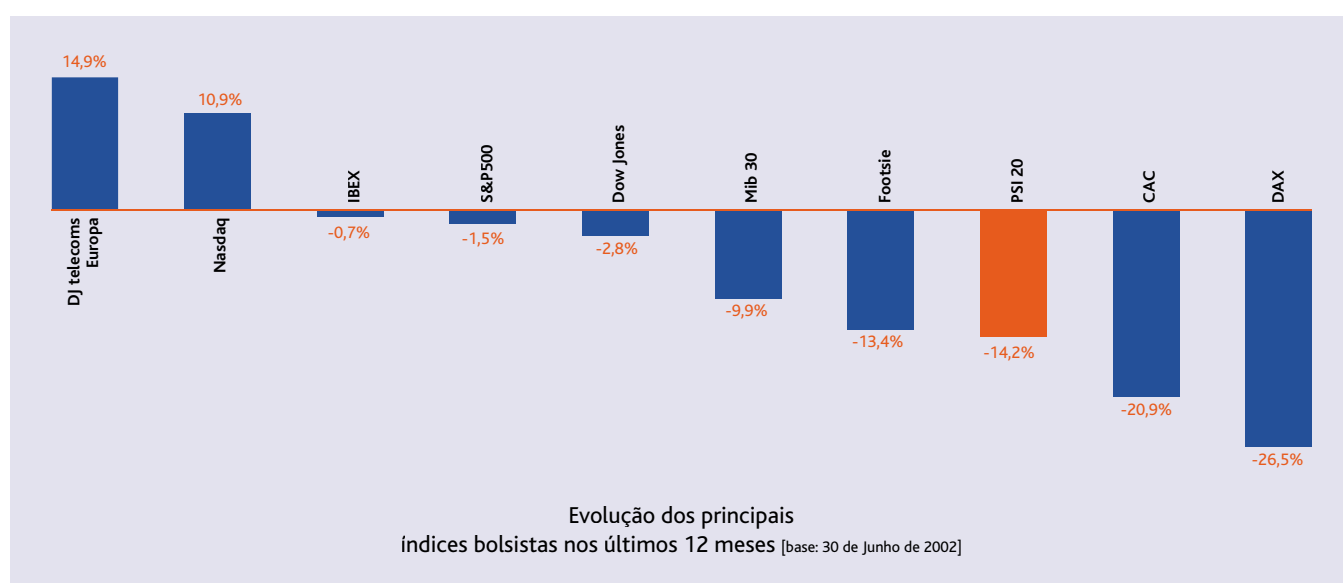
O sector das telecomunicações, apesar de ter sido afectado pelos factores referidos, apresentou uma performance favorável, tendo registado nos últimos doze meses uma subida de 14,9%. Na Euronext Lisbon, os índices PSI Geral e PSI 20 observaram, nos últimos doze meses, decréscimos de 10,2% e 14,2%, respectivamente, e as acções da PT registaram uma descida de 12,7%, tendo fechado o semestre a 6,24 euros.

Entre as congéneres, verificaram-se nos últimos doze meses descidas nas cotações da OTE (-35,6%), da British Telecom (-19,1%), da Swisscom (-11,1%) e da Tele Danmark (-7%), e subidas nas cotações da Telecom Itália (+1%), da Telefónica (+23,7%), da KPN (+30,2%), da Deutsche Telekom (+39,9%) e da France Telecom (+161,4%).

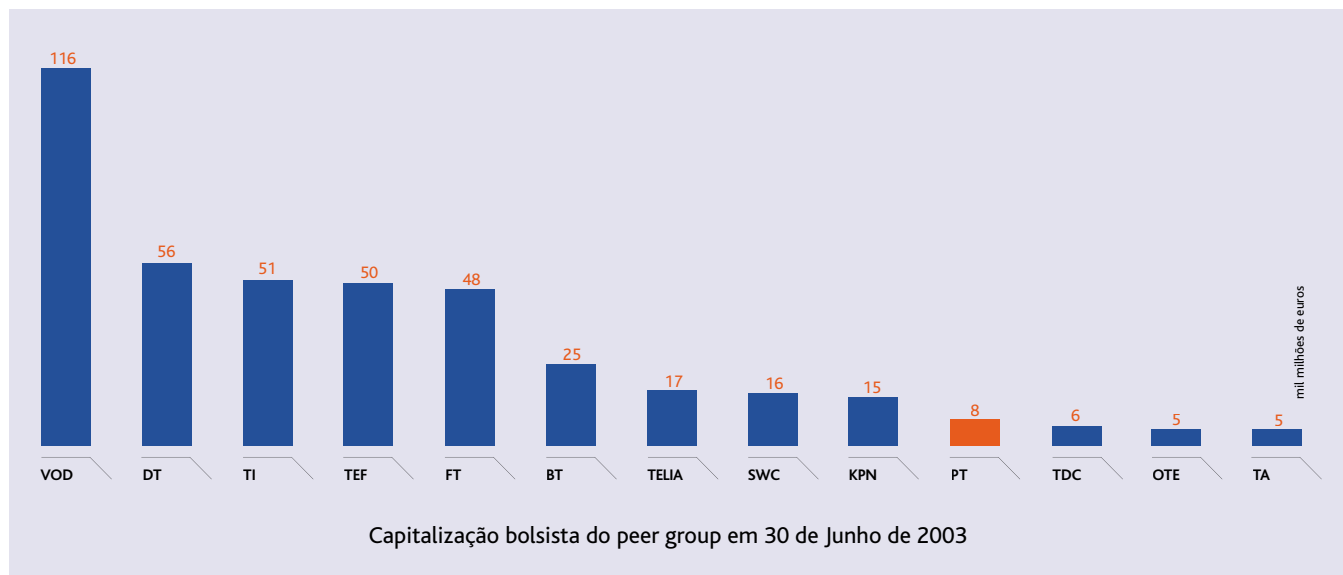


A PT negociou ao longo do primeiro semestre de 2003 cerca de 660 milhões de acções, equivalente a uma média diária de 5,3 milhões de acções, tendo o seu volume de transacções representado mais de 43% do valor global negociado na Euronext Lisbon, continuando a PT a manter a sua posição de liderança no mercado doméstico, em termos de liquidez. A PT continua assim a ser a empresa nacional com maior peso nos índices bolsistas portugueses: 19,4% do PSI Geral e 19,6% do PSI 20, no final de Junho de 2003.

Entre as principais praças financeiras, destaque para a subida nos últimos doze meses de 10,9% do Nasdaq, tendo os restantes mercados registado performances negativas.

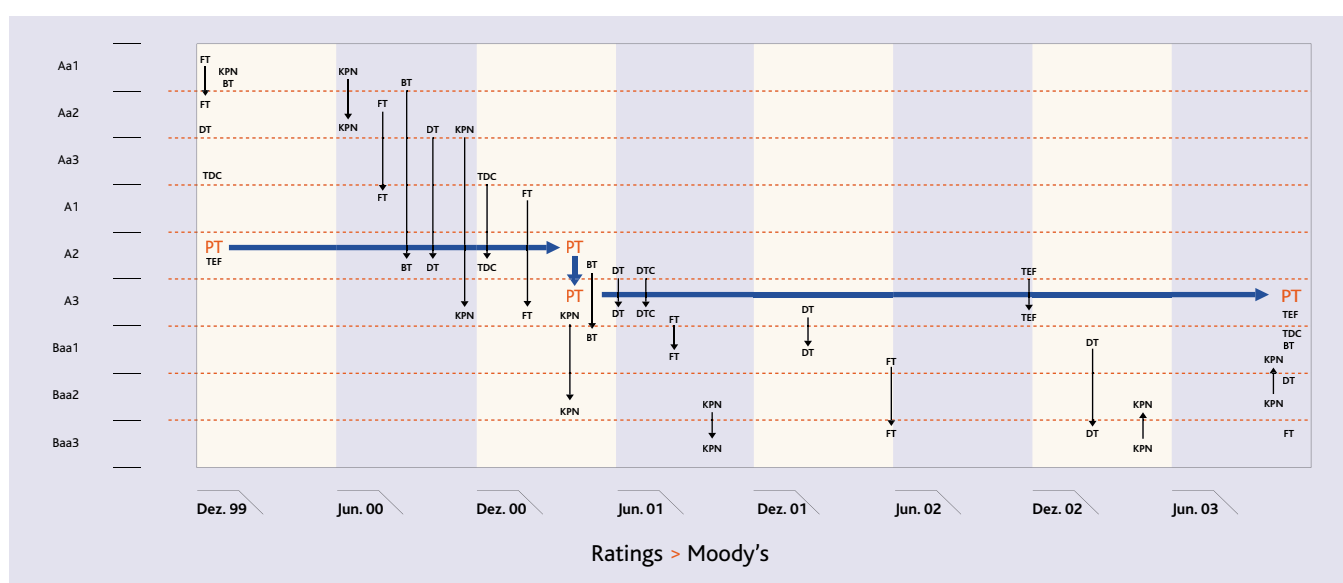


Na New York Stock Exchange, os ADS da PT registaram uma ligeira subida de 0,4% nos últimos doze meses, tendo fechado o semestre a 7,14 dólares. Em termos de transacções, negociaram-se em média no primeiro semestre de 2003 cerca de 90 mil ADS por dia, ascendendo o número de ADS outstanding a 59 milhões.

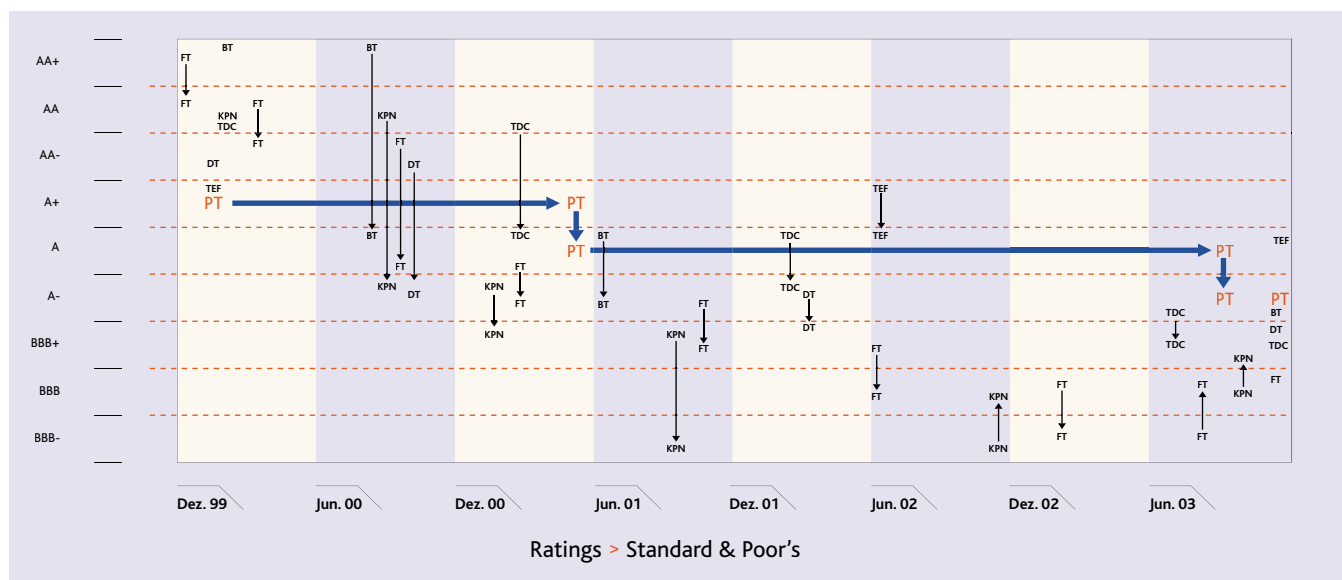


### Performance bolsista • Eurobonds e Exchangeable Bonds

Após um período relativamente prolongado de degradação do rating de diversos operadores europeus de telecomunicações, o primeiro semestre de 2003 ficou marcado por uma estabilização generalizada da qualidade do crédito, tendo-se verificado apenas pequenos acertos no rating das empresas do sector. Este comportamento advém do esforço evidenciado pelas empresas na consolidação da sua situação financeira, designadamente com a aplicação do cash flow gerado para redução de dívida.







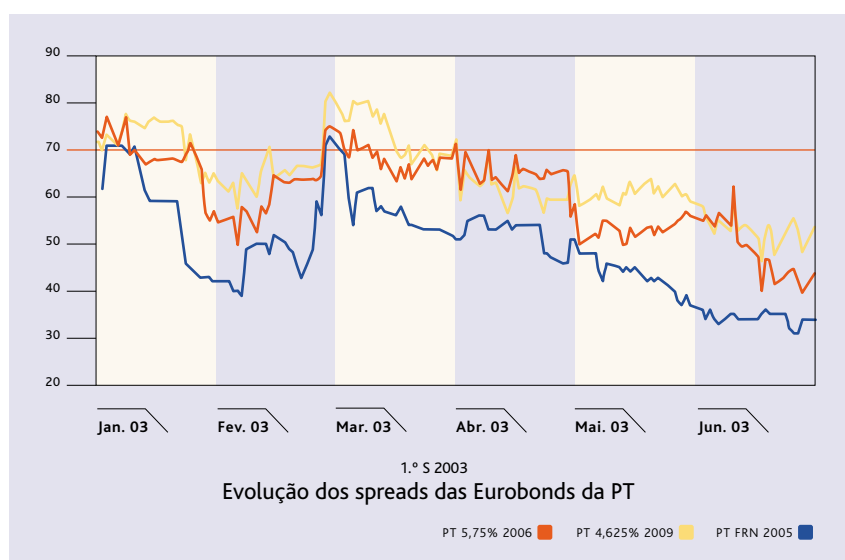
Apesar da alteração de A para A- na notação da Standard & Poor's, a PT mantém um dos mais fortes ratings do sector, em resultado da forte capacidade de geração de cash flow, da elevada liquidez do seu balanço e do perfil da sua dívida. A descida da notação da PT junto da Standard & Poor's foi justificada por esta agência de rating com o nível actual da cobertura das responsabilidades do Grupo PT com pensões e cuidados de saúde.

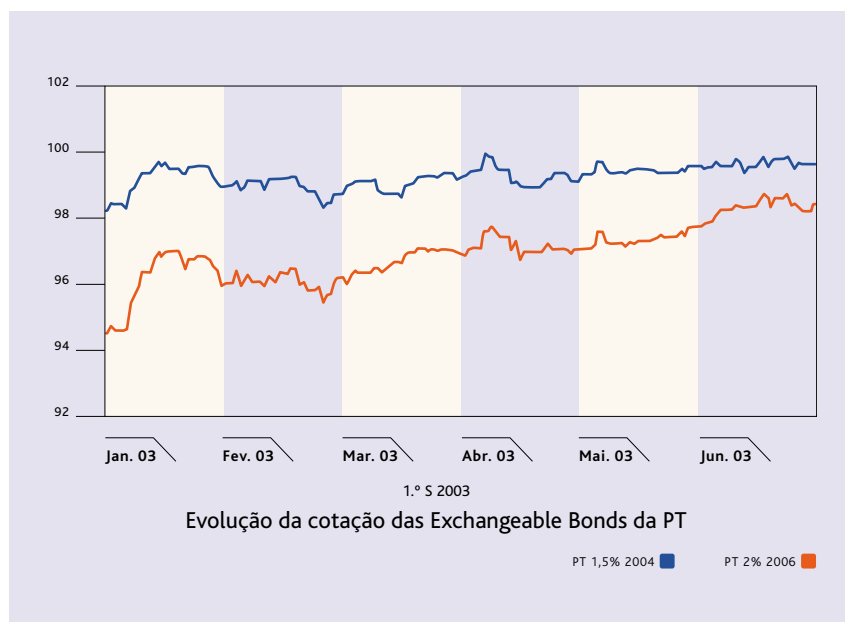
No entanto, e mesmo imediatamente após a alteração do rating, os spreads de crédito da PT permaneceram praticamente inalterados, verificando-se mesmo um estreitamento dos níveis até final do primeiro semestre de 2003, facto que é revelador do reconhecimento pelo mercado da qualidade do crédito da PT. A estabilização da situação política e económica no Brasil contribuiu também para a redução do risco e, logo, dos spreads a que as Eurobonds colocadas no passado pela PT têm sido transaccionadas em mercado secundário.

As taxas de juro mantiveram a tendência descendente até meados de Junho, contribuindo, conjuntamente com a evolução favorável dos spreads da PT, para o aumento ligeiro das cotações das Eurobonds. A partir

daquele momento, verificou-se uma subida dos níveis das taxas de juro na Europa, nomeadamente para prazos mais longos, em resultado de se perspectivar a aceleração da actividade económica no decorrer do segundo semestre de 2003.

As cotações das Exchangeable Bonds da PT mantiveram a tendência de recuperação já observada ao longo dos últimos meses de 2002. Dado que os níveis de conversão em acções estão ainda distantes, a evolução do preço destes títulos deveu-se fundamentalmente ao comportamento das variáveis que condicionam a componente de dívida,





isto é, taxas de juro de mercado e spread da PT para os prazos relevantes (2004 e 2006), que, conforme já referido, tiveram tendência decrescente.

Durante o primeiro semestre de 2003, a PT procedeu ao cancelamento de 58,6 milhões de euros das suas Exchangeable Bonds com maturidade em 2004, adquiridas em mercado secundário durante o ano de 2002. Imediatamente após este cancelamento, a PT adquiriu, em mercado secundário, mais 15,1 milhões de euros de Exchangeable Bonds com vencimento em 2006. Este investimento foi concretizado através de aquisições abaixo do par, ou seja, a desconto.

### Actividades de relação com investidores

A comunicação entre as empresas e a comunidade financeira tem-se tornado cada vez mais importante, sendo fundamental uma comunicação clara e efectiva da actividade do Grupo PT e da sua estratégia de criação e distribuição de valor.

Neste contexto, teve lugar no dia 24 de Junho de 2003 o “Investor Day”, onde a Comissão Executiva da PT se reuniu com investidores e analistas, representantes das mais prestigiadas casas de research nacionais e internacionais. Do programa constava a apresentação pela equipa de gestão dos vários negócios do grupo e da estratégia empresarial.

Ainda neste domínio, será de destacar a realização ao longo do primeiro semestre de seis roadshows na Europa e nos Estados Unidos, bem como a participação da PT em sete importantes conferências nacionais e internacionais. Para além dos contactos diários, a PT realizou neste período mais de cem one-on-ones e conference-calls com cerca de cento e sessenta investidores e analistas.

### Tendências futuras anunciadas no “Investor Day”

De	Para	Iniciativas PT	Impacto
▶ Dial Up	▶ Banda Larga	• Netcabo	Aumento das Receitas
▶ Voz	▶ Dados	• I9	
▶ Oferta Produtos	▶ Oferta Serviços Integrados	• PT Comunicações	Diminuição dos Custos
▶ Aquisição	▶ Retenção	• Programa de Fidelização	
▶ Gestão de Serviços Apoio & Procurement	▶ Gestão Integrada & Centralizada	• PT PRO PT Compras PT Meios	
▶ Estrutura de Receitas "Variáveis" & Custos "Fixos"	▶ Estrutura de Receitas "Fixas" & Custos "Flexíveis"		

Durante o primeiro semestre de 2003 efectuaram-se cerca de 25 comunicados, dos quais 5 foram factos relevantes. A PT cumpriu todas as regras e prazos legais vigentes, tendo a divulgação dos resultados do exercício de 2002 sido efectuada no dia 6 de Março de 2003 e dos resultados do primeiro trimestre do ano 2003 sido efectuada no passado dia 29 de Abril.

A quantidade e qualidade ao nível do disclosure de informação levou a que a PT continue a ser considerada pela comunidade financeira internacional como uma das best practices do sector nesta matéria.

## Estrutura accionista

Em 30 de Junho de 2003 as participações qualificadas no capital da PT eram as seguintes:

### PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Instituição	n.º de acções	% capital
Grupo Banco Espírito Santo	122 273 071	9,7%
Brandes Investment Partners, L.P.	66 257 132	5,3%
Telefónica	60 264 787	4,8%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	59 282 870	4,7%
Grupo Banco Português de Investimento	36 813 579	2,9%
Cinveste, SGPS, S.A.	28 895 000	2,3%
Capital Group Companies	27 322 912	2,2%
Telexpress*	23 000 000	1,8%

\* Participação ao abrigo do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais.

## Acções próprias

A Assembleia Geral da PT de 4 de Abril de 2003 autorizou a aquisição de acções próprias, até ao limite correspondente a 10% do seu capital social.

Em linha com esta autorização, a PT procedeu durante o primeiro semestre do ano de 2003 à aquisição de 5 322 122 acções próprias a um preço médio unitário de 6,75 euros, as quais foram integralmente alienadas no decorrer do corrente ano por um preço médio unitário de 6,70 euros. Estas alienações de acções próprias geraram uma perda patrimonial de 277 mil euros, a qual foi registada como uma dedução de reservas livres, conforme estabelecido nas normas contabilísticas portuguesas. No final do primeiro semestre de 2003 a PT não detinha quaisquer acções próprias em carteira.

# ► Informação Chave

## Factos relevantes em 2003

### Acordo para aquisição da TCO • 16 de Janeiro

Foi assinado pela Brasilcel/Vivo, através da sua subsidiária Telesp Celular Participações, um acordo com a empresa brasileira Fixcel para a aquisição da Tele Centro Oeste Participações, operador líder nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, com uma base de clientes de cerca de 3 milhões.

A aquisição de 100% da Tele Centro Oeste Participações será realizada pela Telesp Celular Participações e executada em três fases: (1) aquisição das acções ordinárias detidas pela Fixcel, representando 61,1% dos direitos de voto da Tele Centro Oeste Participações, por aproximadamente 1 408 milhões de reais, a qual já foi realizada em 25 de Abril de 2003; (2) uma posterior Oferta Pública de Compra sobre as restantes acções ordinárias da Tele Centro Oeste Participações; e (3) a integração da Tele Centro Oeste Participações na Telesp Celular Participações através da incorporação das restantes acções da Tele Centro Oeste Participações.

Com esta aquisição, a Vivo reforça a sua liderança e competitividade no mercado brasileiro, alcançando mais de 17 milhões de clientes e uma quota do mercado brasileiro superior a 50%. Esta operação será integralmente financiada em reais pela Telesp Celular Participações e por outras subsidiárias da Vivo.

### Aquisição do controlo da TCO • 25 de Abril

Foi concluída pela Telesp Celular Participações a aquisição do controlo da Tele Centro Oeste Participações. O custo de aquisição das acções de controlo foi de 1 506 milhões de reais, correspondente a 19,49 reais por lote de mil acções ordinárias adquiridas. O montante de 308 milhões de reais foi pago aos vendedores nesta data e o saldo remanescente será pago parceladamente nos termos e condições estabelecidos no contrato definitivo de aquisição do controlo accionista da Tele Centro Oeste Participações.

### "Investor Day" da PT • 24 de Junho

Foi realizado o "Investor Day" da PT, onde a Comissão Executiva da PT se reuniu com investidores institucionais e analistas financeiros para a apresentação dos vários negócios do grupo e da estratégia empresarial.

Foi igualmente anunciada a intenção da Comissão Executiva de propor ao Conselho de Administração que seja submetida à Assembleia Geral Anual de Accionistas do próximo ano a aprovação de uma distribuição de dividendos referente ao exercício de 2003 num montante entre 0,20 euros e 0,22 euros por acção, desde que a situação financeira da empresa e as condições de mercado o permitam.

## Demonstrações financeiras

Demonstrações Consolidadas de resultados para os semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002:

valores expressos em euros	Semestre findo em 30 de Junho	
	2003	2002
<b>Proveitos Operacionais</b>		
Prestações de serviços	2 423 693 699	2 545 041 376
Vendas de mercadorias e produtos	232 204 919	238 005 704
Publicidade em listas	69 050 780	69 564 758
Total de Proveitos Operacionais	<b>2 724 949 398</b>	<b>2 852 611 838</b>
<b>Custos Operacionais</b>		
Custos com remunerações e outros encargos com o pessoal	348 906 786	348 956 904
Custos com benefícios de reforma	110 125 510	91 439 590
Custos de telecomunicações	296 721 519	329 809 762
Subsídios	(10 547 577)	(15 291 931)
Conservação e reparação	61 685 681	67 587 851
Trabalhos para a própria empresa	(26 922 936)	(59 263 560)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	32 285 487	51 422 056
Custo das mercadorias vendidas	205 466 414	227 794 617
Custos com publicidade em listas	45 657 980	46 215 608
Publicidade e propaganda	65 370 730	55 151 382
Renda da concessão	—	8 211 307
Outros fornecimentos e serviços externos	457 589 039	467 929 124
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos	54 687 313	90 862 917
Outros custos e proveitos operacionais	(25 592 907)	(20 986 101)
Impostos	35 404 925	40 256 337
Total de Custos Operacionais	<b>1 650 837 964</b>	<b>1 730 095 863</b>
<b>Resultado Operacional antes de Amortizações (EBITDA)</b>	<b>1 074 111 434</b>	<b>1 122 515 975</b>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	467 529 077	497 827 185
<b>Resultado Operacional</b>	<b>606 582 357</b>	<b>624 688 790</b>
<b>Outros Custos/(Proveitos) não Operacionais</b>		
Juros suportados	240 806 502	224 590 268
Juros obtidos	(166 194 669)	(143 379 039)
Ganhos cambiais, líquidos	(16 090 532)	(33 669 901)
Outros (proveitos)/custos financeiros	(81 347 550)	52 893 995
Amortização de goodwill	52 723 813	76 300 189
Perdas/(Ganhos) em empresas do grupo e associadas	13 024 444	144 744 547
Perdas/(Ganhos) na alienação de imobilizações corpóreas	(37 320 817)	(1 855 879)
Custos extraordinários com o programa de redução de efectivos	278 009 907	17 864 050
Outros Custos/(Proveitos) não operacionais	3 097 689	20 144 732
Itens extraordinários	60 000 164	(36 429 529)
<b>Resultado antes de Impostos e Interesses Minoritários</b>	<b>259 873 406</b>	<b>303 485 357</b>
Imposto sobre o rendimento	(81 134 959)	(186 853 084)
<b>Resultado antes de Interesses Minoritários</b>	<b>178 738 447</b>	<b>116 632 273</b>
Interesses Minoritários	(35 244 349)	85 882 713
<b>Resultado Consolidado Líquido</b>	<b>143 494 098</b>	<b>202 514 986</b>
<b>Resultado Líquido por Acção</b>	<b>0,11</b>	<b>0,16</b>

Balanços Consolidados em 30 de Junho de 2003 e 2002 e 31 de Dezembro de 2002:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.	
	2003	2002	2002
<b>Activo Circulante</b>			
Depósitos bancários e caixa	141 648 786	586 561 010	353 403 303
Títulos negociáveis	1 675 546 316	726 447 212	1 923 104 592
Dívidas de terceiros			
Clientes	1 111 239 588	1 137 445 484	1 011 342 161
Outras dívidas de terceiros			
Outros devedores	555 210 423	307 460 329	426 708 657
Empresas associadas	35 443 672	32 221 812	32 227 918
Existências	132 499 673	126 567 641	149 783 875
Impostos diferidos de curto prazo	847 790 075	483 073 373	819 956 480
Custos diferidos	148 585 632	137 672 821	134 391 528
<b>Total do activo circulante</b>	<b>4 647 964 165</b>	<b>3 537 449 682</b>	<b>4 850 918 514</b>
<b>Investimentos Financeiros, líquidos</b>	<b>457 728 220</b>	<b>1 785 642 013</b>	<b>376 352 728</b>
<b>Imobilizações Corpóreas, líquidos</b>	<b>4 449 795 319</b>	<b>4 901 114 142</b>	<b>4 575 816 650</b>
<b>Custos Diferidos-Benefícios de Reforma</b>	<b>–</b>	<b>732 851 708</b>	<b>–</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas, líquidos</b>	<b>3 363 917 025</b>	<b>4 383 466 630</b>	<b>2 968 745 919</b>
<b>Impostos Diferidos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>806 290 473</b>	<b>356 304 127</b>	<b>877 309 675</b>
<b>Outros Activos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>85 958 260</b>	<b>273 486 284</b>	<b>76 983 094</b>
<b>Total do activo</b>	<b>13 811 653 462</b>	<b>15 970 314 586</b>	<b>13 726 126 580</b>
<b>Passivo Circulante</b>			
Empréstimos de curto prazo	1 071 296 853	1 067 213 891	1 094 355 815
Dívidas a terceiros			
Fornecedores	522 502 040	493 388 992	658 789 961
Empresas associadas	14 032 721	8 862 803	1 402 427
Outras dívidas a terceiros			
Outros credores	462 142 969	517 327 029	450 620 085
Empresas associadas	15 041 066	5 268 180	2 288 607
Acréscimos de custos	491 924 239	481 929 024	460 165 628
Estado e outros entes públicos	104 367 831	160 853 984	71 074 053
Impostos diferidos de curto prazo	37 972 068	617 322 310	44 220 045
Proveitos diferidos	248 388 641	196 128 304	175 080 091
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2 967 668 428</b>	<b>3 548 294 517</b>	<b>2 957 996 712</b>
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>4 721 185 053</b>	<b>5 007 795 594</b>	<b>5 219 107 667</b>
<b>Provisões para Benefícios de Reforma</b>	<b>1 246 227 646</b>	<b>1 806 385 861</b>	<b>1 061 457 264</b>
<b>Proveitos Diferidos – Subsídios</b>	<b>44 934 933</b>	<b>65 051 486</b>	<b>51 067 354</b>
<b>Proveitos Diferidos – Benefícios de Reforma</b>	<b>–</b>	<b>18 722 045</b>	<b>–</b>
<b>Impostos Diferidos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>363 275 260</b>	<b>10 794 807</b>	<b>359 050 453</b>
<b>Outros Passivos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>481 889 464</b>	<b>1 200 577 341</b>	<b>518 941 416</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>9 825 180 784</b>	<b>11 657 621 651</b>	<b>10 167 620 866</b>
<b>Interesses Minoritários</b>	<b>684 779 317</b>	<b>827 451 073</b>	<b>447 181 484</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital social	1 254 285 000	1 254 285 000	1 254 285 000
Prémios de emissão de acções	91 704 891	2 149 565 000	2 149 565 000
Acções próprias	–	(1 079 089)	–
Reserva legal	144 184 287	144 184 287	144 184 287
Outras reservas e resultados transitados	3 690 271 946	1 436 782 874	1 438 650 337
Ajustamentos de conversão cambial	(2 022 246 861)	(1 701 011 196)	(2 266 416 192)
Resultado consolidado líquido	143 494 098	202 514 986	391 055 798
<b>Total do capital próprio</b>	<b>3 301 693 361</b>	<b>3 485 241 862</b>	<b>3 111 324 230</b>
<b>Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo</b>	<b>13 811 653 462</b>	<b>15 970 314 586</b>	<b>13 726 126 580</b>

# ► Recursos

## Pessoal

A política de pessoal da PT tem-se alicerçado na contínua valorização e racionalização dos seus activos humanos. Neste sentido, o modelo de “Gestão Estratégica de Activos Humanos”, transversal a todas as empresas do grupo, dá corpo a uma visão: o reconhecimento das pessoas como o activo mais valioso do grupo.

A aplicação do modelo, já em curso e apoiado numa cultura de mérito e de criação de valor accionista, foca-se na constituição das melhores equipas e no desenvolvimento pessoal, fomentando a formação e as estratégias de rotação que permitem enriquecer, motivar e desenvolver os activos humanos por forma a tornar o grupo mais justo e competitivo. Tendo-se já afirmado como empregador de referência junto dos melhores alunos das mais conceituadas escolas, estão a ser criadas condições para que a PT seja capaz de rivalizar com as melhores empresas e grupos internacionais em termos de capacidade de atracção, desenvolvimento e retenção dos melhores talentos.

Integrada na “Gestão Estratégica de Activos Humanos”, concluiu-se a primeira fase de implementação do “Modelo de Análise de Performance Individual”, uma das suas componentes fundamentais na vertente de análise de competências de gestão e liderança face às best practices do mercado.

Em termos de modelo de formação, muito embora a maior parte da formação desenvolvida se tenha baseado ainda em modo presencial tradicional, dando assim continuidade aos planos de formação das várias empresas, foram em simultâneo lançadas as bases para a criação de um novo conceito de Formação Transversal Corporativa, o “Campus PT”.

Ao nível dos conteúdos de formação, foram estabelecidos acordos e parcerias para a formação em micro-informática com a ECDL (European Computer Driving Licence) estando já em funcionamento, em regime experimental, um centro de certificação para o efeito. Também em formato blended learning foram já neste semestre lançadas as bases para o programa SKIPER, destinado à formação generalizada dos quadros das empresas do grupo, de acordo com a matriz de competências do modelo de “Gestão Estratégica de Activos Humanos”. Foram ainda consolidadas as parcerias com as Universidades e Institutos que têm contribuído para o percurso formativo dos activos humanos do grupo.

Em termos de alinhamento com os objectivos de criação de valor accionista para o grupo, realizou-se a atribuição de acções da PT aos seus colaboradores.

No âmbito da indispensável racionalização dos activos humanos imposta por um mercado cada vez mais competitivo, teve início o “Programa de Reestruturação dos Activos Humanos”, conducente a uma redução progressiva dos mesmos e à sua adequação às exigências e desafios do negócio.

Este programa, que colocou especial ênfase em medidas incentivadoras à pré-reforma e à antecipação da aposentação, privilegiou sempre soluções orientadas para o consenso e para a serenidade laboral, objectivos plenamente conseguidos. No primeiro semestre de 2003 concluiu-se a primeira fase deste programa na PT Comunicações, com a redução de 1 445 trabalhadores que aderiram a programas de antecipação de aposentação ou de pré-reformas.

Paralelamente, o grupo tem privilegiado a mobilidade interna por forma a dar resposta às alterações da estrutura relativa do portfolio de negócios e das suas tendências de crescimento, a favor dos negócios mais dinâmicos, menos sujeitos à obsolescência tecnológica e à pressão da concorrência, tendo em vista maximizar a sua competitividade e os seus cash flows.

#### TRABALHADORES AO SERVIÇO POR NEGÓCIO

	1503	1502	N.º	Variação %
Rede Fixa	9 693	11 183	(1 490)	(13,3)
TMN	1 119	1 192	(73)	(6,1)
Vivo	3 420	2 063	1 357	65,8
PT Multimedia	2 731	2 903	(172)	(5,9)
Outros Negócios	6 437	5 768	669	11,6
<b>TOTAL</b>	<b>23 400</b>	<b>23 109</b>	<b>291</b>	<b>1,3</b>
Portugal	15 064	16 893	(1 829)	(10,8)
Internacional	8 336	6 216	2 120	34,1

No final de Junho de 2003, o número de trabalhadores ao serviço do grupo situava-se em 23 400, o que representa um acréscimo de 291 trabalhadores face ao final de 2002. Este comportamento foi determinado essencialmente pelo acréscimo do número de trabalhadores nos negócios no Brasil, que reflecte sobretudo o aumento de trabalhadores a prazo em serviços de call center na Mobitel (incluída na linha referente a outros negócios), anteriormente em outsourcing a entidades externas ao grupo. Nos negócios de rede fixa registou-se uma redução de 1 490 trabalhadores face ao final de 2002. A redução no número de trabalhadores nos negócios da rede fixa deveu-se essencialmente aos 1 445 trabalhadores cobertos pelo programa de redução de efectivos. O número de acessos principais por trabalhador do serviço fixo de telefone aumentou 11,4%, para 449, rácio que se situa ao nível das melhores práticas europeias.

A TMN reduziu o seu quadro de pessoal em 73 trabalhadores, tendo o indicador de produtividade “cartões por trabalhador” aumentado 8,4% face ao final de 2002, para 4 026.

A PT Multimedia registou uma redução de 172 trabalhadores devido essencialmente à transferência de trabalhadores para a PT PRO.



## Infra-estruturas de telecomunicações

A evolução da base de clientes, o aumento da qualidade e disponibilidade dos serviços prestados e a necessidade de se implementarem novas funcionalidades associadas a novos serviços, determinaram a realização no primeiro semestre de 2003 de um conjunto de actividades e de acções, ao nível de cada uma das redes que suportam os diferentes negócios do grupo, tendo em vista a adequação da sua capacidade de resposta e modernização.

O desenvolvimento da transmissão, na rede de acesso e rede core, quer do ponto de vista qualitativo, quer do ponto de vista de aumento de capacidade, assentou, neste período, fundamentalmente em duas vertentes: (1) na qualidade de transmissão que a fibra óptica proporciona, tendo sido instalados cerca de 1 700 km.par, correspondentes a 220 km.cabo; (2) no aumento de capacidade proporcionado pela instalação de novas estruturas SDH e pela ampliação das existentes (acréscimo de capacidade que rondou os 8 600 novos circuitos equivalentes de 2 Mbit/s) e na colocação em serviço de mais dois novos comprimentos de onda ( $\lambda$ ), a partir da capacidade existente.

De salientar ainda que na rede de acesso deram entrada ao serviço novos sistemas FITL (Fiber In The Loop), a que corresponderam um total de cerca de 1 700 novas Linhas de Rede Equivalentes ("LRE"). A forte procura de acessos de banda larga baseados na tecnologia ADSL implicou a instalação de equipamento – DSLAM e ATM – com capacidade para suportar cerca de 56 000 novos acessos.

Quanto às plataformas de serviço, privilegiaram-se as ampliações das que suportam serviços de rede inteligente e de SMS. A capacidade de recebimento da plataforma NGIN (Next Generation Intelligent Network) passou para 80 chamadas e a capacidade de processamento para 4 000 chamadas em simultâneo e a plataforma SMS viu a sua capacidade aumentar para 50 000 SMS/hora e 240 canais disponíveis para entrega de SMS por voz.

No âmbito do plano de evolução das infra-estruturas de rede core, deu-se início à preparação do piloto VoIP, para a função de trânsito e com tráfego real entre Lisboa e Porto, que se enquadra nas acções de evolução da rede para uma arquitectura do tipo RPG (Rede de Próxima Geração), com o objectivo de testar o desempenho da nova tecnologia como parte integrante da rede telefónica básica.

Teve igualmente início a preparação da oferta comercial do serviço Rede Ethernet PT nas redes de metro de Lisboa e Porto e entre as áreas de Lisboa e Porto, que disponibilizará interfaces Ethernet, Fast Ethernet e Gigabit Ethernet.

No domínio dos sistemas de informação e de gestão de rede foi especificado e desenvolvido um interface para a criação de comandos de configuração sobre a rede ADSL – IcomADSL, que permite reduzir significativamente os tempos de configuração de serviços e foram integrados os alarmes da rede multiserviços (X.25 e Frame Relay), que passaram a ficar disponíveis no Centro de Gestão da Rede.

No que concerne às plataformas de e-mail, saliente-se o lançamento do processo que teve como objectivo a sua análise na perspectiva da sua optimização e racionalização. Na área dos portais, nomeadamente no respeitante ao portal SAPO, fez-se o upgrade da sua capacidade de instant messaging e o reforço da sua capacidade de resposta em 30%, em termos de page views, a par da introdução de novas funcionalidades/plataformas e de novos serviços que o tornam mais apelativo para o utilizador.

O aumento do número de clientes da TMN, associado à preocupação permanente em lhes prestar serviços de qualidade, obrigam a uma readaptação sistemática da rede, quer do ponto de vista da sua expansão – maior e melhor cobertura da rede – quer da sua modernização.

Neste contexto, a rede foi ampliada com mais um novo Comutador (“MSC”), com mais catorze novas estações de base (“BTS”) e ainda com mais três novos controladores BTS (“BSC”). A TMN alargou ainda a acessibilidade dos seus clientes, dando-lhes a possibilidade de estarem contactáveis em mais oito países/regiões (151 no final do período), tendo celebrado acordos de roaming com mais oito operadores (256 no total).

No Brasil, as intervenções mais significativas, em termos da ampliação de infra-estruturas de rede, fizeram-se nos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo, nos Estados Centro Oeste e do Norte do Brasil. A base de clientes aumentou globalmente na Vivo, sendo expressivo o abandono pelos clientes do serviço analógico (AMPS) e a adesão aos serviços 2,5G (CDMA/1XRTT), 2G (CDMA) e TDMA.

Houve ainda a necessidade de ampliar e ajustar a capacidade de algumas plataformas de serviço distribuídas pelos diferentes Estados. São os casos das plataformas de voice mail que sofreram ajustes e consolidação de capacidade de Caixas nos Estados de Bahia/Sergipe e de São Paulo e foram ampliadas no caso dos Estados do Rio de Janeiro/Espírito Santo. As plataformas SMS foram ampliadas para se adequarem ao aumento de mensagens transitadas na rede.

A actividade desenvolvida pela TV Cabo ao nível das infra-estruturas de rede, centrou-se essencialmente na criação de novas células, na ligação de novas casas (mais 33 mil) e na implementação de novas casas passadas com retorno (mais 80 mil).

Para satisfazer a procura de clientes e proporcionar-lhes uma maior taxa de cobertura, a Médi Télécom procedeu, neste período, a uma significativa expansão das infra-estruturas de rede, destacando-se a instalação de mais 94 novas estações de base (1 426 no final de 2002 e 1 520 no final deste semestre), mais um novo MSC e uma nova BSC. De referir que a taxa de cobertura da população passou de 86,3%, no final de 2002, para 89,9%, no final do semestre.

## Sistemas de informação

A operação e desenvolvimento das tecnologias de informação do grupo são assegurados pela PT Sistemas de Informação, empresa que está vocacionada para operar nos domínios da convergência das tecnologias de informação com as comunicações, prestando fundamentalmente serviços ao grupo.

A PT Sistemas de Informação é hoje uma plataforma para oportunidades futuras, que irá ter cada vez mais um papel fundamental na estratégia do grupo, sendo uma das maiores e mais completas empresas portuguesas no sector da consultoria de sistemas de informação.

Das actividades desenvolvidas no primeiro semestre, destaca-se a PT Sistemas de Informação como Prime Contractor do projecto de SAP Corporativo do grupo, projecto estruturante que tem como cliente a PT PRO e com o qual se pretende obter um maior controlo contabilístico e financeiro ao nível do grupo e otimizar a redução de custos decorrentes de uma harmonização de processos nas empresas do grupo.

A PT Sistemas de Informação foi também o Prime Contractor do novo programa global de sistemas de informação da TV Cabo, que inclui o desenvolvimento de raiz ou a adaptação das soluções nas áreas de billing, CRM, provisioning, integração, SAP logística e de suporte técnico e operações, constituindo a plataforma que permitirá à TV Cabo melhorar a qualidade de serviço ao seu crescente número de clientes.

A PT Sistemas de Informação foi responsável pela elaboração do plano de sistemas de informação da Vivo, que servirá de suporte ao novo modelo de negócio integrado, resultante da junção das operações e actividades das empresas operadoras de telecomunicações móveis controladas pela Vivo no Brasil.

De salientar também o desenvolvimento integrado de portais do grupo, nomeadamente o InSapo, a Intranet do grupo, o site de relações com os investidores e o Zoom da PT Comunicações, bem como o desenvolvimento do sistema de gestão de avaliação de desempenho dos trabalhadores do grupo, de forma integrada com a estrutura e objectivos da PT.

A PT Sistemas de Informação foi o integrador do projecto Casa do Futuro/Domótica, uma solução de automação doméstica em exposição no Museu das Comunicações, cujo objectivo é dar a conhecer ao público as melhores tecnologias actualmente disponíveis para a automação doméstica.

Foi colocada em exploração a solução SIGRA, reconhecida como case study da Computer Associates, a qual visa substituir duas redes de gestão de aplicações, obtendo uma redução de custos sobre a plataforma técnica e de manutenção de dados, uma integração de sistemas mais flexível e com maior escalabilidade.

No que se refere a projectos para empresas exteriores ao Grupo PT, de referir que a empresa Benfica Estádio adjudicou à PT Sistemas de Informação a solução global de gestão do seu estádio, ficando a PT Sistemas de Informação responsável pela gestão global do projecto e pela componente de integração. Por outro lado, a companhia de seguros Tranquilidade Vida passou a dispor de uma Intranet documental que permite dotar os seus colaboradores de uma plataforma de partilha de informação, complementada com acesso a ferramentas de produtividade e informação útil.

A PT Sistemas de Informação estabeleceu ainda um acordo com a Microsoft, a partir do qual se irá disponibilizar ao mercado um conjunto de produtos e serviços inovadores. Trata-se de uma parceria que reúne duas empresas de reconhecido valor no mercado, nomeadamente no âmbito das soluções empresariais.

## Investigação e desenvolvimento

A actividade de Investigação e Desenvolvimento (“I&D”) no Grupo PT é desenvolvida pela PT Inovação, cuja actividade está direccionada para o desenvolvimento dos negócios do grupo, tanto ao nível da investigação aplicada como da prestação de serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços, quer no mercado doméstico, quer no internacional.

No âmbito da investigação aplicada, a PT Inovação iniciou o Contrato de Inovação 2003, que compreende nove projectos em áreas como: redes de acesso Ethernet, qualidade de serviço extremo a extremo, Internet Protocol V6, segurança em redes IP, gestão de Redes de Próxima Geração (“RPG”), billing e accounting em RPG, serviços RPG, espectros RF (“Rádio Frequência”) e serviços multimédia interactivos.

Deu-se continuidade aos trabalhos em curso no âmbito dos projectos IST (Information Society Technologies), tendo-se concluído com sucesso a participação no projecto do IST – Harmonics (introdução de sistemas ópticos baseados na comutação de pacotes na rede de acesso, para transporte de serviços IP com qualidade de serviço) e formulado as novas propostas ao sexto programa-quadro, nomeadamente em áreas de análise técnico-económica de soluções de rede e serviços, redes e componentes ópticos e formação e gestão de competências.

De salientar a participação da PT Inovação em estudos do EURESCOM nas áreas de mobile Internet/instant messaging e risk investment analysis e a sua liderança do estudo NGN service concepts.

Das realizações ocorridas no primeiro semestre destaca-se, no âmbito do desenvolvimento de soluções de rede, a consolidação da linha de soluções da família xDSL com o desenvolvimento do agente uDSLAM (Micro Digital Subscriber Line Access Multiplex) e do respectivo terminal inteligente, a realização do trial na Telesp Celular da solução ArQoS, que permite adaptar o sistema de chamadas de prova para

recolha e análise de indicadores de QoS nas redes móveis. Ainda neste domínio, salienta-se a instalação de soluções de telemática rodoviária para a EuroScut Algarve, AENOR (Auto-Estradas do Norte), AEBI (Auto-Estradas da Beira Interior), a instalação da solução de rede para o Banco Internacional de Moçambique e a instalação de soluções de telecomunicações de tecnologia PT Inovação que permitiram a entrada em exploração de diferentes serviços de telecomunicações na Timor Telecom.

Na área das soluções e serviços de rede inteligente é de realçar, para além de diversos serviços desenvolvidos para as operadoras de serviço fixo e móvel do grupo, o trabalho desenvolvido para a entrada em exploração comercial do serviço móvel pré-pago na Timor Telecom.

Foi também realizada com sucesso a adaptação ao regulamento da ANATEL denominado Serviço Móvel Pessoal dos serviços móveis pré-pagos da Vivo, envolvendo uma vasta equipa da PT Inovação e da sua filial brasileira PT Inovação Brasil no desenvolvimento e na operacionalização deste projecto.

A PT Inovação foi seleccionada no concurso de fornecimento à TMN de uma solução NGIN para suporte aos serviços pré-pagos e pós-pagos de voz e dados para redes GPRS/UMTS e desenvolveu o projecto de integração de tecnologia WiFi que possibilitou iniciar a oferta de PWLAN (Public Wireless Local Area Networks). Facto relevante no âmbito das comunicações móveis foi o trabalho intenso que suportou o desenvolvimento do I9 (Inove) – o novo portal multimédia da TMN, lançado em Junho.

No âmbito das comunicações móveis e de convergência é de realçar ainda o fornecimento de um SMS-Center para a rede da Timor Telecom e a integração do SMS-Center nos negócios de rede fixa, permitindo o início do serviço de SMS na rede fixa.

Os custos de I&D do grupo ascenderam a 12,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, face a 10,4 milhões de euros em igual período do ano anterior.

# ► Impacto Social e Ambiental

A PT desempenha um papel determinante no desenvolvimento da coesão do tecido económico e social em Portugal, pela sua dimensão, pelos serviços que presta e pelas acções que visam directa e especificamente os clientes com necessidades especiais, o desenvolvimento da sociedade da informação, a cultura e o ambiente.

## Desenvolvimento social

Em harmonia com a política de responsabilidade social da PT tem sido dada continuidade ao desenvolvimento e apoio de projectos que contribuem para o desenvolvimento social sustentável. Para além do lançamento comercial de novas soluções, das quais se destaca o PTVoz Activa (com condições de excepção para aquisição), foi dada continuidade à criação de projectos de TeleAula, de TeleTrabalho e de apoio domiciliário, suportados nas novas tecnologias, realçando-se a RDIS, o ADSL e a plataforma de unifying message.

Estes projectos de base tecnológica vêm reforçar a já longa actividade desenvolvida, tornando a PT uma referência nacional no que diz respeito à disponibilização de soluções de telecomunicações para cidadãos com necessidades especiais, nomeadamente pessoas com deficiências ou com doenças severas. Nas escolas ou no trabalho, os projectos desenvolvidos e em operação são um garante para uma melhor inclusão social, escolar e profissional destes cidadãos nossos clientes.

No que diz respeito aos idosos, os programas que decorrem também são fortes promotores de uma melhor qualidade de vida destes cidadãos, e naturalmente das suas famílias, ao assegurarem que estes permanecem em segurança nas suas casas, como é o caso do Serviço de TeleAlarme ou do projecto “Idosos em Segurança”.

A PT acredita que as novas tecnologias, mesmo que já em fase consolidada, são um veículo excelente para uma melhor qualidade de vida das pessoas em geral, mas sobretudo das pessoas com deficiências, com doenças severas ou idosas, conforme tem sido demonstrado pelas experiências que têm decorrido no âmbito de projectos-piloto de I&D estabelecidos com ONG’s e/ou com órgãos do Estado. Saliente-se que são sempre estes os cidadãos que potencialmente mais sofrem de info-exclusão, mesmo que consideremos aqueles que habitam lugares recônditos, longe dos grandes centros de decisão, de conhecimento e da informação.

Saliente-se que é este o principal motor da actividade da PT no que diz respeito ao desenvolvimento de soluções de telecomunicações, concretizadas em produtos e serviços comercialmente disponíveis em condições especiais, para cidadãos cegos e amblíopes, surdos e limitados da voz, com deficiência auditiva (cuja incidência é grande junto dos idosos), mental ou motora, ou com doenças severas.

Por outro lado, a PT, conhecendo as necessidades de comunicação dos surdos, e levando em consideração o facto da sua língua-mãe ser a Língua Gestual Portuguesa (LGP), desenvolveu um projecto de formação, tendo-se tornado a primeira empresa a poder fazer atendimento em LGP. Objectiva-se abranger as Lojas PT, consideradas para este efeito como estratégicas, por este projecto de atendimento comercial.

Deu-se continuação à oferta comercial de produtos e serviços de carácter social, tais como o Programa Aladim (RDIS para clientes com deficiência), o ADSL Aladim, o 118Braille, a factura Braille, o PTConversas, o PTComunicar, amplificador portátil, avisador luminoso, telefone de Texto Q.90, o PTEmergência, a Linha com Destino Fixo e outras soluções específicas para os clientes com necessidades especiais.

Esta vertente de boa cidadania empresarial, levada a cabo pela PT, que assenta no desenvolvimento de soluções comerciais com condições especiais acessíveis a clientes com deficiências é, reconhecidamente, pioneira e relevante em Portugal. Veja-se o facto de a PT ser convidada a integrar comités consultivos de entidades ligadas à deficiência, sendo igualmente membro do Júri do Programa CITE 2003 do Secretariado Nacional de Reabilitação, para além de se fazer representar em diversos encontros sob a temática da reabilitação, formação e desenvolvimento social.

Naturalmente que nos domínios mais convencionais de responsabilidade social, a PT também se assume como líder, promovendo um conjunto de projectos para os quais convida outras empresas a juntarem-se, destacando-se o voluntariado empresarial e o apoio ao abrigo da Lei do Mecenato Social.

Neste contexto realçam-se, no primeiro semestre de 2003, os seguintes projectos:

- ▶ Desenvolvimento e lançamento comercial do PTVoz Activa – Trata-se de um software que permite que pessoas com deficiência visual possam aceder à Internet através da integração de um mecanismo de conversão de texto num de leitura de ecrã, nomeadamente a conteúdos de páginas Web, correio electrónico do Outlook Express, bem como trabalhar directamente em WordPad.
- ▶ Lançamento do pacote comercial PTPrimeira Vez + Q.90 – Com a finalidade de incentivar a compra de telefones de texto Q.90, promovendo a sua utilização, e à semelhança de outros pacotes criados para relançar a rede fixa, foi comercializado um pacote através do qual é oferecido o telefone texto mediante o contrato telefónico com a PT.
- ▶ Formação Língua Gestual Portuguesa – Programa de formação desenvolvido em parceria com a Associação Portuguesa de Surdos, com vista a cumprir os objectivos no âmbito do atendimento comercial da PT, enquanto operador de telecomunicações.
- ▶ Projecto GestualCafé – Projecto de criação do primeiro cyber café para surdos, para o qual a PT forneceu os meios necessários à sua implementação e arranque, nomeadamente telefone de texto com os serviços PTComunicar e PTConversas, VideoMeeting PC, meios informáticos reciclados do parque informático, com ADSL Aladim e comunicações para a fase inicial de actividade. Fez igualmente a ponte com a TV Cabo com vista a ser garantido o acesso à rede TV Cabo com Telecine e Sport TV, isento de taxa também durante a fase de arranque.
- ▶ Projecto Oceanário – Protocolo estabelecido com o Oceanário de Lisboa e a Fundação do Gil, com vista a criar uma dinâmica de intervenção lúdica e educativa junto de crianças e jovens há longo tempo hospitalizados, crianças que acompanham mães detidas ou crianças em risco, com o objectivo de estimular a aprendizagem e reforçar a sua ligação com o mundo exterior. Este objectivo concretiza-se por visitas ao Oceanário guiadas por voluntários da PT formados pelos biólogos do Oceanário, tendo já decorrido visitas com crianças e algumas mães da Casa da Criança do Estabelecimento Prisional de Tires e com crianças do IPO-FG.

- ▶ Projecto Porcide 3/THINK – Renovação do projecto de teletrabalho com o objectivo de reajustar a parceria estabelecida nos projectos que o antecederam e obter o alto patrocínio da Assembleia da República.
- ▶ Projecto TeleAula com a ANFQ – Associação Nacional de Fibrose Quística – Implementação do demonstrador suportado numa solução multimédia, ao abrigo do protocolo estabelecido com a ANFQ e o Hospital de Santa Maria, que tem por objectivo o desenvolvimento de uma rede de ensino à distância para alunos com fibrose quística hospitalizados ou em casa.
- ▶ Projecto TeleAula com a APPDA – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo – Ao abrigo de um protocolo estabelecido com a instituição e consubstanciado num apoio financeiro com vista ao desenvolvimento de um projecto de tele-aula para alunos com síndrome de autismo integrados em escolas regulares, foram instalados e dada formação para a utilização de sistemas de multimédia.
- ▶ Projecto FOLIC – Fomentar Orientar interLigar Informar e Comunicar – No quadro do protocolo estabelecido com esta associação, foi implementado o projecto de webização da instituição, no âmbito do qual foi construído o site da “Spina Bifida” por voluntários do Programa de Voluntariado da PT.
- ▶ Projecto Mão-na-Mão – Este projecto, que foi promovido e é coordenado pela PT, passou a contar com a participação de mais duas empresas convidadas, tendo já decorrido diversas acções, das quais se destacam a acção denominada “Um Dia de Sonho na Cidade” para cem crianças de bairros desfavorecidos de Évora, numa jornada passada num parque de diversões e no Cinema Mundial com exibição de um filme, a webização da AFID – Associação de Famílias para a Integração da Pessoa com Deficiência, a formação para formadores dada aos quadros da ACAPO, alguns dos quais com deficiência visual, e a colónia de férias para crianças com deficiência motora que frequentam o Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, através do qual foram proporcionados quinze dias na praia do Tamariz.
- ▶ Projecto E-Plus – Desenvolvimento do plano para integração pelo período de seis meses de um estagiário no Gabinete para Clientes com Necessidades Especiais ao abrigo do Projecto E-Plus, cuja finalidade é promover a mediação para a igualdade no mercado de trabalho.
- ▶ Projecto MAIA – Projecto de apoio a instituições de solidariedade social com carências ao nível dos sistemas informáticos, através da cedência de PC’s abatidos ao imobilizado corpóreo do grupo e reabilitados de acordo com as necessidades específicas identificadas.
- ▶ Parceria com o Portal do Cidadão com Deficiência – Continuação da colaboração com o Portal do Cidadão com Deficiência, totalmente dedicado à promoção e melhoria da qualidade de informação ao cidadão com deficiência.
- ▶ Projecto Aurora – Programa de Voluntariado do Grupo PT – Foram várias as actividades desenvolvidas no âmbito do banco de horas da PT, realçando-se a iniciativa levada a cabo sob o lema “Se não sabe o que fazer à roupa que já não usa. Ela sabe”. Assim, foi dada continuidade à recolha e triagem de roupa destinada aos sem-abrigo junto dos colaboradores da PT, para posteriormente se proceder à sua distribuição pelas instituições dispersas pelo país e identificadas pela CAIS.
- ▶ Projecto ACAPO – Consolidando parcerias anteriores feitas com a ACAPO, montou-se uma experiência-piloto com vista ao lançamento comercial do PTVoz Activa, tendo sido oferecidos kits a todas as delegações da ACAPO espalhadas pelo país. Paralelamente foi acordada uma parceria com vista à utilização pela ACAPO do espaço de stand da PT em feiras, no âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.
- ▶ Projecto Odiana – Arranque do projecto de apoio domiciliário remoto suportado no Serviço TeleAlarme no Baixo Guadiana, através da Associação de Municípios Odiana, no âmbito do protocolo estabelecido

com o PAII e a Cruz Vermelha Portuguesa, tendo sido instaladas gratuitamente as linhas de rede nas casas dos idosos mais pobres, abrangidos pelo pacote de Benefícios Telefónicos para Reformados e Pensionistas.

A PT deu continuidade ao apoio a instituições de solidariedade social com as quais foram estabelecidas parcerias e que se consubstanciam no suporte às comunicações e acesso ADSL, devendo as mesmas apresentar relatórios anuais para avaliação dos respectivos projectos de desenvolvimento social.

## Sociedade de informação

No âmbito do desenvolvimento da sociedade de informação, a PT continuou a proporcionar importantes vantagens aos seus clientes, nomeadamente no âmbito da rede de comunicação para universitários (PT UniversityNet) e da Internet Escolar (NetEscolas), concedendo condições muito favoráveis aos seus utilizadores.

A PT tem continuado a promover o desenvolvimento, a preços competitivos, dos seus serviços de banda larga enquanto suporte à sociedade de informação, através das suas ofertas Netcabo, banda larga sobre o suporte televisão por cabo e ADSL a partir da rede telefónica. No final de Junho de 2003, as plataformas de banda larga da PT registavam 268 mil clientes, dos quais 180 mil Netcabo e 88 mil ADSL, ou seja, quase o triplo do número de clientes de banda larga existentes no final de Junho de 2002.

Portugal tem hoje um dos níveis de penetração de serviços de banda larga mais elevados a nível europeu.

Considerando a liderança da PT como grupo de infocomunicação em Portugal, que se pretende afirmar como referência internacional em eficiência, qualidade de serviço e criação de valor accionista, foi criado em Julho o programa “Sociedade da Informação”. Este programa tem como objectivo principal coordenar as iniciativas do grupo decorrentes da sua participação nas acções nacionais no âmbito da sociedade de informação, enquadrando as iniciativas das empresas da PT, de modo a garantir a coerência da actuação do grupo.

## Cultura e ambiente

O apoio à cultura tem sido uma prioridade da PT, nomeadamente através da sua política de patrocínios e de mecenato, tais como a atribuição de prémios literários e o apoio a importantes eventos culturais, destacando-se o apoio ao Teatro Nacional D. Maria II.

Relacionado com a cultura mas também com a acção social, refira-se o projecto Movimentos Perpétuos de solidariedade a Carlos Paredes, através da divulgação da sua obra na música do Serviço de Apoio a Clientes, bem como em todos os PPCA's da rede interna da PT, e o apoio em exclusivo à Gala do Pirilampo Mágico da FENACERCI, “A Magia do Pirilampo”, transmitida em directo na RTP e que teve lugar no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, durante a qual foram efectuados donativos através do serviço de SMS na rede fixa articulado com a TMN.

A conservação dos recursos naturais e a minimização dos impactos negativos no meio ambiente, tem sido uma preocupação constante da PT na actividade de todas as suas empresas.

Em termos ambientais, o início de 2003 foi de extrema importância para as empresas dos negócios de rede fixa, no sentido em que se consagrou um objectivo, a obtenção da Certificação Ambiental, ou seja, o reconhecimento por parte de uma entidade externa devidamente credenciada para o efeito, de que o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) implementado se enquadra e respeita as orientações preconizadas na norma internacional ISO 14001.



Neste contexto, as empresas dos negócios de rede fixa têm continuado a desenvolver actividades ambientais que assentam na melhoria do Programa Ambiental que sustenta o seu SGA, tendo em vista uma actuação activa sobre os efeitos causados no ambiente, nomeadamente a minimização da produção de resíduos, a racionalização do consumo de combustíveis e respectivas emissões de poluentes, a racionalização do consumo de energia e de água e o cumprimento legal da utilização de halons. Para testar e avaliar o desempenho e eficácia do SGA e o nível de cumprimento do Programa Ambiental adoptado, realizou-se uma Auditoria Ambiental Interna, tendo sido detectadas melhorias relativamente ao ano 2002.

Manteve-se ainda a política de recolha selectiva de resíduos, com a implementação de recipientes para papel e toners junto de todos os equipamentos, e o estabelecimento de um acordo com a Câmara Municipal de Lisboa para proceder à sua recolha.

A TMN iniciou neste período o processo de medição de radiações electromagnéticas originadas nas estações de base de acordo com as disposições estabelecidas no respectivo Decreto-Lei. Está em curso a medição de estações em Centros Urbanos, com localizações mais sensíveis e de maior impacto psicológico junto das populações, a fim de obter medidas de todas as estações, cuja informação será publicada no site da TMN, para divulgação à ANACOM, Autarquias e ao público em geral. Baseada no princípio da precaução, a TMN está a tomar medidas para que todas as radiações estejam significativamente abaixo dos limites estabelecidos.

A Vivo desenvolveu diversas acções internas e externas à empresa no sentido da sensibilização e esclarecimento dos diversos agentes e movimentos de opinião sensíveis às questões do ambiente, nomeadamente quanto à instalação de estações de base. A nível interno, destaca-se a criação de um grupo interno que formará a base para a gestão desta questão junto da opinião pública e a elaboração de pareceres face à Resolução 303 da ANATEL. A nível externo, salienta-se a intervenção em campanhas de esclarecimento à sociedade, a abordagem das administrações regionais e municipais no sentido de conseguir o seu apoio nas negociações necessárias, a sensibilização da imprensa no sentido de estimular a cobertura de eventos relativos ao assunto, a produção de material educativo, nomeadamente folhetos, folders e vídeos, para ser disponibilizado nas acções de esclarecimento, e a negociação com entidades especializadas e isentas para a contratação de serviços em que se incluem a produção de eventos sobre radiações, elaboração de pareceres e material educativo.

A prática de instalação das estações base camufladas em locais de especial sensibilidade estética e de torres em “árvore” pintadas com as cores dominantes do meio ambiente também tem sido seguida pela Médi Télécom em Marrocos.

A PT Multimedia tem mantido as iniciativas de preservação do meio ambiente, entre as quais se destacam a utilização de um sistema digital de fotografia para os jornais do grupo, que permite eliminar todos os efeitos nefastos inerentes aos sistemas clássicos de revelação de imagem e consumo de papel com elevado teor químico, o consumo de papel reciclado para toda a documentação interna das empresas e a não utilização de impressões a cores.

O Grupo PT continuará a manter no futuro uma grande preocupação em relação aos equipamentos poluentes, nomeadamente as baterias dos telefones móveis e os pára-raios, para que no fim da sua vida útil sejam enviados aos órgãos competentes ou aos respectivos fornecedores para serem devidamente tratados. Em particular, no que se refere às baterias dos telemóveis, todas as lojas fazem a respectiva recolha junto dos clientes que assim o desejam.

# ► Análise Económica e Financeira

A análise efectuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as correspondentes notas anexas. As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom são apresentadas em euros, e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Em 27 de Dezembro de 2002, a Portugal Telecom e a Telefónica Móviles transferiram para a Vivo a totalidade de 100% dos seus investimentos em operadores de telecomunicações móveis no Brasil, passando cada uma das empresas a deter uma participação de 50% na nova empresa. Em resultado desta operação, as demonstrações financeiras da Portugal Telecom passaram a incluir a consolidação proporcional de 50% das demonstrações financeiras consolidadas da Vivo (que incluem os resultados de Maio e Junho da Tele Centro Oeste Participações). Para efeitos comparativos, são também apresentados os resultados pró-forma relativos ao primeiro semestre de 2002, considerando a consolidação proporcional de 50% das demonstrações financeiras consolidadas pró-forma da Vivo a essa data (que incluem igualmente os resultados de Maio e Junho da Tele Centro Oeste Participações), e excluindo a consolidação integral dos resultados da Telesp Celular Participações (TCP).

A análise económica e financeira apresentada neste capítulo baseia-se nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o formato internacional adoptado pelo grupo, as quais divergem das demonstrações financeiras oficiais preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC), por incluírem determinadas reclassificações em termos de activos, passivos, custos e proveitos, apesar de apresentarem os mesmos valores totais de activos, passivos, capitais próprios e resultados do exercício.

No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações financeiras em formato internacional e em formato POC, estas últimas incluem na Nota 23 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas uma reconciliação das principais rubricas da demonstração de resultados, a saber:

- Proveitos operacionais.
- Resultado operacional.
- Resultado antes de impostos e de interesses minoritários.

Durante o primeiro semestre de 2003, os resultados por segmentos de negócio consideram determinadas alterações aos segmentos de negócio que reflectem a actual visão da Portugal Telecom sobre os seus diferentes negócios. Assim, são de destacar:

- Definição do segmento Negócios de Rede Fixa, incluindo a PT Comunicações e a PT Prime, as quais em 2002 eram consideradas separadamente, bem como a PTM.com, que até 30 de Setembro de 2002 se encontrava incluída no segmento multimédia.

▶ No segmento Negócios Móveis Brasil, a substituição da consolidação de 100% dos resultados da Telesp Celular Participações pela consolidação proporcional de 50% dos resultados da Vivo, na sequência da constituição da joint venture com a Telefónica Móviles no final do exercício de 2002.

▶ No segmento PT Multimedia, a exclusão dos resultados da PTM.com (que passam a integrar o segmento Negócios de Rede Fixa, conforme acima referido); e a inclusão da TV Cabo Audiovisuais no subsegmento Televisão por subscrição e Internet por cabo, previamente incluídos nas Outras operações multimédia.

Em 30 de Junho de 2003, os segmentos de negócio têm a seguinte composição:

<b>Rede Fixa</b>	<b>Serviço Fixo</b> – PT Comunicações
	<b>Dados e Negócios Empresariais</b> – PT Prime e Tradecom
	<b>ISP e Portais</b> – PTM.com
<b>Móvel • Portugal</b>	TMN
<b>Móvel • Brasil</b>	Vivo
<b>PT Multimedia</b>	<b>Televisão por subscrição e Internet por cabo</b> – TV Cabo e TV Cabo Audiovisuais
	<b>Audiovisuais</b> – Lusomundo Audiovisuais e Lusomundo Cinemas
	<b>Media</b> – Lusomundo Media
	<b>Outras operações multimédia</b> – PTM e holdings da Lusomundo
<b>Outros</b>	Outros Negócios, Holdings e Empresas Instrumentais

Para efeitos comparativos, os valores de 30 de Junho de 2002 foram ajustados de forma a reflectir a nova composição dos segmentos, com excepção dos Negócios Móveis Brasil, em que se apresentam 100% dos resultados da Telesp Celular Participações.

## Resultados do semestre

No primeiro semestre de 2003 os proveitos operacionais consolidados da Portugal Telecom ascenderam a 2 725 milhões de euros. O EBITDA consolidado, para o mesmo período, ascendeu a 1 074 milhões de euros e os resultados operacionais consolidados atingiram 607 milhões de euros. O resultado líquido ascendeu a 143 milhões de euros, equivalente a um decréscimo de 29,1% em relação ao primeiro semestre do ano anterior, traduzindo-se num resultado líquido por ação de cerca de 0,11 euros no primeiro semestre de 2003.

## Proveitos operacionais consolidados

No primeiro semestre de 2003 os proveitos operacionais consolidados ascenderam a 2 725 milhões de euros, equivalente a um decréscimo de 4,5% face ao primeiro semestre de 2002. Excluindo o efeito da desvalorização cambial ocorrida face ao câmbio médio do real no primeiro semestre de 2002, os proveitos operacionais consolidados seriam de 3 114 milhões de euros, o que implicaria um acréscimo face ao primeiro semestre de 2002 de 9,2%.

Os proveitos operacionais consolidados apresentam a seguinte composição por segmento de negócio:

## PROVEITOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

valores expressos em milhões de euros

	1S03	1S02	Δ	1S02 <sup>(1)</sup> Pró-forma	Δ Pró-forma
<b>Rede Fixa</b>	<b>1 072,6</b>	<b>1 135,9</b>	<b>(5,6%)</b>	<b>1 135,9</b>	<b>(5,6%)</b>
Prestação de serviços	1 056,1	1 120,3	(5,7%)	1 120,3	(5,7%)
Vendas de equipamentos	16,5	15,6	5,8%	15,6	5,8%
<b>TMN</b>	<b>624,6</b>	<b>605,2</b>	<b>3,2%</b>	<b>605,2</b>	<b>3,2%</b>
Prestação de serviços	572,5	546,1	4,8%	546,1	4,8%
Vendas de equipamentos	52,1	59,1	(11,8%)	59,1	(11,8%)
<b>Vivo</b>	<b>588,7</b>	<b>734,1</b>	<b>(19,8%)</b>	<b>830,9</b>	<b>(29,1%)</b>
Prestação de serviços	490,7	638,3	(23,1%)	723,9	(32,2%)
Vendas de equipamentos	98,0	95,8	2,3%	107,0	(8,4%)
<b>PT Multimedia</b>	<b>325,8</b>	<b>292,7</b>	<b>11,3%</b>	<b>292,7</b>	<b>11,3%</b>
Prestação de serviços	262,0	229,3	14,3%	229,3	14,3%
Vendas de equipamentos	63,8	63,4	0,6%	63,4	0,6%
<b>Outros Negócios</b>	<b>113,2</b>	<b>84,7</b>	<b>33,6%</b>	<b>84,7</b>	<b>33,6%</b>
Prestação de serviços	111,3	80,6	38,1%	80,6	38,1%
Vendas de equipamentos	1,9	4,1	(53,7%)	4,1	(53,7%)
<b>TOTAL</b>	<b>2 724,9</b>	<b>2 852,6</b>	<b>(4,5%)</b>	<b>2 949,4</b>	<b>(7,6%)</b>

(1) Considerando a consolidação proporcional de 50% da Vivo.

### Rede Fixa

Os proveitos operacionais consolidados do segmento Negócios de Rede Fixa situaram-se em 1 073 milhões de euros, diminuindo 5,6% face ao primeiro semestre do ano anterior, devido essencialmente à desaceleração do crescimento económico e da substituição do tráfego de fixo para móvel, que se traduziu num decréscimo de 3,2% no número de linhas de acesso ao serviço e de 4,7% no volume total de tráfego de voz, face ao primeiro semestre de 2002.

### TMN

Os proveitos operacionais consolidados da TMN aumentaram 3,2%, tendo ascendido a 625 milhões de euros, sobretudo em resultado do crescimento do número de clientes (10,7%), que mais do que compensou a descida no ARPU (8,7%). Os proveitos de serviço aumentaram 4,8% no primeiro semestre de 2003, enquanto que a venda de equipamentos diminuiu 11,8%. Os proveitos dos serviços de dados corresponderam a 8,3% dos proveitos de serviço, uma melhoria considerável face à contribuição de 6,8% registada no primeiro semestre de 2002.

### Vivo

Os proveitos operacionais consolidados da Vivo, em euros, sofreram uma redução de 19,8% (29,3% numa base pró-forma) devido à desvalorização de 38,0% do câmbio médio real/euro no primeiro semestre de 2003 face ao primeiro semestre de 2002, tendo ascendido a 589 milhões de euros.

Excluindo a desvalorização do real, os proveitos da Vivo seriam de 949 milhões de euros, o equivalente a um crescimento de 14,2%. Este crescimento reflecte a forte posição da Vivo no mercado brasileiro, uma focalização contínua nos segmentos de maior rentabilidade e o desenvolvimento de novos serviços.

#### PT Multimedia

Os proveitos operacionais consolidados da PT Multimedia situaram-se em 326 milhões de euros, equivalente a um aumento de 11,3%, reflectindo a subida de 22,3% nos proveitos da TV Cabo no primeiro semestre de 2003. Este desempenho foi conseguido apesar da diminuição de 7,2% nas receitas de publicidade da Lusomundo Media.

#### Custos operacionais consolidados

Os custos operacionais consolidados ascenderam a 2 118 milhões de euros, o que representa uma redução de 4,9% face ao ano anterior. Excluindo a desvalorização cambial do real, os custos operacionais consolidados sofreram um aumento de 9,6%.

Os custos operacionais consolidados apresentam a seguinte composição, de acordo com a sua natureza:

#### CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

valores expressos em milhões de euros

	1503	1502	Δ	1502 <sup>(1)</sup>	Δ
				Pró-forma	Pró-forma
Remunerações e outros encargos com o pessoal	348,9	349,0	(0,0%)	360,0	(3,1%)
Custos com benefícios de reforma	110,1	91,4	20,4%	91,9	19,8%
Custos com telecomunicações	296,7	329,8	(10,0%)	353,2	(16,0%)
Custo das mercadorias vendidas	205,5	227,8	(9,8%)	238,2	(13,7%)
Marketing e publicidade	65,4	55,2	18,5%	62,1	5,3%
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos	54,7	90,9	(39,8%)	93,6	(41,6%)
Outros fornecimentos e serviços externos	457,6	467,9	(2,2%)	486,3	(5,9%)
Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo	467,5	497,8	(6,1%)	527,0	(11,3%)
Outros custos operacionais	112,0	118,1	(5,2%)	125,2	(10,5%)
<b>Total</b>	<b>2 118,4</b>	<b>2 227,9</b>	<b>(4,9%)</b>	<b>2 337,5</b>	<b>(9,4%)</b>

(1) Considerando a consolidação proporcional de 50% da Vivo.

#### Remunerações e outros encargos com o pessoal

Os custos com pessoal ascenderam a 349 milhões de euros face a idêntico valor no primeiro semestre de 2002. Esta rubrica de custos foi influenciada pela inclusão na Vivo dos trabalhadores de lojas em regime de franchising e pelo efeito da consolidação da PrimeSys apenas no segundo semestre de 2002. No caso do segmento Negócios de Rede Fixa, os custos com pessoal, que correspondem a 47,5% do total dos custos com pessoal do grupo, registaram uma descida de 4,6%. Os custos com pessoal representaram 12,8% dos proveitos operacionais, correspondendo a um ligeiro aumento em relação ao primeiro semestre de 2002 (12,2%).

#### **Custos com benefícios de reforma**

Os custos com benefícios de reforma aumentaram 19 milhões de euros, ou 20,4%, face ao primeiro semestre de 2002, situando-se em 110 milhões de euros no primeiro semestre de 2003. Este aumento deveu-se essencialmente a um incremento dos custos financeiros que reflecte o aumento das responsabilidades não fundeadas que em 31 de Dezembro de 2002 ascendiam a 1 990 milhões de euros e ao incremento da amortização de custos actuariais diferidos de anos anteriores (decorrente de uma rendibilidade dos fundos de pensões inferior aos 6% considerados nos estudos actuariais). Os custos com benefícios de reforma representaram 4% dos proveitos operacionais consolidados.

#### **Custos com telecomunicações**

Os custos com telecomunicações situaram-se em 297 milhões de euros, face a 330 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, um decréscimo de 10,0%, que resultou essencialmente da redução do tráfego na PT Comunicações fixo-móvel e móvel-móvel. Os custos de telecomunicações representaram 10,9% dos proveitos operacionais consolidados.

#### **Custo das mercadorias vendidas**

O custo das mercadorias vendidas desceram 9,8% face ao primeiro semestre de 2002, devido essencialmente à redução das vendas de equipamentos terminais, que diminuíram 2,4% no primeiro semestre de 2003. Esta redução nos custos com mercadorias vendidas reflecte também a menor subsidiação de terminais nos negócios móveis. Esta rubrica de custos representou 7,5% dos proveitos operacionais consolidados.

#### **Marketing e publicidade**

Os custos de marketing e publicidade ascenderam a 65 milhões de euros, face a 55 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, equivalente a um crescimento de 18,5%. O acréscimo desta rubrica reflecte o aumento destes custos na TMN (4 milhões de euros), em particular em campanhas publicitárias para o lançamento de novos serviços, com particular destaque para o I9, e na Vivo (6 milhões de euros), essencialmente pelos custos com o lançamento da nova marca Vivo. Estes custos representaram 2,4% dos proveitos operacionais consolidados.

#### **Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos**

As provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos diminuíram 39,8%, face ao primeiro semestre de 2002. A diminuição desta rubrica reflecte essencialmente um maior esforço de cobrança empreendido pelas diversas empresas do grupo, que permitiu recuperar alguns montantes provisionados em exercícios anteriores, bem como o efeito da desvalorização do real nas provisões registadas pela Vivo. Esta rubrica de custos representou 2% dos proveitos operacionais consolidados.

#### **Outros fornecimentos e serviços externos**

Os outros fornecimentos e serviços externos registaram um decréscimo de 10 milhões de euros, ou 2,2%, para 458 milhões de euros no primeiro semestre de 2003. Esta redução reflecte basicamente o efeito da desvalorização cambial do real. Esta rubrica de custos representou 16,8% dos proveitos operacionais consolidados.

### Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo

As amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo diminuíram em 30 milhões de euros, para 468 milhões de euros, no primeiro semestre de 2003, o que representa uma redução de 6,1% face ao primeiro semestre de 2002, reflexo do efeito da desvalorização do real. As amortizações foram superiores ao Capex do período, que se situou em 220 milhões de euros, em resultado de uma política mais selectiva de investimento adoptada pelo grupo nos últimos anos. Esta rubrica de custos representou 17,2% dos proveitos operacionais consolidados.

### EBITDA

○ EBITDA consolidado decresceu 4,3% devido à desvalorização de 38% do real e à diminuição da contribuição do segmento Negócios de Rede Fixa para o EBITDA do Grupo PT. Excluindo a desvalorização do real, o EBITDA consolidado teria ascendido a 1 215 milhões de euros, o que teria representado um crescimento de 8,2% face a igual período do ano anterior, resultado do incremento na TMN (31 milhões de euros), na Vivo (72 milhões de euros) e na PT Multimedia (22 milhões de euros). A contribuição de cada área de negócio para o EBITDA é apresentada no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros

	1503	1502	Δ	1503 Margem	1502 <sup>(1)</sup> Pró-forma	Δ Pró-forma
Rede Fixa	460,9	501,1	(8,0%)	40,1%	501,1	(8,0%)
Excluindo PRB <sup>(2)</sup>	569,8	591,1	(3,6%)	49,6%	591,1	(3,6%)
TMN	315,5	284,8	10,8%	44,1%	284,8	10,8%
Vivo	227,1	294,4	(22,9%)	38,6%	310,9	(27,0%)
PT Multimedia	56,8	35,0	62,0%	17,4%	35,0	62,3%
Outros Negócios	13,9	7,2	92,2%	n.m.	7,2	91,7%
<b>EBITDA</b>	<b>1 074,1</b>	<b>1 122,5</b>	<b>(4,3%)</b>	<b>–</b>	<b>1 139,0</b>	<b>(5,7%)</b>
<b>Margem de EBITDA</b>	<b>39,4%</b>	<b>39,4%</b>	<b>0,0 p.p.</b>	<b>39,4%</b>	<b>38,6%</b>	<b>0,8 p.p.</b>

(1) Considerando a consolidação proporcional de 50% da Vivo.

(2) Excluindo custos com benefícios de reforma.

○ EBITDA do segmento Negócios de Rede Fixa ascendeu a 461 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, um decréscimo de 8% face ao primeiro semestre de 2002, que resultou essencialmente da desaceleração do volume de tráfego (ver análise detalhada no capítulo seguinte). Apesar desta evolução desfavorável das operações no primeiro semestre de 2003, a Rede Fixa conseguiu obter uma margem EBITDA de 40,1%. Os custos operacionais, excluindo amortizações, diminuíram 4%, apesar do aumento em 21% dos custos relacionados com benefícios de reforma. Não considerando os custos relacionados com benefícios de reforma (110 milhões de euros), a Rede Fixa teria uma diminuição dos custos operacionais excluindo amortizações de 7,0%, o que implicaria que a redução de EBITDA (excluindo PRB) fosse de apenas 3,6%, e uma margem de EBITDA de 49,6%, uma melhoria de 1,1 p.p. face ao primeiro semestre de 2002.

○ EBITDA da TMN aumentou 10,8% no primeiro semestre de 2003, para 316 milhões de euros, em resultado do crescimento da base de clientes e de uma maior contribuição dos serviços de dados. A margem EBITDA no período foi 44,1%, uma melhoria de 3,9 p.p. face ao primeiro semestre de 2002, devido essencialmente à redução dos SAC e às iniciativas de redução de custos, que implicaram uma diminuição do CCPU de 11,7% (ver análise mais detalhada no capítulo seguinte).

○ EBITDA da Vivo ascendeu a 227 milhões de euros, um decréscimo de 22,9% face ao primeiro semestre do ano anterior, reflexo da desvalorização do real em 38%. Não considerando a desvalorização do real e comparando com as demonstrações pró-forma da Vivo no primeiro semestre de 2002, o EBITDA teria aumentado em 17,7%, em resultado essencialmente do aumento do número de clientes. A margem EBITDA situou-se em 38,6%, um acréscimo de 1 p.p. face ao primeiro semestre de 2002, devido essencialmente à racionalização de custos (o CCPU baixou 5,6%), apesar do aumento da concorrência (ver análise mais detalhada no capítulo seguinte).

○ EBITDA da PT Multimedia foi de 57 milhões de euros, um aumento de 62% face ao primeiro semestre do ano anterior, e a margem EBITDA situou-se em 17,4%, uma melhoria de 5,4 p.p. face ao primeiro semestre de 2002. Esta evolução muito favorável na PT Multimedia resultou essencialmente do negócio de televisão por subscrição e Internet por cabo, que teve um crescimento do EBITDA de 71,1% face ao primeiro semestre do ano anterior, equivalente a uma margem de EBITDA de 25,6%, um acréscimo de 7,7 p.p. face ao primeiro semestre de 2002. O negócio Media (Lusomundo Media) encontra-se sob uma significativa reestruturação e o seu desempenho tem vindo a ser afectado pela contracção do mercado publicitário. Apesar disto, o EBITDA da Lusomundo Media totalizou 2 milhões de euros. O EBITDA da Lusomundo Audiovisuais no primeiro semestre de 2003, ascendeu a 5 milhões de euros, tendo como principal contribuição as actividades de distribuição e exibição cinematográfica e venda de DVDs e jogos para a Play Station II.

### Resultado consolidado líquido

○ resultado líquido do primeiro semestre de 2003 ascendeu a 143 milhões de euros, o que compara com 203 milhões de euros no primeiro semestre de 2002. Excluindo os custos relacionados com o programa de redução de pessoal (186 milhões de euros, líquido do correspondente efeito fiscal), o resultado líquido do primeiro semestre de 2003 teria sido de 330 milhões de euros, o que teria representado um aumento de 53,7% no resultado líquido face ao primeiro semestre de 2002.

A reconciliação entre o EBITDA e o resultado consolidado líquido do semestre é apresentada no quadro seguinte:

	valores expressos em milhões de euros				
	1503	1502	Δ	1502 <sup>(1)</sup>	Δ
				Pró-forma	Pró-forma
EBITDA	1 074,1	1 125,5	(4,3%)	1 139,0	(5,7%)
D&A	(467,5)	(497,8)	(6,1%)	(527,0)	(11,3%)
<b>Resultados Operacionais Consolidados</b>	<b>606,6</b>	<b>624,7</b>	<b>(2,9%)</b>	<b>612,0</b>	<b>(0,9%)</b>
Outros (custos)/proveitos não operacionais	(346,7)	(321,2)	7,9%	(213,8)	62,2%
<b>Resultado consolidado antes de impostos</b>	<b>259,9</b>	<b>303,5</b>	<b>(14,4%)</b>	<b>398,2</b>	<b>(34,7%)</b>
Imposto sobre o Rendimento	(81,1)	(186,9)	(56,6%)	(196,2)	(58,7%)
<b>Resultado consolidado antes de Interesses Minoritários</b>	<b>178,7</b>	<b>116,6</b>	<b>53,2%</b>	<b>202,0</b>	<b>(11,5%)</b>
Perdas/(ganhos) aplicáveis a interesses minoritários	(35,2)	85,9	(141,0%)	47,3	n.a.
<b>Resultado consolidado líquido</b>	<b>143,5</b>	<b>202,5</b>	<b>(29,1%)</b>	<b>249,3</b>	<b>(42,4%)</b>
Resultado líquido por acção (euro)	0,11	0,16	(29,1%)	0,20	(42,4%)

(1) Considerando a consolidação proporcional de 50% da Vivo.



### Outros custos não operacionais

Os outros custos e proveitos não operacionais incluem essencialmente os encargos financeiros líquidos, a amortização do goodwill, os resultados da aplicação do método de equivalência patrimonial em empresas associadas, outros proveitos financeiros líquidos, ganhos líquidos com a venda e a alienação de imobilizado corpóreo, os custos extraordinários com o programa de redução de efectivos e outros itens extraordinários.

Os juros suportados líquidos atingiram os 75 milhões de euros, face aos 81 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2002. O custo médio da dívida no primeiro semestre de 2003 foi de 3,8%.

Os outros proveitos financeiros líquidos no primeiro semestre de 2003 ascenderam a 81 milhões de euros, em comparação com os 53 milhões de euros negativos registados no primeiro semestre de 2002. Esta rubrica inclui essencialmente: (i) ganhos referentes ao cancelamento e valorização no mercado de certos instrumentos derivados cambiais; e (ii) redução no valor da provisão constituída para cobertura de eventuais perdas relacionadas com equity swap sobre acções da PT Multimedia, resultado de um aumento no valor de mercado dessas acções durante o primeiro semestre de 2003.

A amortização do goodwill situou-se em 53 milhões de euros, uma diminuição de 30,9% face ao primeiro semestre de 2002. Esta redução reflecte na sua maioria a diminuição da amortização do goodwill na Vivo, no montante de 25 milhões de euros, resultante quer do registo de impairments efectuado no ano de 2002, quer da desvalorização do real.

As perdas relativas a empresas associadas diminuíram para 13 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, face a 145 milhões de euros no primeiro semestre de 2002. Esta rubrica inclui essencialmente a proporção nas perdas da Médi Télécom, de 15 milhões de euros. A melhoria nesta rubrica em relação ao primeiro semestre de 2002 (132 milhões de euros), resultou essencialmente do facto de a Global Telecom ter passado a ser consolidada integralmente na Vivo e proporcionalmente pela PT. Resultou igualmente da redução das perdas geradas pela Médi Télécom para 15 milhões de euros face a 30 milhões de euros no primeiro semestre de 2002, reflexo do aumento em 36,2% nas receitas operacionais, sobretudo em resultado do crescimento do número de clientes da Médi Télécom.

Os ganhos líquidos relativos à venda e alienação de imobilizado corpóreo aumentaram para 37 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, face a 2 milhões de euros no primeiro semestre de 2002. Esta rubrica inclui essencialmente ganhos, no montante de 35 milhões, obtidos com a venda de um edifício em Lisboa a um fundo de pensões, com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões da PTC. Esta operação gerou um ganho total de 65 milhões de euros, sendo que 30 milhões de euros foram diferidos durante o período do contrato.

Os custos associados ao programa de redução de efectivos, que incluiu 1 445 trabalhadores, ascenderam a 278 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, que compara com 18 milhões de euros no primeiro semestre de 2002.

Os itens extraordinários ascenderam a 60 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, relacionados essencialmente com a constituição de uma provisão para outros riscos e encargos na PT Multimedia. O propósito desta provisão assenta basicamente numa estimativa de perda de valor dos activos fixos relacionados com a reestruturação do negócio IDTV e aceleração dos serviços de digitalização da TV Cabo. Adicionalmente, esta provisão destina-se a cobrir certas responsabilidades com terceiros e perdas em investimentos financeiros.

### **Imposto sobre o rendimento**

O custo referente ao imposto sobre o rendimento totalizou 81 milhões de euros, que incorpora o registo da estimativa de imposto do semestre, no montante de 144 milhões de euros, deduzida do reconhecimento do novo imposto diferido activo, no montante de 63 milhões de euros, o qual inclui 60 milhões de euros relativos à PT Multimedia. Estes impostos diferidos activos registados na PT Multimedia resultam essencialmente de prejuízos fiscais reportáveis referentes a exercícios anteriores, tendo sido reconhecidos neste semestre atendendo às expectativas actualmente existentes sobre a evolução futura dos negócios e as consequentes expectativas de recuperação desses prejuízos fiscais.

Da estimativa de imposto sobre o rendimento no montante de 144 milhões de euros, 130 milhões de euros não implicarão qualquer dispêndio de fundos, sendo registada como uma dedução dos impostos diferidos activos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis (931 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2002).

Não considerando o efeito do registo dos impostos diferidos pela PT Multimedia no primeiro semestre de 2003, a taxa efectiva de imposto teria sido de 54%, que é superior à taxa nominal de IRC de 33%, em resultado de alguns custos significativos do Grupo PT não serem considerados elegíveis para efeitos fiscais, nomeadamente a amortização do goodwill e as perdas relativas a empresas associadas decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ver reconciliação do Resultado antes de Impostos com o custo referente a Imposto sobre o rendimento na Nota 57 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas).

### **Interesses minoritários**

No primeiro semestre de 2003, os ganhos líquidos aplicáveis a interesses minoritários ascendem a 35 milhões de euros e respeitam essencialmente a 50% da parcela dos minoritários nos resultados líquidos consolidados da Vivo do semestre (24 milhões de euros). No primeiro semestre do ano anterior, as perdas líquidas imputáveis a interesses minoritários ascenderam a 86 milhões de euros e incluíam essencialmente a proporção dos minoritários nas perdas da Telesp Celular Participações e da PT Multimedia.

## Situação financeira

### Balanço consolidado

Os balanços consolidados em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002 são como segue:

<b>BALANÇO</b> [valores expressos em milhões de euros]	<b>30 de Jun.</b>	<b>31 de Dez.</b>	<b>Δ</b>
	<b>2003</b>	<b>2002</b>	
<b>Activos</b>			
Activo circulante	4 648,0	4 850,9	(202,9)
Investimentos financeiros	457,7	376,4	81,3
Imobilizações corpóreas	4 449,8	4 575,8	(126,0)
Imobilizações incorpóreas	3 363,9	2 968,7	395,2
Impostos diferidos de médio e longo prazo	806,3	877,3	(71,0)
Outros activos de médio e longo prazo	86,0	77,0	9,0
<b>Total do activo consolidado</b>	<b>13 811,7</b>	<b>13 726,1</b>	<b>85,6</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo circulante	2 967,7	2 958,0	9,7
Empréstimos de médio e longo prazo	4 721,2	5 219,1	(497,9)
Provisões para benefícios de reforma	1 246,2	1 061,5	184,7
Impostos diferidos de médio e longo prazo	363,3	359,0	4,3
Provisões para outros riscos e encargos	407,9	439,2	(31,3)
Outros passivos de médio e longo prazo	118,9	130,8	(11,9)
<b>Capital Próprio</b>	<b>3 301,7</b>	<b>3 111,3</b>	<b>190,4</b>
<b>Interesses Minoritários</b>	<b>684,8</b>	<b>447,2</b>	<b>237,6</b>
<b>Total do Capital Próprio, dos Interesses Minoritários e do Passivo</b>	<b>13 811,7</b>	<b>13 726,1</b>	<b>85,6</b>

O activo consolidado atingiu um montante de 13 812 milhões de euros em 30 de Junho de 2003, registando um acréscimo de 86 milhões de euros em relação ao final de 2002. Este aumento resultou essencialmente do aumento de imobilizações incorpóreas em 395 milhões de euros, que reflecte fundamentalmente a valorização do real ocorrida no primeiro semestre de 2003 em 203 milhões de euros e a aquisição do controlo accionista da Tele Centro Oeste Participações (189 milhões de euros). Este aumento foi parcialmente compensado pela diminuição do activo circulante em 203 milhões de euros (ver análise no ponto referente ao Investimento em Fundo de Maneio), e dos impostos diferidos activos de médio e longo prazo em 71 milhões de euros, que resulta essencialmente do efeito combinado da utilização de prejuízos reportáveis (130 milhões de euros), e do reconhecimento do novo imposto diferido activo (63 milhões de euros).

O passivo consolidado atingiu um montante de 9 825 milhões de euros em 30 de Junho de 2003, o que representa uma diminuição de 342 milhões de euros em relação ao final de 2002. Esta redução resultou essencialmente da diminuição na dívida remunerada de médio e longo prazo em 498 milhões de euros, a qual foi parcialmente compensada pelo aumento das provisões para benefícios de reforma em 185 milhões de euros, o que resultou essencialmente das seguintes situações: (i) registo de custos de curtailment de 213 milhões de euros relacionados com a redução de 1 445 trabalhadores; (ii) registo

dos custos com benefícios de reforma do semestre de 96 milhões de euros; e (iii) registo dos pagamentos aos fundos de pensões e aos reformados que totalizaram 125 milhões de euros e originaram uma redução de igual montante nesta provisão.

A exposição (activos menos passivos) do grupo ao Brasil totaliza 7 488 milhões de reais (2 277 milhões de euros ao câmbio real/euro do final do semestre). Os activos denominados em reais incluídos no balanço consolidado em 30 de Junho de 2003 ascendem a 4 230 milhões de euros, equivalente a 31% do total do activo consolidado da PT.

Em 30 de Junho de 2003, o capital próprio ascendia a 3 302 milhões de euros, um aumento de 190 milhões de euros em relação ao final do ano de 2002. O quadro seguinte apresenta a reconciliação do aumento do capital próprio no primeiro semestre de 2003:

valores expressos em milhões de euros

<b>Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2002</b>	<b>3 111,3</b>
Resultado Líquido do semestre	143,5
Distribuição de dividendos	(200,7)
Atribuição de lucros	(4,8)
Ajustamentos de conversão cambial	244,2
Outros ajustamentos	8,2
<b>Capital Próprio em 30 de Junho de 2003</b>	<b>3 301,7</b>
<b>Δ Capital Próprio</b>	<b>6,1%</b>
<b>Aumento do Capital Próprio no primeiro semestre de 2003</b>	<b>190,4</b>

Os ajustamentos de conversão cambial no semestre foram positivos e ascenderam a 244 milhões de euros. Estes ajustamentos estão essencialmente relacionados com a valorização do real face ao euro.

### Investimento em activos financeiros e Capex

O investimento consolidado do grupo no primeiro semestre de 2003 teve a seguinte composição:

**INVESTIMENTO**

valores expressos em milhões de euros

	<b>1S03</b>	<b>1S02</b>	<b>Δ</b>
Investimentos em Activos Financeiros	281,8	138,5	143,3
Capex	219,8	382,0	(162,2)
<b>Total</b>	<b>501,6</b>	<b>520,5</b>	<b>(18,9)</b>

### Investimento em activos financeiros

O investimento em activos financeiros (incluindo goodwill) no primeiro semestre de 2003 situou-se em 282 milhões de euros e está relacionado fundamentalmente com a aquisição pela Vivo, através da Telesp Celular Participações, do controlo accionista da Tele Centro Oeste Participações (231 milhões de euros), com um adiantamento efectuado à Médi Télécom para futuro aumento de capital (21 milhões de euros) e com a aquisição em bolsa de acções da PT Multimedia (19 milhões de euros).

## Capex

O Capex tem vindo a diminuir consistentemente no grupo, em linha com a anunciada estratégia de maximização do cash flow. No primeiro semestre de 2003, o Capex situou-se em 220 milhões de euros, correspondendo a 8,1% dos proveitos operacionais (13,4% no primeiro semestre de 2002).

A distribuição do Capex por segmento de negócio apresenta-se no quadro seguinte:

CAPEX		valores expressos em milhões de euros		
		1S03	1S02	Δ
Rede Fixa		60,0	147,2	(59,2%)
TMN		71,8	133,7	(46,3%)
Vivo		41,4	37,6	10,1%
PT Multimedia		25,6	36,0	(28,9%)
Outros negócios		21,0	27,5	(23,6%)
<b>TOTAL</b>		<b>219,8</b>	<b>382,0</b>	<b>(42,5%)</b>

O Capex do segmento Negócios de Rede Fixa situou-se em 60 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, o que se traduz num decréscimo de 59,2% e num rácio de Capex sobre proveitos operacionais de 5,2%.

Durante o primeiro semestre de 2003, a TMN e a Vivo desenvolveram a sua actividade com um rácio de Capex sobre as receitas de 10% e 7%, respectivamente. O Capex da TMN inclui 33 milhões de euros pagos no âmbito do contrato celebrado em 2002 entre a Oniway e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licenças de UMTS em Portugal; caso não tivesse ocorrido este investimento o rácio de Capex sobre proveitos operacionais teria sido de apenas 5,4% no primeiro semestre de 2003.

## Investimento em fundo de maneoio

O Investimento em Fundo de Maneio atingiu 272 milhões de euros no primeiro semestre de 2003 (250 milhões de euros excluindo a Tele Centro Oeste Participações), o que compara com 195 milhões de euros no primeiro semestre de 2002. Em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002, o Fundo de Maneio da PT apresentava a seguinte composição:

FUNDO DE MANEIO [valores expressos em milhões de euros]	30 de Jun.	31 de Dez.	Δ
	2003	2002	
<b>Disponibilidades</b>	<b>1 817,2</b>	<b>2 276,5</b>	<b>(459,3)</b>
<b>Activo Circulante – Operacional (a)</b>	<b>1 631,2</b>	<b>1 451,6</b>	<b>179,6</b>
Valores a receber – Clientes <sup>(1)</sup>	1 111,2	1 011,3	99,9
Valores a receber – Outros <sup>(2)</sup>	250,2	167,8	82,4
Existências	132,5	149,8	(17,3)
Custos diferidos e outros activos correntes	137,3	122,7	14,6
<b>Activo Circulante – Não Operacional</b>	<b>1 199,6</b>	<b>1 122,9</b>	<b>76,7</b>
Valores a receber – Outros <sup>(3)</sup>	340,5	291,2	49,3
Custos diferidos e outros activos correntes	11,3	11,7	(0,4)
Impostos diferidos	847,8	820,0	27,8
<b>Total Activo Corrente</b>	<b>4 648,0</b>	<b>4 850,9</b>	<b>(203,0)</b>
<b>Dívida de curto prazo</b>	<b>1 071,3</b>	<b>1 094,4</b>	<b>(23,1)</b>
<b>Passivo Circulante – Operacional (b)</b>	<b>1 477,4</b>	<b>1 569,4</b>	<b>(138,6)</b>
Valores a pagar – Fornecedores <sup>(4)</sup>	522,5	651,2	(128,7)
Valores a pagar – Outros <sup>(4)</sup>	340,9	436,1	(95,2)
Acréscimo de custos	354,1	299,6	54,5
Impostos a pagar	101,3	70,5	30,8
Proveitos diferidos	158,6	112,0	46,6
<b>Passivo Circulante – Não Operacional</b>	<b>418,9</b>	<b>294,2</b>	<b>(18,9)</b>
Valores a pagar – Outros <sup>(5)</sup>	150,2	6,6	143,6
Acréscimo de custos	137,8	160,5	(22,7)
Impostos a pagar	3,1	0,6	2,5
Proveitos diferidos	89,8	82,3	7,5
Impostos diferidos	38,0	44,2	(6,2)
<b>Total Passivo Corrente</b>	<b>2 967,7</b>	<b>2 958,0</b>	<b>9,7</b>
<b>Fundo de Maneio (a)-(b)</b>	<b>153,8</b>	<b>(117,8)</b>	<b>271,6</b>
<b>Investimento em Fundo de Maneio</b>	<b>271,6</b>	<b>n.a.</b>	<b>n.a.</b>
<b>Investimento em Fundo de Maneio (excluindo saldo inicial da Tele Centro Oeste Participações)</b>	<b>250,5</b>	<b>n.a.</b>	<b>n.a.</b>

(1) O acréscimo nesta rubrica resulta essencialmente do aumento dos valores a receber de clientes no segmento Negócios de Rede Fixa (87 milhões de euros).

(2) Esta rubrica inclui um montante de 198 milhões de euros referente aos pagamentos por conta de IRC efectuados pela PT em 2002, que deverão ser recuperados no curto prazo.

(3) Esta rubrica inclui um montante de 34 milhões de euros referente a Debentures constantes do activo da Tele Centro Oeste Participações.

(4) O decréscimo nestas rubricas resulta essencialmente da redução dos valores a pagar pela TMN a fornecedores (86 milhões de euros) e a fornecedores de imobilizado (75 milhões de euros), respectivamente.

(5) Esta rubrica inclui um montante de 99 milhões de euros referente ao valor em dívida na Telesp Celular Participações pela aquisição da Tele Centro Oeste Participações.

## EBITDA menos Capex e Cash Flow operacional

A distribuição do EBITDA menos Capex por segmento de negócio apresenta-se no quadro seguinte:

### EBITDA MENOS CAPEX

valores expressos em milhões de euros

	1S03	1S02	Δ %
Rede Fixa	400,9	353,9	13,3%
TMN	243,7	151,1	61,3%
Vivo	185,6	256,8	(27,7%)
PT Multimedia	31,2	(0,9)	n.s.
Outros	(7,0)	(20,4)	(65,7%)
<b>TOTAL</b>	<b>854,4</b>	<b>740,5</b>	<b>15,4%</b>

Os negócios no mercado doméstico representaram mais de 78,3% do EBITDA menos Capex do grupo.

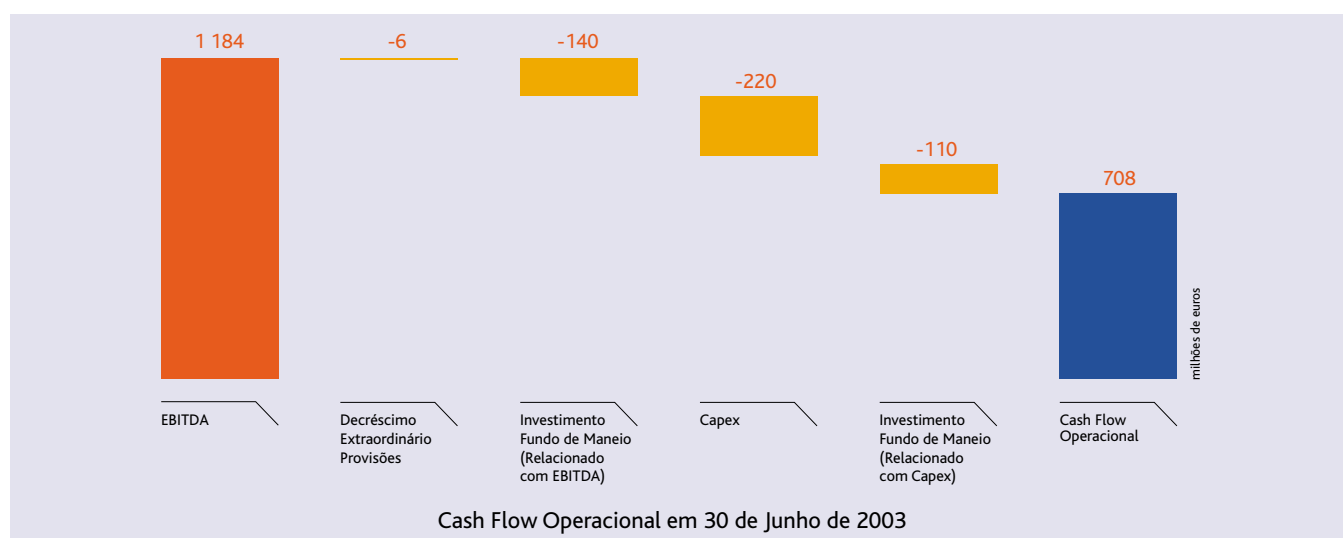
O EBITDA menos Capex apurado no semestre implicou que, em linha com a estratégia definida, a PT tenha tido um acréscimo do cash flow operacional gerado no semestre, conforme se apresenta no quadro seguinte:

### CASH FLOW OPERACIONAL

valores expressos em milhões de euros

	1S03	1S02	Δ
EBITDA excluindo custos com Benefícios de Reforma	1 184,2	1 214,0	(29,8)
Aumento extraordinário das Provisões	(5,6)	3,4	(9,0)
Investimento em Fundo de Maneio, excluindo fornecedores de imobilizado	(140,3)	(87,7)	(52,6)
<b>Cash Flow gerado nas operações</b>	<b>1 038,3</b>	<b>1 129,7</b>	<b>(91,4)</b>
Capex	(219,8)	(382,0)	162,2
Investimento em Fundo de Maneio (Capex)	(110,2)	(107,7)	(2,5)
<b>Pagamentos aos fornecedores de imobilizado</b>	<b>(330,0)</b>	<b>(489,7)</b>	<b>159,7</b>
<b>Cash Flow Operacional</b>	<b>708,3</b>	<b>640,0</b>	<b>68,3</b>

Em linha com a estratégia definida pela PT, o grupo gerou um acréscimo do cash flow operacional que no primeiro semestre de 2003 totalizou 708 milhões de euros. Este incremento foi o resultado do cash flow gerado pelas operações do grupo, no montante de 1 038 milhões de euros, deduzido dos pagamentos aos fornecedores de imobilizado, os quais ascenderam a 330 milhões de euros no primeiro semestre de 2003.



## Dívida líquida consolidada

A Dívida Líquida Consolidada em 30 de Junho de 2003 ascendeu a 3 975 milhões de euros e o passivo remunerado a 5 792 milhões de euros. Em 30 de Junho de 2003, a Dívida Líquida Consolidada é como segue:

DÍVIDA LÍQUIDA CONSOLIDADA [valores expressos em milhões de euros]	30 de Jun.		31 de Dez.	
	2003	%	2002	%
<b>Dívida de Curto Prazo</b>	<b>1 071,3</b>	<b>18,5</b>	<b>1 094,3</b>	<b>17,3</b>
Empréstimos por Obrigações Convertíveis	450,5	7,8	—	—
Empréstimos Obrigacionistas	—	—	285,1	4,5
Empréstimos Bancários	433,4	7,5	257,3	4,1
Outros Empréstimos Obtidos	187,4	3,2	551,9	8,7
<b>Dívida de Médio e Longo Prazo</b>	<b>4 721,2</b>	<b>81,5</b>	<b>5 219,0</b>	<b>82,7</b>
Empréstimos por Obrigações Convertíveis	550,0	9,5	1 059,0	16,8
Outros Empréstimos Obrigacionistas	2 724,7	47,0	2 724,7	43,2
Empréstimos Bancários	1 317,5	22,7	1 289,8	20,4
Outros Empréstimos Obtidos	129,0	2,2	145,5	2,3
<b>Passivo Remunerado</b>	<b>5 792,5</b>	<b>100,0</b>	<b>6 313,3</b>	<b>100,0</b>
Disponibilidades	1 817,2	31,4	2 276,5	36,1
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3 975,3</b>	<b>68,6</b>	<b>4 036,8</b>	<b>63,9</b>

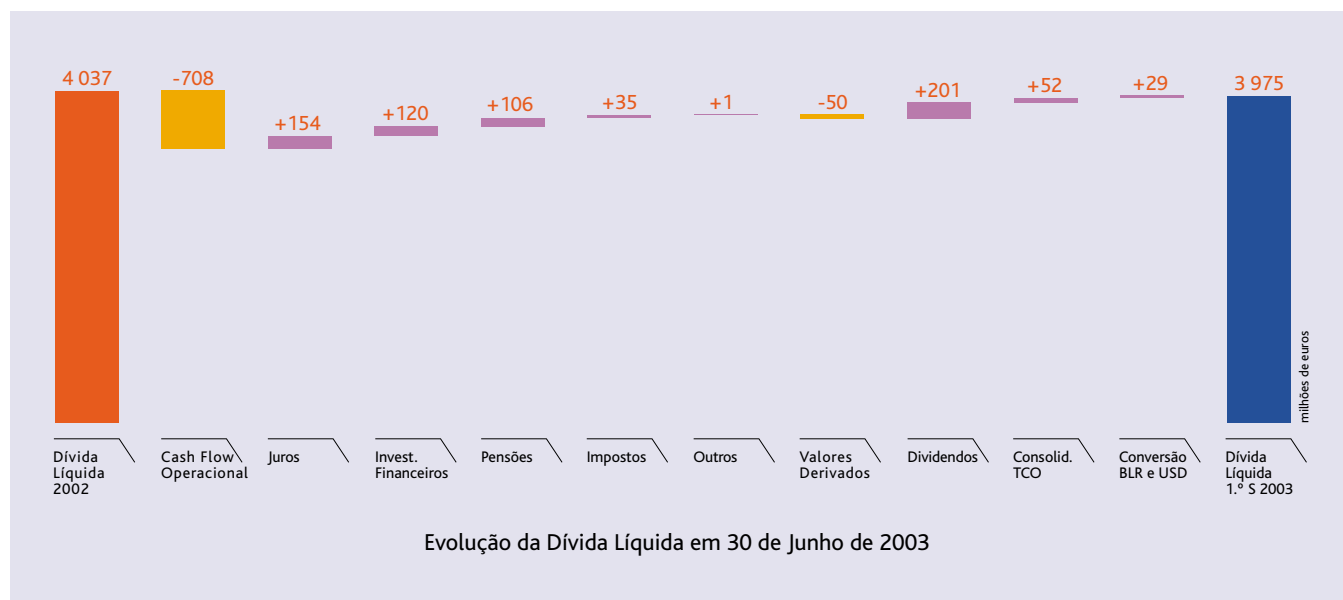
A redução da dívida líquida no semestre ascendeu a 62 milhões de euros como apresenta o seguinte quadro:

valores expressos em milhões	
<b>Dívida Líquida em 31 de Dezembro de 2002</b>	<b>4 037,0</b>
Cash Flow Operacional	708,3
Juros Pagos em 2003	(153,7)
Aquisição de Investimentos Financeiros <sup>(1)</sup>	(119,9)
Contribuição para os Fundo de Pensões e pagamentos a Pré-Reformados	(105,8)
Impostos Pagos em 2003 <sup>(2)</sup>	(34,6)
Outros pagamentos não operacionais, líquidos	(0,6)
<b>Cash Flow Liberto</b>	<b>293,7</b>
Valorização de derivados no Brasil	49,6
Dividendos Pagos em 2003	(200,7)
Impacto da Consolidação da Tele Centro Oeste Participações	(51,7)
Efeitos Cambiais da Dívida	(29,2)
<b>Redução da Dívida Líquida</b>	<b>(61,7)</b>
<b>Dívida Líquida em 30 de Junho de 2003</b>	<b>3 975,3</b>
<b>Δ Dívida Líquida</b>	<b>(1,5%)</b>

(1) Esta rubrica inclui essencialmente a aquisição pela Telesp Celular Participações do controlo accionista da Tele Centro Oeste Participações (59 milhões de euros) e o adiantamento efectuado à Médi Télécom para futuro aumento de capital (21 milhões de euros).

(2) Inclui os impostos pagos por empresas sediadas no estrangeiro e por empresas não incluídas no perímetro de consolidação.





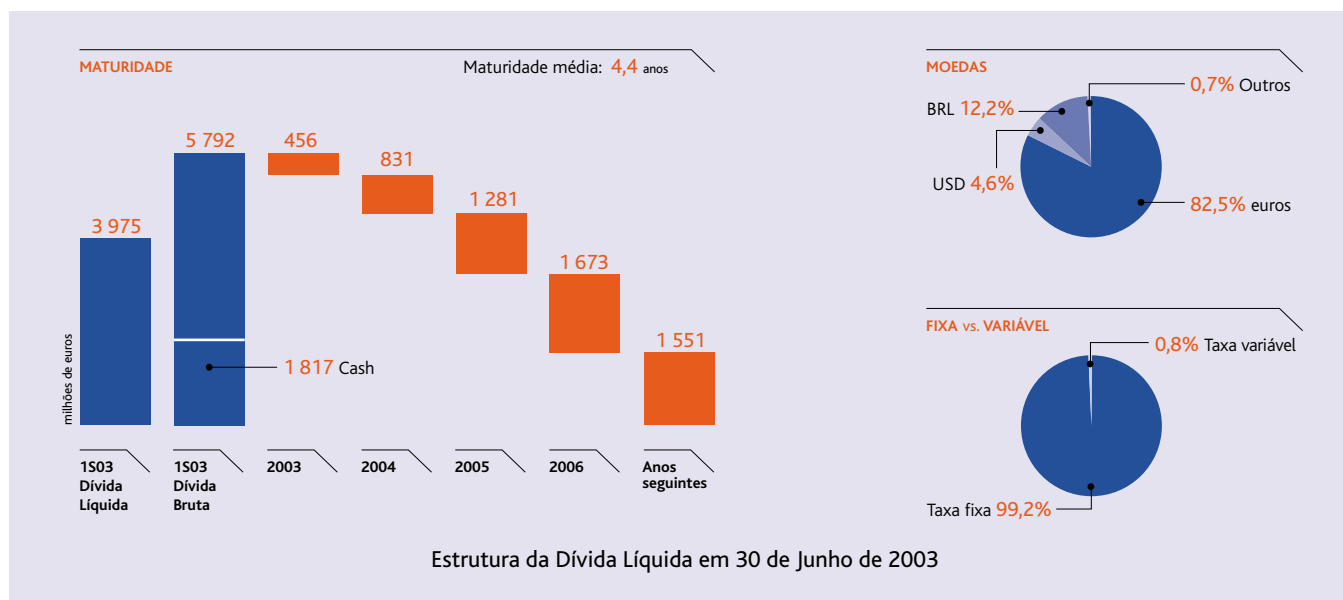
A 30 de Junho de 2003, 81,5% da dívida do grupo era de médio e longo prazo, na sequência do processo de refinanciamento levado a cabo em anos anteriores. A 30 de Junho de 2003, 99,2% da dívida líquida era a taxa fixa e 82,5% do total da dívida líquida consolidada estava denominada em euros, 4,6% em dólares e 12,2% em reais. A quase totalidade da dívida das subsidiárias no Brasil está actualmente denominada em reais ou convertida para reais através de contratos de swap. O custo médio da dívida da PT no primeiro semestre de 2003, tendo em consideração os empréstimos em reais, foi de 3,8%. A maturidade média da carteira de empréstimos da PT é de 4,4 anos. À data, os únicos empréstimos da PT com cláusulas automáticas de indexação de spread relacionadas com rating (no caso do rating da PT ser igual ou inferior a BBB+/Baa1) eram dois empréstimos do BEI totalizando 150 milhões de euros. Adicionalmente, a PT detém linhas de papel comercial tomadas firmes e disponíveis no montante global de 875 milhões de euros, utilizadas actualmente em apenas 142 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta o perfil da dívida líquida do grupo em 30 de Junho de 2003:

valores em milhões

Maturidade	Dívida Líquida	Notas
2.º Semestre 2003	(1 045,7)	Disponibilidades líquidas em 2003
1.º Semestre 2004	614,8	Inclui 450 milhões de euros de Obrigações Convertíveis
2.º Semestre 2004	215,8	Inclui 125 milhões de euros de Eurobonds <sup>(1)</sup>
2005	1 266,1	Inclui 585 milhões de euros de Eurobonds <sup>(1)</sup>
2006	1 494,0	Inclui 471 milhões de euros de Obrigações Convertíveis e 900 milhões de euros de Eurobonds <sup>(1)</sup>
2007	129,8	
2008	138,1	
2009	951,6	Inclui 880 milhões de euros de Eurobonds <sup>(1)</sup>
2010	74,4	
2011	65,0	
2012	43,9	
2013	27,5	
<b>Total</b>	<b>3 975,3</b>	

<sup>(1)</sup> Estes montantes estão líquidos das Eurobonds e Obrigações Convertíveis detidas pela PT e registadas como títulos negociáveis.



Com base nas actuais condições de mercado e atendendo às actuais perspectivas em termos de negócios, a PT não estima ter necessidades de refinanciamento para o segundo semestre de 2003.

A PT mantém registado em títulos negociáveis alguns dos seus empréstimos obrigacionistas convertíveis e não convertíveis. Assim, em 30 de Junho de 2003, a PT detém 2,51% do empréstimo obrigacionista que termina em 2005, 10,05% do que termina em 2006 e 12,05% do que termina em 2009, bem como 79 milhões de euros do empréstimo obrigacionista convertível que termina em 2006. Estes títulos encontram-se contabilizados como títulos negociáveis no balanço da PT em 30 de Junho de 2003, com um valor nominal de 315 milhões de euros, tendo sido adquiridos por 303 milhões de euros.

O gearing (Dívida Líquida/(Dívida Líquida+Capital Próprio)) diminuiu para 54,6% face a 56,5% no final de 2002. O indicador Dívida Líquida/EBITDA no final de Junho de 2003 era de 1,9 vezes e o rácio de cobertura dos juros líquidos pelo EBITDA era de 14,4 vezes.

# ► Negócios do Grupo

## Rede Fixa

Os proveitos operacionais dos negócios de rede fixa situaram-se em 1 149 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, uma redução de 5,7% face a igual período do ano anterior, em resultado de uma conjuntura macroeconómica desfavorável e dos efeitos de substituição fixo-móvel. No segundo trimestre de 2003 as receitas operacionais diminuíram 3% face ao primeiro trimestre do ano.

○ EBITDA situou-se em 461 milhões de euros, o que representa uma redução de 8% face ao primeiro semestre de 2002, equivalente a uma margem EBITDA de 40,1%, menos 1 p.p. que a verificada em igual período do ano anterior. Excluindo o acréscimo dos custos com os benefícios de reforma (19 milhões de euros), o decréscimo do EBITDA face ao primeiro semestre de 2002 teria sido de 21 milhões de euros, correspondendo a um decréscimo percentual de 3,6%. Excluindo os custos com os benefícios de reforma, o EBITDA dos negócios de rede fixa seria de 570 milhões de euros e a margem EBITDA seria de 49,6%.

A PT lançou uma nova vaga de racionalização de custos nesta área de negócios, que incluiu nomeadamente um Programa de Redução de Efectivos que no primeiro semestre de 2003 já havia abrangido 1 445 trabalhadores. No final de Junho de 2003 o número de trabalhadores era de 9 700 correspondendo a um rácio de 449 acessos principais por trabalhador do serviço fixo de telefone.

○ Capex caiu 59,3% para 60 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, equivalente a 5,2% das receitas, permitindo continuar a assegurar o desenvolvimento das infra-estruturas de rede fixa com as soluções tecnológicas mais avançadas. Os níveis de qualidade de serviço mantiveram-se, tendo os indicadores “percentagem de chamadas completadas” e “avarias por 100 acessos” atingido 99,9% e menos de 4,9, respectivamente.

○ EBITDA menos Capex atingiu 401 milhões de euros, um aumento de 13,3% face a igual período do ano anterior.

## Serviço fixo de telefone

No final de Junho de 2003, a PT mantinha quotas de mercado de 92% do total de minutos de tráfego originado e de 95% do parque de acessos. Esta performance foi conseguida através de uma estratégia de retenção e recuperação de clientes assente na diferenciação e competitividade da oferta, em termos de preços, inovação, serviço ao cliente, CRM e qualidade de serviço.

○ número de acessos em pré-selecção aumentou para 304 mil, resultando em parte de uma forte campanha promocional de um concorrente. Mesmo assim, e após três anos da liberalização total do

mercado, a PT tem vindo de forma contínua a aumentar a sua quota de mercado no tráfego de acesso indirecto, nomeadamente no tráfego nacional e internacional, onde se estima que actualmente tenha quotas de mercado de aproximadamente 85%. No final de Junho de 2003 as quotas de mercado no tráfego local e regional eram de 89% e 85%, respectivamente.

A 21 de Fevereiro de 2003 a PT actualizou os preços do serviço fixo de telefone, com um aumento da assinatura em 3,8% e decréscimos de 10,7% e de 15,2% nas comunicações regionais e nacionais, respectivamente. A redução média anual do cabaz de preços daí resultante será de 0,25%, cumprindo com o price cap de 2003, de 2,75%, que considera uma taxa de inflação de 2,5%, conforme o estabelecido no Orçamento de Estado de 2003. Este price cap foi definido no contexto da actual Convenção de Preços – Convenção de Serviço Universal. Os novos preços representam um rebalanceamento adicional dos preços do serviço fixo de telefone, reforçando assim a posição competitiva da PT no mercado doméstico.

Em 1 de Março de 2003 entraram em vigor novos preços de interligação. Face ao primeiro semestre de 2002, os preços de interligação diminuíram em média 22,9% na terminação de comunicações, 26,9% na originação e 15,6% no trânsito, passando a situar-se em níveis muito próximos dos da média europeia. Os preços de wholesale para os circuitos alugados também foram actualizados, com uma redução média do cabaz de preços dos circuitos wholesale de 16,8% face ao primeiro semestre de 2002.

A oferta em wholesale do serviço ADSL aumentou significativamente, tendo-se atingido um parque de cerca de 109 mil acessos no final de Junho de 2003, face a 53 mil clientes no final de 2002 e 7 mil em Junho do mesmo ano. As empresas do Grupo PT detinham, no final de Junho de 2003, uma quota de 82% do mercado ADSL de retalho.

No final do primeiro semestre de 2003, o número de acessos fixos principais diminuiu 3,2% face a igual período do ano anterior, para 4,1 milhões de acessos principais. As desmontagens líquidas de acessos situaram-se em 63 100 milhares, representando uma queda de 27,2% face ao primeiro semestre de 2002, em resultado das acções de retenção e recuperação de clientes. A taxa de penetração dos acessos RDIS continuou a aumentar, situando-se em 20,1%, enquanto que a penetração dos acessos voice-mail se situou em 29% dos acessos principais.

A utilização total da rede fixa em minutos registou uma diminuição de 6,8% face ao primeiro semestre de 2002, reflectindo essencialmente o efeito de substituição fixo-móvel, uma conjuntura macroeconómica mais desfavorável, a maior difusão dos serviços de banda larga e a crescente utilização de infra-estruturas alternativas pelos operadores fixos concorrentes e pelos operadores móveis. No segundo trimestre de 2003 o tráfego total diminuiu 2,6% face ao primeiro trimestre do ano.

No primeiro semestre de 2003 o tráfego de retalho aumentou 0,9% em termos homólogos. O tráfego fixo-fixo nacional diminuiu 7,3%, face a uma queda de 17,6% no primeiro semestre de 2002 e a reduções de 7,4% no segundo semestre de 2002 e no primeiro trimestre de 2003. No segundo trimestre de 2003, o tráfego fixo-fixo nacional diminuiu 7,2% face a igual período do ano anterior. A utilização da rede em termos de tráfego originado por acesso/dia diminuiu 4,3%, para 10,3 minutos. Também em termos de minutos por acesso, o tráfego fixo-fixo nacional diminuiu 3,9%, face ao primeiro semestre de 2002, para 4 minutos por acesso/dia.

O tráfego de wholesale registou um decréscimo de 12% no primeiro semestre de 2003, determinado pela queda de 18,6% no tráfego Internet, em grande parte devida à migração dos grandes utilizadores de Internet para os serviços de banda larga e à crescente utilização de infra-estruturas próprias pela concorrência.

O ARPU no primeiro semestre de 2003 foi de 32,5 euros, o que representa uma redução de 4,4% face aos 34 euros registados no primeiro semestre de 2002, reflectindo os menores níveis de utilização da rede e as descidas de preços, sobretudo na longa distância nacional e na interligação.

Para além do lançamento de uma nova vaga de racionalização de custos, a PT encetou várias iniciativas no âmbito de um esforço contínuo de “reinvenção” dos negócios de rede fixa, tendo em vista o aumento da fidelização e retenção dos clientes, o aumento da utilização da rede fixa, o reforço da competitividade face à concorrência e o aumento do valor dos serviços prestados aos clientes. Estas iniciativas, que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito do programa “Reinvenção do Negócio Fixo”, incluem diversos planos de preços, ofertas integradas de tráfego, equipamento terminal com novas funcionalidades tais como o SMS, a promoção agressiva do ADSL e novos conceitos e modelos de distribuição.

Até 30 de Junho, mais de 160 mil clientes da PT tinham subscrito planos de preços e tráfego, dos quais 71 mil durante o mês de Junho. As vendas de terminais fixos com SMS ascenderam a mais de 50 mil durante o primeiro semestre de 2003.

### Dados e soluções empresariais

A PT detém actualmente uma quota de mercado superior a 80% no mercado português de dados e de soluções integradas. Na divisão de negócios de dados e soluções empresariais, as vendas de capacidade Internet a clientes empresariais aumentaram 209,1% face a igual período do ano anterior, sobretudo devido à expansão da oferta ADSL. O número de acessos em banda larga suportados na rede ATM aumentou 104%, enquanto a capacidade da rede de comunicação de dados aumentou 18,4% e o número de acessos em frame relay aumentou 10,5%. A capacidade dos circuitos alugados a clientes finais aumentou 6,8% e a capacidade digital atingiu 92,4% da total.

### ISP e Portais

Nos negócios de ISP e portais, os clientes dial-up activos atingiram 137 mil no final de Junho de 2003, uma diminuição de 17,1% face a Junho de 2002, reflectindo o forte crescimento da utilização de banda larga. A base de cliente dial-up gerou 13,3 milhões de horas de tráfego Internet no primeiro semestre de 2003 e o portal Sapo atingiu 211 milhões de páginas vistas (um acréscimo de 15,6% face a Junho de 2002) e registou 2,4 milhões de visitantes únicos por mês em Junho de 2003.

No final de Junho de 2003 existiam 87,9 mil clientes ADSL de retalho, face a 5 mil em Junho de 2002, correspondendo a uma quota de mercado de 82,3%. No primeiro semestre de 2003 foram adicionados 45,4 mil novos clientes ADSL, dos quais 26,5 mil no segundo trimestre. A PT está a desenvolver uma campanha de promoção da oferta combinada “PT 1.ª Vez ADSL”, que inclui um acesso fixo para os clientes ADSL que ainda não disponham destes acessos. Até ao final de Junho tinham sido vendidos cerca de 5 000 destes pacotes.

## TMN

Os negócios móveis em Portugal registaram um crescimento nos últimos doze meses de 6,3% em termos de clientes, atingindo 8,6<sup>2</sup> milhões de clientes activos no final de Junho, o que representa uma taxa de penetração de 83,5%. A TMN reforçou a sua liderança no mercado com 52,2% dos clientes activos.

<sup>2</sup> Fonte: ANACOM e TMN.

A TMN tinha 4,5 milhões de clientes activos no final de Junho de 2003, um aumento de 10,7% face ao final do primeiro semestre de 2002, tendo adicionado cerca de 79 mil novos clientes no primeiro semestre do ano. Cerca de 29% das adições líquidas da TMN corresponderam a clientes com assinatura. O maior enfoque da TMN nos programas de fidelização e retenção de clientes levou a um aumento de 39,9% no número de upgrades, que totalizaram 146 mil no primeiro semestre de 2003.

Embora a taxa de churn total se tenha mantido estável no primeiro semestre de 2003, em 24,1% (7,4% excluindo o churn interno), a utilização média mensal (“MOU”) diminuiu 7,3%, para 120 minutos por cliente, face a 129 minutos no mesmo período do ano anterior, comportamento essencialmente determinado pelos clientes pré-pagos. No segundo trimestre de 2003, o MOU aumentou 2,7% face ao primeiro trimestre. O número de mensagens (“SMS”) no primeiro semestre de 2003 aumentou 18%, para 657 milhões, representando cerca de 51 mensagens por mês por utilizador activo de SMS. O número total de clientes que utilizam o serviço SMS representou 46,4% da base total de clientes, uma melhoria de 2,5 p.p. face ao primeiro semestre de 2002.

O número de terminais activos MMS ascendia a 14 mil no final do semestre. A TMN lançou recentemente serviços vídeo MMS. A TMN também continuou a renovar o seu portfolio de negócios com o lançamento de serviços inovadores, como o “Kolmi”, que permite através de uma mensagem predefinida pedir a um interlocutor uma ligação de volta. O número de terminais GPRS situou-se em 256 mil no final do primeiro semestre de 2003, dos quais 20,8% eram utilizadores activos.

Em Junho a TMN lançou o portal multimédia I9 – Inove. Trata-se de um produto inovador e de simples utilização que optimiza as capacidades disponíveis nas redes GSM-GPRS. O I9 permite um acesso fácil, barato e mais rápido a um conjunto de serviços e conteúdos, nomeadamente jogos em Java, conteúdos de três dos canais abertos de televisão em Portugal, serviços de mensagens e, em exclusivo, golos em vídeo. Os conteúdos também incluem o guia da programação da TV Cabo e o primeiro serviço de m-commerce em Portugal: a compra de bilhetes para os cinemas Lusomundo.

O ARPU no primeiro semestre de 2003 situou-se em 24,7 euros, face a 27 euros no primeiro semestre de 2002, o que representa uma diminuição de 8,7%. O interconnect bill registou uma diminuição de 19,4%, em resultado das reduções dos preços de interligação de 24,3% nas comunicações móvel-móvel e de 17,6% nas comunicações fixo-móvel. O customer bill diminuiu 3,8%, para 17,8 euros, devido à redução verificada no MOU. O ARPU no segundo trimestre de 2003 aumentou 4,7% face ao primeiro trimestre, situando-se em 25,2 euros.

Os proveitos operacionais da TMN aumentaram 0,9% para 715 milhões de euros. As receitas de serviço registaram um aumento de 2,4%, enquanto que as receitas de vendas de equipamentos diminuíram 14,4%. As receitas de dados, nomeadamente SMS e WAP, representaram no primeiro semestre 8,3% das receitas de serviço, representando uma melhoria de 1,5 p.p. face ao primeiro semestre de 2002.

A TMN aumentou os preços da generalidade dos seus serviços em aproximadamente 3% em 1 de Maio de 2003. Os preços do SMS sofreram aumentos entre 2,4% e 3%, mas os restantes serviços de dados, nomeadamente os preços dos serviços WAP, GPRS e MMS, não registaram qualquer alteração.

Os custos de aquisição e retenção dos clientes (SAC) situaram-se em 72,1 euros no primeiro semestre de 2003, face a 74,7 euros no primeiro semestre de 2002, resultando essencialmente de uma redução da subsidiação. O CCPU diminuiu 11,7%, para 12,4 euros, em resultado das iniciativas de controlo de custos. O ARPU menos CCPU no primeiro semestre de 2003 situou-se em 12,3 euros, uma redução de 5,5% face ao primeiro semestre de 2002.

O EBITDA atingiu 316 milhões de euros, um aumento de 10,8% face ao primeiro semestre de 2002, equivalente a uma margem EBITDA de 44,1%, o que representa uma melhoria de 3,9 p.p. face ao primeiro semestre de 2002.

O Capex no período foi de 72 milhões de euros, incluindo uma parcela de 33 milhões de euros referente à aquisição à OniWay de espectro radioelétrico adicional. Excluindo este investimento, o rácio Capex/proveitos operacionais da TMN no primeiro semestre de 2003 teria sido de 5,4%, o que representa um decréscimo de 13,5 p.p. face ao mesmo período do ano anterior. Neste semestre, o Capex foi essencialmente direccionado para a expansão da capacidade e da cobertura da rede e para a melhoria da qualidade de serviço e do customer care.

O EBITDA menos Capex atingiu 244 milhões de euros, um aumento de 61,3% face ao primeiro semestre de 2002. A TMN tinha 1 119 trabalhadores no final de Junho de 2003 e 4 026 clientes por trabalhador, o que representa uma melhoria de 19,4% face a Junho de 2002.

## Vivo

No final de Junho de 2003, e na sequência da aquisição e consolidação da Tele Centro Oeste Participações (após 1 de Maio de 2003), a Vivo detinha mais de 17,5 milhões de clientes. Os clientes com assinatura ascendiam a 4 678 mil, representando 26,7% da base de clientes da Vivo. A quota de mercado média nas regiões onde a Vivo opera foi de cerca de 59%, apesar da concorrência agressiva protagonizada pela TIM e pela Oi. Considerando a consolidação da Tele Centro Oeste Participações em Maio e Junho, o MOU situou-se em 97 minutos e o ARPU em 39 reais. O ARPU menos CCPU ascendeu a 18 reais.

Os proveitos operacionais e o EBITDA, reportados em reais, foram de 4 168 milhões de reais e de 1 608 milhões de reais, respectivamente. A margem EBITDA situou-se em 38,6%. O Capex totalizou 293 milhões de reais, equivalente a 7% dos proveitos operacionais, pelo que o EBITDA menos Capex atingiu 1 314 milhões de reais.

Excluindo a Tele Centro Oeste Participações, a Vivo teria registado um aumento na base de clientes de 13,6% para 14 190 mil, enquanto o MOU e o ARPU teriam diminuído 8,3% e 5%, respectivamente, em resultado da difícil situação económica do Brasil e do maior peso dos pré-pagos na base de clientes. No primeiro semestre de 2003, os proveitos operacionais teriam aumentado 11,6% para 3 752 milhões de reais e o EBITDA teria aumentado 10,9% para 1 419 milhões de reais. O Capex teria caído 24,0% para 270 milhões de reais, e o EBITDA menos Capex teria aumentado 24,2% face ao mesmo período do ano anterior.

Em termos de contribuição para os resultados do Grupo PT em euros (considerando a consolidação de 50% da Vivo, incluindo dois meses da Tele Centro Oeste Participações), os proveitos operacionais da Vivo foram de 589 milhões de euros, uma quebra de 28,8% face ao primeiro semestre de 2002 na mesma base pró-forma (incluindo a Tele Centro Oeste Participações em Maio e Junho). O EBITDA diminuiu 27% para 227 milhões de euros e o EBITDA menos Capex diminuiu 23,6% para 186 milhões de euros.

A Vivo representou no primeiro semestre 21,6% dos proveitos operacionais consolidados da PT, 21,1% do EBITDA, 21,7% do EBITDA menos Capex e em 30 de Junho de 2003 representavam 10% da dívida bruta da PT. A exposição líquida (activos menos passivos) da PT ao Brasil ascende actualmente a 7 488 milhões de reais (2 276 milhões de euros considerando a taxa de câmbio de real/euro do final de Junho de 2003), correspondendo a 16,5% do activo total da PT. Mais de 94% deste valor representa 50% do investimento na Vivo.

## PT Multimedia

Os proveitos operacionais da PT Multimedia ascenderam a 326 milhões de euros, um aumento de 11,2% em relação ao primeiro semestre de 2002. Cerca de 57,9% dos proveitos operacionais da PT Multimedia provêm de taxas fixas e 12,5% de publicidade. O EBITDA subiu 62% para 57 milhões de euros, equivalente a uma margem de 17,4%, a que corresponde uma melhoria de 5,4 p.p. face ao primeiro semestre do ano anterior, em resultado do forte crescimento dos clientes de TV por subscrição e de banda larga, de um aumento do ARPU e da racionalização dos custos de programação.

No primeiro semestre de 2003, o Capex da PT Multimedia reduziu-se em 28,9% para 26 milhões de euros, equivalente a 7,8% dos proveitos operacionais. O EBITDA menos Capex aumentou, passando de 1 milhão de euros negativos no primeiro semestre de 2002 para 31 milhões de euros positivos no primeiro semestre de 2003. A TV Cabo contribuiu com 53 milhões de euros para o EBITDA e com 32 milhões de euros para o EBITDA menos Capex da PT Multimedia.

## Televisão por subscrição e Internet por cabo

### TV Cabo

A TV Cabo já ultrapassou as 2 423 mil casas passadas, das quais cerca de 88% dispõem de bidireccionalidade. A TV Cabo angariou 61 mil novos clientes neste semestre, registando 1 368 mil clientes de clientes de televisão por subscrição (1 053 mil por cabo e 315 mil por satélite) no final de Junho de 2003, um aumento de 11,1% face ao mesmo período do ano anterior e equivalente a uma quota de mercado de 84%. O número de assinantes dos serviços premium aumentou 20,2%, para 986 mil, equivalente a um rácio pay-to-basic de 72,1%, face a 66,6% no primeiro semestre de 2002. O ARPU dos negócios de televisão por subscrição atingiu 19,8 euros, um aumento de 4,9% face aos 18,8 euros registados no primeiro semestre de 2002.

O acesso à Internet em banda larga via cabo (Netcabo) tem tido um assinalável êxito e no final de Junho de 2003 existiam já 180 mil clientes deste serviço, o que corresponde a uma quota de mercado estimada de cerca de 50% do mercado de banda larga em Portugal. A TV Cabo adicionou cerca de 39 mil clientes Netcabo no primeiro semestre de 2003. A penetração do serviço Internet entre os clientes de televisão por cabo foi de 17%.

O ARPU total da TV Cabo no primeiro semestre de 2003 foi de 23,4 euros, o que representa um aumento de 11,4% face ao primeiro semestre de 2002. Os proveitos operacionais ascenderam a 208 milhões de euros e o EBITDA a 53 milhões de euros, valores que correspondem a aumentos de 20,2% e de 71,1%, respectivamente, face ao primeiro semestre do ano anterior. Em resultado de um eficaz controlo de custos e da renegociação dos custos de programação, a margem EBITDA neste semestre (incluindo a consolidação da TV Cabo Audiovisuais e da Premium TV) foi de 25,6%, equivalente a uma melhoria de 7,6 p.p. face ao primeiro semestre de 2002.



A TV Cabo aumentou em cerca de 5% os preços do pacote básico, a partir de 1 de Maio de 2003, e irá aumentar em 6% a assinatura do canal Sport TV a partir de 1 de Setembro de 2003. Os preços dos restantes serviços premium serão actualizados no quarto trimestre de 2003.

O Capex no primeiro semestre de 2003 foi reduzido em 34,1% para 21 milhões de euros, equivalente a 10,2% dos proveitos operacionais. A diminuição do Capex foi conseguida através de um significativo corte nos investimentos do projecto de televisão interactiva e do aumento da preferência dos clientes pela compra de terminais em alternativa ao seu aluguer. O EBITDA menos Capex no primeiro semestre de 2003 foi positivo e ascendeu a 32 milhões de euros, o que compara com um valor negativo de 1 milhão de euros no primeiro semestre de 2002.

## Audiovisuais

### Lusomundo Audiovisuais

No primeiro semestre de 2003, a Lusomundo Cinemas vendeu 4,2 milhões de bilhetes de cinema em Portugal e lançou 37 novos filmes. A 9 de Abril de 2003, a PT Multimedia assinou um acordo com a Warner Bros. Entertainment para adquirir os restantes 50% da cadeia de cinemas multiplex Warner Lusomundo em Portugal.

As receitas de jogos de vídeo diminuíram 34% face ao primeiro semestre de 2002 em resultado do abrandamento do consumo e as receitas de vídeo aumentaram 3,5%, fruto das promoções cruzadas com os jornais do grupo.

Os proveitos operacionais da Lusomundo Audiovisuais (incluindo a Lusomundo Cinemas) situaram-se em 50 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, representando uma redução de 7,8% face ao primeiro semestre de 2002. O EBITDA foi de 5 milhões de euros, uma quebra de 39,3% em relação ao primeiro semestre de 2002 e equivalente a uma margem de 9,6%. O Capex no período ascendeu a 3 milhões de euros, correspondente a 5,2% dos proveitos operacionais.

## Media

### Lusomundo Media

O Jornal de Notícias é o líder de audiência entre os jornais diários portugueses, com uma circulação diária de 105 mil exemplares. O Diário de Notícias, outro jornal diário detido pela Lusomundo, relançou recentemente a sua imagem gráfica e design, bem como os seus conteúdos editoriais, visando reforçar a sua posição no mercado. O jornal 24 Horas aumentou a sua circulação média em 44,6%. A versão portuguesa da revista National Geographic tem-se revelado um êxito, com uma circulação média de 76,2 mil exemplares por edição no primeiro semestre de 2003, tendo consolidado a sua presença no mercado.

A Lusomundo Media apresentou no primeiro semestre de 2003 proveitos operacionais de 72 milhões de euros, um aumento de 14,6% face ao primeiro semestre de 2002. Os primeiros seis meses de 2003 foram particularmente fracos em termos de receitas de publicidade que diminuíram 11,0% face ao mesmo período do ano anterior, factor que, ao nível dos proveitos operacionais, foi largamente compensado pelo aumento de circulação dos jornais e pelas promoções realizadas.

O EBITDA da Lusomundo Media aumentou de 1 milhão de euros no primeiro semestre de 2002 para 2 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, em resultado do sucesso das acções de contenção de custos concretizados no período. O Capex no semestre ascendeu a 1,5 milhões de euros equivalente a 2,1% dos proveitos operacionais.

## Outras operações

A PT detém uma participação de 31,34% na Médi Télécom, em Marrocos. No final de Junho de 2003 esta empresa atingiu 1 763 mil clientes, equivalente a uma quota de mercado de 41,4%. Os clientes pré-pagos representavam 92,5% da base total de clientes. O ARPU da Médi Télécom no primeiro semestre de 2003 foi de 13 euros, tendo os proveitos operacionais atingido 131 milhões de euros, um aumento de 36,2% face ao primeiro semestre de 2002. O EBITDA situou-se em 31 milhões de euros, face a 4 milhões de euros em igual período de 2002, e o Capex ascendeu a 46 milhões de euros, representando uma redução de 13,2% face ao primeiro semestre de 2002.

Em termos de contribuição para os resultados do Grupo PT, o investimento na Médi Télécom é registado pelo método de equivalência patrimonial, tendo a sua contribuição no primeiro semestre de 2003 (perda de 15 milhões de euros) sido registada em resultados financeiros na rubrica “Perdas Relativas a Empresas Associadas”.

A PT detinha uma participação de controlo de 50% mais uma acção na Mascom, no Botswana, no final do primeiro semestre de 2003. Essa empresa tinha a essa data 290 mil clientes, o que representa um aumento de 11,1% face a Junho de 2002. A quota de mercado da Mascom era de aproximadamente 71% e os clientes pré-pagos representavam 96,7% da base total de clientes. O ARPU da Mascom situou-se em 16 euros, tendo os proveitos operacionais atingido 28 milhões de euros, um aumento de 3,8% face a igual período do ano anterior. O EBITDA ascendeu a 12 milhões de euros, representando um aumento de 33,1% face ao primeiro semestre de 2002, e sendo equivalente a uma margem de 43,9%, uma melhoria de 9,6 p.p. face ao primeiro semestre do ano anterior. O Capex foi de 4 milhões de euros. No primeiro semestre de 2003, a participação na Mascom foi consolidada integralmente nas demonstrações financeiras da PT. Em termos de informação financeira por segmentos, a Mascom foi incluída em outros negócios,

A 7 de Julho de 2003, a PT estabeleceu um acordo com a empresa Citizens, tendo em vista a venda da sua posição accionista na Mascom pelo valor de 250 milhões de pulas do Botswana, equivalente a aproximadamente 44 milhões de euros. Em consequência, durante o segundo semestre de 2003 a Mascom deixará de ser consolidada nas demonstrações financeiras da PT. Apesar desta venda, a PT continuará a prestar serviços de consultadoria ao management da Mascom no âmbito do actual acordo de gestão existente.

# ► Perspectivas para o Segundo Semestre

Os sinais de recuperação que se começam a manifestar nas economias portuguesa e europeia conjugados com os resultados obtidos no primeiro semestre e a informação operacional mais recente, permitem-nos encarar com algum optimismo as perspectivas para o segundo semestre de 2003 e o cumprimento dos objectivos anunciados no nosso “Investor Day” para o ano em curso.

Nos negócios de rede fixa, em resultado das alterações na envolvente macroeconómica, de algum abrandamento nos efeitos de substituição fixo-móvel, conforme este serviço vai atingindo níveis de penetração mais elevados, e das acções de estímulo ao consumo que vêm sendo desenvolvidas, espera-se uma ligeira recuperação dos volumes de tráfego e uma menor redução das receitas. O enfoque na racionalização de custos de exploração e investimento e o impacto da redução de trabalhadores já verificada no primeiro semestre, irão permitir uma forte geração de cash flow nesta área de negócio e continuar a aumentar, relativamente ao ano anterior, o nível do indicador EBITDA menos Capex.

Na TMN, apesar da pressão regulatória de descida dos preços de interligação, há sinais animadores de recuperação dos níveis de utilização e das receitas por cliente que permitem antever uma evolução mais favorável no segundo semestre, para além dos habituais efeitos de sazonalidade. A focalização da PT nesta área de negócio continuará a ser no sentido de manter a liderança destacada no mercado, através da fidelização dos clientes com o lançamento de novos serviços e produtos inovadores, e prosseguir também uma gestão rigorosa dos custos permitindo uma melhoria progressiva das margens.

No Brasil, a rendibilização dos investimentos realizados passará pela melhoria da eficiência operacional e financeira da Vivo, a joint venture com a Telefónica, tirando partido das economias de escala e sinergias decorrentes da dimensão e liderança face ao segundo operador. O contributo da Vivo para o potencial de crescimento futuro da PT é extremamente significativo.

Na PT Multimedia estão em curso iniciativas para aumentar as margens dos diferentes segmentos de negócio, nomeadamente tirando partido da infra-estrutura instalada e da forte posição na televisão por subscrição. Pretende-se aumentar a penetração e a oferta de produtos premium, o acesso à Internet em banda larga, reduzir os custos de programação e simplificar todas as estruturas operacionais, acções que já se reflectiram na performance deste semestre, mas que se irão aprofundar.

Em termos de endividamento e estrutura financeira, a estratégia da PT vai pautar-se pela contínua melhoria dos rácios, através de uma gestão conservadora dos custos e da exposição cambial. Estão criadas as condições para atingir no final do ano a meta de dívida líquida anunciada no “Investor Day” de 3 250 milhões de euros. A solidez financeira da PT é uma vantagem competitiva no contexto do sector.

A criação e distribuição de mais valor pelos accionistas será a nossa prioridade pelo que iremos propor à próxima Assembleia Geral Anual a distribuição de um dividendo de 20 a 22 cêntimos por acção, corporizando assim os nossos objectivos de aumento progressivo e sustentado da remuneração aos accionistas.

Lisboa, 28 de Agosto de 2003

**O Conselho de Administração**

# Demonstrações Financeiras Consolidadas



68 .....	Balanços Consolidados
70 .....	Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas
71 .....	Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Funções
72 .....	Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
73 .....	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas



## BALANÇOS CONSOLIDADOS

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

em 30 de Junho de 2003 e 2002 e 31 de Dezembro de 2002

[valores expressos em euros]

				30 de Jun.	31 de Dez.
ACTIVO					
	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	2003 Activo líquido	2002 Activo líquido
<b>Imobilizado:</b>					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	27	87 473 090	(78 699 096)	8 773 994	16 988 737
Despesas de investigação e desenvolvimento	27	77 913 540	(52 264 451)	25 649 089	21 830 454
Propriedade industrial e outros direitos	27	800 377 235	(173 188 308)	627 188 927	129 869 461
Outras imobilizações incorpóreas	27	11 439 055	(2 480 769)	8 958 286	4 887 077
Imobilizações em curso	27	145 923 164	–	145 923 164	147 303 278
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	27	1 555 539	–	1 555 539	1 676 938
Diferenças de consolidação	10 e 27	2 718 063 677	(172 195 651)	2 545 868 026	4 060 910 685
		<b>3 842 745 300</b>	<b>(478 828 275)</b>	<b>3 363 917 025</b>	<b>4 383 466 630</b>
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	27 e 42	97 172 215	(13 335 945)	83 836 270	101 545 946
Edifícios e outras construções	27 e 42	889 799 563	(467 558 698)	422 240 865	452 388 697
Equipamento básico	27 e 42	9 884 599 940	(6 374 454 435)	3 510 145 505	3 775 638 180
Equipamento de transporte	27 e 42	53 378 683	(38 535 518)	14 843 165	18 888 682
Ferramentas e utensílios	27 e 42	18 544 426	(16 361 184)	2 183 242	10 265 191
Equipamento administrativo	27 e 42	844 306 492	(627 334 830)	216 971 662	195 938 157
Outras imobilizações corpóreas	27 e 42	64 294 947	(49 795 974)	14 498 973	14 577 542
Imobilizado em curso	27 e 42	183 908 078	–	183 908 078	330 909 767
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27 e 42	1 167 559	–	1 167 559	961 980
		<b>12 037 171 903</b>	<b>(7 587 376 584)</b>	<b>4 449 795 319</b>	<b>4 901 114 142</b>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	27	54 658 441	(3 733 540)	50 924 901	12 767 161
Partes de capital em empresas associadas	27	107 808 567	(15 720 003)	92 088 564	180 798 410
Empréstimos a empresas associadas	27	140 774 342	(18 545 664)	122 228 678	997 800 427
Partes de capital em outras empresas	27	248 036 931	(106 150 456)	141 886 475	280 830 401
Empréstimos a outras empresas	27	96 903 978	(86 744 565)	10 159 413	106 591 979
Títulos e outras aplicações financeiras	27	29 353 926	(11 588 147)	17 765 779	19 509 023
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	27	22 674 410	–	22 674 410	187 344 612
		<b>700 210 595</b>	<b>(242 482 375)</b>	<b>457 728 220</b>	<b>1 785 642 013</b>
<b>Realizável a médio e longo prazo:</b>					
Dívidas de terceiros a médio e longo prazo:					
Clientes, conta corrente		23 993 080	–	23 993 080	35 182 650
Clientes de cobrança duvidosa		2 985 006	(2 635 783)	349 223	2 823 333
Estado e outros entes públicos		–	–	–	66 029 082
Outros devedores	51	36 062 784	–	36 062 784	14 950 016
	46	<b>63 040 870</b>	<b>(2 635 783)</b>	<b>60 405 087</b>	<b>118 985 081</b>
<b>Circulante:</b>					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		22 647 315	(426 391)	22 220 924	25 247 507
Produtos e trabalhos em curso		6 636 364	(43 622)	6 592 742	8 913 926
Mercadorias		126 367 176	(23 262 510)	103 104 666	92 377 490
Adiantamentos por conta de compras		581 341	–	581 341	28 718
	46	<b>156 232 196</b>	<b>(23 732 523)</b>	<b>132 499 673</b>	<b>126 567 641</b>
Dívidas de terceiros – curto prazo:					
Clientes, conta corrente		981 557 121	(42 366 555)	939 190 566	926 189 906
Clientes, títulos a receber		131 076	–	131 076	242 717
Clientes de cobrança duvidosa		348 076 531	(334 551 543)	13 524 988	33 201 771
Empresas associadas		35 432 962	–	35 432 962	32 143 162
Empresas participantes e participadas		9 052	–	9 052	21 930
Outros accionistas		1 658	–	1 658	56 720
Adiantamentos a fornecedores		18 901 411	–	18 901 411	39 803 401
Estado e outros entes públicos	50	267 721 641	–	267 721 641	44 530 606
Outros devedores	51	229 995 415	(18 299 705)	211 695 710	131 657 524
	46	<b>1 881 826 867</b>	<b>(395 217 803)</b>	<b>1 486 609 064</b>	<b>1 207 847 737</b>
Títulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis		613 057 441	(19 066)	613 038 375	409 799 875
Outras aplicações de tesouraria		1 062 507 941	–	1 062 507 941	316 647 337
	46 e 52	<b>1 675 565 382</b>	<b>(19 066)</b>	<b>1 675 546 316</b>	<b>726 447 212</b>
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		116 073 619	–	116 073 619	575 929 818
Caixa		25 575 167	–	25 575 167	10 631 192
		<b>141 648 786</b>	–	<b>141 648 786</b>	<b>586 561 010</b>
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	53	215 397 270	–	215 397 270	383 306 702
Custos diferidos	53	174 026 154	–	174 026 154	910 998 918
Impostos diferidos	57	1 654 080 548	–	1 654 080 548	839 377 500
		<b>2 043 503 972</b>	–	<b>2 043 503 972</b>	<b>2 133 683 120</b>
<b>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</b>			(8 077 704 446)		
<b>TOTAL DE PROVISÕES</b>			(652 587 963)		
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>22 541 945 871</b>	<b>(8 730 292 409)</b>	<b>13 811 653 462</b>	<b>15 970 314 586</b>
				<b>13 726 126 580</b>	

○ anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2003.

em 30 de Junho de 2003 e 2002 e 31 de Dezembro de 2002

[valores expressos em euros]

			30 de Jun.	31 de Dez.
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO	Notas	2003	2002	2002
<b>Capital próprio:</b>				
Capital	54	1 254 285 000	1 254 285 000	1 254 285 000
Acções próprias – valor nominal	54	–	(150 000)	–
Acções próprias – descontos e prémios	54	–	(929 089)	–
Prémios de emissão de acções	54	91 704 891	2 149 565 000	2 149 565 000
Reservas:				
Reserva legal	54	144 184 287	144 184 287	144 184 287
Outras reservas	54	1 862 106 048	2 018 204 924	2 019 997 177
Ajustamentos de conversão cambial	54	(2 022 246 861)	(1 701 011 196)	(2 266 416 192)
Resultados transitados	54	1 828 165 898	(581 422 050)	(581 346 840)
		3 158 199 263	3 282 726 876	2 720 268 432
Resultado consolidado líquido do semestre/exercício	54	143 494 098	202 514 986	391 055 798
		<b>3 301 693 361</b>	<b>3 485 241 862</b>	<b>3 111 324 230</b>
<b>Interesses minoritários</b>	55	<b>684 779 317</b>	<b>827 451 073</b>	<b>447 181 484</b>
<b>Passivo:</b>				
Provisões para outros riscos e encargos:				
Provisões para benefícios de reforma	46	1 246 227 646	1 801 880 671	1 061 457 264
Provisões para impostos	46	20 609 345	40 885 805	26 144 615
Outras provisões para riscos e encargos	46	387 275 596	1 121 630 460	413 058 740
		<b>1 654 112 587</b>	<b>2 964 396 936</b>	<b>1 500 660 619</b>
Dívidas a terceiros – médio e longo prazo:				
Empréstimos por obrigações:				
Convertíveis	34	550 000 000	1 059 035 000	1 059 035 000
Não convertíveis	34	2 724 699 474	2 724 699 474	2 724 699 474
Dívidas a instituições de crédito	34	1 317 492 910	1 033 423 601	1 289 838 767
Outros empréstimos obtidos	34	128 992 669	190 637 519	145 534 426
Empresas associadas		1 718 686	182 991	1 215 763
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	14 182 030	21 375 833	19 555 481
Fornecedores, conta corrente		–	63 854	–
Outros credores	51	25 541 801	3 828 745	12 021 020
		<b>4 762 627 570</b>	<b>5 033 247 017</b>	<b>5 251 899 931</b>
Dívidas a terceiros – curto prazo:				
Empréstimos por obrigações:				
Convertíveis	34	450 485 000	–	–
Não convertíveis	34	–	604 929 473	285 118 370
Dívidas a instituições de crédito	34	433 448 726	137 549 954	257 338 082
Outros empréstimos obtidos	34	187 363 127	324 734 464	551 899 363
Fornecedores, conta corrente		370 852 042	363 956 245	500 998 409
Fornecedores – facturas em recepção e conferência		197 636 845	247 816 550	303 021 449
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		94 878 969	187 491 111	97 393 728
Fornecedores, títulos a pagar		17 265	246 364	110 908
Empresas associadas		14 032 721	8 862 803	1 402 427
Adiantamentos de clientes		1 425 810	1 522 677	2 770 021
Outros accionistas		15 041 066	5 268 180	4 543 594
Estado e outros entes públicos	50	104 367 831	160 853 984	71 074 052
Adiantamentos por conta de vendas		2 864 809	4 944 850	2 565 073
Outros credores	51	316 969 273	204 738 225	201 677 620
		<b>2 189 383 484</b>	<b>2 252 914 880</b>	<b>2 279 913 096</b>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de custos	53	500 067 944	492 668 732	469 817 401
Proveitos diferidos	53	317 741 871	286 276 969	262 059 321
Impostos diferidos	57	401 247 328	628 117 117	403 270 498
		<b>1 219 057 143</b>	<b>1 407 062 818</b>	<b>1 135 147 220</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>9 825 180 784</b>	<b>11 657 621 651</b>	<b>10 167 620 866</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO, DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO</b>		<b>13 811 653 462</b>	<b>15 970 314 586</b>	<b>13 726 126 580</b>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2003.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

para os semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002

valores expressos em euros

CUSTOS E PERDAS	Notas	2003	2002
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias	205 466 414	227 794 617	
Matérias	31 547 854	53 037 969	280 832 586
Fornecimentos e serviços externos		926 627 451	968 320 341
Custos com o pessoal:			
Remunerações	288 680 160	288 178 761	
Encargos sociais:			
Benefícios de reforma	58 e 59	91 439 590	
Outros		60 117 218	439 735 569
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	498 885 310	
Provisões	46	88 160 701	587 046 011
Impostos		50 332 474	
Outros custos e perdas operacionais		53 637 779	64 656 902
(A)		<b>2 193 604 295</b>	<b>2 340 591 409</b>
Custos e perdas financeiros:			
Perdas relativas a empresas associadas	44	156 355 615	
Amortizações de investimentos financeiros	44	76 537 393	
Juros e custos similares	44	435 157 047	668 050 055
(C)		<b>2 608 669 266</b>	<b>3 008 641 464</b>
Custos e perdas extraordinários	45	388 915 117	113 523 678
(E)		<b>2 997 584 383</b>	<b>3 122 165 142</b>
Imposto sobre o rendimento	57	80 072 284	194 097 271
Interesses minoritários	55	35 244 349	(85 882 713)
(G)		<b>3 112 901 016</b>	<b>3 230 379 700</b>
Resultado consolidado líquido do semestre		143 494 098	202 514 986
		<b>3 256 395 114</b>	<b>3 432 894 686</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Vendas de mercadorias e produtos	36	232 210 934	237 895 284
Prestações de serviços	36	2 488 138 962	2 616 648 600
Variação da produção		26 736	1 794 699
Trabalhos para a própria empresa	56	26 922 936	59 263 560
Proveitos suplementares		32 036 461	25 239 118
Subsídios à exploração		1 519 633	1 383 057
Outros proveitos e ganhos operacionais		299 287	60 805 053
(B)		<b>2 781 154 949</b>	<b>2 942 624 771</b>
Proveitos e ganhos financeiros:			
Ganhos de participações de capital:			
Relativos a empresas associadas	44	10 325 927	11 611 068
Relativos a outras empresas	44	1 222 136	1 100 983
Outros juros e proveitos similares	44	358 064 413	333 882 928
(D)		<b>3 150 767 425</b>	<b>3 289 219 750</b>
Proveitos e ganhos extraordinários	45	105 627 689	143 674 936
(F)		<b>3 256 395 114</b>	<b>3 432 894 686</b>
Resultados operacionais:	(B)-(A)	587 550 654	602 033 362
Resultados financeiros:	(D-B)-(C-A)	(45 452 495)	(321 455 076)
Resultados correntes:	(D)-(C)	542 098 159	280 578 286
Resultados antes de impostos e interesses minoritários:	(F)-(E)	258 810 731	310 729 544
Resultado consolidado líquido do semestre:	(F)-(G)	143 494 098	202 514 986

o anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o semestre findo em 30 de Junho de 2003.



para os semestres findos em 30 Junho de 2003 e 2002

valores expressos em euros			
	Notas	2003	2002
Vendas e prestações de serviços	64.a)	2 725 008 660	2 854 671 796
Custos das vendas e das prestações de serviços		(1 621 275 848)	(1 663 200 791)
<b>Resultados brutos</b>		<b>1 103 732 812</b>	<b>1 191 471 005</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	64.b)	38 620 949	46 029 510
Custos de distribuição		(137 179 805)	(146 429 331)
Custos administrativos		(260 623 213)	(272 149 457)
Outros custos e perdas operacionais	64.c)	(163 286 694)	(224 010 078)
<b>Resultados operacionais</b>		<b>581 264 049</b>	<b>594 911 649</b>
Custo líquido de financiamento	64.e)	21 668 390	(89 952 970)
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	64.f)	(64 208 325)	(183 514 225)
Ganhos (perdas) em outros investimentos		(169 131)	(215 699)
Resultados não usuais ou não frequentes	64.g)	(278 681 577)	(17 743 398)
<b>Resultados correntes</b>		<b>259 873 406</b>	<b>303 485 357</b>
Impostos sobre os resultados correntes	64.h)	(81 134 959)	(186 853 084)
Interesses minoritários		(35 244 349)	85 882 713
<b>Resultado líquido do semestre</b>		<b>143 494 098</b>	<b>202 514 986</b>

○ anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por funções para o semestre findo em 30 de Junho de 2003.

# DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

para os semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002

valores expressos em euros

	Notas	2003	2002
<b>Actividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		3 112 704 017	3 025 570 069
Pagamentos a fornecedores		(1 583 601 010)	(1 421 049 091)
Pagamentos ao pessoal		(372 189 601)	(394 158 247)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>1 156 913 406</b>	<b>1 210 362 731</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(33 356 096)	(75 235 477)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional		(225 707 889)	(162 303 995)
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>		<b>897 849 421</b>	<b>972 823 259</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	65.a)	5 305 464	40 419 886
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	65.a)	(109 235 407)	(17 590 522)
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>793 919 478</b>	<b>995 652 623</b>
<b>Actividades de investimento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		529 884	188 664 878
Imobilizações corpóreas	65.b)	113 336 077	4 654 565
Subsídios de investimento		35 277	31 555
Juros e proveitos similares		155 712 501	117 175 626
Dividendos	65.c)	17 906 477	17 880 725
Outros recebimentos de actividades de investimento	65.d)	79 825 503	51 292
		<b>367 345 719</b>	<b>328 458 641</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	65.e)	(170 290 082)	(163 406 500)
Imobilizações corpóreas		(301 734 270)	(459 870 357)
Imobilizações incorpóreas		(41 805 136)	(5 002 179)
Adiantamentos a empresas participadas	65.f)	(21 262 704)	—
Outros investimentos		(313 042)	—
		<b>(535 405 234)</b>	<b>(628 279 036)</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>(168 059 515)</b>	<b>(299 820 395)</b>
<b>Actividades de financiamento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	65.g)	3 986 043 731	5 211 937 929
Venda de acções próprias		38 973 796	7 127 655
Subsídios		297 257	328 756
Outros recebimentos provenientes de actividades de financiamento	65.h)	47 008 883	127 593
		<b>4 072 323 667</b>	<b>5 219 521 933</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	65.i)	(4 585 668 828)	(5 360 446 757)
Amortizações de contratos de locação financeira		(2 767 465)	(1 401 567)
Juros e custos similares		(377 027 439)	(282 969 187)
Dividendos/distribuição de resultados		(218 357 220)	(126 016 582)
Aquisição de acções próprias		(34 052 019)	(7 036 761)
Outros pagamentos provenientes de actividades de financiamento		(191 597)	(120 517)
		<b>(5 218 064 568)</b>	<b>(5 777 991 371)</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(1 145 740 901)</b>	<b>(558 469 438)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(519 880 938)	137 362 790
Efeito das diferenças de câmbio		30 880 521	(64 467 021)
Caixa e seus equivalentes no início do período	65.j)	2 297 770 926	1 225 433 259
Caixa e seus equivalentes no fim do período	65.j)	1 808 770 509	1 298 329 028

○ anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2003.

## NOTA INTRODUTÓRIA

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Portugal Telecom”, empresa anteriormente denominada Portugal Telecom, S.A.) e as suas empresas subsidiárias e associadas (indicadas nas Notas 1 a 6), que integram o universo empresarial da Portugal Telecom (“grupo”), operam essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia em Portugal e no estrangeiro.

A empresa-mãe do grupo é a Portugal Telecom, uma empresa constituída em 23 de Junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, de 14 de Maio, por fusão das empresas Telecom Portugal, S.A. (“Telecom Portugal”), Telefones de Lisboa e Porto, S.A. (“TLP”) e Teledifusora de Portugal, S.A. (“TDP”).

Por escritura pública realizada em 12 de Dezembro de 2000, a Portugal Telecom, S.A. alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, S.A., tendo modificado o seu objecto social para sociedade gestora de participações sociais.

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados; em 30 de Junho de 2003 o Estado Português e as entidades por si controladas detêm 6,5% do capital e 500 acções da Categoria A, que lhes conferem direitos especiais, conforme descrito na Nota 54.

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext Lisbon e na NYSE – New York Stock Exchange.

### a) Actividade

O grupo opera no sector das telecomunicações e multimédia em Portugal e em outros países, nomeadamente no Brasil.

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efectuada pela PT Comunicações, S.A. (“PT Comunicações”), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações de 20 de Março de 1995, o qual foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, decorrente do facto da PT Comunicações ter celebrado com o Estado Português um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex (“Rede Básica”). Mediante este contrato, a PT Comunicações passou a deter a propriedade plena da Rede Básica tendo pago um montante de 365 milhões de euros.

O referido acordo introduz as seguintes alterações fundamentais ao Contrato de Concessão: i) cessação do pagamento da renda ao Estado; ii) não reversão para o Estado dos bens e direitos afectos à concessão aquando do seu término; e iii) previsão de mecanismos de compensação por parte do Estado para eventuais margens negativas para a PT Comunicações, decorrentes do cumprimento das obrigações inerentes à prestação dos serviços fixo de telex, telegráfico, de teledifusão e móvel marítimo, os quais se encontram abrangidos pelo Contrato de Concessão.

A prestação do serviço de transmissão de dados, em Portugal, é assegurada pela PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. (“PT Prime”), que desenvolve igualmente a prestação do serviço de Internet Service Provider (“ISP”) a grandes clientes.

O serviço de ISP para clientes residenciais e pequenas e médias empresas é prestado pela Telepac II – Comunicações Interactivas, S.A. (“Telepac”), empresa detida pela PT Multimedia.com – Serviços de Acesso à Internet, SGPS, S.A. (“PTM.com”). A PTM.com concentra igualmente, através das suas participadas, serviços de concepção e de disponibilização de espaços publicitários e informação em portais de Internet.

A prestação do serviço móvel terrestre de telecomunicações, em Portugal, é efectuada pela TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. (“TMN”), que obteve em 19 de Dezembro de 2000 uma licença para a exploração do sistema de telecomunicações móveis universais (“UMTS”), cujo custo ascendeu a 99 759 579 euros (Nota 27.a)).

A PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (“PT Multimedia”) é a sub-holding do grupo para os negócios multimédia. Através da TV Cabo Portugal, S.A. (“TV Cabo Portugal”), a PT Multimedia presta o serviço de televisão por cabo e satélite em Portugal Continental, Madeira e Açores.

A PT Multimedia desenvolve igualmente actividades nas áreas de audiovisuais, imprensa e rádio, sendo as áreas mais significativas a edição e venda de DVD’s e jogos de vídeo, a exploração de cinemas, a distribuição de filmes e a edição e distribuição de jornais de grande circulação.

No Brasil, o grupo presta o serviço móvel terrestre de telecomunicações através da sua participação na Brasilcel N.V. (“Brasilcel” ou “Vivo”), a joint venture constituída no final de

2002 entre o Grupo Portugal Telecom (através da PT Móveis, SGPS, S.A. – “PT Móveis”) e o Grupo Telefónica (através da Telefónica Móviles, S.A.) para agregar as operações de telecomunicações móveis dos dois grupos no Brasil. A Brasilcel desenvolve a sua actividade nos Estados Brasileiros de São Paulo (por intermédio da Telesp Celular), Paraná e Santa Catarina (por intermédio da Global Telecom), Rio de Janeiro (por intermédio da Telerj Celular), Espírito Santo (por intermédio da Telest Celular), Bahia (por intermédio da Telebahia Celular), Sergipe (por intermédio da Telegirpe Celular), Rio Grande do Sul (por intermédio da Celular CRT), e outros onze Estados nas regiões Norte e Centro Oeste (por intermédio da Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A. e suas subsidiárias – “TCO”). Após a aquisição da Tele Centro Oeste Participações, ocorrida durante o segundo trimestre de 2003, a Brasilcel abrange cerca de 17 milhões de clientes, tendo reforçado a sua posição de líder como operador de telefonia móvel da América do Sul.

#### **b) Internacionalização**

Na prossecução da estratégia de reforço da posição do grupo no mercado de telefonia celular brasileiro, conforme antes referido, foi constituída em 27 de Dezembro de 2002 a Brasilcel, empresa sediada na Holanda e detida em partes iguais pela PT Móveis e pela Telefónica Móviles, S.A., por incorporação dos investimentos financeiros detidos pelos grupos Portugal Telecom e Telefónica em empresas de telefonia celular no Brasil. Em 16 de Janeiro de 2003, a Brasilcel, através da Telesp Celular Participações, S.A. (“TCP”), celebrou um acordo para a aquisição faseada da totalidade do capital da Tele Centro Oeste Participações. Esta aquisição será efectuada em três fases: (i) aquisição de 61,1% do capital pelo montante de 1 506 milhões de reais, dos quais 308 milhões de reais foram liquidados em 25 de Abril de 2003; (ii) oferta pública de aquisição; e (iii) aquisição da parcela remanescente através de um processo de fusão com a Telesp Celular Participações.

#### **c) Reestruturação**

No decurso do primeiro semestre de 2003, a PT Multimedia iniciou um processo de reestruturação dos negócios anteriormente desenvolvidos pela Lusomundo – Sociedade Gestora de Partici-

pações Sociais, SGPS, S.A. (“Lusomundo SGPS”) através das suas empresas participadas. Como parte desse processo, a PT Multimedia adquiriu à Lusomundo a totalidade do capital que esta detinha na Lusomundo Serviços, SGPS, S.A. (“Lusomundo Serviços”), na Lusomundo Audiovisuais, S.A. (“Lusomundo Audiovisuais”) e na Lusomundo Cinemas, S.A. (“Lusomundo Cinemas”). A Lusomundo Serviços detém diversas participações em negócios de media e relacionados, nomeadamente uma participação de 75% na Lusomundo Media, SGPS, S.A. (“Lusomundo Media”), que desenvolve negócios de media, incluindo a edição e distribuição de jornais e revistas de grande circulação. A Lusomundo Audiovisuais e a Lusomundo Cinemas, bem como as suas empresas participadas, desenvolvem a sua actividade na área dos audiovisuais, que integra a edição e venda de DVD e jogos de vídeo, a exploração de cinemas e a distribuição de filmes. Estas empresas são líderes nos mercados de audiovisual e de imprensa escrita em Portugal.

#### **1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO**

Em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002, foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Portugal Telecom, e todas as suas filiais e associadas constantes do mapa I em anexo.

#### **2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO**

As empresas excluídas da consolidação em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002, bem como os motivos da sua exclusão, são referidas no mapa II em anexo.

#### **3. EMPRESAS ASSOCIADAS**

As empresas associadas em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002 encontram-se referidas no mapa III em anexo.

#### **4. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS**

Os investimentos financeiros em empresas associadas cujas participações em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002 são materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de empresas compreendidas na consolidação constam do mapa IV em anexo.

## 5. EMPRESAS CONSOLIDADAS PROPORCIONALMENTE

As empresas que em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002 foram incluídas na consolidação pelo método proporcional são as constantes do mapa V em anexo.

## 6. PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% EM EMPRESAS NÃO REFERIDAS NAS NOTAS ANTERIORES

Em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002, para além das participações referidas nas notas anteriores, o grupo detinha directa e indirectamente participações financeiras em outras empresas, as quais constam do mapa VI em anexo.

## 7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o primeiro semestre de 2003, o número médio de pessoal ao serviço do grupo foi de aproximadamente 23 300 empregados.

## 10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

O saldo desta rubrica corresponde aos valores de goodwill decorrentes de aquisições de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, respeitantes à diferença, quando positiva, entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios dessas empresas na data da sua aquisição. Em 30 de Junho de 2003, o saldo desta rubrica e das correspondentes amortizações acumuladas (Nota 27) tem a seguinte composição:

valores expressos em euros			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Brasilcel:			
Telesp Celular, S.A. ("Telesp Celular")	748 596 278	11 723 063	736 873 215
Tele Centro Oeste Participações, S.A. ("Tele Centro Oeste")	190 207 224	1 510 065	188 697 159
Global Telecom	136 398 517	1 593 186	134 805 331
Ceterp	12 811 227	3 309 567	9 501 660
Tele Sudeste Celular Participações, S.A. ("Tele Sudeste")	376 312 589	16 126 641	360 185 948
Celular CRT Participações, S.A. ("Celular CRT")	254 812 182	7 374 598	247 437 584
Tele Leste Celular Participações, S.A. ("Tele Leste")	71 079 172	1 072 948	70 006 224
	<b>1 790 217 189</b>	<b>42 710 068</b>	<b>1 747 507 121</b>
Negócios de Rede Fixa:			
PTM.com	173 465 618	6 504 960	166 960 658
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	133 542 589	54 470 274	79 072 315
Outras	3 181 051	1 779 921	1 401 130
	<b>310 189 258</b>	<b>62 755 155</b>	<b>247 434 103</b>
PT Multimedia:			
Negócio de televisão por subscrição	199 585 520	17 947 932	181 637 588
Negócio de Audiovisuais e Cinemas:			
Lusomundo Audiovisuais <sup>(a)</sup>	69 472 042	868 401	68 603 641
Lusomundo Cinemas <sup>(a)</sup>	25 498 609	318 733	25 179 876
Negócio de Media:			
Lusomundo Serviços <sup>(a)</sup>	94 478 489	1 180 981	93 297 508
Jornal de Notícias, S.A. ("Jornal de Notícias")	26 820 995	14 413 329	12 407 666
Diário de Notícias, S.A. ("Diário de Notícias")	5 687 403	2 588 108	3 099 295
Radiopress – Comunicação e Radiodifusão, S.A. ("Rádio Press")	4 020 740	1 990 016	2 030 724
Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuição, S.A. ("Vasp")	2 452 949	490 590	1 962 359
Pressmundo – Editora de Publicações, S.A. ("Pressmundo")	1 566 719	300 887	1 265 832
Publicações Prodiário, S.A. ("Prodiário")	1 423 414	261 132	1 162 282
Outras empresas	3 188 961	1 543 539	1 645 422
	<b>434 195 841</b>	<b>41 903 648</b>	<b>392 292 193</b>
Outros negócios:			
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	89 338 064	3 350 178	85 987 886
Unitel, S.A. ("Unitel")	39 327 032	10 924 176	28 402 856
PrimeSys, S.A. ("PrimeSys")	29 753 001	1 859 563	27 893 438
PT Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI") <sup>(b)</sup>	14 816 593	4 655 824	10 160 769
Cabo Verde Telecom, S.A. ("Cabo Verde Telecom")	10 226 699	4 037 039	6 189 660
	<b>183 461 389</b>	<b>24 826 780</b>	<b>158 634 609</b>
	<b>2 718 063 677</b>	<b>172 195 651</b>	<b>2 545 868 026</b>

(a) No âmbito do processo de reestruturação dos negócios desenvolvidos pela Lusomundo SGPS (Nota Introdutória), o goodwill a esta referente, foi repartido pelas suas empresas participadas que prosseguem distintos negócios: Lusomundo Audiovisuais (negócio de audiovisuais, que inclui a distribuição de filmes e a venda de cassetes e jogos de vídeo); a Lusomundo Cinemas (negócio de exibição cinematográfica); e a Lusomundo Serviços (negócio de media e outros negócios relacionados).

(b) O goodwill referente à PT Sistemas de Informação inclui 6 753 331 euros relativo ao goodwill gerado na aquisição da Megamedia, empresa que no primeiro semestre de 2003 foi fundida por incorporação na PT Sistemas de Informação.

Quando uma empresa subsidiária é alienada, os valores de goodwill e respectivas amortizações acumuladas são anulados por contrapartida de resultados extraordinários.

### Amortização do goodwill

O goodwill decorrente da aquisição de investimentos financeiros em operadores de telecomunicações é amortizado a partir da data de aquisição, no período remanescente da concessão ou licença. O goodwill decorrente da aquisição de investimentos financeiros em outras empresas é amortizado no período de recuperação esperada do investimento. São os seguintes os métodos e prazos de amortização do goodwill adoptados:

Empresa	Método de amortização	Prazo de amortização
Empresas participadas da Brasilcel	Progressivo, em função das receitas esperadas de cada empresa operadora	Período da licença de cada empresa operadora
PT Multimedia e empresas participadas	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PTM.com	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
Páginas Amarelas	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
Unitel	Quotas constantes	Período de concessão (9 anos, à data de aquisição do investimento)
PrimeSys	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (10 anos)
Cabo Verde Telecom	Quotas constantes	Período de concessão (19 anos, à data de aquisição do investimento)
Outras empresas participadas	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (no máximo em 20 anos)

### Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócio das empresas participadas e nos resultados previsionais aí considerados, entende que, em 30 de Junho de 2003, o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas (incluindo o valor do goodwill, líquido de provisões e de amortizações acumuladas) não é superior ao respectivo valor estimado de realização (fair value).

### 14. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003, verificaram-se alterações na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação, sendo as mais relevantes as descritas no mapa VII em anexo.

### 18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS

As empresas do grupo que detêm investimentos financeiros em empresas associadas e em outras empresas participadas adoptam a seguinte política contabilística para registar, nas suas demonstrações financeiras individuais, esses investimentos financeiros:

> Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9. Segundo este método, os investimentos financeiros são inicialmente contabilizados pelo seu custo de aquisição, que é posteriormente ajustado pela diferença entre esse custo e o valor proporcional dos capitais próprios da empresa participada à data da aquisição. Por sua vez, essa diferença é registada em imobilizado incorpóreo, na rubrica “Diferenças de consolidação” (“goodwill”) (Nota 10).

- > De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e em outras variações no capital próprio dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Outras reservas”. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros. No que se refere às empresas associadas com capitais próprios negativos é registada para perdas em investimentos financeiros que corresponde à proporção do grupo nos capitais próprios dessas empresas.
- > As diferenças de consolidação apuradas nas aquisições de empresas participadas são amortizadas durante o período médio estimado de recuperação daqueles investimentos ou, caso essas empresas detenham licenças ou concessões, são amortizadas pelos respectivos períodos (Nota 10).
- > Os investimentos financeiros noutras empresas (participações inferiores a 20%) encontram-se registados ao custo de aquisição, ou ao valor nominal, para o caso dos empréstimos concedidos, diminuídos por provisões para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses investimentos financeiros.
- > Os empréstimos concedidos a empresas associadas são registados, pelo seu valor nominal, na rubrica “Empréstimos de financiamento”.

## 21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

Em 30 de Junho de 2003 o grupo, para além das obrigações financeiras constantes do balanço, assumiu os seguintes compromissos financeiros:

(a) Em Outubro de 2000 a Médi Télécom, S.A. (“Médi Télécom”) celebrou contratos de financiamento de médio e longo prazo com um consórcio liderado pela International Finance Corporation e pelos bancos ABN Amro e Société Générale, num total de 1 000 000 000 de euros. Os empréstimos, que têm uma duração média de oito anos, destinaram-se a refinar a dívida de curto prazo contraída em Agosto de 1999 para atribuição da licença de operador de telecomunicações móveis em Marrocos e à cobertura do investimento ligado à instalação e desenvolvimento da rede GSM.

Nos termos destes contratos, a Médi Télécom obriga-se perante o sindicato bancário a atingir determinadas metas de perfor-

mance financeira. No âmbito desta operação de financiamento, os accionistas de referência da Médi Télécom (PT Móveis (31,34% do capital), Telefónica Intercontinental, S.A. (31,34% do capital) e grupo Banque Marocaine du Commerce Extérieur (19,14% do capital), assinaram um Shareholders Support Deed, segundo o qual estes accionistas se comprometem a realizar futuras contribuições de capital na Médi Télécom (sob a forma de capital ou de empréstimos de accionistas), se tal for necessário para cobrir eventuais deficiências nas metas financeiras acordadas. Este compromisso dos accionistas de referência está limitado, durante a vigência dos empréstimos, a um máximo acumulado de 210 000 000 de euros e cessa logo que a Médi Télécom atinja um rácio de Endividamento/EBITDA inferior a 3,0 em quatro trimestres consecutivos.

(b) O grupo e os restantes accionistas da Sportinveste Multimédia, SGPS, S.A. (“Sportinveste”) celebraram um Acordo Parassocial, pelo qual a Portugal Telecom se comprometeu a conceder prestações acessórias até ao montante máximo de 40 000 000 de euros. Em 30 de Junho de 2003 a Portugal Telecom tinha concedido prestações acessórias no montante de 24 676 655 euros.

(c) Em 30 de Junho de 2003 o grupo tinha assumido compromissos de compra perante fornecedores, essencialmente relativos a equipamentos, no montante de aproximadamente 67 385 057 euros.

## 22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2003 o grupo tinha apresentado avals, garantias e cartas conforto a favor de terceiros correspondentes às seguintes situações:

	valores expressos em euros
Avals	45 909 604
Garantias bancárias a favor de tribunais	2 213 061
Garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas pela:	
PT Comunicações	9 900 286
TMN à ANACOM	2 493 989
PT Multimedia	5 640 300
Outras	1 023 856
	<b>19 058 431</b>
Cartas conforto a favor de empresas associadas:	
PT Multimedia a favor de empresas associadas	33 781 608
Carta conforto relativa a financiamento prestado à TV Cabo Macau	8 751 203
	<b>42 532 811</b>

O valor total dos “Avals” foi concedido pela PT Multimedia e refere-se a garantias de financiamentos bancários de empresas associadas.

As garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas pela PT Comunicações e pela PT Multimedia são essencialmente a favor da administração fiscal e da Alta Autoridade para a Comunicação Social, respectivamente, sendo as da PT Comunicações referentes a liquidações adicionais de IRC que foram impugnadas (Nota 57) e as da PT Multimedia referentes à obtenção de licenças de transmissão de sinal de televisão. As garantias bancárias solicitadas pela TMN foram apresentadas à ANACOM.

## 23. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

### Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e as normas de consolidação estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), de acordo com a convenção dos custos históricos (modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas), em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade das operações, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma e consideram igualmente determinados ajustamentos e reclassificações contabilísticos, decorrentes da uniformização com as políticas contabilísticas seguidas pela empresa-mãe. As notas deste anexo seguem a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao grupo, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

É ainda de referir que a Portugal Telecom preparou igualmente demonstrações financeiras consolidadas em formato internacional, incluídas em anexo, com a finalidade de serem apresentadas junto da Securities and Exchange Commission of the United States of America (“US SEC”) e da New York Stock Exchange (Bolsa de Valores de Nova Iorque). Aquelas demonstrações financeiras consolidadas apresentam os mesmos valores de activo, capital próprio e

resultado líquido que as presentes, mas diferem destas na sua apresentação, por incluírem determinadas reclassificações para as tornar mais próximas de demonstrações financeiras elaboradas nos Estados Unidos da América. No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações de resultados na versão preparada de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (“versão POC”) e na versão internacional, apresenta-se de seguida uma reconciliação para os itens relevantes: proveitos operacionais, resultado operacional e resultado antes de impostos e de interesses minoritários.

	valores expressos em euros
Proveitos operacionais (versão POC)	2 781 154 949
Proveitos e custos extraordinários, acrescidos ou deduzidos aos proveitos operacionais <sup>(a)</sup>	4 599 502
Trabalhos para a própria empresa <sup>(b)</sup>	(26 922 936)
Proveitos suplementares <sup>(b)</sup>	(32 036 461)
Subsídios à exploração <sup>(b)</sup>	(1 519 633)
Variação da produção	(26 736)
Outros proveitos e ganhos operacionais <sup>(b)</sup>	(299 287)
<b>Proveitos operacionais (versão internacional)</b>	<b>2 724 949 398</b>
Resultado operacional (versão POC)	587 550 654
Proveitos e custos extraordinários, acrescidos ou deduzidos aos proveitos operacionais <sup>(a)</sup>	4 599 502
Proveitos e custos extraordinários, acrescidos ou deduzidos aos custos operacionais <sup>(c)</sup>	14 432 201
<b>Resultado operacional (versão internacional)</b>	<b>606 582 357</b>
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários (versão POC)	258 810 731
Insuficiência de estimativa de imposto (Nota 45) <sup>(d)</sup>	1 062 675
<b>Resultado antes de impostos e de interesses minoritários (versão internacional)</b>	<b>259 873 406</b>

- (a) Este montante respeita essencialmente a ajustamentos a proveitos registados em exercícios anteriores, que para efeitos da versão internacional são acrescidos aos proveitos operacionais.  
(b) Na versão internacional estes proveitos são deduzidos aos custos operacionais.  
(c) Estes valores respeitam a custos e proveitos extraordinários, essencialmente relativos a subsídios ao investimento e formação profissional e com a constituição/reversão de provisões extraordinárias, que na versão internacional são acrescidos ou deduzidos aos custos operacionais.  
(d) Este valor constitui um custo extraordinário na versão POC, enquanto na versão internacional é incluído na rubrica de imposto sobre o rendimento do período.

### Princípios de consolidação

As empresas referidas na Nota 1 foram consolidadas pelo método de integração global, pelo que as transacções, saldos e fluxos de caixa significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nessas empresas é apresentado no balanço consolidado e na demonstração consolidada de resultados na rubrica “Interesses minoritários” (Nota 55).

As empresas referidas na Nota 5 foram consolidadas pelo método proporcional, pelo que os seus activos e passivos, proveitos e custos e fluxos de caixa foram integrados nas demonstrações financeiras pela percentagem de capital detido nessas empresas pela Portugal Telecom, directa e indirectamente; igual procedimento foi adoptado para o processo de eliminações das transacções, saldos e fluxos de caixa intragrupo.



Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas (Nota 3) encontram-se valorizados no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 18).

Os ganhos e perdas financeiros decorrentes de operações de aumentos de capital em empresas do grupo e em empresas associadas não subscritos pelo grupo, bem como os decorrentes de outras operações que originem alterações da percentagem de participação do grupo, são registados na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do grupo, são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros.

### Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

#### a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por diferenças de consolidação, despesas de instalação, propriedade industrial e outros direitos e despesas de investigação e desenvolvimento. As diferenças de consolidação são amortizadas de acordo com os critérios explicados na Nota 10. As restantes imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do início do mês da sua aquisição ou início de utilização, num período que varia entre três e seis anos, com excepção: (i) do valor da licença de operador de telefonia móvel, adquirida pela Global Telecom, que está a ser amortizado no período de vida útil estimado, de acordo com taxas progressivas em função das receitas estimadas (Nota 27); e (ii) do valor referente à aquisição da propriedade da Rede Básica que está a ser amortizado no período remanescente até final da concessão. O valor da licença UMTS e todos os custos inerentes à entrada em exploração da rede UMTS estão registados na rubrica “Imobilizações incorpóreas em curso” e serão amortizados no período da licença, a partir da data de entrada em funcionamento desta rede (Nota 27).

#### b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição (adicionado das despesas imputáveis à compra),

de produção ou reavaliado com base em coeficientes oficiais de correcção monetária, de acordo com as disposições legais (Nota 41). A amortização destes activos é realizada de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês de início de utilização dos bens ou da sua entrada em funcionamento.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico:	
Instalações e equipamento de rede – interior e exterior	5-25
Equipamento de comutação	5-10
Equipamento terminal	5-10
Cabos submarinos	15-20
Estações, equipamento e instalações de satélites	15
Outros equipamentos de telecomunicações	3-10
Outro equipamento básico	4-20
Equipamento de transporte	4-8
Ferramentas e utensílios	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Outras imobilizações corpóreas	3-10

Na sequência da aprovação do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão relacionado com a compra da Rede Básica (Nota Introdutória), que aboliu a disposição constante do Contrato de Concessão relativa à reversão para o Estado Português dos bens afectos à concessão, alterou-se o período de amortização daqueles bens nas situações em que o mesmo estava indexado ao término da concessão, passando os mesmos a ser amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são provisionadas por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias do imobilizado corpóreo são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos.

#### c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira são registados como leasing financeiro, caso cumpram com os critérios para tal. Os activos são registados ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do fair value do activo na data do contrato, por contrapartida da correspon-

dente responsabilidade. Os activos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades e os juros reconhecidos no período em que são devidos.

#### **d) Existências**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição.

A provisão para depreciação de existências inclui o valor dos materiais sem utilização prevista, por motivo de obsolescência tecnológica, bem como a diferença de preços para os materiais cujo valor de realização é inferior ao custo médio de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso, que respeitam à instalação de equipamentos de telecomunicações para clientes, encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui principalmente os custos com os equipamentos e materiais diversos utilizados nessas instalações, bem como os custos com o pessoal envolvido nas mesmas.

#### **e) Provisão para dívidas de cobrança duvidosa**

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa é constituída/reforçada tendo em consideração a avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

#### **f) Especialização dos exercícios**

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas (Nota 53).

#### **g) Subsídios para financiamento de imobilizações corpóreas**

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de imobilizações corpóreas são registados no passivo, como proventos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e são reconhecidos em resultados extraordinários proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

#### **h) Registo de receitas**

As receitas da actividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto, sendo os valores não facturados a clientes ou não facturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, registados com base em estimativas. As diferenças

entre estes valores estimados e os reais, que por norma não são significativas, são registadas no período subsequente.

As receitas de circuitos alugados são registadas no período a que respeitam.

As receitas de publicidade relativas a listas telefónicas e outras, bem como os respectivos custos, são registadas durante o período de vigência das listas.

As receitas decorrentes do serviço de televisão por cabo e satélite resultam essencialmente de: (i) valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização do serviço; (ii) valores facturados pela instalação do serviço; (iii) publicidade colocada nos canais de televisão por cabo; e (iv) aluguer de equipamento. As receitas provenientes da assinatura mensal e da instalação são reconhecidas no período em que o serviço é prestado ao cliente. As receitas de publicidade são reconhecidas no período em que a mesma é inserida. As receitas de aluguer de equipamento são reconhecidas no período do aluguer.

Os custos incorridos com a programação dos canais de televisão por cabo são apurados em função do número de subscritores e são reconhecidos no período em que o serviço é prestado.

As receitas provenientes do serviço ISP resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à Internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas relativas à exibição cinematográfica decorrem da venda de bilhetes de cinema e as receitas relativas à distribuição cinematográfica provêm da venda a outros operadores cinematográficos de direitos de distribuição adquiridos pela Lusomundo a distribuidores e produtores de filmes. Estas receitas são reconhecidas no período de exibição ou de venda dos direitos.

As receitas de publicidade relativas à publicação de revistas e jornais são reconhecidas no período da sua inserção.

As receitas relativas à vendas de publicações são reconhecidas no momento da venda, à excepção das assinaturas, que são reconhecidas no período da duração das mesmas.

Os proventos decorrentes da actividade de telecomunicações móveis resultam, essencialmente, dos valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização da rede, ao que acresce a facturação das chamadas telefónicas efectivamente efectuadas, bem como outros serviços complementares de telecomunicações.

O momento do reconhecimento das receitas geradas no âmbito da actividade de telecomunicações móveis, bem como as rubricas onde se encontram reconhecidas, pode ser resumido da seguinte forma:

Origem do proveito	Classificação	Reconhecimento
Utilização da rede	Prestação de serviços	No mês da prestação do serviço
Tráfego de interligação	Prestação de serviços	No mês da prestação do serviço
Roaming	Prestação de serviços	No mês da prestação do serviço
Cartões pré-pagos	Prestação de serviços	No momento da prestação do serviço
Telemóveis e acessórios	Vendas de mercadorias	No momento da venda

### i) Repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais

As receitas dos serviços de telecomunicações internacionais são facturadas aos operadores do país de destino da chamada, com base em tarifários resultantes de acordos celebrados entre os operadores e de acordo com os registos de duração das chamadas do operador de origem. O operador do país de origem é responsável por debitar os custos aos operadores do país de destino e de trânsito. No caso em que a PT Comunicações é o operador de origem do tráfego internacional, os montantes facturados pelos outros operadores são reconhecidos como custo e a facturação ao cliente como receita. No caso da PT Comunicações ser o operador de destino, o montante líquido facturado aos outros operadores é reconhecido como receita.

### j) Pensões de reforma

(i) Nos termos do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 219/00, de 9 de Setembro, os regimes jurídicos aplicáveis em virtude das disposições do art.º 5 do Decreto-Lei n.º 122/94, de 14 de Maio (diploma regulamentador da criação da Portugal Telecom, S.A.) continuarão a produzir efeitos relativamente aos empregados que foram transferidos da Portugal Telecom para a PT Comunicações e aos pensionistas e reformados abrangidos por esses regimes. Assim sendo, a PT Comunicações tem o compromisso de conceder:

	Benefícios
A reformados e empregados oriundos e admitidos pelos CTT até 14 de Maio de 1992	Pensão de reforma
A reformados e empregados oriundos dos TLP e da TDP	Complemento de pensão de reforma ou sobrevivência

Os empregados oriundos da Telecom Portugal, que tenham sido admitidos directamente por esta empresa, ou pelos CTT após 14 de Maio de 1992, assim como os empregados admitidos

directamente pela Portugal Telecom e pela PT Comunicações, encontram-se excluídos do âmbito dos benefícios acima referidos, estando abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

As responsabilidades por serviços passados respeitantes aos empregados no activo, pré-reformados e reformados são determinadas com base em estudos actuariais, elaborados por uma empresa independente de actuários internacionais. Para a cobertura destas responsabilidades existem três fundos de pensões autónomos, um para cada uma das empresas fundidas na Portugal Telecom, e provisões específicas. Os fundos de pensões são geridos autonomamente por uma sociedade gestora de fundos de pensões.

Adicionalmente, para os empregados oriundos da Marconi (empresa fundida com a PT Comunicações no exercício de 2002), a PT Comunicações tem um regime especial de Segurança Social através da Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi ("Caixa"), entidade independente, tutelada pela Secretaria de Estado da Segurança Social do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, aplicável a todos os empregados admitidos até 1 de Fevereiro de 1998. Os empregados admitidos após esta data encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social.

Para cobertura das responsabilidades com os empregados abrangidos por este regime especial de Segurança Social, a PT Comunicações tem os seguintes fundos:

> Fundo de Pensões Regulamentares, cujo objectivo consiste na cobertura das responsabilidades com as pensões de reforma dos empregados.

> Fundo de Melhoria, que consiste basicamente na atribuição de um suplemento de 15% às pensões de invalidez e velhice, tendo para isso a PT Comunicações que efectuar uma contribuição adicional de 1,55% sobre a massa salarial.

> Fundo de Complementos, que assegura um complemento das pensões de reforma e das pensões de sobrevivência concedidas aos cônjuges sobreviventes dos reformados. Este fundo atribui, igualmente, um complemento de pensão aos empregados abrangidos pela Caixa, desde que tenham anteriormente contribuído para a Caixa Geral de Aposentações mas não estejam abrangidos pelo regime de pensão unificada.

(ii) A Lusomundo, através das suas participadas Diário de Notícias e Jornal de Notícias, está obrigada a complementar as pensões de reforma e sobrevivência aos empregados admitidos até 1979, no caso do Diário de Notícias, e até 16 de Novembro de 1994, no caso do Jornal de Notícias, quando estes atingem a idade da reforma.

(iii) A PT Sistemas de Informação tem, também, responsabilidades em complementar pensões de reforma de determinados empregados.

A PT Comunicações, a Lusomundo e a PT Sistemas de Informação reconhecem os custos com a atribuição de benefícios relacionados com os planos de pensões à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

No final de cada exercício, a PT Comunicações, a Lusomundo e a PT Sistemas de Informação obtêm estudos actuariais elaborados de acordo com métodos e pressupostos actuariais aceites internacionalmente, no sentido de conhecer o valor das suas responsabilidades a essa data, o custo com pensões a registar nesse exercício e a previsão dos custos a reconhecer no exercício seguinte. As responsabilidades e custos assim estimados são comparados com os registos entretanto efectuados e com os valores das eventuais contribuições a efectuar para os fundos, bem como com o valor da provisão a registar no passivo, a qual é apresentada líquida dos ganhos e perdas actuariais diferidos, tal como preconizado na Norma Internacional de Contabilidade (“NIC”) n.º 19.

(iv) A Telesp Celular e as empresas controladas pela Teleleste e pela Telesudeste, em conjunto com outras empresas do antigo Sistema TELEBRÁS, são patrocinadoras de um plano de pensões administrado pela Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL. Até 28 de Dezembro de 1999, todas as patrocinadoras do plano administrado pela SISTEL eram solidárias. Nessa data, essas patrocinadoras negociaram condições para a criação de planos individuais de pensões por patrocinadora e para manutenção da solidariedade apenas para os reformados que se encontra-

vam em tal condição em 31 de Janeiro de 2000, o que foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Estado Brasileiro, em 13 de Janeiro de 2000.

Em resultado deste acordo, em Dezembro de 2000 a Telesp Celular e as empresas controladas pela Teleleste e pela Telesudeste implementaram, através da SISTEL, planos individuais de contribuição definida (“TCP PREV” e “Plano de Benefícios Visão Celular”, respectivamente) que abrangem 99% dos empregados da Telesp Celular, 94% dos empregados da Teleleste e 83% dos empregados da Telesudeste e que são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, as quais são creditadas em contas individuais dos participantes. As empresas são responsáveis por todas as despesas administrativas e de manutenção destes planos e pelos riscos de morte e invalidez dos participantes.

As contribuições da Telesp Celular, Teleleste e Telesudeste para os planos individuais de contribuição definida antes referidos são iguais às dos participantes, variando de 0% a 9% do salário de participação, em função de percentagem escolhida pelo participante.

Os custos destes planos são registados pela Telesp Celular, Teleleste e Telesudeste na data em que se vencem as contribuições a efectuar por cada empresa.

Na sequência da quebra de solidariedade do Fundo SISTEL ocorrida em Dezembro de 1999, as empresas patrocinam individualmente um plano de benefícios definidos destinado a atribuir um suplemento de pensão a custo partilhado aos empregados beneficiários que não aceitaram a migração para os planos individuais de contribuição definida antes referidos. A contribuição para os planos de benefícios definidos (“PBS Telesp Celular”, “PBS Tele Leste Celular” e “PBS Tele Sudeste Celular”) é determinada com base num estudo actuarial elaborado por actuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custo é o da capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 12% sobre a remuneração dos empregados participantes do plano.

A Celular CRT patrocina em conjunto com a Companhia Riograndense de Telecomunicações, S.A. planos de previdência privada de benefícios definidos multipatrocinados, os quais são administrados pela Fundação dos Empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicações – FCRT. Os benefícios de reforma por tempo de serviço, por idade, por invalidez e espe-

cial são calculados pelo regime de capitalização; o benefício de pensão por morte é constituído pelo regime financeiro de repartição de capitais de cobertura; o benefício de auxílio-reclusão é calculado através do regime financeiro de repartição simples, com método de capital de cobertura; e os benefícios de auxílio-doença, natalidade e pecúlio por morte são constituídos pelo regime financeiro de repartição simples. As contribuições para os planos são determinadas com base em estudos actuariais preparados por actuários independentes. O custo mensal é de 18,18% dos salários.

Em Dezembro de 2001, a Celular CRT solicitou a desvinculação total entre as patrocinadoras. Em 30 de Junho de 2003 ainda não tinha sido autorizada a desvinculação, tendo, no entanto, sido registadas as responsabilidades de acordo com esta solicitação, após a sua actualização até essa data.

Em 9 de Maio de 2002, a Celular CRT solicitou à Secretaria da Previdência Complementar a implementação do Plano de Benefícios Visão CRT de contribuição definida. Em 30 de Junho de 2003 ainda não tinha sido obtida a aprovação para a constituição deste plano.

(v) Os empregados admitidos directamente pelas restantes empresas do grupo não se encontram abrangidos pelos benefícios sociais acima referidos.

## 1) Responsabilidades com cuidados de saúde

(i) A PT Comunicações (excluindo os empregados oriundos da Marconi) mantém um Plano de Saúde aplicável a todos os seus empregados activos, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, o qual é gerido pela associação denominada Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT ACS”), criada para o efeito em 29 de Setembro de 1995. O referido plano entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1996, ainda no quadro da Portugal Telecom, S.A.

Para o financiamento do Plano de Saúde contribuem:

- > Os beneficiários titulares (beneficiários de algum dos regimes de saúde anteriormente vigentes na empresa), com 1,5% dos ordenados.
- > O Serviço Nacional de Saúde (“SNS”), com 168,40 euros por beneficiário do plano.
- > A Portugal Telecom, com o valor restante necessário à cobertura da totalidade dos custos.

Em Julho de 2003 o Plano de Saúde foi fechado à entrada de novos empregados. Os empregados da PT Comunicações contratados após a data de fecho do Plano de Saúde não estão abrangidos por estes benefícios

Adicionalmente, a PT Comunicações mantém um Plano de Saúde aplicável aos empregados admitidos pela Marconi até 1 de Fevereiro de 1998, bem como aos respectivos familiares elegíveis, sendo a gestão deste plano de saúde efectuada igualmente pela PT ACS. Os empregados admitidos pela Marconi após 1 de Fevereiro de 1998 não estão abrangidos por este benefício.

Os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma foram registados na rubrica “Custos com o pessoal – Encargos sociais”, com base nas estimativas constantes dos estudos actuariais elaborados por uma entidade independente.

As contribuições entregues à PT ACS correspondentes aos cuidados de saúde prestados ao pessoal no activo são registadas como custos à medida que estes são incorridos.

O subsídio do SNS e as quotizações dos empregados são registados como redução de custos do período a que respeitam.

(ii) A PT Sistemas de Informação tem, também, responsabilidades com cuidados de saúde a prestar a determinados empregados, a partir da idade de reforma.

A PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação reconhecem os custos com a atribuição de benefícios relacionados com os benefícios de saúde à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

No final de cada exercício a PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação obtêm estudos actuariais elaborados de acordo com métodos e pressupostos actuariais aceites internacionalmente, no sentido de conhecer o valor das suas responsabilidades a essa data, os custos com saúde a registar nesse exercício e, ainda, a previsão dos custos a incorrer no exercício seguinte, determinada a partir dos mesmos pressupostos (Nota 59). Para cobertura destas responsabilidades, as empresas constituem uma provisão específica, que é apresentada líquida dos ganhos e perdas actuariais diferidos, tal como previsto na NIC n.º 19 (Nota 43).

(iii) Os empregados da Telesp Celular e das empresas controladas pela Teleste e pela Telesudeste encontram-se abrangidos pelo plano de assistência médica aos empregados aposentados (PAMA) gerido pela Fundação SISTEL, sendo o financiamento

do fundo assegurado pelas empresas resultantes do processo de cisão da TELEBRAS e pelos seus empregados participantes. As características do plano de benefícios e do fundo são idênticas às referidas para o fundo de pensões SISTEL existente antes da quebra de solidariedade desse fundo. Sendo este um fundo com características de multiempregador, os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma são reconhecidos em resultados à medida que as contribuições vão sendo devidas.

(iv) Os empregados admitidos directamente pelas restantes empresas do grupo encontram-se fora do âmbito dos benefícios acima referidos.

#### m) Reformas antecipadas, pré-reformas e suspensões do contrato de trabalho

No momento da passagem dos empregados às situações de pré-reforma, de reforma antecipada ou de suspensão do contrato de trabalho, é registada como custos extraordinários (Nota 45) a totalidade das responsabilidades pelo pagamento de salários até à idade de reforma, bem como com pensões ou complementos de pensões a pagar e com cuidados de saúde a prestar após aquela data, os quais são determinados com base em estudos actuariais elaborados por entidades independentes (Notas 58 e 59).

#### n) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

#### o) Férias e subsídios de férias e Natal

Os encargos com férias e subsídios de férias e Natal e correspondentes encargos patronais são registadas como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento, sendo incluídos no balanço na rubrica “Acréscimos de custos”.

#### p) Impostos sobre o rendimento

A Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indi-

rectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida directriz, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulta de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, foi registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do exercício.

#### q) Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria (constituídas por depósitos e aplicações a prazo) encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou do valor de mercado. Adicionalmente, os empréstimos concedidos a empresas participadas titulados por Floating Rate Notes transaccionáveis no mercado são registados como títulos negociáveis.

#### r) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordos de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor

na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados, excepto no que respeita às diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos de empréstimos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros, as quais são registadas na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”, tal como preconizado na NIC n.º 21.

A conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- > Taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos.
- > Taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados.
- > Taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações).
- > Taxas de câmbio históricas, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

### S) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente operações de swap de taxa de juro e de taxa de câmbio sobre empréstimos, para reduzir o risco de alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio, na prossecução da política de cobertura da exposição a evoluções na taxa de juro e de cobertura de passivos em moeda estrangeira. Com este último objectivo, são igualmente contratadas operações de forward e opções cambiais (Nota 6o).

Os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos derivados que estejam a cobrir os riscos acima mencionados de determinados activos ou passivos, são registados em resultados de forma simétrica às perdas e ganhos associados aos activos ou passivos relacionados. Caso os instrumentos derivados não estejam a reduzir os riscos definidos, ou não estejam relacionados com nenhum risco específico, os mesmos são registados ao seu fair value na data do balanço, sendo os ganhos e perdas decorrentes da variação de valor ao longo do tempo registados em resultados.

Os prémios recebidos ou pagos bem como os encargos com estas operações são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas.

### t) Planos de incentivos

As responsabilidades assumidas no âmbito dos planos de incentivos da Portugal Telecom com os administradores e determinados quadros ao serviço das empresas do grupo (Nota 61) são reconhecidas como custo em cada período, tendo em conta o tempo decorrido para o vencimento do direito de exercício das opções ou de atribuição das acções.

A respectiva provisão é constituída/reforçada atendendo ao faseamento dos direitos atribuídos e dos inerentes encargos, pelo período do plano. Estes encargos correspondem à diferença entre o valor estimado de aquisição das acções pela empresa e o seu preço de venda aos empregados. Os custos correspondentes são registados na rubrica “Custos com o pessoal”, sendo os custos com as respectivas operações de hedging registados na rubrica “Custos e perdas financeiros” (Nota 61).

### u) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão-de-obra e transportes) incorridos na formação do activo imobilizado são objecto de capitalização, sendo contabilizados na demonstração consolidada de resultados na rubrica “Trabalhos para a própria empresa”.



## 24. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 30 de Junho de 2003, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio de tais moedas relativamente ao euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

Designação	Código	Cotação
Direito de Saque Especial	DSE	1,22592
Coroa Dinamarquesa	DKK	7,4299
Coroa Norueguesa	NOK	8,2935
Coroa Sueca	SEK	9,2488
Dirham Marroquino	MAD	10,8496
Dobra São Tomense	STD	10 861,16
Dólar Australiano	AUD	1,7116
Dólar Americano	USD	1,1427
Dólar Canadiano	CAD	1,5506
Dólar de Hong Kong	HKD	8,9110
Escudo Cabo Verdiano	CVE	110,2650
Forint Húngaro	HUF	266,61
Franco CFA	XOF	655,957
Franco Suíço	CHF	1,5544
Kuanza Angolano	AOA	89,6515
Libra Esterlina	GBP	0,6932
Metical Moçambicano	MZM	26 664,20
Pataca Macaense	MOP	9,1783
Peso Argentino	ARS	3,1927
Pula do Botswana	BWP	5,6166
Rand Sul-Africano	ZAR	8,5422
Real Brasileiro	BRL	3,2887
Xelim Queniano	KES	84,3313
Xelim Ugandês	UGX	2 286,54
Yene Japonês	JPY	137,32

No semestre findo em 30 de Junho de 2002, as demonstrações consolidadas de resultados das empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira foram convertidas com base nas seguintes taxas de câmbio médio de tais moedas relativamente ao euro:

Designação	Código	Cotação
Dobra São Tomense	STD	10 265,03
Dólar Americano	USD	1,1051
Dirham Marroquino	MAD	10,8216
Escudo Cabo Verde	CVE	110,265
Franco CFA	XOF	655,957
Forint Húngaro	HUF	247,04
Franco Suíço	CHF	1,4913
Kuanza Angolano	AOA	78,8315
Metical Moçambicano	MZM	25 298,75
Pataca Macaense	MOP	8,7921
Peso Argentino	ARS	3,3196
Pula do Botswana	BWP	5,754
Real Brasileiro	BRL	3,5399
Xelim Queniano	KES	83,9335
Xelim Ugandês	UGX	2 181,83



## 27. ACTIVO IMOBILIZADO

### a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003, os movimentos ocorridos no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram como segue:

valores expressos em euros

	Imobilizado bruto					
	Saldo inicial	Alteração do perímetro da consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências e abates	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação	86 310 197	4 156 573	199 937	96 389	(3 290 006)	87 473 090
Despesas de investigação e desenvolvimento	72 463 506	(4 753 617)	5 625 678	(561)	4 578 534	77 913 540
Propriedade industrial e outros direitos	586 280 468	16 265 503	6 653 821	19 205 139	171 972 304	800 377 235
Outras imobilizações incorpóreas	140 613 913	9 411 741	155 311	16 942 725	(155 684 635)	11 439 055
Imobilizações em curso	118 196 299	—	38 022 750	1 115 902	(11 411 787)	145 923 164
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	3 447 779	—	—	251	(1 892 491)	1 555 539
Diferenças de consolidação (Nota 10)	2 463 303 983	1 209 127	208 819 290	195 452 289	(150 721 012)	2 718 063 677
	<b>3 470 616 145</b>	<b>26 289 327</b>	<b>259 476 787</b>	<b>232 812 134</b>	<b>(146 449 093)</b>	<b>3 842 745 300</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais	110 479 544	(7 738 282)	1 935	937 046	(6 508 028)	97 172 215
Edifícios e outras construções	919 106 467	(26 826 246)	3 356 028	1 525 276	(7 361 962)	889 799 563
Equipamento básico	9 465 614 133	187 515 734	77 638 214	164 807 924	(10 976 065)	9 884 599 940
Equipamento de transporte	52 787 325	(1 173)	2 115 289	298 954	(1 821 712)	53 378 683
Ferramentas e utensílios	22 390 008	203 479	100 857	863 687	(5 013 605)	18 544 426
Equipamento administrativo	787 031 782	9 984 702	22 444 437	14 293 418	10 552 153	844 306 492
Outras imobilizações corpóreas	65 694 635	(39 729)	943 824	39 520	(2 343 303)	64 294 947
Imobilizações em curso	158 454 687	7 623 970	90 105 550	7 909 412	(80 185 541)	183 908 078
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	935 332	180 929	96 368	(4 114)	(40 956)	1 167 559
	<b>11 582 493 913</b>	<b>170 903 384</b>	<b>196 802 502</b>	<b>190 671 123</b>	<b>(103 699 019)</b>	<b>12 037 171 903</b>

valores expressos em euros

	Amortizações acumuladas					
	Saldo inicial	Alteração do perímetro da consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências e abates	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação	80 650 379	(203 798)	1 593 992	59 045	(3 400 522)	78 699 096
Despesas de investigação e desenvolvimento	42 801 424	(2 694 543)	12 166 327	(1 905)	(6 852)	52 264 451
Propriedade industrial e outros direitos	114 115 902	(157 801)	31 285 630	7 586 022	20 358 555	173 188 308
Outras imobilizações incorpóreas	12 348 565	7 426 653	3 003 091	1 075 411	(21 372 951)	2 480 769
Diferenças de consolidação (Nota 10)	251 953 956	448 497	52 723 813	14 870 362	(147 800 977)	172 195 651
	<b>501 870 226</b>	<b>4 819 008</b>	<b>100 772 853</b>	<b>23 588 935</b>	<b>(152 222 747)</b>	<b>478 828 275</b>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais	14 685 716	—	—	—	(1 349 771)	13 335 945
Edifícios e outras construções	459 101 459	(5 896 164)	20 853 891	410 227	(6 910 715)	467 558 698
Equipamento básico	5 859 697 752	89 500 548	349 584 085	85 606 525	(9 934 475)	6 374 454 435
Equipamento de transporte	35 511 673	100 848	3 603 803	90 434	(771 240)	38 535 518
Ferramentas e utensílios	16 997 295	131 422	271 234	235 602	(1 274 369)	16 361 184
Equipamento administrativo	571 690 204	3 545 635	44 543 168	6 327 401	1 228 422	627 334 830
Outras imobilizações corpóreas	48 993 164	(16 658)	1 535 776	(2 321)	(713 987)	49 795 974
	<b>7 006 677 263</b>	<b>87 365 631</b>	<b>420 391 957</b>	<b>92 667 868</b>	<b>(19 726 135)</b>	<b>7 587 376 584</b>

Os valores apresentados na coluna “Alteração do perímetro de consolidação” respeitam aos saldos das rubricas de imobilizações e amortizações acumuladas das empresas que foram excluídas da consolidação em 30 de Junho de 2003 (Nota 2) e a 50% dos activos da Tele Centro Oeste Participações reportados à data em que esta empresa foi adquirida pela Brasilcel e incluída pela primeira vez no perímetro de consolidação pelo método proporcional.

O aumento ocorrido no primeiro semestre de 2003 na rubrica “Diferenças de consolidação” respeita essencialmente a 50% do goodwill gerado na aquisição da Tele Centro Oeste Participações pela Telesp Celular Participações.

A rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui:

(i) 348 395 587 euros relativos à aquisição da propriedade plena da Rede Básica pela PT Comunicações e correspondentes à diferença entre o valor pago nessa aquisição, ocorrida em 27 de Dezembro de 2002 (365 milhões de euros – Nota Introdutória), e o valor da renda da concessão de 2002 (16 604 413 euros), que estava contemplado no valor de aquisição mas que foi registado como custo daquele exercício, uma vez que a aquisição só ocorreu no final do ano; e

(ii) 131 253 590 euros relativos a 50% do valor de custo da licença de operador de telefonia móvel adquirida pela Global Telecom em exercícios anteriores para operar nos Estados Brasileiros do Paraná e Santa Catarina. A amortização do imobilizado incorpóreo referente à aquisição da propriedade da Rede Básica é efectuada de uma forma linear pelo período remanescente da concessão. A amortização do imobilizado incorpóreo referente à licença da Global Telecom é efectuada no período estimado dessa licença e utilizando taxas progressivas em função das receitas estimadas.

A rubrica “Imobilizações incorpóreas em curso” inclui 99 759 579 euros referente ao valor pago pela TMN para obtenção de uma licença UMTS, que termina em Dezembro de 2015, e 33 333 333 euros pagos no âmbito do contrato celebrado em 2002 entre a OniWay e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licenças de UMTS em Portugal. Este imobilizado incorpóreo será amortizado durante o período remanescente da licença, a iniciar a partir do momento em que o sistema UMTS entre em operação.

Os aumentos de amortizações no primeiro semestre de 2003, de 521 164 810 euros, têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Amortização do exercício do imobilizado corpóreo	420 383 930
Amortização do exercício do imobilizado incorpóreo	48 049 040
	<b>468 432 970</b>
Amortização das diferenças de consolidação (Nota 44)	52 723 813
Amortizações extraordinárias	8 027
	<b>521 164 810</b>

Em 30 de Junho de 2003 o detalhe da rubrica de equipamento básico era o seguinte:

	valores expressos em euros
<b>Valor de custo ou reavaliado:</b>	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	5 225 070 214
Equipamento de comutação	2 270 239 950
Equipamento terminal	906 657 248
Cabos submarinos	248 000 894
Estações, equipamentos e instalações de satélites	62 296 371
Outros equipamentos de telecomunicações	1 060 888 939
Outro equipamento básico	111 446 324
	<b>9 884 599 940</b>
<b>Amortizações acumuladas:</b>	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	3 225 794 579
Equipamento de comutação	1 663 671 945
Equipamento terminal	542 919 814
Cabos submarinos	98 984 343
Estações, equipamentos e instalações de satélites	60 475 286
Outros equipamentos de telecomunicações	708 693 565
Outro equipamento básico	73 914 903
	<b>6 374 454 435</b>
<b>Valor líquido:</b>	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	1 999 275 635
Equipamento de comutação	606 568 005
Equipamento terminal	363 737 434
Cabos submarinos	149 016 551
Estações, equipamentos e instalações de satélites	1 821 085
Outros equipamentos de telecomunicações	352 195 374
Outro equipamento básico	37 531 421
	<b>3 510 145 505</b>

Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso são de referir as seguintes situações, expressas pelos respectivos valores líquidos contabilísticos em 30 de Junho de 2003:

- > A existência de imobilizações corpóreas instaladas em edifícios e espaços de propriedade alheia, no valor total de 108 824 206 euros. Adicionalmente, existe equipamento básico relativo a redes de clientes e redes de distribuição de televisão por cabo que se encontra implantado em propriedade alheia ou de domínio público, representando um valor de 190 453 513 euros.
- > Das imobilizações afectas ao património da PT Comunicações, ainda não se encontravam registados em seu nome, ou em nome da Portugal Telecom, imóveis no valor de 56 553 654 euros.
- > Os bens que se encontram incluídos no imobilizado corpóreo da PT Comunicações e que, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 40/95, de 15 de Fevereiro, e do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão se encontram afectos à concessão, ascendem a 1 759 959 910 euros.

> A PT Comunicações tem localizadas no estrangeiro imobili-  
zações corpóreas no valor de 32 039 911 euros, das quais assu-  
mem particular relevo as participações em consórcios de cabos

submarinos que não amarram em Portugal. Adicionalmente, a  
PT Comunicações tem imobilizações corpóreas em poder de  
terceiros no valor de 3 105 118 euros.

## b) Investimentos financeiros

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002 as partes de capital em empresas do grupo excluídas da consolidação pelo método integral (Nota 2) tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. (“Simarc”) <sup>(a)</sup>	30 385 669	–
Lusomundo – Sociedade de Investimentos Imobiliário, SGPS, S.A. <sup>(a)</sup>	16 047 832	–
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau (“Guiné Telecom”) <sup>(b)</sup>	3 716 555	3 716 555
Outras	4 508 385	2 828 606
	<b>54 658 441</b>	<b>6 545 161</b>
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(3 733 540)	(3 733 540)
	<b>50 924 901</b>	<b>2 811 621</b>

(a) Empresas excluídas da consolidação em 30 de Junho de 2003 (Nota 2).

(b) Este investimento financeiro encontra-se totalmente provisionado, conforme descrito na Nota 2.

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002 as partes de capital em empresas associadas (com situação líquida positiva – Nota 3) tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L. (“CTM”)	34 359 775	42 587 093
BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (“Banco Best”)	12 994 142	9 842 519
Unitel	11 766 650	4 558 615
Warner Lusomundo Sogecoble Cines de España, S.A. (“Warner Cines de España”)	8 983 000	9 047 223
Weblab, SGPS, S.A. (“Web-Lab”)	8 192 526	8 192 526
Idealyze, S.A. (“Idealyze”)	7 417 741	7 417 741
Lisboa TV – Informação e Multimédia, S.A. (“Lisboa TV”)	4 413 988	4 597 851
Bancoi.net, S.A. (“Bancoi.net”)	3 593 041	3 040 117
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A. (“Naveprinter”)	3 091 376	2 832 722
Páginas Amarelas	2 397 086	5 723 371
Hungaro Digital KFT	1 521 182	1 835 083
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Previsão”)	1 473 841	1 487 395
Vasp	1 402 131	1 242 678
SGPICE – Sociedade de Gestão de Portais de Internet e Consultoria de Empresas, S.A. (“SGPICE”)	1 060 506	1 604 681
Octal TV, S.A. (“Octal”)	981 279	731 279
Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda. (“WT Vision”)	735 248	735 248
Teledata de Moçambique, Lda. (“Teledata de Moçambique”)	444 218	503 587
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Lusa”)	366 396	1 360 825
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, S.A. (“Tele Larm”)	357 427	345 856
Empresa Diário de Notícias do Funchal, Lda.	229 352	279 778
Outras	2 027 662	2 731 622
	<b>107 808 567</b>	<b>110 697 810</b>
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(15 720 003)	(15 720 003)
	<b>92 088 564</b>	<b>94 977 807</b>

Em 30 de Junho de 2003 as partes de capital em empresas associadas com situação líquida negativa e reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, encontram-se registadas na rubrica “Provisões para perdas em empresas associadas” (Nota 46).

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002, as partes de capital em outras empresas tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
UOL, Inc. ("UOL")	158 067 984	142 393 202
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES")	55 300 000	55 300 000
Intelsat	13 127 252	13 127 252
New Skies Satellites N.V.	4 674 500	4 674 500
Eutelsat	3 055 710	3 055 710
Spy Glass Entertainment LP	3 016 754	3 016 754
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC")	2 992 787	2 992 787
Telefónica	2 156 034	2 156 034
Inmarsat Holding, Ltd.	1 640 663	1 640 663
Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A.	1 296 875	1 296 875
Vortal – Comércio Electrónico, Consultoria e Multimédia, S.A.	687 517	687 517
HARII – Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, SGPS, S.A.	498 798	498 798
Outras empresas	1 522 057	1 573 222
	<b>248 036 931</b>	<b>232 413 314</b>
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(106 150 456)	(94 242 706)
	<b>141 886 475</b>	<b>138 170 608</b>

Os empréstimos de financiamento concedidos a empresas participadas destinam-se essencialmente a financiar as suas actividades, nomeadamente no desenvolvimento de novos negócios. Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002, os empréstimos de financiamento a empresas participadas e outras eram com segue:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
UOL	92 963 307	101 296 053
Médi Télécom	45 022 858	42 160 630
Idealyze	35 069 289	38 212 716
Sportinvest	24 676 655	19 381 155
Sport TV	15 475 958	15 475 958
EJV <sup>(a)</sup>	5 422 112	–
Web-Lab	4 886 562	4 886 562
Ptelcom Brasil, S.A.	3 579 407	3 900 247
INESC	3 292 066	3 292 066
Marconi Suisse	2 502 684	1 775 987
Sportsat <sup>(a)</sup>	1 610 068	–
Lusocine <sup>(a)</sup>	1 160 000	–
Voxpop <sup>(a)</sup>	554 777	–
Outras empresas	1 462 577	764 576
	<b>237 678 320</b>	<b>231 145 950</b>
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(105 290 229)	(113 961 757)
	<b>132 388 091</b>	<b>117 184 193</b>

<sup>(a)</sup> Empresas excluídas da consolidação em 30 de Junho de 2003 (Nota 2).

O empréstimo concedido à UOL foi adquirido à PT Multimedia em 28 de Junho de 2002, e consiste em 6 017 141 obrigações convertíveis emitidas por aquela empresa, ao respectivo valor nominal acrescido dos juros acumulados até àquela data.

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002, os títulos e outras aplicações financeiras tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
Investimentos em imóveis (Nota 42)	28 271 342	28 850 145
Instrumentos financeiros derivados <sup>(a)</sup>	–	93 345 831
Outros	1 082 584	983 827
	<b>29 353 926</b>	<b>123 179 803</b>
Provisões para títulos e outras aplicações financeiras (Nota 46)	(88 560)	(91 920 984)
Amortizações acumuladas dos investimentos em imóveis (Nota 42)	(11 499 587)	(11 518 019)
	<b>17 765 779</b>	<b>19 740 800</b>

<sup>(a)</sup> Em 30 de Junho de 2002 esta rubrica inclui os instrumentos financeiros contratados por subsidiárias da Brasilcel, que se encontram registados ao fair value. Em 30 de Junho de 2003 a maturidade destes instrumentos financeiros é inferior a um ano, tendo sido reclassificados para a rubrica "Títulos negociáveis".

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002 os adiantamentos por conta de investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
Médi Télécom	21 262 704	2 547 533
Outros	1 411 706	920 166
	<b>22 674 410</b>	<b>3 467 699</b>

### 33. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002 as dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003 (Nota 34)	2002
Empréstimos por obrigações	1 000 000 000	1 000 000 000
Dívidas a instituições de crédito	369 218 542	304 463 815
	<b>1 369 218 542</b>	<b>1 304 463 815</b>

### 34. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002 o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

valores expressos em euros	30 de Jun.		31 de Dez.	
	Curto prazo	2003 Médio e longo prazo (f)	Curto prazo	2002 Médio e longo prazo
<b>Empréstimos bancários (a):</b>				
Empréstimos externos	420 665 681	1 309 393 186	240 785 146	1 280 561 255
Descobertos bancários	8 424 593	—	8 465 072	—
Empréstimos internos	4 358 452	8 099 724	8 087 864	9 277 512
	<b>433 448 726</b>	<b>1 317 492 910</b>	<b>257 338 082</b>	<b>1 289 838 767</b>
<b>Empréstimos por obrigações convertíveis (b):</b>				
Exchangeable Bonds	450 485 000	550 000 000	—	1 059 035 000
<b>Empréstimos por obrigações não convertíveis (c):</b>				
Global Medium Term Notes/Floating Rate Notes	—	2 600 000 000	285 118 370	2 600 000 000
Obrigações PT/97 – 2.ª Emissão	—	124 699 474	—	124 699 474
	—	<b>2 724 699 474</b>	<b>285 118 370</b>	<b>2 724 699 474</b>
<b>Outros empréstimos obtidos:</b>				
Papel comercial (d)	156 705 461	21 000 000	524 668 403	62 000 000
Empréstimos externos (e)	30 630 459	107 992 669	27 230 960	83 534 426
Empréstimos internos	27 207	—	—	—
	<b>187 363 127</b>	<b>128 992 669</b>	<b>551 899 363</b>	<b>145 534 426</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1 071 296 853</b>	<b>4 721 185 053</b>	<b>1 094 355 815</b>	<b>5 219 107 667</b>

(a) Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002 os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	30 de Jun.		31 de Dez.	
	Valores em divisas	2003 Valores em euros	Valores em divisas	2002 Valores em euros
Euros	1 257 946 672	1 257 946 672	1 240 167 957	1 240 167 957
Dólares Americanos (USD)	35 744 402	31 280 653	121 663 496	116 013 632
Reais Brasileiros (BRL)	1 402 908 538	426 584 528	568 155 441	153 042 625
Outros		35 129 783		37 952 635
		<b>1 750 941 636</b>		<b>1 547 176 849</b>

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002 as garantias prestadas por terceiros relacionadas com estes empréstimos eram as seguintes:

	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	322 654 307	346 120 447
Aval do Estado a favor do Kreditanstalt Für Wiederaufbau	11 314 378	12 043 505

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 Dezembro de 2002 os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

	30 de Jun. 2003	31 de Dez. 2002
Taxa de juro máxima	4,90%	5,90%
Taxa de juro mínima	2,08%	2,87%

Em 18 de Junho de 2001 a Portugal Telecom e a Portugal Telecom International Finance B.V. (“PTI Finance BV”) contrataram um Multicurrency Revolving Credit Facility (“Facility”) no montante de 560 000 000 de euros, com uma maturidade de três anos. Esta Facility destinou-se a refinar a dívida existente na Global Telecom. Em Janeiro de 2003, esta Facility foi reembolsada antecipadamente e substituída por uma Revolving Credit Facility (“New Facility”) no montante de 500 000 000 de euros, com uma maturidade de dois anos, com possibilidade de renovação. A taxa a vigorar para a New Facility é igual à Euribor do período da contagem de juros, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada contagem de juros, acrescida de 0,45%.

(b) Em 7 de Junho de 1999 a PTI Finance BV emitiu Exchangeable Bonds no valor de 509 435 000 euros, as quais conferem o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS (American Depositary Shares) da Portugal Telecom, ao preço de conversão de 10,515 euros por acção (em consequência do stock split e dos aumentos de capital ocorridos até 31 de Dezembro de 2001). O reembolso das obrigações convertíveis será efectuado em 7 de Junho de 2004, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas, adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. A taxa de juro anual do empréstimo é de 1,5%, sendo o pagamento dos juros anual. Em 24 de Abril de 2001 foi pedida a conversão antecipada de 76 obrigações convertíveis no montante de 400 000 euros, e em Junho de 2003 foram canceladas 11 710 obrigações convertíveis, no montante de 58 550 000 euros, pelo que o montante das obrigações convertíveis em circulação em 30 de Junho de 2003 era de 450 485 000 euros.

Em 6 de Dezembro de 2001 a PTI Finance BV procedeu a nova emissão de Exchangeable Bonds no valor de 550 000 000 de euros, as quais conferem o direito à subscrição ou aquisição de acções

ordinárias ou ADS (American Depositary Shares) da Portugal Telecom ao preço de conversão de 12,3985 euros por acção, no termo da emissão. O reembolso das obrigações convertíveis será efectuado em 6 de Dezembro de 2006, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas, adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. O montante das obrigações convertíveis em circulação em 30 de Junho de 2003 é de 550 000 000 de euros. A taxa de juro anual deste empréstimo é de 2%, sendo o pagamento de juros anual. No decorrer do primeiro semestre de 2003, e aproveitando as condições favoráveis à Portugal Telecom, foram adquiridas 3 900 obrigações convertíveis com um valor nominal de 19 500 000 euros, mantendo-se em carteira a 30 de Junho de 2003, 15 790 obrigações convertíveis, com um valor nominal de 78 950 000 euros (Nota 52).

(c) Em 30 de Junho de 2003 existe um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 124 699 474 euros. A taxa de juro deste empréstimo é variável e indexada à “Euribor 365 a 6 meses” acrescida de 0,25%, sendo a taxa anual de juro em vigor de 2,6478%; os juros vencem-se semestralmente a 17 de Maio e 17 de Novembro. O reembolso das obrigações deverá ser efectuado em 17 de Novembro de 2004, com possibilidade de amortização antecipada, total ou parcial, em 17 de Novembro de 2003. Em 19 de Novembro de 1999 procedeu-se à redenominação dos 25 000 000 de obrigações integrantes deste empréstimo, nos seguintes termos:

> O valor nominal é de um centimo.

> A quantidade de obrigações redenominadas é de 12 469 947 426.

Em 7 de Abril de 1999, a PTI Finance BV procedeu à emissão de Global Medium Term Notes no valor de 1 000 000 000 de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma maturidade de dez anos (Nota 33) e uma taxa de juro anual de 4,625%. Em 30 de Junho de 2003, o grupo mantém em carteira obrigações não convertíveis com um valor nominal de 120 500 000 euros (Nota 52).

Em 21 de Fevereiro de 2001 a PTI Finance BV procedeu a uma segunda emissão de Global Medium Term Notes no valor de 1 000 000 000 de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma maturidade de cinco anos e uma taxa de juro anual de 5,75%. Em 30 de Junho de 2003 o grupo

mantém em carteira obrigações não convertíveis com um valor nominal de 100 500 000 euros (Nota 52).

Em 16 de Dezembro de 2001, a PTI Finance BV procedeu à emissão de Floating Rate Notes no valor de 600 000 000 de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma maturidade de três anos e três meses e uma taxa de juro variável, indexada à Euribor a três meses acrescida de 0,75%. Em 30 de Junho de 2003 o grupo mantém em carteira obrigações não convertíveis com um valor nominal de 15 050 000 euros (Nota 52).

(d) Em 30 de Junho de 2003, o saldo de papel comercial respeitava basicamente a programas de papel comercial emitidos pelas seguintes empresas do grupo:

	valores expressos em euros
Portugal Telecom <sup>(i)</sup>	141 724 677
Lusomundo	35 980 784
	<b>177 705 461</b>

(i) Programa de papel comercial de curto prazo contratado pelo montante total de 875 000 000 de euros, encontrando-se em 30 de Junho de 2003 utilizados 141 724 677 euros. Este montante foi subscrito em Junho de 2003, com taxa de juro anual de 2,256%, com liquidação em Julho de 2003.

(e) Em 30 de Junho de 2003, esta rubrica inclui 50% dos empréstimos obtidos pelas subsidiárias da Brasilcel junto do BNDES, no montante total de 121 680 628 euros. Estes empréstimos foram contraídos a taxas de juro correntes no mercado brasileiro.

(f) Em 30 de Junho de 2003, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso previsto:

	valores expressos em euros
Segundo semestre de 2004	215 761 741
2005	1 276 193 751
2006	1 678 451 374
2007	129 795 030
Primeiro semestre de 2008	51 764 615
Segundo semestre de 2008 e anos seguintes (Nota 33)	1 369 218 542
	<b>4 721 185 053</b>

(g) Em 30 de Junho de 2003 existiam os seguintes principais condicionalismos financeiros (covenants), os quais àquela data estavam a ser cumpridos:

## Notações de rating

Caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido para BBB+/Baa1 ou inferior, a empresa deverá apresentar uma garantia bancária aceitável pelo BEI,

estando abrangidos por este condicionalismo empréstimos no montante de 150 milhões de euros obtidos junto do BEI.

## Controlo/Alienação das empresas participadas

A Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas Material Subsidiaries (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados). Os empréstimos abrangidos por este covenant são a Resolving Credit Facility de 500 milhões de euros e determinados empréstimos do BEI que totalizam 568 milhões de euros.

## Rácios financeiros

As actuais condições financeiras (spread aplicável) relativas ao Revolving Credit Facility de 500 milhões de euros, serão alteradas se o rácio da dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior a 2,5. Em 30 de Junho de 2003 este rácio é equivalente a 1,85.

Adicionalmente, o Programa de Global Medium Term Notes e as emissões de obrigações convertíveis estão abrangidas por cláusulas de Negative Pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do grupo.

## 36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços consolidadas do primeiro semestre de 2003 e 2002 excluem as transacções intragrupo, pelo que não são directamente comparáveis com os valores constantes da Nota 62, e repartem-se da seguinte forma:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
<b>Negócios de Rede Fixa (a):</b>	<b>1 071 640 083</b>	<b>1 135 841 980</b>
Prestações de serviços	1 055 183 073	1 120 230 775
Vendas	16 457 010	15 611 205
<b>Negócios Móveis Portugal – TMN:</b>	<b>620 993 570</b>	<b>605 344 030</b>
Prestações de serviços	568 909 564	546 269 923
Vendas	52 084 006	59 074 107
<b>Negócios Móveis Brasil (b):</b>	<b>588 709 522</b>	<b>734 052 769</b>
Prestações de serviços	490 735 473	638 270 827
Vendas	97 974 049	95 781 942
<b>PT Multimedia (a):</b>	<b>325 771 474</b>	<b>292 843 026</b>
Prestações de serviços	262 002 539	229 579 236
Vendas	63 768 935	63 263 790
<b>Outros negócios:</b>	<b>113 235 247</b>	<b>86 462 079</b>
Prestações de serviços	111 308 313	82 297 838
Vendas	1 926 934	4 164 241
<b>Total das vendas e prestações de serviços</b>	<b>2 720 349 896</b>	<b>2 854 543 884</b>

(a) No seguimento das alterações efectuadas à composição dos negócios em 2003 (Nota 62), os montantes relativos ao semestre de 2002 foram ajustados de forma a incluir os proveitos da PTM.com desse semestre nos Negócios de Rede Fixa e a excluí-los do Negócio PT Multimedia.

(b) No primeiro semestre de 2003 incluem-se 50% das vendas e prestações de serviços consolidados da Brasilcel. No primeiro semestre de 2002 incluem-se 100% das vendas e prestações de serviços da Telesp Celular Participações.

### 39. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

No primeiro semestre de 2003 e 2002, as remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Portugal Telecom foram as seguintes:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Conselho de Administração	2 336 724	5 106 664
Conselho Fiscal	83 538	85 968
Assembleia Geral	4 385	3 217
	<b>2 424 647</b>	<b>5 195 849</b>

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração incluem o custo das acções atribuídas aos membros da Comissão Executiva no âmbito dos planos de incentivos da Portugal Telecom (Nota 61).

### 42. REAVALIAÇÕES DO ACTIVO IMOBILIZADO

Em 30 de Junho de 2003, o detalhe dos custos históricos líquidos do activo imobilizado, e correspondente reavaliação, é o seguinte:

valores expressos em euros			
	Custos históricos líquidos	Reavaliações líquidas	Valores contabilísticos líquidos reavaliados
<b>Imobilizações corpóreas:</b>			
Terrenos e recursos naturais	44 253 922	39 582 348	83 836 270
Edifícios e outras construções	340 827 598	81 413 267	422 240 865
Equipamento básico	3 433 632 092	76 513 413	3 510 145 505
Equipamento de transporte	14 843 165	—	14 843 165
Ferramentas e utensílios	2 182 865	377	2 183 242
Equipamento administrativo	216 885 697	85 965	216 971 662
Outras imobilizações corpóreas	14 444 620	54 353	14 498 973
Imobilizado em curso	183 908 078	—	183 908 078
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1 167 559	—	1 167 559
	<b>4 252 145 596</b>	<b>197 649 723</b>	<b>4 449 795 319</b>
<b>Investimentos financeiros (Nota 27):</b>			
Terrenos e recursos naturais	3 150 687	2 876 148	6 026 835
Edifícios e outras construções	7 454 417	3 290 503	10 744 920
	<b>10 605 104</b>	<b>6 166 651</b>	<b>16 771 755</b>

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, uma parte (40%) do aumento das amortizações resultante das reavaliações (excepto das reavaliações efectuadas nos termos do Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril) não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, originando um imposto diferido passivo de 32 048 845 euros (Nota 57).

### 41. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E AJUSTAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS (LEGISLAÇÃO)

Em anos anteriores, algumas das empresas incluídas na consolidação procederam à reavaliação das suas imobilizações corpóreas, basicamente ao abrigo da legislação aplicável em Portugal, nomeadamente:

- > Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril.
- > Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro.
- > Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho.
- > Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro.
- > Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio.
- > Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril.
- > Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro.
- > Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

Conforme referido na Nota 18, as participações financeiras em empresas associadas foram ajustadas nas demonstrações financeiras individuais das detentoras pela aplicação do método da equivalência patrimonial, em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 9, de 19 de Novembro de 1992, e com o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.



#### 44. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros consolidados dos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002 têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
<b>Custos e perdas</b>		
Juros suportados (a)	240 806 502	224 590 268
Amortizações de investimentos financeiros (b)	52 929 930	76 537 393
Diferenças de câmbio desfavoráveis (c)	39 917 442	151 833 397
Perdas relativas a empresas associadas (d)	23 350 371	156 355 615
Descontos de pronto pagamento concedidos	2 690 521	3 363 780
Outros custos e perdas financeiros	55 370 205	55 369 602
	<b>415 064 971</b>	<b>668 050 055</b>
	<b>(45 452 495)</b>	<b>(321 455 076)</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>369 612 476</b>	<b>346 594 979</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>		
Juros obtidos (a)	166 194 669	143 379 039
Diferenças de câmbio favoráveis (c)	56 007 974	185 503 298
Ganhos relativos a empresas associadas e outras (e)	10 325 927	11 611 068
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 643 847	384 015
Ganhos em participações de capital	1 222 136	1 100 983
Outros proveitos e ganhos financeiros (f)	134 217 923	4 616 576
	<b>369 612 476</b>	<b>346 594 979</b>

(a) A rubrica “Juros suportados” inclui encargos financeiros incorridos por empresas instrumentais do grupo, que no semestre findo em 30 de Junho de 2003 ascenderam a aproximadamente 79 392 000 euros.

A rubrica “Juros obtidos” inclui juros auferidos por empresas instrumentais do grupo, que no semestre findo em 30 de Junho de 2003 ascenderam a aproximadamente 93 021 000 euros.

(b) No semestre findo em 30 de Junho de 2003 e 2002 a rubrica “Amortizações de investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
<b>Amortização de diferenças de consolidação (Nota 27. a)):</b>		
<b>Brasilcel:</b>		
Telesp Celular Participações	13 928 939	25 131 530
Teleleste	6 442 691	–
Celular CRT	4 119 741	–
Telesudeste	996 809	–
	<b>25 488 180</b>	<b>25 131 530</b>
<b>Negócios de Rede Fixa:</b>		
PTM.com	4 336 640	3 922 841
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	3 437 927	3 437 927
Outras empresas	398 117	398 117
	<b>8 172 684</b>	<b>7 758 885</b>
<b>PT Multimedia:</b>		
Negócio de Televisão por Subscrição	4 989 638	4 132 416
Negócio de Audiovisuais e Cinemas:		
Lusomundo Audiovisuais	868 401	–
Lusomundo Cinemas	318 733	–
Negócio de Media:		
Lusomundo Serviços	1 180 981	–
Jornal de Notícias	670 525	670 525
Vasp	245 295	–
Diário de Notícias	142 185	142 185
Rádio Press	100 478	100 519
Pressmundo	39 168	39 168
Prodiário	35 585	35 585
Lusomundo, SGPS <sup>(i)</sup>	2 668 172	14 697 709
Outros	162 011	161 529
	<b>11 421 172</b>	<b>19 979 636</b>
<b>Outros negócios:</b>		
Páginas Amarelas	2 233 452	–
Unitel	2 184 835	2 184 835
PrimeSys	1 727 603	8 556 270
Outras empresas	1 495 887	12 689 033
	<b>7 641 777</b>	<b>23 430 138</b>
	<b>52 723 813</b>	<b>76 300 189</b>
<b>Amortização de investimentos em imóveis</b>	<b>206 117</b>	<b>237 204</b>
	<b>52 929 930</b>	<b>76 537 393</b>

(i) Estes montantes referem-se à amortização do goodwill até 31 de Março de 2003 sobre a Lusomundo, SGPS, o qual em resultado da reestruturação societária da Lusomundo, ocorrida no segundo trimestre de 2003, foi distribuído pelos diversos negócios desta participada.

(c) No semestre findo em 30 de Junho de 2003 a rubrica de “Diferenças de câmbio desfavoráveis” inclui 15 874 469 euros decorrente de actualizações cambiais de empréstimos em dólares americanos obtidos pelas empresas participadas pela Brasilcel. O valor remanescente resulta essencialmente da actualização cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira.

A rubrica de “Diferenças de câmbio favoráveis” inclui aproximadamente 12 415 000 e 5 835 000 euros resultantes da actualização de swaps de taxa de câmbio euro/dólar e da actualização cambial do empréstimo obtido junto do Banco Europeu de Investimento denominado em dólares americanos, respectivamente. Adicionalmente inclui um montante de 12 387 189 euros decorrente da actualização cambial de instrumentos financeiros derivados contratados pelas empresas participadas da Brasilcel.

(d) Nos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002 a rubrica “Perdas relativas a empresas associadas” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
Médi Télécom	15 074 562	29 813 794
Sport TV	2 452 006	2 211 763
TV Cabo Macau	1 143 047	861 925
Tradecom Internacional	512 060	1 426 268
PrimeSys <sup>(1)</sup>	—	6 873 230
Global Telecom <sup>(2)</sup>	—	100 980 822
Outras	4 168 696	14 187 813
	<b>23 350 371</b>	<b>156 355 615</b>

(1) Desde 1 de Julho de 2002 esta participada é consolidada pelo método integral (Nota 1).

(2) Em resultado da aquisição pela Telesp Celular Participações, em 27 de Dezembro de 2002, do controlo da Global Telecom e da constituição da Brasilcel no final de 2002, a Global Telecom passou a ser consolidada pelo método proporcional.

(e) No semestre findo em 30 de Junho de 2003 e 2002 a rubrica “Ganhos relativos a empresas associadas e outras” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
CTM	5 875 417	7 891 167
Unitel	2 637 027	1 416 046
Páginas Amarelas	836 795	544 673
Outras	976 688	1 759 182
	<b>10 325 927</b>	<b>11 611 068</b>

(f) No semestre findo em 30 de Junho de 2003 a rubrica “Outros proveitos e ganhos financeiros” inclui 58 900 325 euros relativos à reversão de uma provisão para perdas em instrumentos financeiros, 43 962 608 euros relativos a ganhos decorrentes do valor de mercado de certos instrumentos cambiais derivativos e 26 669 432 euros relativos a ganhos decorrentes do cancelamento de instrumentos financeiros.

## 45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários consolidados dos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e de 2002 têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
<b>Custos e perdas</b>		
Aumentos de provisões (Nota 46)	293 807 025	46 159 560
Perdas em imobilizações	4 578 263	23 916 372
Dívidas incobráveis	12 177 796	9 385 840
Correcções relativas a exercícios anteriores	5 125 921	8 809 109
Perdas em existências	859 361	509 258
Donativos	2 690 510	935 457
Multas e penalidades	395 085	270 599
Outros custos e perdas extraordinários (a)	69 281 156	23 537 483
	<b>388 915 117</b>	<b>113 523 678</b>
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>(283 287 428)</b>	<b>30 151 258</b>
	<b>105 627 689</b>	<b>143 674 936</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>		
Ganhos em imobilizações (b)	42 220 411	42 359 070
Redução de provisões (Nota 46)	36 503 172	41 679 190
Correcções relativas a exercícios anteriores	12 483 161	6 432 466
Benefícios de penalidades contratuais	197 440	9 045 716
Recuperação de dívidas	1 062 599	2 247 651
Ganhos em existências	94 583	468 263
Redução de amortizações	149 106	272 804
Restituição de impostos	4 688	84 080
Outros proveitos e ganhos extraordinários (c)	12 912 529	41 085 696
	<b>105 627 689</b>	<b>143 674 936</b>

(a) A rubrica “Outros custos e perdas extraordinários” é composta como segue:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
<b>Custos com reformas antecipadas e pré-reformas:</b>		
Pensões – Pré-reformas	61 340 300	6 440 550
Cuidados de saúde	—	316 680
Insuficiência de estimativa de impostos sobre o rendimento (Nota 23)	1 941 634	711 689
Compensações por rescisões de contratos por mútuo acordo	3 892 053	1 303 960
Outros	2 107 169	14 764 604
	<b>69 281 156</b>	<b>23 537 483</b>

(b) A rubrica de “Ganhos em imobilizações” inclui, essencialmente, mais-valias obtidas pela PT Comunicações na alienação de imobilizado corpóreo, não afecto à concessão.

(c) A rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” é composta como segue:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
Subsídios para investimentos e formação profissional (Nota 23.g))	9 027 944	13 908 873
Excesso de estimativa para impostos sobre o rendimento (Nota 23)	878 959	7 955 877
Outros	3 005 627	19 220 946
	<b>12 912 530</b>	<b>41 085 696</b>

## 46. MOVIMENTOS NAS PROVISÕES

Durante o primeiro semestre de 2003 realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de provisões:

	Saldos iniciais	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Utilizações/ /Transferências/ /Regularizações	Ajustamentos cambiais	Saldos finais
Provisões para riscos e cargos:							
Benefícios de reforma:							
Pensões (Nota 58)	590 145 260	–	256 087 407	(742 736)	(110 662 653)	20 470	734 847 748
Cuidados de saúde (Nota 59)	471 312 004	–	53 950 780	–	(15 917 850)	34 964	511 379 896
Impostos	26 144 615	(425 892)	3 082 370	(10 054 866)	(7 692)	1 870 810	20 609 345
Processos judiciais em curso	9 837 168	(39 462)	809 714	(711 826)	2 482 606	(121 381)	12 256 819
Imobilizado	32 983 177	–	1 396 233	(457 415)	1 857 593	363 273	36 142 861
Outras provisões para risco e encargos	370 238 395	(12 531)	92 659 955	(66 450 305)	(59 314 655)	1 755 057	338 875 916
<b>Subtotal</b>	<b>1 500 660 619</b>	<b>(477 885)</b>	<b>407 986 459</b>	<b>(78 417 148)</b>	<b>(179 562 651)</b>	<b>3 923 193</b>	<b>338 875 916</b>
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	369 752 683	933 885	50 737 201	(16 835 159)	(11 758 068)	5 023 044	397 853 586
Provisões para depreciação de existências	16 949 399	206 761	5 536 166	(151 190)	395 820	795 567	23 732 523
Provisões para investimentos financeiros (Nota 27.b))	319 578 990	(1 551 363)	1 597 166	(43 962 608)	(54 525 148)	9 845 751	230 982 788
Provisões para títulos negociáveis (Nota 52)	19 066	–	–	–	–	–	19 066
<b>Subtotal</b>	<b>706 300 138</b>	<b>(410 717)</b>	<b>57 870 533</b>	<b>(60 948 957)</b>	<b>(65 887 396)</b>	<b>15 664 362</b>	<b>652 587 963</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2 206 960 757</b>	<b>(888 602)</b>	<b>465 856 992</b>	<b>(139 366 105)</b>	<b>(245 450 047)</b>	<b>19 587 555</b>	<b>2 306 700 550</b>

As “Provisões para impostos” destinam-se a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações de advogados e outros consultores, decorrentes de contingências de natureza fiscal que se encontram pendentes em 30 de Junho de 2003, respeitantes às seguintes empresas:

	valores expressos em euros
Brasilcel <sup>(i)</sup>	14 923 111
PT Comunicações (Nota 57.b))	1 365 554
Outras empresas	4 320 680
	<b>20 609 345</b>

(i) A provisão destina-se, essencialmente, a fazer face a contingências relativas a Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nas operações das empresas integradas na Brasilcel.

As “Provisões para processos judiciais em curso” destinam-se a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações dos advogados e decorrentes de processos intentados contra as empresas incluídas na consolidação.

As “Provisões para imobilizado” destinam-se essencialmente a cobrir perdas emergentes da substituição de equipamento de redes de telecomunicações e de estações e extensões terrestres, antes do termo da sua vida útil, resultante da evolução tecnológica.

As “Outras provisões para riscos e encargos” têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Provisão para impairments <sup>(i)</sup>	98 815 669
Provisões para perdas em empresas associadas <sup>(ii)</sup>	76 535 208
Provisões para instrumentos financeiros derivados:	
Sobre acções próprias (Nota 6o)	46 826 977
Sobre acções PT Multimedia (Nota 6o)	3 516 135
Provisões para planos de incentivos (Notas 23.i) e 6i)	418 677
Outras provisões <sup>(iii)</sup>	112 763 250
	<b>338 875 916</b>

(i) Esta provisão destina-se essencialmente a fazer face a riscos inerentes à actividade das empresas participadas, que podem resultar em perdas no valor de realização dos respectivos investimentos financeiros. A informação disponível à data indica que esta provisão é adequada para cobrir essas eventuais perdas.

(ii) As “Provisões para perdas em empresas associadas” resultam da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo as responsabilidades em empresas associadas com capitais próprios negativos. Em 30 de Junho de 2003 esta provisão tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Médi Télécom	38 197 292
Sport TV	25 944 804
EJV	4 115 825
Marconi Suisse	2 229 511
Outras	6 047 776
	<b>76 535 208</b>

(iii) Esta rubrica inclui provisões para regularização de activos e registo de responsabilidades de cerca de 57 130 000 euros, relativas à reestruturação das actividades prosseguidas e a prosseguir pela TV Cabo Portugal, bem como para fazer face a riscos inerentes à actividade de outras empresas do grupo e associadas.

O reforço de provisões foi registado nas seguintes rubricas da demonstração consolidada de resultados:

	valores expressos em euros
<b>Provisões:</b>	
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	37 006 187
Provisão para depreciação de existências	4 536 860
Provisões para impostos	2 983 385
Provisões para outros riscos e encargos	1 881 870
Provisões para imobilizado	1 170 793
Provisão para processos judiciais em curso	809 714
	<b>48 388 809</b>
<b>Custos com o pessoal:</b>	
Provisões para benefícios de reforma:	
Provisão para pensões	69 224 917
Provisão para cuidados de saúde	27 292 980
Planos de incentivos	1 089 849
	<b>97 607 746</b>
<b>Custos e perdas financeiros:</b>	
Provisões para outros riscos e encargos (perdas em empresas associadas)	18 550 182
Provisão para perdas em instrumentos financeiros (Nota 45.e))	4 250 566
Provisão para investimentos financeiros	1 597 166
Planos de incentivos	1 655 498
	<b>26 053 412</b>
<b>Custos e perdas extraordinários (Nota 45):</b>	
Provisões para benefícios de reforma:	
Provisão para pensões	186 862 490
Provisão para cuidados de saúde	26 657 800
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	13 731 014
Provisões para outros riscos e encargos	65 231 990
Provisão para depreciação de existências	999 306
Provisão para imobilizado	225 440
Provisões para impostos	98 985
	<b>293 807 025</b>
	<b>465 856 992</b>

As reduções de provisões foram registadas nas seguintes rubricas da demonstração consolidada de resultados:

	valores expressos em euros
Proveitos financeiros	102 862 933
Proveitos extraordinários (Nota 45)	36 503 172
	<b>139 366 105</b>

A “Utilização da provisão para pensões” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Pagamento de prestações de pré-reformas e de suspensões de contrato e afins (Nota 58)	62 566 971
Contribuição extraordinária para os fundos de pensões (Nota 58)	48 011 296
Regularizações	84 386
	<b>110 662 653</b>

A “Utilização da provisão para cuidados de saúde” respeita a pagamentos com os cuidados de saúde a reformados, efectuados durante o primeiro semestre de 2003, líquidos da participação do Serviço Nacional de Saúde e das quotizações dos reformados, no montante de 13 920 644 euros (Nota 59) e a uma regularização nas subsidiárias da Brasilcel de um montante negativo de 2 794 euros.

## 47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 30 de Junho de 2003 existia diverso equipamento administrativo e de transporte em regime de locação financeira e de aluguer de longa duração, sendo as responsabilidades relativas a rendas vincendas como segue:

	valores expressos em euros		
	Capital	Juros	Total
2003	4 050 063	325 552	4 375 615
2004	7 124 512	593 912	7 718 424
2005	5 441 268	479 450	5 920 718
2006	3 125 299	296 750	3 422 049
2007	1 957 747	196 394	2 154 141
2008	1 627 263	127 134	1 754 397
2009 e seguintes	2 403 594	82 657	2 486 251
	<b>25 729 746</b>	<b>2 101 849</b>	<b>27 831 595</b>

## 49. FUNDOS COMUNITÁRIOS

No âmbito das candidaturas aos fundos comunitários, durante o primeiro semestre de 2003 foram recebidos subsídios no valor de 652 041 euros.

## 50. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002 os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

valores expressos em euros	30 de Jun.		31 de Dez.	
	Saldos devedores	2003 Saldos credores	Saldos devedores	2002 Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	218 603 458	3 210 416	215 842 425	877 597
Descontos concedidos a reformados e pensionistas (líquido da renda a pagar ao Estado) (b)	38 870 388	–	27 399 604	–
Imposto sobre o Valor Acrescentado	10 113 538	73 981 786	16 351 568	48 741 693
Segurança Social	–	12 963 639	–	10 218 074
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	–	12 206 984	–	8 981 320
Tributação das Autarquias Locais	–	1 587 731	–	1 779 804
Processo de Electrotécnicos e Equiparados (c)	111 576	–	111 576	–
Outros	22 681	417 275	452 645	475 564
	<b>267 721 641</b>	<b>104 367 831</b>	<b>260 157 818</b>	<b>71 074 052</b>

(a) Em 30 de Junho de 2003 o saldo devedor da rubrica “Impostos sobre o rendimento das pessoas colectivas” inclui essencialmente os pagamentos por conta efectuados pela Portugal Telecom no exercício de 2002 e 10 000 000 de euros relativos a um pagamento em excesso efectuado pela Inbrug (empresa já fundida na Portugal Telecom).

Em 30 de Junho de 2003 o saldo credor do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas inclui:

	valores expressos em euros
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do semestre	3 728 150
Retenções efectuadas a terceiros	228 829
Pagamentos por conta	(187 720)
Retenções efectuadas por terceiros	(558 843)
	<b>3 210 416</b>

A estimativa do imposto corrente sobre o rendimento foi registada por contrapartida das seguintes rubricas:

	valores expressos em euros
Imposto sobre o rendimento (Nota 57. c))	144 005 645
Ajustamentos de conversão cambial (Notas 23. p) e 54)	12 235 641
Outros credores (imposto sobre o rendimento de empresas do grupo sediadas no estrangeiro)	(22 013 083)
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis (Nota 57. c))	(130 129 330)
Excesso de estimativa para impostos do exercício anterior	(1 062 675)
Outros <sup>(i)</sup>	691 952
	<b>3 728 150</b>

(i) Inclui a estimativa de IRC da Regiforum e da Lusomundo SII, empresas incluídas nos perímetros de consolidação fiscal da Portugal Telecom e da PT Multimedia, respectivamente, mas excluídas da consolidação de contas (Nota 2).

(b) Em 30 de Junho de 2003, o valor correspondente a descontos concedidos por conta do Estado Português a reformados e pensionistas, de acordo com o Decreto-Lei

n.º 20-C/86, de 13 de Fevereiro, ascende a 38 870 388 euros. No âmbito das negociações que conduziram à celebração do contrato de compra e venda da propriedade da Rede Básica de Telecomunicações e da Rede de Telex, a totalidade do valor em dívida reportado a 31 de Dezembro de 2001 foi regularizada. Adicionalmente, o Estado Português assumiu o compromisso de regularizar o valor em dívida relativo ao exercício de 2002 no decurso do ano de 2003 e de, por outro lado, passar a incluir nos Orçamentos de Estado dos anos seguintes a verba necessária à regularização dos descontos que vierem a ser concedidos no futuro, posição esta que foi confirmada pelo Decreto-Lei 18/2003, de 3 de Fevereiro, o qual alterou a redacção do Art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 20-C/86 de 13 de Fevereiro.

No semestre findo em 30 de Junho de 2003 a PT Comunicações celebrou um contrato de cessão de créditos com uma instituição financeira, relativamente ao crédito dos descontos concedidos a reformados por conta do Estado Português reportado a 31 de Dezembro de 2002, com um valor nominal de 27 399 604 euros. O valor nominal do crédito foi registado por contrapartida de outros credores como um adiantamento recebido, sendo a venda do crédito reconhecida quando ocorrer o pagamento deste valor (Nota 51). O custo inerente a esta operação, que corresponde à diferença entre o adiantamento recebido e o valor nominal do crédito, já foi integralmente reconhecido em resultados.

## 51. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002 estas rubricas tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
<b>Outros devedores – Médio e Longo Prazo</b>		
Estados de países estrangeiros	17 722 215	–
Outros	18 340 569	12 878 860
	<b>36 062 784</b>	<b>12 878 860</b>
<b>Outros devedores – Curto Prazo</b>		
Estados de países estrangeiros <sup>(a)</sup>	89 777 930	50 860 520
Debentures subscritas <sup>(b)</sup>	33 983 425	–
Subsídios Comunitários	10 487 142	10 535 771
Facturação diversa	15 800 250	5 870 803
Pessoal	6 819 383	4 773 885
IEP – Instituto das Estradas de Portugal	–	3 879 398
Fundo de Pensões	–	1 392 110
Outros <sup>(b)</sup>	73 127 285	46 730 410
	<b>229 995 415</b>	<b>124 042 897</b>
	<b>(18 299 705)</b>	<b>(18 157 904)</b>
	<b>211 695 710</b>	<b>105 884 993</b>
<b>Menos: Provisão para devedores duvidosos</b>		
<b>Outros credores – Médio e Longo Prazo</b>		
Estados de países estrangeiros	23 062 398	–
Outros	2 479 403	12 021 020
	<b>25 541 801</b>	<b>12 021 020</b>
<b>Outros credores – Curto Prazo</b>		
Estados de países estrangeiros <sup>(c)</sup>	72 719 979	68 138 114
PT ACS	15 571 576	23 212 392
Pessoal	12 320 683	10 962 916
Contribuições a pagar aos Fundos de Pensões (Nota 58) <sup>(d)</sup>	10 266 052	–
Caixa Geral de Aposentações	–	7 116 136
Outros <sup>(e)</sup>	206 090 983	92 248 062
	<b>316 969 273</b>	<b>201 677 620</b>

(a) Em 30 de Junho de 2003 esta rubrica inclui 88 261 526 euros referente a 50% dos impostos a recuperar pelas empresas participadas pela Brasilcel.

(b) Em 30 de Junho de 2003, esta rubrica respeita às Debentures emitidas pelo anterior accionista da Tele Centro Oeste Participações e subscritas pela mesma.

(c) Em 30 de Junho de 2003 esta rubrica inclui 50% do valor a pagar ao Estado Brasileiro pelas empresas participadas pela Brasilcel, no montante de 52 266 485 euros.

(d) Em 30 de Junho de 2003 o montante registado nesta rubrica respeita essencialmente a contribuições a entregar aos Fundos de Pensões pela PT Comunicações, líquido de pagamentos por conta da Caixa da Marconi efectuados no semestre.

(e) Em 30 de Junho de 2003 esta rubrica inclui: (i) 98 919 369 euros referentes a 50% do valor em dívida relativo à aquisição pela Telesp Celular Participações da participação na Tele Centro Oeste Participações; (ii) 27 399 604 euros relativos ao adiantamento recebido de uma instituição financeira decorrente de um contrato de cessão de créditos efectuado pela PT Comunicações sobre os créditos relativos aos descontos concedidos a reformados por conta do Estado Português (Nota 50); (iii) 20 588 299 euros relativos a 50% dos honorários de gestão debitados pela Telefónica a empresas participadas da Brasilcel que se encontram em dívida àquela data; e (iv) 4 959 550 euros relativos a comissões a pagar a agentes.

## 52. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002 esta rubrica tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
Títulos negociáveis e outras aplicações <sup>(i)</sup>	613 057 441	683 481 107
Aplicações de tesouraria expressas em moeda local <sup>(iii)</sup>	912 213 916	1 075 956 681
Aplicações de tesouraria expressas em moedas estrangeiras <sup>(iii)</sup>	150 294 025	163 685 870
	<b>1 675 565 382</b>	<b>1 923 123 658</b>
	<b>(19 066)</b>	<b>(19 066)</b>
	<b>1 675 546 316</b>	<b>1 923 104 592</b>

(i) Em 30 de Junho de 2003 a Portugal Telecom detém em carteira obrigações emitidas pela PTI Finance BV, emitidas no âmbito dos programas da Global Medium Term Notes e Exchangeable Bonds, com a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	Valor nominal (Nota 34)	Valor de aquisição	(Custo)/Proveito diferido (Nota 53)
Exchangeable Bonds:			
Vencimento em 6 de Dezembro de 2006	78 950 000	72 569 876	6 380 124
Global Medium Term Notes:			
Vencimento em 7 de Abril de 2009	120 500 000	114 110 109	6 389 891
Vencimento em 21 de Fevereiro de 2006	100 500 000	100 944 917	(444 917)
Vencimento em 16 de Fevereiro de 2005	15 050 000	14 998 937	51 063
	<b>315 000 000</b>	<b>302 623 839</b>	<b>12 376 161</b>

(iii) Em 30 de Junho de 2003 esta rubrica inclui 322 197 398 euros relativos a empréstimos concedidos à Telesp Celular Participações e titulados por Floating Rate Notes transaccionáveis em mercado.

(iii) Em 30 de Junho de 2003 esta rubrica inclui 49 908 990 euros relativos a instrumentos financeiros contratados por empresas participadas da Brasilcel e que em 31 de Dezembro de 2002 se encontravam classificados na rubrica “Títulos e outras aplicações financeiras” (Nota 27.b)).

### 53. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002 os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
<b>Acréscimos de proveitos:</b>		
Valores a facturar a clientes	165 613 026	142 581 541
Juros a receber	26 398 181	23 021 841
Comparticipação do SNS (a)	14 764 392	9 525 382
Outros	8 621 671	11 005 990
	<b>215 397 270</b>	<b>186 134 754</b>
<b>Custos diferidos:</b>		
Publicação de listas	36 320 251	53 940 510
Despesas com contratos plurianuais	36 216 809	41 665 856
Encargos financeiros (b)	19 880 968	18 250 930
Adiantamentos para a aquisição de direitos de exibição e distribuição de filmes em Portugal	14 241 060	12 975 868
Fornecimentos e serviços	12 186 079	3 505 651
Rendas e alugueres	6 837 677	4 341 165
Conservação plurianual	5 608 647	2 510 249
Subsídios de refeição	2 268 124	1 765 041
Seguros	4 300 911	561 642
Outros	36 165 628	21 122 952
	<b>174 026 154</b>	<b>160 639 864</b>
<b>Acréscimos de custos:</b>		
Outros fornecimentos e serviços externos	160 827 609	114 662 492
Encargos financeiros	131 905 795	159 337 152
Encargos com férias e subsídios de férias e outros encargos com o pessoal	104 038 587	93 321 551
Correcções à facturação emitida	43 967 130	27 570 232
Comissões a pagar a agentes	18 670 870	16 193 836
Rappel de vendas	7 681 729	1 562 135
Rendimentos mínimos de garantia	5 080 350	6 545 477
Encargos com a PT ACS	4 647 725	—
Juros compensatórios (Nota 57)	1 956 414	1 123 313
Outros	21 291 735	49 501 213
	<b>500 067 944</b>	<b>469 817 401</b>
<b>Proveitos diferidos:</b>		
Facturação antecipada (c)	125 605 271	23 798 458
Subsídios para investimentos em imobilizado	62 530 147	71 059 220
Instrumentos financeiros (d)	30 482 933	93 132 085
Obrigações próprias (Nota 52)	12 376 161	14 223 707
Diferenças de câmbio (e)	7 158 789	11 282 554
Publicação de listas	2 666 474	10 246 226
Outros	76 922 096	38 317 071
	<b>317 741 871</b>	<b>262 059 321</b>

(a) Os acréscimos de proveitos relacionados com a comparticipação do SNS correspondem ao montante a receber relativo à comparticipação nos cuidados de saúde de empregados no activo, reformados e pré-reformados.

(b) Esta rubrica engloba essencialmente encargos suportados com a obtenção de determinados financiamentos externos, os quais serão reconhecidos durante o respectivo período.

(c) Esta rubrica inclui 88 959 135 euros relativos a minutos de tráfego pré-pago, não consumidos pelos clientes destes serviços móveis.

(d) Esta rubrica inclui prémios recebidos por renegociações de contratos de swap efectuados em 2002, os quais serão reconhecidos em resultados durante o período remanescente dos contratos.

(e) Este montante diz respeito a diferenças de câmbio favoráveis relativas à actualização cambial de contas a receber de clientes considerados de cobrança difícil e como tal reconhecidas como proveitos diferidos.

### 54. CAPITAL PRÓPRIO

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003 o movimento verificado nas rubricas de capital próprio foi como segue:

	valores expressos em euros			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Capital	1 254 285 000	—	—	1 254 285 000
Acções próprias – valor nominal	—	5 322 122	(5 322 122)	—
Acções próprias – descontos e prémios	—	30 621 376	(30 621 376)	—
Prémios de emissão de acções	2 149 565 000	—	(2 057 860 109)	91 704 891
Reserva legal	144 184 287	—	—	144 184 287
Outras reservas	2 019 997 177	47 869 894	(205 761 023)	1 862 106 048
Ajustamentos de conversão cambial	(2 266 416 192)	260 860 710	(16 691 379)	(2 022 246 861)
Resultados transitados	(581 346 840)	2 448 915 907	(39 403 169)	1 828 165 898
Resultado consolidado líquido	391 055 798	143 494 098	(391 055 798)	143 494 098
	<b>3 111 324 230</b>	<b>2 937 084 107</b>	<b>(2 746 714 976)</b>	<b>3 301 693 361</b>

## Capital

Em 30 de Junho de 2003 o capital da Portugal Telecom ascendia a 1 254 285 000 euros e estava representado por 1 254 285 000 acções nominativas, sob forma escritural, com o valor nominal de 1 euro cada e com a seguinte distribuição:

- > Um milhar de milhão, duzentos e cinquenta e quatro milhões e duzentos e oitenta e quatro mil e quinhentas acções ordinárias.
- > Quinhentas acções de Categoria A.

As acções de Categoria A são detidas na sua totalidade pelo Estado Português e, nos termos dos Estatutos da Portugal Telecom, conferem direitos especiais, como segue:

- > Eleição de um terço do número total de administradores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração.
- > Autorização de distribuição de dividendos superiores a 40% dos lucros anuais distribuíveis da Portugal Telecom.

- > Aumentos de capital e outras alterações aos Estatutos da Portugal Telecom.
- > Emissão de obrigações e outros títulos de crédito.
- > Autorização para que um accionista que exerça, directa ou indirectamente, uma actividade concorrente da Portugal Telecom possa ser titular de Acções Ordinárias representativas de mais de 10% do capital social da Portugal Telecom (Nota Introdutória).
- > Alteração dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas da Portugal Telecom e das opções estratégicas, nomeadamente relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviço.
- > Definição dos princípios gerais de política de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações.

## Acções próprias

No semestre findo em 30 de Junho de 2003 o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	valores expressos em euros			
	Número de acções	Valor nominal	Descontos e prémios	Variações
				Valor
Saldo inicial	–	–	–	–
Compras	5 322 122	5 322 122	30 621 376	35 943 498
Alienações	(5 322 122)	(5 322 122)	(30 621 376)	(35 943 498)
Saldo final	–	–	–	–

As alienações ocorridas no semestre findo em 30 de Junho de 2003 têm a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Valor de venda	35 666 731
Valor de custo <sup>(a)</sup>	(35 943 498)
Menos-valia <sup>(b)</sup>	(276 767)

(a) O critério valorimétrico adoptado é o LIFO (Last In First Out).

(b) As menos-valias foram registadas em reservas livres, tal como previsto nas normas de contabilidade portuguesas.

não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para a aquisição de acções próprias.

Conforme deliberado pela Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003, a Portugal Telecom procedeu à transferência de reservas de prémio de emissão de acções no montante de 2 057 860 109 euros para a rubrica de “Resultados transitados”, para efeitos de cobertura de resultados transitados negativos, conforme dispõe a legislação em vigor.

## Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas),

## Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.



## Outras reservas

As variações verificadas nesta rubrica no primeiro semestre de 2003 resultam dos seguintes movimentos:

valores expressos em euros			
	Variações		
	Positivas	Negativas	Total
Resultados atribuídos/resultados distribuídos <sup>(a)</sup>	39 403 169	–	39 403 169
Distribuição de dividendos	–	(200 685 600)	(200 685 600)
Distribuição de acções a empregados	–	(4 794 502)	(4 794 502)
Menos-valias na alienação de acções próprias	–	(276 767)	(276 767)
Imposto sobre o rendimento <sup>(b)</sup>	1 673 519	–	1 673 519
Outras variações	6 793 206	(4 154)	6 789 052
	<b>47 869 894</b>	<b>(205 761 023)</b>	<b>(157 891 129)</b>

(a) Transferências efectuadas de resultados transitados, referentes à diferença entre os lucros de 2002 das empresas do grupo e associadas que foram considerados na aplicação do método da equivalência patrimonial e os resultados que vieram a ser distribuídos por essas empresas em 2003.

(b) Este montante respeita ao efeito fiscal no imposto sobre o rendimento decorrente das variações patrimoniais negativas sujeitas a tributação em sede de IRC que incluíram a distribuição de acções a empregados e as menos-valias na alienação de acções próprias (Nota 23.p)).

## Ajustamentos de conversão cambial

O saldo desta rubrica inclui o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas localizadas no estrangeiro, bem como das diferenças cambiais resultantes da conversão cambial de empréstimos que financiam investimentos financeiros denominados em moeda estrangeira. O valor líquido dos ajustamentos de conversão cambial positivos é referente aos investimentos financeiros no Brasil, e ascende a aproximadamente 240 600 000 euros. Este valor inclui o efeito negativo de 12 235 641 euros de imposto corrente (Nota 50).

## Resultados transitados

As variações verificadas no primeiro semestre de 2003 na rubrica de resultados transitados resultam dos seguintes movimentos:

valores expressos em euros			
	Variações		
	Positivas	Negativas	Total
Aplicação de resultados de 2002	391 055 798	–	391 055 798
Transferência de prémios de emissão de acções, para cobertura de resultados transitados negativos	2 057 860 109	–	2 057 860 109
Resultados atribuídos/resultados distribuídos	–	(39 403 169)	(39 403 169)
	<b>2 448 915 907</b>	<b>(39 403 169)</b>	<b>2 409 512 738</b>

## Resultado líquido

O resultado líquido do exercício de 2002, no montante de 391 055 798 euros, foi integralmente aplicado na cobertura de resultados transitados negativos, conforme deliberado na Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003.

## 55. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica de balanço tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
Brasilcel <sup>(a)</sup>	465 407 160	226 107 885
PT Multimedia <sup>(b)</sup>	154 427 308	156 892 364
Cabo Verde Telecom	25 444 062	25 975 810
Warner Lusomundo	4 667 481	4 595 727
Lusomundo Media	3 610 611	4 014 029
Gráfica Funchalense	1 207 406	918 816
Mascom	12 704 068	11 338 439
PT Prime <sup>(b)</sup>	5 393 786	4 927 105
Cabo TV Madeirense, S.A.	4 634 872	4 439 994
Cabo TV Açoreana, S.A.	1 667 438	1 617 935
Kenya Postel Directories, Ltd.	1 453 100	1 670 905
CST – Companhia Santomense, S.A.R.L.	1 462 369	1 591 980
LTM – Listas Telefónicas Moçambique, Lda.	1 220 976	1 727 857
Outros	1 478 680	1 362 638
	<b>684 779 317</b>	<b>447 181 484</b>

Os lucros/(perdas) atribuíveis a interesses minoritários em 30 de Junho de 2003 e 2002 são como segue:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
Brasilcel <sup>(a)</sup>	24 435 813	–
Cabo Verde Telecom	4 077 038	3 074 722
Mascom	2 469 887	1 850 412
PT Multimedia <sup>(b)</sup>	1 334 594	(35 913 517)
Kenya Postel Directories, Ltd.	651 564	975 883
PT Prime <sup>(b)</sup>	579 320	(157 344)
Cabo TV Madeirense, S.A.	551 998	324 814
LTM – Listas Telefónicas Moçambique, Lda.	441 663	722 948
Cabo TV Açoreana, S.A.	163 766	154 546
CST – Companhia Santomense, S.A.R.L.	129 708	66 411
Telep Celular Participações <sup>(c)</sup>	–	(55 548 868)
Outros	408 998	(1 432 720)
	<b>35 244 349</b>	<b>(85 882 713)</b>

(a) Estes interesses minoritários correspondem a 50% da participação dos accionistas minoritários das empresas participadas pela Brasilcel, nos respectivos capitais próprios e resultados.

(b) Estes interesses minoritários correspondem à participação detida pelos accionistas minoritários nos capitais próprios e resultados da PT Multimedia, considerando a aplicação do método da equivalência patrimonial aos seus investimentos financeiros em empresas participadas.

(c) Conforme indicado na Nota Introdutória, em 27 de Dezembro de 2002 esta participação foi transferida para a Brasilcel.

## 56. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

No primeiro semestre de 2003 e 2002 a rubrica “Trabalhos para a própria empresa” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
Mão-de-obra interna:		
Equipamento básico	6 015 033	13 054 882
Outras imobilizações	2 969 121	4 962 476
	<b>8 984 154</b>	<b>18 017 358</b>
Consumo de materiais:		
Equipamento básico	16 620 402	40 827 724
Outras imobilizações	1 029 157	287 321
	<b>17 649 559</b>	<b>41 115 045</b>
Transportes internos:		
Equipamento básico	284 599	130 459
Outras imobilizações	4 624	698
	<b>289 223</b>	<b>131 157</b>
<b>TOTAL</b>	<b>26 922 936</b>	<b>59 263 560</b>

## 57. IMPOSTOS E TAXAS

(a) A Portugal Telecom e as empresas incluídas na consolidação sediadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 30%, acrescida de, aproximadamente, 9% de Derrama. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

A Portugal Telecom é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas em que detém, directa ou indirectamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 63.º do Código do IRC.

(b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as cotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos). O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2003, considerando que as provisões constituídas e as expectativas existentes à presente data quanto à resolução das situações abaixo descritas.

As situações objecto de provisão foram as seguintes:

> Imposto relacionado com liquidações adicionais e referentes aos exercícios de 1999 e 2000 e com o benefício do Crédito Fiscal ao Investimento (CFI) relativamente ao exercício de 1991 (Nota 46)

**1 365 554 euros**

> Juros compensatórios relativos a regularizações de imposto dos exercícios de 1997 a 1999 (Nota 53)

**1 956 414 euros**

Outras situações que merecem destaque:

> Existem processos de reclamação e impugnação judicial em curso relativamente às liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal ao IRC de 1990 a 1993 dos ex-TLP, de 1993 da ex-Telecom Portugal, e de 1997, 1998 e 1999 da Portugal Telecom, S.A., no montante de 28 008 616 euros. A Portugal Telecom, baseada na opinião dos seus consultores legais, entende que existe uma expectativa razoável de que a decisão lhe seja favorável.

> Estão em curso processos de impugnação/reclamação relativamente à liquidação de taxas de licença de ocupação da via pública, efectuada pelas Câmaras Municipais do Porto e de Lisboa, nos montantes de 1 182 827 euros e 102 461 euros, respectivamente. A Lei de Bases publicada em 1997 veio confirmar a isenção da Portugal Telecom, S.A. e, em virtude do Decreto-Lei n.º 219/00, da PT Comunicações relativamente a taxas e outros encargos municipais a incidir sobre a ocupação e utilização de vias públicas por infra-estruturas de telecomunicações, já consagrada no artigo 29.º do Contrato de Concessão, pelo que a Portugal Telecom considera que aquelas acções são infundadas.

> Dada a frequente necessidade de proceder ao abate de equipamento por inutilização, antes do término da respectiva vida útil, a Administração Fiscal concordou com a assunção como custo fiscal do valor dos abates de 1992 a 1999, líquido de amortizações e reavaliações. Relativamente aos abates efectuados nos

exercícios de 2000 a 2002, foram igualmente efectuados requerimentos à Administração Fiscal, para os quais a PT Comunicações aguarda deferimento e cujo valor global ascende a 1 926 204 euros.

> Durante o exercício de 2002, a Marconi recebeu liquidações adicionais de IRC referentes aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, no montante total de 13 136 533 euros, essencialmente relativas a perdas na alienação e liquidação de participações financeiras não consideradas fiscalmente dedutíveis pelos Serviços de Inspecção Tributária. A Marconi pagou o que considerou devido, no montante de 99 649 euros, e apresentou impugnações judiciais pelo montante remanescente. Não foi registada qualquer provisão para este efeito, por a Portugal Telecom considerar, suportada na opinião dos seus consultores legais, que assiste razão à Marconi nas impugnações judiciais supra mencionadas.

(c) Em consequência da adopção da política contabilística de reconhecimento de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, foram reconhecidos em 30 de Junho de 2003 activos e passivos por impostos diferidos de, respectivamente, 1 654 080 548 euros e 401 247 328 euros, sendo o detalhe dos seus saldos e movimentos ocorridos no semestre, conforme segue:

valores expressos em euros						
	Saldo inicial	Aumento/(redução)		Variação cambial	Regularizações	Saldo final
		Resultado líquido	Estado e outros entes públicos			
<b>Impostos diferidos activos</b>						
Provisões	444 412 262	42 377 252	—	—	(56 891)	486 732 623
Prejuízos fiscais reportáveis	930 541 166	36 474 873	(130 129 330)	—	(729 058)	836 157 651
Instrumentos financeiros	2 803 757	(1 240 676)	—	—	—	1 563 081
Contribuição adicional para os Fundos de Pensões	27 858 882	13 608 652	—	—	—	41 467 534
Outras diferenças temporárias <sup>(i)</sup>	291 650 088	(29 297 571)	—	31 574 555	(5 767 413)	288 159 659
	<b>1 697 266 155</b>	<b>61 922 530</b>	<b>(130 129 330)</b>	<b>31 574 555</b>	<b>(6 553 362)</b>	<b>1 654 080 548</b>
<b>Impostos diferidos passivos</b>						
Reavaliação de imobilizações corpóreas (Nota 42)	33 883 143	(1 821 959)	—	—	(12 339)	32 048 845
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	345 231 190	(722 506)	—	—	—	344 508 684
Instrumentos financeiros	—	2 856 131	—	—	—	2 856 131
Lucros não atribuídos	13 743 749	(2 361 834)	—	—	—	11 381 915
Outras diferenças temporárias	10 412 416	39 337	—	—	—	10 451 753
	<b>403 270 498</b>	<b>(2 010 831)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(12 339)</b>	<b>401 247 328</b>
		<b>63 933 361</b>	<b>(130 129 330)</b>	<b>31 574 555</b>	<b>(6 541 023)</b>	

(i) Em 30 de Junho de 2003, esta rubrica inclui 276 471 368 euros relativos aos benefícios fiscais associados às reestruturações societárias efectuadas nas subsidiárias da Brasilcel.

No primeiro semestre de 2003, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto é como segue:

	valores expressos em euros
Resultado consolidado antes de impostos	258 810 731
Taxa nominal de imposto	33.00%
Imposto esperado	85 407 541
Diferenças permanentes <sup>(a)</sup>	16 675 608
Alteração da taxa de imposto <sup>(b)</sup>	(1 380 721)
Prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores	(41 464 409)
Prejuízos fiscais não recuperáveis	19 890 856
Outros	943 409
	<b>80 072 284</b>
Taxa efectiva de imposto	<b>30.94%</b>
O imposto sobre o rendimento do período tem a seguinte composição:	
Imposto corrente (Nota 50.a))	144 005 645
Imposto diferido	(63 933 361)
	<b>80 072 284</b>

(a) Este valor respeita essencialmente a:

Amortização de goodwill (Nota 44)	52 723 813
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 44)	13 024 444
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	8 330 507
Mais-valias	(40 098 680)
Outras	16 552 061
	<b>50 532 145</b>
Impacto fiscal (33%)	<b>16 675 608</b>

(b) Este valor engloba o efeito da alteração da taxa de derrama em algumas empresas do grupo, bem como o impacto de empresas sujeitas a taxas de imposto diferenciadas.

## 58. BENEFÍCIOS DE REFORMA – PENSÕES

(a) Conforme referido na Nota 23.j), a PT Comunicações, a PT Sistemas de Informação e a Lusomundo (através do Diário de Notícias e do Jornal de Notícias) são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma e de complementos de pensões a empregados já reformados ou ainda no activo. Estas responsabilidades são estimadas com base em estudos actuariais elaborados por actuários independentes, o último dos quais reportado a 31 de Dezembro de 2002 e realizado com base nos seguintes principais pressupostos e bases técnicas actuariais:

	percentagem
Taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo	6,0%
Taxa anual de actualização	6,0%
Taxa anual de crescimento salarial	3,0%
Taxa de crescimento de pensões <sup>(*)</sup>	2,0%
Taxa de inflação	2,0%

(\*) Excepto para o Diário de Notícias e para o Fundo Melhoria da Marconi, onde não se considera crescimento de pensões.

## Método actuarial – Projected Unit Credit

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados foram os seguintes:

<b>Tábuas de mortalidade:</b>	
Activos e pré-reformados:	
Homens	AM (92)
Mulheres	AF (92)
Pensionistas:	
Homens	PA (90)m – deduzido de dois anos
Mulheres	PA (90)f – deduzido de dois anos
<b>Tábua de invalidez:</b>	Swiss Reinsurance Company
<b>Rotação de empregados:</b>	Nula

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades projectadas e o valor de mercado dos fundos em 31 de Dezembro de 2002 eram como segue:

	valores expressos em euros
Valor actual das responsabilidades projectadas	3 015 107 000
Valor de mercado dos fundos	(1 664 249 000)
Valor actual das responsabilidades não financiadas	<b>1 350 858 000</b>

Em 31 de Dezembro de 2002, a reconciliação entre o valor actual das responsabilidades projectadas com pensões não financiadas e as respectivas responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço era como segue:

	valores expressos em euros
Valor actual das responsabilidades não financiadas	1 350 858 000
Ganhos e (perdas) actuariais e de experiência <sup>(i)</sup>	(726 002 450)
Responsabilidades na data da transição <sup>(ii)</sup>	(29 203 596)
Responsabilidades com serviços passados	50 218
Responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço	<b>595 702 172</b>

(i) Os “Ganhos e perdas actuariais e de experiência” decorrem, essencialmente, do facto da taxa de rentabilidade dos fundos ter sido inferior à estimada, bem como com o crescimento superior ao previsto da massa salarial e das pensões. Estes custos diferidos serão reconhecidos em resultados ao longo do período médio de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (16 anos).

(ii) As “Responsabilidades na data da transição” decorrem da introdução do cálculo actuarial na determinação das responsabilidades com pensões em 1 de Janeiro de 1993. Este valor está a ser reconhecido em resultados ao longo do período médio estimado de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (18 anos).

Em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002 as responsabilidades líquidas com pensões reconhecidas no balanço encontram-se registadas nas seguintes rubricas:

valores expressos em euros	30 de Jun.	31 de Dez.
	2003	2002
Provisões (Nota 46)	734 682 130	589 966 365
Outros credores (Nota 51)	10 266 052	5 735 807
	<b>744 948 182</b>	<b>595 702 172</b>

Os custos estimados com pensões de reforma, pré-reformas, reformas antecipadas e suspensão de contratos registados em 30 de Junho de 2003 e 2002, constantes dos relatórios do actuário independente, são como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Custos com pensões de reforma:		
Custo com os serviços do semestre	10 063 677	9 553 000
Custo financeiro do semestre	91 526 327	84 655 000
Rendimento estimado dos fundos	(50 585 000)	(51 290 000)
Amortizações das responsabilidades à data de transição e dos ganhos e perdas actuariais e de experiência	31 287 745	20 443 852
	<b>82 292 749</b>	<b>63 361 852</b>
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	247 460 054	15 746 510
	<b>329 752 803</b>	<b>79 108 362</b>

Os custos assim estimados foram registados nas demonstrações de resultados do primeiro semestre de 2003 e 2002, como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Custos com o pessoal	82 292 749	63 361 852
Custos extraordinários	247 460 054	15 746 510
	<b>329 752 803</b>	<b>79 108 362</b>

O custo estimado do programa de redução do número de efectivos (excluindo os encargos com rescisões de contratos de trabalho) para o primeiro semestre de 2003 foi registado em custos extraordinários com a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Custos com reformas antecipadas	62 757 578
Custos com pré-reformas	39 409 300
Custos com suspensões de contratos e outros	145 293 176
	<b>247 460 054</b>

As contribuições entregues aos fundos de pensões e as prestações pagas a pré-reformados nos primeiros semestres de 2003 e 2002 foram como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Contribuições entregues aos fundos de pensões:		
Contribuições do grupo	122 316 000	18 820 619
Contribuições dos empregados	5 421 000	4 660 976
	<b>127 737 000</b>	<b>23 481 595</b>
Prestações pagas a pré-reformados e empregados na situação de suspensão de contrato e prémios de aposentação (Nota 46)	<b>62 566 971</b>	<b>53 139 841</b>

As contribuições da PT Comunicações para os fundos de pensões no primeiro semestre de 2003, incluem quer as relativas aos custos do período, bem como extraordinárias de 48 011 296 euros,

estas registadas por utilizações de provisões constituídas em exercícios anteriores (Nota 46).

As prestações pagas a pré-reformados e a empregados na situação de suspensão de contrato são registadas como utilização directa da provisão para pensões (Nota 46).

(b) Na Brasilcel, os custos com pensões referentes às contribuições para o Fundo de Pensões SISTEL ascenderam a 489 142 euros no primeiro semestre de 2003, tendo este montante sido registado em “Custos com o pessoal”. Adicionalmente, e de acordo com a Deliberação CVM n.º 371, de 13 de Dezembro de 2000, as subsidiárias da Brasilcel constituem provisões para reflectir os passivos actuariais dos seus planos de pensões. Em 30 de Junho de 2003 a quota-parte do grupo correspondente a 50% do valor dessas provisões e a 50% do reforço efectuado durante o semestre ascendeu a 165 618 euros (Nota 46) e a 50 639 euros, respectivamente.

## 59. BENEFÍCIOS DE REFORMA – CUIDADOS DE SAÚDE

(a) Conforme referido na Nota 23.I), a PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação são responsáveis pelo financiamento dos Planos de Saúde aplicáveis aos seus empregados activos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis.

As responsabilidades das empresas são estimadas com bases em estudos actuariais elaborados por actuários independentes, o último dos quais se reporta a 31 de Dezembro de 2002 e assenta nos seguintes principais pressupostos e bases técnicas actuariais:

	percentagem
Taxa anual de crescimento dos custos com saúde:	
Primeiros 8 anos	3,5%
Anos seguintes	3,0%
Taxa anual de actualização	6,0%
Taxa anual de crescimento salarial	3,0%

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados foram os seguintes:

<b>Tábuas de mortalidade:</b>	
Activos e pré-reformados:	
Homens	AM (92)
Mulheres	AF (92)
Pensionistas:	
Homens	PA (90)m – deduzido de dois anos
Mulheres	PA (90)f – deduzido de dois anos
Tábua de invalidez:	Swiss Reinsurance Company
Rotação de empregados:	Nula

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades reportadas a 31 de Dezembro de 2002 eram de 639 229 395 euros.

Nessa data, a reconciliação entre o valor actual das responsabilidades projectadas com cuidados de saúde e as respectivas responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço, é como segue:

valores expressos em euros	
Valor actual das responsabilidades projectadas	639 229 395
Ganhos e (perdas) actuariais e de experiência <sup>(i)</sup>	(112 772 283)
Responsabilidades na data da transição <sup>(ii)</sup>	(55 408 322)
Responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço	<b>471 048 790</b>

(i) Os "Ganhos e perdas actuariais e de experiência" decorrem essencialmente do crescimento superior ao previsto dos custos com saúde, bem como a taxa de inflação ter sido superior à estimada. Estes custos diferidos serão reconhecidos em resultados ao longo do período médio de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (16 anos).

(ii) As "Responsabilidades na data da transição" decorrem da introdução do cálculo actuarial na determinação das responsabilidades com benefícios de saúde em 1 de Janeiro de 1997. Este valor está a ser reconhecido em resultados ao longo do período médio estimado de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (18 anos).

Para fazer face às responsabilidades líquidas com cuidados de saúde, a empresa tem registada uma provisão que em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002 ascendia a 511 067 946 euros e 471 048 790 euros, respectivamente (Nota 46).

No primeiro semestre de 2003 e 2002, os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade da reforma tiveram por base os valores estimados pelo actuário independente e são como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Custo com os serviços do semestre	2 777 500	3 164 558
Custo financeiro do semestre	19 170 833	18 695 000
Amortização das responsabilidades à data de transição e dos ganhos e perdas actuariais e de experiência	5 333 667	5 767 743
	<b>27 282 000</b>	<b>27 627 301</b>
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	26 657 800	813 580
	<b>53 939 800</b>	<b>28 440 881</b>

Os custos assim estimados foram registados na demonstração de resultados do primeiro semestre de 2003 e 2002, como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Custos com o pessoal	27 282 000	27 627 301
Custos extraordinários	26 657 800	813 580
	<b>53 939 800</b>	<b>28 440 881</b>

No primeiro semestre de 2003, as despesas correntes com reformados, registadas como utilização directa da provisão para cuidados de saúde, ascenderam a 13 920 644 euros (Nota 46).

(b) Conforme Deliberação CVM n.º 371, de 13 de Dezembro de 2000, as empresas integradas na Brasilcel constituíram provi-

sões para reflectir os passivos actuariais dos seus cuidados de saúde. Em 30 de Junho de 2003 a quota-parte do grupo correspondente a 50% do valor destas provisões e a 50% do reforço efectuado durante o semestre ascendeu a 311 952 (Nota 46) e a 10 980 euros, respectivamente.

## 60. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

Em 30 de Junho de 2003 encontrava-se contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações, e consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo grupo. O valor de mercado (fair value) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações económico-financeiras.

### Risco de taxa de juro

O Grupo Portugal Telecom durante o primeiro semestre de 2003 cancelou diversos swaps de taxa de juro, o que resultou na simplificação da carteira de instrumentos financeiros derivados e no aumento do peso da componente de dívida a taxa fixa. Paralelamente, contratou floors de taxa de juro, de modo a beneficiar de uma eventual nova descida das taxas de juro europeias. Em 30 de Junho de 2003, o total da dívida da Portugal Telecom sujeita a operações de swaps e de floors de taxa de juro era, respectivamente, de 2 851 milhões e 1 000 milhões de euros, com uma maturidade média de, respectivamente, 2,45 e 1,19 anos.

### Risco de taxa de juro e de taxa de câmbio

De modo a atingir os objectivos acima referidos, quer no caso do risco de taxa de juro, quer no que respeita ao risco de taxa de câmbio, existiam em 30 de Junho de 2003 cross currency swaps com componente cambial e de taxa de juro.

Naquela data, o total da dívida sujeita a contratos desta natureza era de 70 milhões de euros de swaps de dólares americanos para euros, com uma maturidade média de 8,5 anos.

Na sequência do cancelamento da componente de taxa de juro de cross currency swaps existentes anteriormente, a Portugal Telecom mantém contratados opções cambiais e contratos forward de euros para dólares americanos. Em 30 de Junho de 2003 o total de dívida sujeita a contratos desta natureza era de 400 milhões de euros, com uma maturidade média de 5,8 anos.

As empresas integradas na Brasilcel dispõem de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de cobrir o risco de taxa de câmbio inerente a dívida em dólares americanos, euros e ienes. Neste sentido, em 30 de Junho de 2003, estas empresas possuíam cross currency swaps de dólares americanos para reais brasileiros no valor de 850,6 milhões de dólares americanos, com uma maturidade média de 1,2 anos; cross currency swaps de euros para reais brasileiros no valor de 485,2 milhões de euros, com uma maturidade de 1,4 anos; e cross currency swaps de ienes para reais brasileiros no valor de 3 828 milhões de ienes, com uma maturidade média de 0,5 anos.

Em 30 de Junho de 2003, as empresas que compõem a Brasilcel possuíam ainda outros *cross currency swaps* de dólares americanos para reais brasileiros no valor de 766,3 milhões de

dólares americanos, com uma maturidade média de 1,9 anos, tendo vendido opções cambiais no montante de 300 milhões de dólares americanos, com uma maturidade de 1,2 anos; e cross currency swaps de euros para reais brasileiros no valor de 2,6 milhões de euros, com uma maturidade de 0,2 anos.

### Equity swaps

Em 1998 e 1999 a Portugal Telecom contratou equity swaps sobre acções próprias, para cobertura de planos de stock options em vigor, que visavam minimizar a exposição da empresa ao risco de variações no valor das suas acções. Atendendo à evolução da cotação das acções da Portugal Telecom, foi reforçada uma provisão para cobrir a diferença entre os preços de exercício destes derivados (que variam entre 9,55 euros e 12,07 euros por acção) e a cotação da acção PT na data de preparação destas demonstrações financeiras (Nota 46).

Em 30 de Junho de 2003 a Portugal Telecom tem contratado um equity swap sobre acções da PT Multimedia, cuja data de liquidação está contratada para 5 de Maio de 2004. Atendendo à cotação das acções da PT Multimedia está registada uma provisão para fazer face a potenciais perdas estimadas (Nota 46).

### Fair value dos instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro 2002, o fair value dos instrumentos financeiros e o correspondente valor contabilístico é o seguinte (valores em milhões de euros):

	30 de Jun.		31 de Dez.	
	Valor contabilístico	2003 Fair value	Valor contabilístico	2002 Fair value
Instrumentos financeiros relacionados com cobertura de risco <sup>(i)</sup> :				
Taxa de juro	(6.9)	(98.2)	1.1	(66.2)
Taxa de juro e taxa de câmbio	92.0	75.0	162.0	75.5
<b>TOTAL</b>	<b>85.1</b>	<b>(23.1)</b>	<b>163.1</b>	<b>9.3</b>
Equity swaps:				
Acções próprias <sup>(ii)</sup>	(46.8)	(42.5)	(42.6)	(40.2)
PT Multimedia <sup>(iii)</sup>	(4.4)	15.4	(68.5)	(69.1)
<b>TOTAL</b>	<b>(51.2)</b>	<b>(27.1)</b>	<b>(111.1)</b>	<b>(109.3)</b>

(i) Determinados derivados incluídos nesta rubrica foram objecto de renegociações no exercício de 2002, tendo a empresa recebido prémios no âmbito dessas operações. Estes prémios foram registados em proveitos diferidos e serão amortizados no período remanescente dos contratos. Em 30 de Junho de 2003 encontram-se por reconhecer em proveitos prémios no montante de 30 482 933 euros (Nota 53.d)).

(ii) O valor contabilístico corresponde à provisão constituída para os equity swaps (46.8 milhões de euros – Nota 46).

(iii) O valor contabilístico corresponde à provisão para este equity swap (3.5 milhões de euros – Nota 46), acrescida de especialização de custos financeiros associados ao contrato (0.9 milhões de euros).



## 61. PLANOS DE INCENTIVOS

Em 21 de Abril de 1998 a Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom aprovou a criação de um plano de incentivos para administradores e quadros da empresa e de empresas participadas, constituído por opções de compra de acções da Portugal Telecom. Nos termos do referido plano, os seus beneficiários têm a opção de adquirir, no seu conjunto, um total de 2 927 725 acções ao preço de 9,39 euros por acção.

As opções poderão ser exercidas em períodos de três meses iniciados nas datas definidas no plano, como se segue:

8 de Junho de 2000	10%
8 de Junho de 2001	20%
8 de Junho de 2002	30%
8 de Junho de 2003	40%

As opções que não forem exercidas dentro dos prazos acima indicados, poderão ainda sê-lo numa única ocasião, num período de três meses a iniciar após a última data de exercício definida no plano, isto é, em 8 de Junho de 2003.

Em 30 de Junho de 2003 estão atribuídas 1 299 155 opções a administradores e alguns quadros da Portugal Telecom. Considerando as actuais condições do plano e do mercado, não se encontra constituída qualquer provisão.

Em 27 de Setembro de 1999 a Assembleia Geral Extraordinária da Portugal Telecom aprovou a criação e implementação de um novo plano de opções de compra de acções da Portugal Telecom, que abrange titulares do Conselho de Administração e quadros superiores de empresas do grupo. Este novo plano, que permite a distribuição de até 6 120 000 acções e de opções de compra de acções ao preço de exercício de 11,38 euros, é de concretização faseada durante um período de três anos, desde 27 de Abril de 2000. Durante o primeiro semestre de 2003 foram entregues 835 842 acções, cujo custo totaliza 5 857 330 euros. Tendo por base os contratos de adesão já realizados e as operações de hedging efectuadas em 1999, a Portugal Telecom tem registada em 30 de Junho de 2003 uma provisão no montante de 418 677 euros para fazer face às responsabilidades já assumidas (Nota 46).

## 62. COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO E POR ÁREA GEOGRÁFICA

Durante o primeiro semestre de 2003 a Portugal Telecom procedeu a alterações na composição dos segmentos de negócio do grupo, sendo de destacar:

> Definição dos Negócios de Rede Fixa, incluindo a PT Comunicações e a PT Prime, que em 31 de Dezembro de 2002 eram consideradas separadamente, e a PTM.com, que até 30 de Setembro de 2002 se encontrava incluída no segmento PT Multimedia.

> Nos Negócios Móveis do Brasil, a substituição da consolidação de 100% dos resultados da Telesp Celular Participações pela consolidação proporcional de 50% da Brasilcel, na sequência da constituição da joint venture com a Telefónica no final do exercício de 2002.

> Nos Negócios PT Multimedia, a exclusão dos resultados da PTM.com (que passam a integrar os Negócios de Rede Fixa, conforme acima referido).

Em 30 de Junho de 2003 os segmentos de negócio têm a seguinte composição:

Rede Fixa	Serviço fixo – PT Comunicações
	Dados e negócios empresariais – PT Prime e Tradecom
	ISP e portais – PTM.com
Móveis – Portugal	TMN
Móveis – Brasil	Brasilcel
PT Multimedia	Televisão por subscrição e Internet por cabo – TV Cabo, TV Cabo Audiovisuais e Premium TV
	Distribuição e exibição cinematográfica – Lusomundo Audiovisuais e Lusomundo Cinemas
	Media – Lusomundo Media
	Outras operações multimédia – PTM e holdings da Lusomundo

Para efeitos comparativos, os valores de 30 de Junho de 2002 foram ajustados de forma a reflectirem a nova composição dos segmentos, com excepção dos Negócios Móveis Brasil, em que se apresentam 100% dos resultados da Telesp Celular Participações.



O resultado líquido dos principais segmentos de negócio do grupo apresentam a seguinte composição nos primeiros semestres de 2003 e 2002:

	valores expressos em euros	
<b>NEGÓCIOS DE REDE FIXA</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Prestações de serviços – clientes externos	1 055 183 073	1 120 230 775
Prestações de serviços – intragrupo	76 169 481	82 349 367
Vendas – clientes externos	16 457 011	15 611 205
Vendas – intragrupo	513 913	6 480
Proveitos suplementares – clientes externos	12 433 045	8 098 557
Proveitos suplementares – intragrupo	9 871 244	11 667 474
Outros proveitos operacionais	14 722 526	37 924 335
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>1 185 350 293</b>	<b>1 275 888 193</b>
Custo das existências vendidas e consumidas	(36 944 232)	(49 802 768)
Custos de telecomunicações	(216 688 474)	(245 290 004)
Outros subcontratos	(82 405 350)	(85 577 747)
Conservação e reparação	(36 101 870)	(40 829 317)
Publicidade e propaganda	(12 883 976)	(13 438 190)
Trabalhos especializados	(18 085 766)	(27 666 031)
Outros fornecimentos e serviços	(43 453 405)	(41 901 741)
Custos com pessoal	(274 686 091)	(263 781 717)
Amortizações	(202 475 087)	(215 448 906)
Provisões	(12 138 593)	(16 161 617)
Impostos	(3 692 532)	(4 980 203)
Outros custos e perdas operacionais	(2 023 201)	(10 112 188)
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>(941 578 577)</b>	<b>(1 014 990 429)</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>243 771 716</b>	<b>260 897 764</b>
Custos financeiros	(25 925 111)	(29 209 680)
Proveitos financeiros	7 096 852	13 504 600
<b>Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários</b>	<b>224 943 457</b>	<b>245 192 684</b>
Resultados extraordinários	(222 430 573)	9 823 587
<b>Resultado antes de impostos e interesses minoritários</b>	<b>2 512 884</b>	<b>255 016 271</b>
Imposto sobre o rendimento	2 583 887	(84 117 591)
Interesses minoritários	(48 750)	(19 068)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>5 048 021</b>	<b>170 879 612</b>

Os resultados deste segmento de negócio incorporam encargos com o programa de redução de efectivos de 277 152 644 euros e 17 864 050 euros, respectivamente em 30 de Junho de 2003 e 2002 e incluídos em resultados extraordinários.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual nos semestres de 2003 e 2002 ascende, respectivamente, a valores negativos de 3 336 445 euros e 6 330 732 euros. Os interesses minoritários constantes da demonstração deste segmento de negócio representam a parte do resultado líquido do segmento que respeita aos accionistas minoritários em empresas participadas.

**NEGÓCIOS MÓVEIS – PORTUGAL**

	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Prestações de serviços – clientes externos	568 909 564	546 269 923
Prestações de serviços – intragrupo	88 451 007	99 350 051
Vendas – clientes externos	52 084 006	59 074 107
Vendas – intragrupo	2 025 913	4 133 992
Proveitos suplementares – clientes externos	6 089 628	8 884 221
Proveitos suplementares – intragrupo	62 660	452 031
Outros proveitos operacionais	2 536 161	2 793 996
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>720 158 939</b>	<b>720 958 321</b>
Custo das existências vendidas e consumidas	(63 635 645)	(77 558 976)
Custo de telecomunicações	(145 129 025)	(169 325 928)
Outros subcontratos	(1 596 356)	(1 448 887)
Conservação e reparação	(18 895 952)	(18 785 274)
Publicidade e propaganda	(14 215 767)	(9 858 609)
Trabalhos especializados	(28 364 367)	(25 637 127)
Outros fornecimentos e serviços	(72 793 897)	(65 680 045)
Custos com pessoal	(30 377 503)	(25 794 510)
Amortizações	(95 621 268)	(83 958 836)
Provisões	(15 559 749)	(28 335 726)
Impostos	(15 256 562)	(14 293 209)
Outros custos operacionais	(2 268 122)	(1 660 491)
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>(503 714 213)</b>	<b>(522 337 618)</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>216 444 726</b>	<b>198 620 703</b>
Custos financeiros	(8 157 521)	(5 465 391)
Proveitos financeiros	3 188 146	1 999 691
<b>Resultado antes de itens extraordinários e de impostos</b>	<b>211 475 351</b>	<b>195 155 003</b>
Resultados extraordinários	(631 746)	7 210 687
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>210 843 605</b>	<b>202 365 690</b>
Imposto sobre o rendimento	(69 538 939)	(66 889 413)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>141 304 666</b>	<b>135 476 277</b>

**NEGÓCIOS MÓVEIS – BRASIL**

	<b>2003</b>	<b>2002</b>
Prestações de serviços – clientes externos	490 735 473	638 270 827
Prestações de serviços – intragrupo	–	302 292
Vendas – clientes externos	97 974 049	95 781 942
Outros proveitos suplementares	8 899 244	–
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>597 608 766</b>	<b>734 355 061</b>
Custo das existências vendidas e consumidas	(104 091 323)	(112 750 485)
Custo de telecomunicações	(65 291 312)	(70 874 368)
Outros subcontratos	(22 334 100)	(15 247 773)
Conservação e reparação	(1 644 893)	(1 326 026)
Publicidade e propaganda	(21 196 329)	(14 597 555)
Trabalhos especializados	(18 778 337)	(53 060 301)
Outros fornecimentos e serviços	(66 467 396)	(69 142 926)
Custos com pessoal	(33 532 988)	(36 890 216)
Amortizações	(116 549 500)	(143 950 941)
Provisões	(9 499 135)	(37 919 446)
Impostos	(22 932 253)	(22 757 351)
Outros custos operacionais	(699 708)	(150 260)
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>(483 017 274)</b>	<b>(578 667 648)</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>114 591 492</b>	<b>155 687 413</b>
Custos financeiros	(116 248 022)	(271 795 513)
Proveitos financeiros	88 446 306	48 080 685
<b>Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários</b>	<b>86 789 776</b>	<b>(68 027 415)</b>
Resultados extraordinários	(5 666 934)	(4 473 836)
<b>Resultado antes de impostos e interesses minoritários</b>	<b>81 122 842</b>	<b>(72 501 251)</b>
Imposto sobre o rendimento	(49 044 013)	(22 024 041)
Interesses minoritários	(24 435 813)	–
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>7 643 016</b>	<b>(94 525 292)</b>

Em 30 de Junho de 2003 o resultado líquido evidenciado corresponde a 50% do resultado da Brasilcel. Em 30 de Junho de 2002 o resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual ascende a um valor negativo de 55 548 868 euros.

**PT MULTIMEDIA**

	2003	2002
Prestações de serviços – clientes externos	262 002 539	229 579 236
Prestações de serviços – intragrupo	308 653	492 161
Vendas – clientes externos	63 768 935	63 263 790
Vendas – intragrupo	6 149	–
Proveitos suplementares – clientes externos	3 786 714	6 854 556
Proveitos suplementares – intragrupo	–	190 416
Outros proveitos operacionais	736 070	2 061 643
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>330 609 060</b>	<b>302 441 802</b>
Custo das existências vendidas e consumidas	(32 710 665)	(36 886 584)
Custo de telecomunicações	(9 098 041)	(9 529 501)
Outros subcontratos	(113 550 011)	(100 206 137)
Conservação e reparação	(1 866 649)	(2 503 531)
Publicidade e propagação	(14 321 982)	(15 026 804)
Trabalhos especializados	(17 110 172)	(14 640 662)
Outros fornecimentos e serviços	(31 917 558)	(35 742 024)
Custos com pessoal	(42 946 283)	(45 253 203)
Amortizações	(33 678 428)	(33 537 806)
Provisões	(9 856 873)	(4 235 745)
Impostos	(1 319 090)	(1 297 947)
Outros custos operacionais	(2 566 710)	(728 024)
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>(310 942 462)</b>	<b>(299 587 968)</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>19 666 598</b>	<b>2 853 834</b>
Custos financeiros	(31 827 142)	(39 859 514)
Proveitos financeiros	19 240 932	10 564 611
<b>Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários</b>	<b>7 080 388</b>	<b>(26 441 069)</b>
Resultados extraordinários	(55 376 551)	5 392 494
<b>Resultado antes de impostos e interesses minoritários</b>	<b>(48 296 163)</b>	<b>(21 048 575)</b>
Imposto sobre o rendimento	52 853 026	(2 755 950)
Interesses minoritários	(1 220 693)	(150 851)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>3 336 170</b>	<b>(23 955 376)</b>

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual nos primeiros semestres de 2003 e 2002 ascende, respectivamente, a 1 415 978 euros e a um valor negativo de 11 008 194 euros, respectivamente. Os interesses minoritários constantes da demonstração deste segmento de negócio representam a parte do resultado líquido do segmento que respeita aos accionistas minoritários em empresas participadas pela PT Multimedia.

O resultado líquido do semestre deste segmento de negócio foi negativamente afectado pelo registo de custos extraordinários relativos à reestruturação das suas actividades, que originaram o registo de provisões para fazer face à perspectivada descontinuação da comercialização de certos serviços e da digitalização da rede. Este efeito foi atenuado pelo consequente impacto fiscal. Adicionalmente, o resultado líquido do semestre deste segmento de negócio foi positivamente afectado pelo reconhecimento inicial de impostos diferidos activos referentes a prejuízos fiscais reportáveis.

### 63. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A introdução pela Portugal Telecom, S.A. a partir de Fevereiro de 1998 dos novos preços para o serviço fixo de telefone, aprovados pelo ICP, suscitou por parte da DECO a apresentação de diversas acções judiciais, das quais a mais relevante do ponto de vista financeiro consiste na acção inibitória, apresentada em Setembro de 1999, na qual se pediu que o ICP se abstivesse

de aprovar a proposta de preços para 1999 e que a Portugal Telecom, S.A. fosse impedida de a aplicar.

Em primeira instância, o Tribunal concluiu pela ilegalidade do novo tarifário e condenou a PT Comunicações (que sucedeu à Portugal Telecom, S.A. como ré nesta acção) a restituir aos assinantes os valores cobrados em 1999 a título de taxa de activação e a publicitar essa decisão. A PT Comunicações recorreu

para o Tribunal da Relação, que manteve a decisão do Tribunal de primeira instância, tendo posteriormente apresentado recurso para o Supremo Tribunal Administrativo.

A Portugal Telecom, embora reconhecendo que a decisão final neste processo lhe poderá ser desfavorável e que daí poderão resultar responsabilidades, não procedeu ao registo das mesmas, dada a impossibilidade prática de as estimar com aceitável grau de fiabilidade.

#### 64. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

A Demonstração de Resultados por Funções (“DRF”) foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

a) A rubrica “Vendas e prestações de serviços” da DRF não coincide com o somatório das rubricas “Vendas” e “Prestações de serviços” da Demonstração de Resultados por Naturezas (“DRN”), dado terem sido incluídas naquela rubrica as “Correcções Favouráveis de Exercícios Anteriores” relativas a vendas e prestações de serviços, classificadas na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.

b) Na rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da DRF encontram-se considerados, para além dos montantes provenientes da rubrica com a mesma designação da DRN, valores classificados na rubrica “Proveitos suplementares” na DRN e, ainda, valores registados em “Outros Ganhos não Especificados” e “Outras Correcções de Exercícios Anteriores”, classificados na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.

c) Na rubrica “Outros custos e perdas operacionais” da DRF foram englobados valores contabilizados em diversas contas de custos da DRN, inclusive algumas contas de custos extraordinários; deduzem a estes custos, os proveitos registados na rubrica “Subsídios à exploração” e em “Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários” na DRN.

d) Determinadas naturezas de custos, nomeadamente, electricidade, água, rendas e alugueres, seguros, conservação e reparação, limpeza, higiene e conforto, vigilância e segurança, combustíveis, aluguer de viaturas, publicidade e pessoal, foram agrupadas e repartidas por várias áreas de actividade, de acordo com critérios definidos pelo grupo.

e) A rubrica “Custo líquido de financiamento” da DRF distingue-se dos resultados financeiros apresentados na DRN, uma vez que não inclui os “Ganhos e Perdas em Empresas Associadas e Outras não Consolidadas”, e os “Rendimentos de Participações de Capital”.

f) A rubrica “Ganhos/perdas em filiais e associadas” da DRF inclui as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros e em resultados extraordinários:

valores expressos em euros	
<b>Ganhos em filiais e associadas:</b>	
Ganhos relativos a empresas associadas e outras (Nota 44)	10 325 927
Ganhos em participações de capital	1 222 136
Ganhos decorrentes da alienação de participações de capital	327 313
	<b>11 875 376</b>
<b>Perdas em filiais e associadas:</b>	
Amortização de goodwill (Nota 44.b))	(52 723 813)
Perdas relativas a empresas associadas e outras (Nota 44)	(23 350 371)
Menos-valias na alienação de outros investimentos financeiros	(9 517)
	<b>(76 083 701)</b>
Ganhos e perdas em filiais e associadas não consolidadas, líquidos	<b>(64 208 325)</b>

g) A rubrica “Resultados não usuais ou não frequentes” da DRF inclui custos com pensões e cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma, relacionados com as pré-reformas e com as reformas antecipadas ocorridas durante o primeiro semestre de 2003, bem como com encargos com reestruturação, tendo a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Pensões	247 460 054
Saúde	26 657 800
Rescisões de contratos de trabalho	3 892 053
Reestruturação	671 670
	<b>278 681 577</b>

h) A rubrica “Impostos sobre os resultados correntes” da DRF para o primeiro semestre de 2003 tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Estimativa de imposto sobre o rendimento na DRN	80 072 284
Insuficiência de estimativa de imposto	1 062 675
	<b>81 134 959</b>

#### 65. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração de Fluxos de Caixa foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 14, havendo os seguintes aspectos a salientar:

a) No semestre findo em 30 de Junho de 2003 a rubrica “Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias” inclui essencialmente o recebimento pela TMN de um montante de 4 918 716 euros de IVA relacionado com as operações de cross border lease.

No semestre findo em 30 de Junho de 2003 a rubrica “Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias” inclui essencialmente o pagamento efectuado pela PT Comunicações de um montante de 107 850 000 euros de contribuição extraordinária para o fundo de pensões PT/CGA.

b) No semestre findo em 30 de Junho de 2003, a rubrica “Recebimentos provenientes de imobilizações corpóreas” respeita essencialmente às alienações de imobilizado da PT Comunicações.

c) No semestre findo em 30 de Junho de 2003 a rubrica “Recebimentos provenientes de dividendos” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
CTM	12 402 378
Páginas Amarelas	4 163 080
BES	1 205 400
Outras	135 619
	<b>17 906 477</b>

d) No semestre findo em 30 de Junho de 2003 a rubrica “Outros recebimentos de actividades de investimento” inclui 79 484 025 euros relativos ao reembolso das debentures adquiridas pela Tele Centro Oeste Participações e emitidas pelo seu anterior accionista.

e) No semestre findo em 30 de Junho de 2003 a rubrica “Pagamentos provenientes de investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Aquisição/Constituição de partes de capital:	
Tele Centro Oeste Participações	130 888 725
PT Multimedia	27 414 780
Banco BEST	4 080 000
PT Corporate	200 000
Outras	109 990
	<b>162 693 495</b>
Empréstimos concedidos:	
Sportinvest	5 295 500
Marconi Suisse	726 697
Marconi France	500 000
Vortal	343 750
Outros	230 640
	<b>7 096 587</b>
Aumento de capital na Marconi France	500 000
	<b>170 290 082</b>

f) No semestre findo em 30 de Junho de 2003 a rubrica “Pagamento de adiantamento a empresas participadas” respeita a um adiantamento para futuro aumento de capital.

g) No semestre findo em 30 de Junho de 2003 a rubrica “Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos” refere-se essencialmente a papel comercial e outros empréstimos bancários.

h) No semestre findo em 30 de Junho de 2003 a rubrica “Outros recebimentos provenientes de actividades de financiamento” refere-se essencialmente à liquidação de instrumentos financeiros derivados da Telesp Celular Participações.

i) No semestre findo em 30 de Junho de 2003 a rubrica “Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos” refere-se essencialmente a papel comercial e outros empréstimos bancários.

j) A discriminação de caixa e seus equivalentes em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquelas datas, são como segue:

valores expressos em euros	30 de Jun. 2003	31 de Dez. 2002
Numerário	25 575 167	7 540 373
Depósitos bancários	116 073 619	345 862 930
Outros títulos negociáveis	613 057 441	683 462 041
Outras aplicações de tesouraria	1 062 488 875	1 239 642 551
Disponibilidades constantes do Balanço	<b>1 817 195 102</b>	<b>2 276 507 895</b>
Descobertos bancários (Nota 34)	(8 424 593)	(8 465 072)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<b>1 808 770 509</b>	<b>2 268 042 823</b>

O saldo de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2002 difere do saldo inicial que consta da demonstração de fluxos de caixa de 30 de Junho de 2003, em virtude do período de consolidação ter sido alterado, como segue:

valores expressos em euros	
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	2 268 042 823
Alteração no período de consolidação	29 728 103
Saldo de caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro de 2003	<b>2 297 770 926</b>

## 66. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 30 de Junho de 2003 ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

- > Em 7 de Julho de 2003 a Portugal Telecom assinou um acordo com a empresa Citizens para a venda da sua participação de 50,01% na Mascom por um valor global de 250 milhões de Pulas do Botswana (aproximadamente 44 milhões de euros). A partir da data em que esta venda se tornar efectiva, que ocorrerá durante o segundo semestre de 2003, a Mascom deixará de ser consolidada nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom.
- > Em 20 de Julho de 2003 a Portugal Telecom assinou um acordo com a SIBS para a aquisição da participação que ainda não detinha na PT Prime de 12,5%, por um montante de 39,1 milhões de euros. O mencionado acordo prevê ainda que o montante recebido pela SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.) seja utilizado na aquisição de acções Portugal Telecom no mercado.

## I. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.03	Efectiva 30.06.03	Efectiva 31.12.02
Portugal Telecom (empresa-mãe) (Nota Introdutória)	Lisboa	Gestão de participações sociais.			
Açormedia – Comunicação Multimédia e Edição de Publicações, S.A.	Ponta Delgada	Edição de publicações, comunicação audiovisual, actividades editoriais multimédia e edição de livros.	Lusomundo Media (90%)	38,83%	38,10%
Cabo TV Açoreana, S.A.	Ponta Delgada	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma dos Açores.	TV Cabo Portugal (83,82%)	48,24%	47,34%
Cabo TV Madeirense, S.A.	Funchal	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma da Madeira.	TV Cabo Portugal (69%)	39,71%	38,97%
Cabo Verde Telecom	Praia	Exploração de serviços de telecomunicações.	PT Ventures (40%)	40,00%	40,00%
Clipanúncios – Serviços de Gestão de Informação, S.A.	Lisboa	Gestão electrónica de anúncios e implementação de serviços de comércio electrónico.	Lusomundo SGPS (75%)	43,16%	42,36%
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A.R.L.	São Tomé	Exploração do serviço público de telecomunicações.	PT Comunicações (51%)	51,00%	51,00%
Diário de Notícias	Lisboa	Edição de publicações jornalísticas.	Lusomundo Media (100%)	43,15%	42,34%
Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda. (“Directel”)	Lisboa	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais.	PT Ventures (100%)	100,00%	100,00%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.	Praia	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (60%) Cabo Verde Telecom (40%)	76,00%	76,00%
Directel Macau – Listas Telefónicas, Lda.	Macau	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (75%) PT Ásia (5%)	80,00%	80,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited <sup>(a)</sup>	Uganda	Publicação de listas telefónicas.	–	–	90,00%
Editorial Notícias, Lda. (“Editorial Notícias”) <sup>(b)</sup>	Lisboa	Exercício da actividade editorial sob qualquer forma ou modalidade e respectiva comercialização.	–	–	42,34%
EJV – Plataforma de Comércio Electrónico, S.A. (“EJV”) <sup>(c)</sup>	Lisboa	Criação e gestão de plataformas de comércio electrónico de bens e serviços.	–	–	100%
Elta – Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda.	Luanda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (55%)	55,00%	55,00%
Empracine – Empresa Promotora de Actividades Cinematográficas, Lda. <sup>(c)</sup>	Lisboa	Exibição cinematográfica.	–	–	56,40%
Jornal de Notícias	Porto	Edição de publicações jornalísticas.	Lusomundo Media (99,64%)	42,99%	42,19%
Empresa Gráfica Funchalense, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de tipografia, litografia, plastificação, gravura, encadernação, fotocomposição e offset.	Lusomundo Serviços (50%)	28,78%	28,24%
Foliver – Serviços de Telecomunicações e Transferência de Informação, S.A. <sup>(c)</sup>	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado do vinho.	–	–	74,88%
Grafilme – Sociedade Impressora de Legendas, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de legendagem audiovisual.	Lusomundo Audiovisuais (50%)	31,98%	31,37%
Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda.	Lisboa	Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infonet.	PT Prime (90%)	78,75%	78,75%
Intertelecom, Ltda. (“Intertelecom”) <sup>(d)</sup>	São Paulo	Gestão de participações sociais.	–	–	100,00%
Janela Digital – Informativo e Telecomunicações, Lda. (“Janela Digital”) <sup>(c)</sup>	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	–	–	50,00%
Jornal do Fundão Editora, Lda.	Fundão	Edição de publicações jornalísticas.	Lusomundo Media (51,34%)	22,15%	21,74%
PTM.com Participações <sup>(c)</sup>	São Paulo	Gestão de participações sociais.	–	–	100,00%
Kenya Postel Directories, Ltd.	Nairobi	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações.	Directel (55%)	55,00%	57,00%

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente 30.06.03	Efectiva 30.06.03	Efectiva 31.12.02
LTM – Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.	Maputo	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações.	Directel (50%)	50,00%	50,00%
Lusocine – Sociedade Exibidora de Filmes, Lda. (“Lusocine”) <sup>(c)</sup>	Vila Real de Santo António	Exibição cinematográfica.	–	–	46,73%
Lusomundo SGPS	Lisboa	Gestão de participações sociais.	PT Multimedia (99,98%)	57,55%	56,47%
Lusomundo Audiovisuais	Lisboa	Importação, distribuição, exploração, comércio e produção de produtos audiovisuais.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,47%
Lusomundo Serviços	Lisboa	Gestão de participações sociais.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,47%
Lusomundo – Sociedade Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. (“Lusomundo SII”) <sup>(c)</sup>	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	–	–	56,40%
Lusomundo Cinemas	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,47%
Lusomundo Editores, S.A.	Lisboa	Distribuição cinematográfica.	Lusomundo SGPS (100%)	57,55%	56,47%
Lusomundo España, SL	Madrid	Gestão de participações sociais, no âmbito de investimentos em Espanha.	Lusomundo SGPS (100%)	57,55%	56,47%
Lusomundo Imobiliária 2, S.A. <sup>(c)</sup>	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	–	–	56,29%
Lusomundo Media	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Lusomundo Serviços (74,97%)	43,15%	42,34%
Lusomundo Moçambique, Lda.	Maputo	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo Cinemas (100%)	57,56%	56,47%
Lusomundo.net – Comércio Electrónico e Informática, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações e multimédia.	Lusomundo Serviços (100%)	57,56%	56,47%
Mascom Wireless Botswana (Proprietary) Limited (“Mascom”)	Botswana	Prestação de serviços de telecomunicações móveis.	PT Móveis (50,01%)	50,01%	50,01%
Megamedia <sup>(e)</sup>	Lisboa	Serviços de consultoria, desenvolvimento, produção e comercialização de soluções de tecnologia de informação em sistemas interactivos, especialmente em comércio electrónico e multimédia.	–	–	95,00%
Mobitel, S.A. (“Mobitel”)	São Paulo	Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações.	PT Brasil (56,96%)	56,96%	56,96%
Motormédia – Comércio, Publicidade e Serviços Multimédia, S.A. (“Motormédia”) <sup>(c)</sup>	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado e desporto automóveis.	–	–	74,90%
Notícias Direct – Distribuição ao Domicílio, Lda.	Lisboa	Distribuição ao domicílio de publicações e outros bens e serviços.	Lusomundo Serviços (100%)	57,56%	56,47%
Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda. <sup>(b)</sup>	Lisboa	Edição, distribuição de livros e outras publicações.	–	–	21,59%
Platoforma – Empresa de Trabalho Temporário, Lda. (“Platoforma”)	Lisboa	Cedência temporária de pessoal para utilização de terceiros e selecção, orientação e formação profissional.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
Portelcom Fixa, S.A. (“Portelcom Fixa”) <sup>(d)</sup>	Rio de Janeiro	Gestão de participações sociais.	–	–	100,00%
Portelcom Participações, S.A. (“Portelcom Participações”) <sup>(d)</sup>	São Paulo	Gestão de participações sociais.	–	–	100,00%
Portugal Telecom Ásia, Lda. (“PT Ásia”)	Macau	Promoções e marketing de produtos e serviços de telecomunicações.	Portugal Telecom (95,92%) PT Comunicações (4,04%)	99,96%	99,96%
Portugal Telecom Brasil, S.A. (“PT Brasil”)	São Paulo	Elaboração de projectos, estudos e pareceres sobre questões técnicas, financeiras ou comerciais, nas áreas das comunicações e de informação.	Portugal Telecom (99,94%) PT Comunicações (0,06%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L.	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	–	–	98,67%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda.	São Paulo	Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Internacional Finance B.V.	Amesterdão	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Ventures (ex-PT Internacional SGPS, S.A.)	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos investimentos internacionais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%



Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente 30.06.03	Efectiva 30.06.03	Efectiva 31.12.02
Portugal Telecom, Inovação, S.A. ("PT Inovação")	Aveiro	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Premium TV Portugal, S.A.	Lisboa	Lançamento, promoção e desenvolvimento de televisão por assinatura, multimédia e licenciamento de programação para televisão.	PT Conteúdos (46%) Lusomundo (8%)	31,08%	30,50%
Pressmundo	Lisboa	Edição de publicações, incluindo edições electrónicas.	Lusomundo Media (100%)	43,15%	41,79%
PrimeSys <sup>(e)</sup>	São Paulo	Prestação de serviços nas áreas de tecnologia de informação e telecomunicações.	—	—	100,00%
PrimeSys, Soluções Empresariais, S.A. ex-BUS ("PrimeSys Soluções Empresariais") <sup>(e)</sup>	São Paulo	Prestação de serviços nas áreas de tecnologia de informação e telecomunicações.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
PT SI – Sistemas de Informação	Oeiras	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (99,8%) PT Comunicações (0,1%) TMN (0,1%)	100,00%	95,00%
PT Comunicações	Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ("PT Contact")	Lisboa	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e sua assistência técnica.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Conteúdos, SGPS, S.A. ("PT Conteúdos")	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios de conteúdos multimédia.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,48%
PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, S.A.	Lisboa	Compra, venda e permuta de espaço publicitário, prestação de serviços de consultoria e análise de projectos de investimento publicitário ou de marketing.	Portugal Telecom (100%)	100%	100%
PT Móveis, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios móveis.	TMN (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimedia.com Brasil, Ltda. ("PTM.com Brasil")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
PTM.com	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios Internet.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações, e actividades no âmbito das tecnologias de informação e respectivos conteúdos.	PT Prime SGPS (87,50%)	87,50%	87,50%
PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, S.A. ("Tradecom")	Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação.	Tradecom SGPS (66%)	66,00%	66,00%
PT Prime SGPS	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios do mercado empresarial e de grandes clientes.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Ptelecom Brasil, S.A. ("Ptelecom Brasil") <sup>(d)</sup>	Rio de Janeiro	Gestão de participações sociais.	—	—	100,00%
PT Serviços, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A. <sup>(f)</sup>	Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimedia	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia.	Portugal Telecom (57,56%)	57,56%	56,48%
Prodiário	Lisboa	Edição de publicações periódicas ou unitárias.	Lusomundo Media (100%)	43,14%	42,34%
Rádio Notícias – Produções e Publicidade, S.A. ("Rádio Notícias")	Lisboa	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Lusomundo Media (67,71%) Jornal de Notícias (10%) Diário de Notícias (5%)	35,67%	35,00%
Rádio Press	Porto	Radiodifusão, edições e comercialização discográficas e quaisquer outros suportes audiovisuais.	Rádio Notícias (100%)	35,67%	35,00%
RJN – Rádio Jornal do Norte, Lda.	Porto	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Rádio Notícias (100%)	35,67%	35,00%
Saber e Lazer – Informática e Comunicação, S.A. ("Saber e Lazer")	Lisboa	Gestão de informação e elaboração de produtos informáticos.	PT Multimedia.com (100%)	100,00%	100,00%
Simarc <sup>(c)</sup>	Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	—	—	100,00%

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente 30.06.03	Efectiva 30.06.03	Efectiva 31.12.02
Someios – Edições e Publicidade, Lda. ("Someios")	Porto	Exercício de actividades promocionais e de publicidade e distribuição de publicações.	Jornal de Notícias (66,66%) Diário de Notícias (33,33%)	43,05%	40,40%
Sportstat – Informação Desportiva Independente, S.A. <sup>(c)</sup>	Lisboa	Recolha, tratamento, consultoria, formação, publicações, comercialização e exploração de informação e dados estatísticos sobre desporto.	–	–	99,98%
Superemprego – Sistemas de Informação para Gestão de Recursos Humanos, S.A. <sup>(c)</sup>	Lisboa	Produção e disponibilização de informação sobre oferta e procura de emprego.	–	–	63,75%
TDC – Tecnologia das Comunicações, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços e cooperação no domínio das telecomunicações e postal, bem como a transferência das respectivas tecnologias.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.	Lisboa	Fornecimento de material informático, formadores e instalações.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
Telepac II – Comunicações Interactivas, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços, desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de telecomunicações, sistemas de informação e multimédia.	PT Multimedia.com (100%)	100,00%	100,00%
Telesp Celular <sup>(d)</sup>	São Paulo	Exploração do serviço móvel celular.	–	–	50,44%
Telesp Celular International, Ltd. <sup>(d)</sup>	Ilhas Cayman	Obtenção de fundos no mercado internacional.	–	–	50,44%
Telesp Celular Overseas, Ltd. <sup>(d)</sup>	Ilhas Cayman	Obtenção de fundos no mercado internacional.	–	–	50,44%
Telesp Celular Participações (TCP) <sup>(d)</sup>	São Paulo	Gestão de participações sociais.	–	–	50,44%
TMN	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Tradecom, SGPS, S.A. ("Tradecom SGPS")	Lisboa	Gestão de participações sociais.	PT Prime SGPS (100%)	100,00%	100,00%
TSF – Rádio Jornal de Lisboa, Lda.	Lisboa	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Rádio Notícias (100%)	35,67%	35,00%
TV Cabo Audiovisuais, S.A. ("TV Cabo Audiovisuais")	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (100%)	57,56%	56,48%
TV Cabo Interactiva, S.A. ("TV Cabo Interactiva") <sup>(e)</sup>	Lisboa	Televisão interactiva.	–	–	56,48%
TV Cabo Portugal, S.A. ("TV Cabo Portugal")	Lisboa	Distribuição de televisão por cabo e satélite, concepção, realização, produção e difusão de emissões de programas de televisão, exploração de serviços de telecomunicações.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,48%
TV Cabo Porto, S.A. <sup>(e)</sup> TV Cabo Lisboa, S.A. <sup>(e)</sup> TV Cabo Guadiana, S.A. <sup>(e)</sup> TV Cabo Sado, S.A. <sup>(e)</sup> TV Cabo Douro, S.A. <sup>(e)</sup> TV Cabo Mondego, S.A. <sup>(e)</sup> TV Cabo Tejo, S.A. <sup>(e)</sup>	Porto Lisboa Faro Almada Braga Coimbra Lisboa	Distribuição de televisão por cabo e satélite, exploração e prestação de serviços de telecomunicações.	–	–	56,48%
VoxPop – Música Interactiva, S.A. ("VoxPop")	Lisboa	Prestação de serviços e estabelecimento, desenvolvimento e exploração de um canal interactivo dedicado à música e à comercialização de artigos relacionados.	–	–	74,90%
Warner Lusomundo Sociedade Ibérica de Cinemas, Lda.	Lisboa	Exploração de espectáculos e divertimentos públicos.	Lusomundo (50%)	28,78%	28,24%

(a) Em Janeiro de 2003 esta empresa cessou a actividade.

(b) Empresa em fase de alienação.

(c) Em 30 de Junho de 2003 estas empresas não foram consolidadas pelo método integral por se considerar que as mesmas não alterariam de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom.

(d) Em 30 de Junho de 2003 esta empresa passou a ser consolidada pelo método proporcional.

(e) No âmbito da reorganização do grupo estas empresas foram objecto de fusão.

(f) Em 31 de Janeiro de 2003 foi alterada a denominação de "PTI Serviços e Consultoria – Telecomunicações, S.A." para a actual.

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho (maioria de direitos de voto), com excepção da Cabo Verde Telecom, a qual foi consolidada com base na alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º daquele diploma (influência dominante com base em acordos parassociais ou em outros contratos).

## II. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.03	Efectiva 30.06.03	Efectiva 31.12.02
Academia Global, Ltda. ("Academia Global Brasil")	São Paulo	Desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de base tecnológica, nas áreas de educação e formação profissional.	PT Multimedia.com Brasil (100%)	100,00%	100,00%
Canal 20 TV, S.A.	Madrid	Distribuição de produtos televisivos.	Lusomundo (50%)	28,77%	28,24%
Cine Esplanada Ideal Olhanense, Lda. <sup>(a)</sup>	Olhão	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo (100%)	57,55%	56,47%
Cinerg – Sociedade Madeirense de Cinemas, Lda.	Funchal	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (100%)	57,47%	–
DirectMedia Ásia <sup>(a)</sup>	Hong Kong	Publicação de directórios B2B e similares, em suporte de papel e/ou electrónico.	Directel (99%) PT Ásia (1%)	100,00%	100,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited <sup>(b)</sup>	Uganda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (99%)	90,00%	–
Editorial Noticias, Lda. <sup>(a)</sup>	Lisboa	Exercício da actividade editorial sob qualquer forma ou modalidade e respectiva comercialização.	Lusomundo Media, SGPS, S.A. (100%)	43,15%	–
EJV – Plataforma de Comércio Electrónico, S.A. ("EJV") <sup>(a)</sup>	Lisboa	Criação e gestão de plataformas de comércio electrónico de bens e serviços.	PT Multimedia.com (100,00%)	100%	–
Empracine – Empresa Promotora de Actividades Cinematográficas, Lda. ("Empracine") <sup>(a)</sup>	Lisboa	Exibição cinematográfica.	Lusomundo SII (100%)	57,47%	–
Empresa Cine Mourense, Lda. <sup>(a)</sup>	Moura	Exibição cinematográfica.	Lusomundo (99,46%)	57,23%	56,17%
Empresa de Recreios Artísticos, Lda. ("Empresa de Recreios Artísticos") <sup>(a)</sup>	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (87,90%) Lusomundo (4,03%)	52,84%	–
Empresa Teatro Sá da Bandeira, Lda. <sup>(a)</sup>	Santarém	Exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo (60%)	34,53%	33,88%
Foliver – Serviços de Telecomunicações e Transferência de Informação, S.A. <sup>(a)</sup>	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado do vinho.	PT Multimedia.com (74,88%)	74,88%	–
Grande Reportagem – Sociedade Editora, Lda. <sup>(a)</sup>	Lisboa	Edição, produção, distribuição, venda, importação e exportação de publicações periódicas ou não periódicas.	Lusomundo Media (100%)	43,15%	–
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau, S.A.R.L. ("Guiné Telecom") <sup>(c)</sup>	Bissau	Prestação de serviço público de telecomunicações.	PT Comunicações (51,14%)	51,14%	51,14%
GSF – Gestão e Serviços Financeiros <sup>(a)</sup>	Lisboa	Prestação de serviços financeiros, gestão de investimentos e realização de estudos económico-financeiros.	Lusomundo SII (100%)	57,47%	56,40%
Hotel Video – Prestação de Serviços, Lda.	Lisboa	Instalação e exploração de sistemas para difusão de obras videográficas em hotéis e similares.	Lusomundo (60%)	34,53%	33,88%
Investnews, S.A. ("Investnews") <sup>(a)</sup>	São Paulo	Serviços de informação económico -financeira via Internet.	PT Multimedia.com Brasil (50,00%)	50,00%	–
Janela Digital – Informativo e Telecomunicações, Lda. ("Janela Digital") <sup>(a)</sup>	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	PT Multimedia.com (50%)	50,00%	–
PTM.com Participações <sup>(a)</sup>	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Multimedia.com (100%)	100,00%	–
Lusocine – Sociedade Exibidora de Filmes, Lda. ("Lusocine") <sup>(a)</sup>	Vila Real de Santo António	Exibição cinematográfica.	Lusomundo (100%)	57,55%	–
Lusomundo – Sociedade Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. ("Lusomundo SII") <sup>(a)</sup>	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	Lusomundo (99,87%)	57,47%	–
Lusomundo Imobiliária 2, S.A. <sup>(a)</sup>	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	Lusomundo SII (99,80%)	57,36%	–
Marconi France Telecommunications SAS ("Marconi France") <sup>(a)</sup>	Paris	Prestação de serviços de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Marconi Luxembourg Telecommunications, S.A.R.L. ("Marconi Luxembourg") <sup>(a)</sup>	Luxemburgo	Prestação de serviços de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Marconi Sprint – Serviços de Comunicação, Lda. <sup>(b)</sup>	Lisboa	Comercialização de serviços de telecomunicações de transmissão de dados e voz.	PT Ventures (51%)	51,00%	51,00%
Marconi Suisse Telecommunications, S.A.R.L. ("Marconi Suisse") <sup>(a)</sup>	Lausanne	Prestação de serviços de telecomunicações.	T Comunicações (100%)	100,00%	100,00%

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente 30.06.03	Efectiva 30.06.03	Efectiva 31.12.02
Motormédia – Comércio, Publicidade e Serviços Multimédia, S.A. ("Motormédia") <sup>(a)</sup>	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado e desporto automóveis.	PT Multimedia.com (74,90%)	74,90%	–
Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda. <sup>(a)</sup>	Lisboa	Edição, distribuição de livros e outras publicações.	Editorial Notícias (51%)	22,00%	–
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L. ("PT Europa")	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	Portugal Telecom (98,67%)	98,67%	–
Portugal Telecom Argentina, S.A. <sup>(b)</sup>	Buenos Aires	Prestação de serviços de telecomunicações.	Portugal Telecom (10,01%) PTI (40%)	50,01%	50,01%
Portugal Telecom North América, Inc. <sup>(b)</sup>	Washington	Promoção e marketing de produtos, elaboração de projectos, estudos e pareceres e desenvolvimento de projectos de investimento, no âmbito das telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimedia – Serviços de Apoio à Gestão, S.A. <sup>(a)</sup>	Lisboa	Prestação de serviços de apoio à gestão.	PT Multimedia (100%)	57,56%	56,48%
PT Compras <sup>(d)</sup>	Lisboa	Prestação de serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	–
PT Corporate <sup>(e)</sup>	Lisboa	Prestação integrada de todos os serviços disponibilizados pelo Grupo, ao nível das telecomunicações fixas, móveis e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	–
Rádio Canal Aberto	Ponta Delgada	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Açormedia (76%) Rádio Comercial Açores (4%)	31,07%	30,48%
Rádio Comercial dos Açores, Lda. <sup>(a)</sup>	Ponta Delgada	Radiodifusão e comunicação.	Açormedia (100%)	38,83%	38,10%
Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda. ("Regiforum") <sup>(f)</sup>	Lisboa	Exploração do espaço Forum Telecom, detendo, para isso, um contrato de cessão de exploração do mesmo, com a Portugal Telecom.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ("Simarc") <sup>(f)</sup>	Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	–
Sociedade Teatral Bejense, S.A. <sup>(f)</sup>	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (84,8%)	48,73%	–
Sportstat – Informação Desportiva Independente, S.A. <sup>(a)</sup>	Lisboa	Recolha, tratamento, consultoria, formação, publicações, comercialização e exploração de informação e dados estatísticos sobre desporto.	PT Multimedia.com (99,98%)	99,98%	–
Sport Notícias – Organizações Desportivas, Lda.	Porto	Organização de provas desportivas.	Jornal de Notícias (90%) Diário de Notícias (10%)	43,01%	42,20%
Superemprego – Sistemas de Informação para Gestão de Recursos Humanos, S.A. ("Superemprego") <sup>(a)</sup>	Lisboa	Produção e disponibilização de informação sobre oferta e procura de emprego.	PT Multimedia.com (63,75%)	63,75%	–
A Tentativa (Empresa Cinematográfica), S.A. <sup>(a)</sup>	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo (81,77%)	46,99%	–
Teat Flower Trading Ltd. <sup>(a)</sup>	Ilha British Virgin	International Business Trading Company.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Techlab – Electrónico, Lda. <sup>(a)</sup>	São Paulo	Exploração do serviço móvel aeronáutico.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
Timor Telecom	Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor.	TPT (50,10%)	39,16%	38,15%
TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A.	Timor	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação.	PT Ventures (75,16%) Harii (17,90%) PT Ásia (0,98%)	78,15%	76,14%
VoxPop – Música Interactiva, S.A. ("VoxPop") <sup>(a)</sup>	Lisboa	Prestação de serviços e estabelecimento, desenvolvimento e exploração de um canal interactivo dedicado à música e à comercialização de artigos relacionados.	PT Multimedia.com (74,90%)	74,90%	–

(a) Empresas excluídas da consolidação dado serem imateriais para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação económica e financeira e resultados consolidados (n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho).

(b) Esta empresa encontra-se sem actividade.

(c) Esta empresa foi excluída da consolidação a partir de 1998, dadas as alterações ocorridas na Guiné-Bissau, tendo sido constituída uma provisão, correspondente à totalidade do valor do investimento financeiro.

(d) Empresa constituída em 29 de Maio de 2003.

(e) Empresa constituída no decorrer do 1.º semestre de 2003.

(f) Esta empresa não foi consolidada pelo método integral, mas antes pelo método da equivalência patrimonial, já que a sua actividade é distinta da prosseguida pelo grupo (n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91).

### III. EMPRESAS ASSOCIADAS

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.03	Efectiva 30.06.03	Efectiva 31.12.02
24 Horas INC	Newark	Edição de publicações.	Prodiario (51%)	22,01%	21,59%
Banco 1.net	São Paulo	Prestação de serviços financeiros através da Internet.	PT Multimedia.com Brasil (31,50%)	31,50%	31,50%
Banco Best	Lisboa	Prestação de serviços financeiros através da Internet.	PT Multimedia.com (34%)	34,00%	34,00%
Cinerg – Sociedade Madeirense de Cinemas, Lda.	Funchal	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	–	–	56,40%
CTM	Macau	Prestação de serviços de telecomunicações públicas.	PT Comunicações (3%) PT Ventures (25%)	28,00%	28,00%
Daini do Brasil, S.A. (“Daini”) <sup>(a)</sup>	São Paulo	Gestão de participações sociais.	–	–	41,86%
Distoto – Distribuição e Logística, Lda.	Lisboa	Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas.	Lusomundo Serviços (50%)	28,78%	–
Diverfun – Centros de Recreio, Lda. (“Diverfun”)	Lisboa	Instalação e gestão de centros de recreio.	Lusomundo (50%)	28,77%	28,24%
Empresa do Diário de Notícias, Lda. (Funchal)	Funchal	Produção e comercialização de publicações.	Lusomundo Media SGPS (40%)	17,26%	16,93%
Empresa de Recreios Artísticos, Lda. (“Empresa de Recreios Artísticos”)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	–	–	51,85%
Grande Reportagem – Sociedade Editora, Lda.	Lisboa	Edição, produção, distribuição, venda, importação e exportação de publicações periódicas ou não periódicas.	–	–	42,34%
Globaltelcom – Telecomunicações, S.A. (“Globaltelcom”) <sup>(a)</sup>	São Paulo	Gestão de participações sociais.	–	–	41,86%
Hungaro Digitel KFT (HDT)	Budapeste	Prestação de serviços de comunicações de empresa.	PT Ventures (44,62%)	44,62%	44,62%
Idealyze	São Paulo	Produção e comercialização de conteúdos para Internet.	PT Multimedia.com (33,33%)	33,33%	33,33%
Inepar, S.A. (“Inepar”) <sup>(a)</sup>	Paraná	Gestão de participações sociais.	–	–	41,86%
Infordesporto – Informática e Desporto, S.A. (“Infordesporto”)	Lisboa	Desenvolvimento de soluções informáticas para o desporto e recolha e tratamento de dados estatísticos e de informação.	Sportinveste Multimédia (100%)	50,00%	50,00%
Lisboa TV	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (40%)	23,02%	22,59%
Lusa	Lisboa	Agência noticiosa.	Lusomundo (23,35%)	13,44%	13,19%
Médi Télécom, S.A. (“Médi Télécom”)	Casablanca	Exploração do serviço móvel celular.	PT Móveis (31,34%)	31,34%	31,34%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica.	PT Prime (20%)	17,50%	17,50%
Multitel – Serviços de Telecomunicações, Lda. (“Multitel”)	Luanda	Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação.	PT Ventures (50%)	50,00%	50,00%
Mundifun – Centros de Recreio, Lda.	Lisboa	Instalação e gestão de centros de recreio.	Diverfun (66,66%)	19,18%	18,82%
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A.	Porto	Prestação de serviços de produção gráfica e edição de publicações.	Empresa Jornal de Notícias (38,46%)	16,54%	16,22%
Octal TV, SA. (“Octal”)	Lisboa	Desenvolvimento, comercialização, formação e consultoria em sistemas para televisão interactiva e de banda larga.	PT Multimedia (20%)	11,51%	11,30%
Páginas Amarelas, S.A. (“Páginas Amarelas”)	Lisboa	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras.	Portugal Telecom (24,88%) PT Prime (0,125%)	24,98%	24,98%
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Previsão”)	Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	Portugal Telecom (31,56%)	31,56%	31,56%
SGPICE	Lisboa	Oferta de um conjunto completo de informação, produtos e serviços através da Internet.	PTC (11,11%) PT Multimedia (11,11%) Tradecom SGPS (11,11%)	28,61%	28,50%
Sociedade Teatral Bejense, S.A.	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	–	–	47,83%

percentagem de capital detido

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente 30.06.03	Efectiva 30.06.03	Efectiva 31.12.02
Sport TV Portugal, S.A. ("Sport TV")	Lisboa	Concepção, produção, realização e comercialização de programas desportivos para teledifusão, aquisição e revenda de direitos de transmissão televisiva de programas desportivos, exploração de publicidade.	PT Conteúdos (33,33%)	19,18%	18,83%
Sportinvest Multimédia, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (50%)	50,00%	50,00%
TBS Celular Participações, S.A. ("TBS Celular Participações") <sup>(a)</sup>	São Paulo	Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações.	–	–	23,00%
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, S.A. ("Tele Larm")	Lisboa	Exploração de serviços de transmissão e supervisão de alarmes, telemedida, telecontrolo e troca de dados.	PT Prime (50%)	43,75%	43,75%
Teledata de Moçambique, Lda. ("Teledata")	Maputo	Exploração e comercialização do serviço público de telecomunicações de dados e outros serviços telemáticos.	PT Ventures (50%)	50,00%	50,00%
Telesat – Satellite Communications, Limited ("Telesat")	Macau	Operação de estações terrenas de satélite, comercialização de serviços de redes privadas de telecomunicações.	PT Ventures (18,52%) PT Ásia (3,7%) Cosmos Televisão para Satélite (33,30%)	24,44%	24,44%
A Tentativa (Empresa Cinematográfica), S.A.	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	–	–	46,13%
Tradecom International N.V.	Roterdão	Desenvolvimento de negócio electrónico via internet na América Latina.	Tradecom SGPS (20%)	20,00%	20,00%
TV Cabo Macau, S.A.	Macau	Distribuição de sinais de televisão e áudio, instalação e operação de um sistema de telecomunicações público e prestação de serviços de vídeo.	PT Ventures (35%) PT Ásia (40%)	74,98%	74,98%
TV Lab – Serviços e Equipamentos Interactivos, S.A. ("TV Lab")	Lisboa	Desenvolvimento de soluções para televisão digital interactiva.	PT Multimedia.com (50%)	50,00%	50,00%
Unitel	Luanda	Exploração do serviço móvel celular.	PT Ventures (25%)	25,00%	25,00%
Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuições, Lda. ("Vasp")	Sintra	Distribuição e comercialização de publicações jornalísticas e editoriais de qualquer natureza.	Lusomundo Serviços (33,33%) Lusomundo (0,01%)	19,19%	18,82%
Warner Cines de España, S.A.	Madrid	Exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo España (33,33%)	19,18%	18,82%
Web-Lab	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (36,26%)	36,26%	36,26%
Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda. ("WT Vision")	Lisboa	Desenvolvimento de serviços e produtos relacionados com as novas tecnologias aplicadas no mercado televisivo.	PT Multimedia.com (50%)	50,00%	50,00%

(a) Estas empresas foram consolidadas pelo método proporcional, uma vez que o grupo detém uma participação de 50% no respectivo capital, sendo a gestão partilhada com o grupo Telefónica. Por este facto, é entendimento que, nas actuais condições, o método de consolidação proporcional é aquele que melhor se adequa à realidade económica e financeira subjacente.

As empresas associadas acima referidas estão registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial.

#### IV. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS

percentagem de capital detido

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente 30.06.03	Efectiva 30.06.03	Efectiva 31.12.02
Centro Publicitário, Lda.	Lisboa	Exploração de espaços publicitários.	Lusomundo SGPS (30%)	17,26%	16,94%
Cineasso – Cinemas Associados, Lda.	Lisboa	Exploração de espaços públicos para realização de espectáculos.	Lusomundo (16,67%) Intercine (66,66%)	10,55%	10,35%
Companhia de Pesca e Comércio de Angola, SARL	Luanda	Sem actividade.	Lusomundo (15,78%)	9,08%	8,91%
Filmes Mundáfrica, SARL	Luanda	Sem actividade.	Lusomundo (23,91%)	13,76%	13,50%
Gesgráfica – Projectos Gráficos, Lda.	Porto	Prestação de serviços de produção gráfica.	Empresa de Recreios Artísticos (20%)	0,83%	3,39%
Hipormédica – Material de Cirurgia e Medicina, Lda.	Lisboa	Distribuição de material hospitalar, ortopédico, farmacêutico e óptico.	Lusomundo SGPS (40%)	23,02%	22,59%

percentagem de capital detido

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente 30.06.03	Efectiva 30.06.03	Efectiva 31.12.02
NP – Notícias de Portugal, CRL ("Notícias de Portugal")	Lisboa	Prestação de serviços de informação noticiosa.	Jornal de Notícias (3,45%) Diário de Notícias (6,9%) Açormedia (3,45%) Prodiário (3,45%) TSF (3,45%) Portugal Telecom (3,33%) PT Comunicações (3,33%)	13,95%	–
Senda Investments B.V.	Amsterdão	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (50%)	50%	50%
Socofil – Sociedade Comercial de Armazenamento e Expedição de Filmes, Lda.	Lisboa	Distribuição, exibição, importação e exportação de produtos cinematográficos e organização e exploração de espectáculos.	Lusomundo SGPS (45%)	25,90%	25,41%
Subtel – Sociedade Portuguesa de Cabos Submarinos Telefónicos, Lda. <sup>(a)</sup>	Lisboa	Estudo, instalação e gestão do sistema de telecomunicações por cabo submarino.	PT Comunicações (50%)	50,00%	50,00%
Turismo da Samba (Tusal), SARL	Luanda	Sem actividade.	Lusomundo (7,25%)	4,17%	16,94%

(a) Empresa em fase de liquidação

## V. EMPRESAS CONSOLIDADAS PROPORCIONALMENTE

percentagem de capital detido

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente 30.06.03	Efectiva 30.06.03	Efectiva 31.12.02
Brasilcel <sup>(a)</sup>	Amsterdão	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	PT Móveis (50,00%)	50,00%	50,00%
Celular CRT Participações	Porto Alegre	Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações.	TBS Celular Participações, S.A. (26,59%) Brasilcel (25%)	25,30%	–
Iberoleste	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	–
Intertelecom, Ltda.	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	–
Portelcom Fixa, S.A.	Rio de Janeiro	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	–
Portelcom Participações, S.A.	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (60,15%) Ptelecom Brasil (25,59%) Intertelecom (14,26%)	50,00%	–
Ptelecom Brasil, S.A.	Rio de Janeiro	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	–
Sudeste Celular	Rio de Janeiro	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (89,5%)	44,75%	–
Tagilo	Rio de Janeiro	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	–
Telesudeste	Rio de Janeiro	Exploração do serviço móvel.	Brasilcel (53,57%) Sudeste Celular (22,01%) Tagilo (10,61%)	41,94%	–
Investnews, S.A. <sup>(b)</sup>	São Paulo	Serviços de informação económico-financeira via Internet.	–	–	50,00%
Teleleste	Rio de Janeiro	Exploração do serviço móvel.	Iberoleste (21,9%) Brasilcel (3,38%) Tagilo (2,42%)	13,85%	–
Telesp Celular Participações (TCP)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (57,26%) Portelcom Participações, S.A. (7,86%)	32,56%	–
TBS Celular Participações, S.A.	São Paulo	Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações.	Brasilcel (73,27%) Portelcom Fixa, S.A. (22,99%)	48,13%	–
Distodo – Distribuição e Logística, Lda. <sup>(b)</sup>	Lisboa	Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas.	–	–	27,02%

(a) Esta empresa foi consolidada pelo método proporcional, uma vez que o grupo detém uma participação de 50% no respectivo capital, sendo a gestão partilhada com o Grupo Telefónica. Por este facto, é entendimento que, nas actuais condições, o método de consolidação proporcional é aquele que melhor se adequa à realidade económica e financeira subjacente.

(b) Em 30 de Junho de 2003 estas empresas não foram consolidadas pelo método proporcional, por se considerar que as mesmas não alterariam de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom.



## VI. PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% EM EMPRESAS NÃO REFERIDAS NAS NOTAS ANTERIORES

Em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002, para além das participações referidas nas notas anteriores, o grupo detinha directa e indirectamente as seguintes participações financeiras:

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente 30.06.03	Efectiva 30.06.03	Efectiva 31.12.02
Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A. (“Caixanet”)	Lisboa	Concepção, implementação e exploração de soluções nos domínios das tecnologias de informação aplicadas a canais de distribuição de produtos financeiros e de seguros.	PT Prime (10%) PT Multimedia (5%) PT SI (5%)	16,32%	16,20%
DCSI – Dados, Computadores e Soluções Informáticas, Lda.	Lisboa	Exploração de centros de processamento e base de dados.	–	–	11,00%
HarII – Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, SGPS, S.A.	Timor	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (11,26%)	11,26%	11,26%
Talentum – Sociedade de Consultoria de Gestão, S.A.	Lisboa	Estudos, consultoria de gestão, prestação de serviços especializados, formação e representação de terceiros.	–	–	10,00%
UOL, Inc. (“UOL”)	São Paulo	Prestação de serviços de ISP, produção e disponibilização de conteúdos para Internet.	PT Multimédia.com Brasil (17,64%) Kabwe (0,30%)	17,94%	9,57%
Vortal – Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A.	Lisboa	Desenvolvimento de aplicações informáticas, consultadoria e serviços de Internet, no âmbito do sector da construção.	Tradecom (13,75%)	9,08%	9,08%

Estas empresas estão registadas ao custo de aquisição deduzido de uma provisão para perdas estimadas, quando aplicável.



## VII. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Durante o primeiro semestre de 2003 verificaram-se as seguintes alterações de relevo na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação:

### a) Aquisições

> Em 16 de Janeiro de 2003 a Brasilcel, através da sua subsidiária Telesp Celular Participações, assinou um acordo com a empresa brasileira Fixcel para a aquisição da Tele Centro Oeste Participações, operadora líder nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, com uma base de clientes de cerca de 3 milhões. Em 24 de Março de 2003 a Telesp Celular Participações celebrou o contrato de compra e venda de acções definitivo. A aquisição de 100% da Tele Centro Oeste Participações será realizada pela Telesp Celular Participações e executada em três fases: (1) aquisição das acções ordinárias detidas pela Fixcel, representando 61,1% dos direitos de voto da Tele Centro Oeste Participações, por aproximadamente 1 506 milhões de reais, dos quais 308 milhões de reais foram liquidados em 25 de Abril de 2003. O saldo remanescente será pago parceladamente nos termos e condições estabelecidas no contrato definitivo de aquisição do controlo accionista da Tele Centro Oeste Participações; (2) Oferta Pública de Aquisição sobre as restantes acções ordinárias da Tele Centro Oeste Participações; e (3) integração da Tele Centro Oeste Participações na Telesp Celular Participações através da incorporação das restantes acções da Tele Centro Oeste Participações. Com esta aquisição, a Brasilcel espera reforçar a sua liderança e competitividade no mercado brasileiro, alcançando mais de 17 milhões de clientes e uma quota do mercado brasileiro superior a 50%. Esta operação será integralmente financiada em reais pela Telesp Celular Participações e por outras subsidiárias da Vivo.

> No decorrer do primeiro semestre de 2003 foram adquiridas em bolsa acções da PT Multimedia, correspondentes a 1,08% do capital desta empresa participada. Em 30 de Junho de 2003 a Portugal Telecom detém 90 304 850 acções, a que corresponde 57,56% do respectivo capital. Estas aquisições geraram um goodwill de 15 463 331 euros.

### b) Constituição

> Em 23 de Junho de 2003 foi criada uma nova empresa instrumental, a PT Corporate, 100% detida pela Portugal Telecom, com um capital social de 200 000 euros. Esta empresa terá como funções disponibilizar de uma forma integrada todos os serviços do grupo, ao nível das telecomunicações fixas, móveis, e tecnologias de informação prestado aos 48 clientes de topo da PT.

### c) Aumento de capital

> Em 7 de Fevereiro de 2003 foi realizado um aumento de capital no Banco BEST no valor de 12 000 000 de euros, tendo o capital social passado de 43 000 000 de euros para 55 000 000 de euros. A PTM.com subscreveu e realizou em numerário um montante de 4 080 000 euros, tendo mantido a sua percentagem de participação.

### d) Outras situações

> No decurso do primeiro semestre de 2003 a PT Multimedia iniciou um processo de reestruturação dos negócios anteriormente desenvolvidos pela Lusomundo SGPS através das suas empresas participadas. Como parte desse processo, a PT Multimedia adquiriu à Lusomundo a totalidade do capital que esta detinha na Lusomundo Serviços, na Lusomundo Audiovisuais e na Lusomundo Cinemas. A Lusomundo Serviços detém diversas participações em negócios de media e relacionados, nomeadamente uma participação de 75% na Lusomundo Media, que desenvolve negócios de media, incluindo a edição e distribuição de jornais e revistas de grande circulação. A Lusomundo Audiovisuais e a Lusomundo Cinemas, bem como as suas empresas participadas, desenvolvem a sua actividade na área dos audiovisuais, que integra a edição e venda de DVD e jogos de vídeo, a exploração de cinemas e a distribuição de filmes. Estas empresas são líderes nos mercados de audiovisual e de imprensa escrita em Portugal.

## PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento n.º 11/2000 da CMVM (com a redacção dada pelo Regulamento n.º 24/2000), presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por terceiros no capital social da PT à data de 30 de Junho de 2003:

> O grupo Banco Espírito Santo (“BES”) detém directa e indirectamente 9,7% do capital social da PT e dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	Número de acções
Banco Espírito Santo, S.A.	33 813 720
Membros da Administração e Fiscalização do BES	155 547
Empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	31 437 655
Acções detidas por titulares do direito de voto que celebraram com o BES acordo para o seu exercício	18 844 252
Acções que o BES pode adquirir em virtude de acordo celebrado com os respectivos titulares	21 369 000
Acções dadas em garantia ao BES ou por este administradas ou depositadas junto desta instituição	16 652 897
<b>TOTAL</b>	<b>122 273 071</b>

> A Brandes Investments Partners, I.P. detém indirectamente através dos seus clientes um total de 66 257 132 acções da PT, equivalente a uma participação de aproximadamente 5,3% do capital social e dos direitos de voto.

> A Telefónica, S.A. detém directamente um total de 46 941 037 acções da PT, representando uma participação de 3,7% do capital social e dos direitos de voto. Adicionalmente, a Telesp S.A. (Fixa) e a Aliança Atlântica Holding B.V. (empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a Telefónica) detêm, respectivamente, um total de 7 994 250 e 5 329 500 acções da PT, equivalente a participações de 0,6% e 0,4% do capital social, a que corresponde idêntica percentagem de direitos de voto. Em termos globais, a participação da Telefónica na PT ascende a 4,8%.

> O grupo Caixa Geral de Depósitos (“CGD”) detém directa e indirectamente 4,7% do capital social da PT e dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGD calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	Número de acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	52 954 680
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial Confiança, S.A.	6 153 190
Caixa – Banco de Investimento, S.A.	175 000
<b>TOTAL</b>	<b>59 282 870</b>

> O grupo Banco Português de Investimento (BPI) detém directa e indirectamente 2,9% do capital social da PT e dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BPI calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	Número de acções
Banco Português de Investimento, S.A.	962 372
Banco BPI, S.A.	20 883 345
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	12 550 827
BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	2 071 271
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	34 097
Clientes institucionais cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	299 905
Clientes particulares cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	11 762
<b>TOTAL</b>	<b>36 813 579</b>

> A Cinveste, SGPS, S.A. detém um total de 28 895 000 acções da PT, correspondente a 2,3% do capital social e dos direitos de voto.

> A holding americana The Capital Group Companies, Inc (“CGC”) detém indirectamente através dos seus fundos/clientes, 2,2% do capital social da PT e 2,0% dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGC calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	N.º de acções	% do capital
Capital Research and Management Company	11 853 316	1,0%
Capital Guardian Trust Company	8 770 666	0,7%
Capital International, Inc.	1 774 420	0,1%
Capital International Limited	3 055 190	0,2%
Capital International S.A.	1 869 320	0,2%
<b>TOTAL</b>	<b>27 322 912</b>	<b>2,2%</b>

Para efeitos de direitos de voto:

Entidades	N.º de acções	% dos direitos de voto
Capital Research and Management Company	11 853 316	1,0%
Capital Guardian Trust Company	6 589 691	0,5%
Capital International, Inc.	1 774 420	0,1%
Capital International Limited	3 055 195	0,2%
Capital International S.A.	1 869 320	0,2%
<b>TOTAL</b>	<b>25 141 942</b>	<b>2,0%</b>

## PARTICIPAÇÕES NOS TERMOS DO ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Nos termos e para os efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, presta-se a seguinte informação quanto às participações financeiras detidas pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da PT, em 30 de Junho de 2003:

### Conselho de Administração

> Ernâni Rodrigues Lopes, Presidente do Conselho de Administração, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> Miguel António Igrejas Horta e Costa, Presidente da Comissão Executiva, é titular de 23 345 acções da PT e tem o direito de adquirir à PT 311 159 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela Empresa.

> Zeinal Bava, Administrador, é titular de 63 011 acções da PT e de 44 598 acções da PT Multimedia. O cônjuge é titular de 75 acções da PT.

> Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz, Administrador, é titular de 13 549 acções da PT. O cônjuge é titular de 236 acções da PT.

> Iriarte José de Araújo Esteves, Administrador, é titular de 5 582 acções da PT e tem o direito de adquirir à PT 297 700 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela Empresa;

> Paulo Jorge da Costa Gonçalves Fernandes, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, tendo o direito de adquirir à PT 297 700 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela Empresa.

> Joaquim Aníbal Freixial de Goes, Administrador, é titular de 2 437 acções da PT e de 75 acções da PT Multimedia.

> Henrique Manuel Fusco Granadeiro, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> Carlos Alberto de Oliveira Cruz, Administrador, é titular de 134 acções da PT.

> Jorge Humberto Correia Tomé, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> Fernando Maria Costa Duarte Ulrich, Administrador, é titular de 265 acções da PT. O cônjuge é titular de 265 acções da PT. Apresentam-se de seguida as transacções efectuadas por sociedades controladas pelo Grupo BPI nas quais Fernando Maria Costa Duarte Ulrich exerce cargos de administração:

### Transacções • Acções da PT Multimedia

Data	Movimento	Preço	Quantidade
02-01-2003	Venda em bolsa	10,10	1 000
06-01-2003	Compra em bolsa	10,81	1 000
06-01-2003	Compra em bolsa	10,97	1 000
06-01-2003	Compra em bolsa	11,13	399
06-01-2003	Compra em bolsa	11,14	601
06-01-2003	Compra em bolsa	11,18	466
06-01-2003	Compra em bolsa	11,19	534
06-01-2003	Venda em bolsa	11,00	2 000
07-01-2003	Compra em bolsa	11,11	300
08-01-2003	Compra em bolsa	11,45	1 000
08-01-2003	Venda em bolsa	11,47	1 000
09-01-2003	Venda em bolsa	11,70	1 000
10-01-2003	Compra em bolsa	11,48	1 000
10-01-2003	Venda em bolsa	11,50	2 000
13-01-2003	Compra em bolsa	12,08	1 200
13-01-2003	Venda em bolsa	11,73	1 000
13-01-2003	Venda em bolsa	11,76	1 000
13-01-2003	Venda em bolsa	11,80	1 000
13-01-2003	Venda em bolsa	11,90	1 000
13-01-2003	Venda em bolsa	11,99	300
13-01-2003	Venda em bolsa	12,00	600
13-01-2003	Venda em bolsa	12,10	300
14-01-2003	Venda em bolsa	12,29	1 000
14-01-2003	Venda em bolsa	12,30	200
15-01-2003	Compra em bolsa	12,43	150
15-01-2003	Compra em bolsa	12,51	500
15-01-2003	Compra em bolsa	12,63	2 862
15-01-2003	Compra em bolsa	12,65	500
15-01-2003	Compra em bolsa	12,67	3 300
15-01-2003	Compra em bolsa	12,70	150
15-01-2003	Compra em bolsa	12,74	300
15-01-2003	Compra em bolsa	12,76	5 095
15-01-2003	Compra em bolsa	12,77	600
15-01-2003	Compra em bolsa	12,78	600
15-01-2003	Compra em bolsa	12,79	605
15-01-2003	Compra em bolsa	12,80	4 600
15-01-2003	Venda em bolsa	12,43	6 362
15-01-2003	Venda em bolsa	12,67	11 000
16-01-2003	Compra em bolsa	12,09	1 000
16-01-2003	Compra em bolsa	12,10	1 800
16-01-2003	Compra em bolsa	12,14	500
16-01-2003	Compra em bolsa	12,15	500
16-01-2003	Compra em bolsa	12,26	1 000
16-01-2003	Venda em bolsa	12,17	1 000
16-01-2003	Venda em bolsa	12,20	840
16-01-2003	Venda em bolsa	12,22	160
16-01-2003	Venda em bolsa	12,30	1 700
16-01-2003	Venda em bolsa	12,31	100
17-01-2003	Compra em bolsa	11,39	157
17-01-2003	Compra em bolsa	11,46	500
17-01-2003	Compra em bolsa	11,47	343
17-01-2003	Venda em bolsa	11,70	2
17-01-2003	Venda em bolsa	11,71	355
17-01-2003	Venda em bolsa	11,72	2 204
17-01-2003	Venda em bolsa	11,73	751
17-01-2003	Venda em bolsa	11,74	1
17-01-2003	Venda em bolsa	11,75	2
17-01-2003	Venda em bolsa	11,76	884
17-01-2003	Venda em bolsa	11,77	466
17-01-2003	Venda em bolsa	11,78	151
17-01-2003	Venda em bolsa	11,79	1 037
17-01-2003	Venda em bolsa	11,80	455
17-01-2003	Venda em bolsa	11,81	4

**Transacções • Acções da PT Multimedia**

Data	Movimento	Preço	Quantidade
17-01-2003	Venda em bolsa	11,82	278
17-01-2003	Venda em bolsa	11,83	4
17-01-2003	Venda em bolsa	11,84	6
17-01-2003	Venda em bolsa	11,85	100
17-01-2003	Venda em bolsa	11,91	12
20-01-2003	Compra em bolsa	11,90	4 100
20-01-2003	Venda em bolsa	11,90	138
20-01-2003	Venda em bolsa	11,91	900
20-01-2003	Venda em bolsa	11,93	100
20-01-2003	Venda em bolsa	12,00	100
22-01-2003	Compra em bolsa	11,35	1 000
23-01-2003	Venda em bolsa	11,80	2 000
23-01-2003	Venda em bolsa	11,84	2 000
23-01-2003	Venda em bolsa	11,90	3 000
23-01-2003	Venda em bolsa	11,94	1 000
24-01-2003	Compra em bolsa	11,86	1 000
27-01-2003	Venda em bolsa	11,56	1 000
28-01-2003	Compra em bolsa	11,71	1 000
28-01-2003	Compra em bolsa	11,77	263
28-01-2003	Compra em bolsa	11,78	737
28-01-2003	Compra em bolsa	11,80	150
28-01-2003	Venda em bolsa	11,62	962
28-01-2003	Venda em bolsa	11,64	38
28-01-2003	Venda em bolsa	11,67	500
29-01-2003	Compra em bolsa	10,78	1 000
29-01-2003	Compra em bolsa	10,87	100
29-01-2003	Compra em bolsa	10,92	100
29-01-2003	Compra em bolsa	11,42	60
29-01-2003	Venda em bolsa	10,88	68
29-01-2003	Venda em bolsa	10,89	132
29-01-2003	Venda em bolsa	10,90	453
29-01-2003	Venda em bolsa	10,91	547
29-01-2003	Venda em bolsa	10,92	150
29-01-2003	Venda em bolsa	10,96	150
29-01-2003	Venda em bolsa	11,06	482
29-01-2003	Venda em bolsa	11,19	18
29-01-2003	Venda em bolsa	11,20	500
29-01-2003	Venda em bolsa	11,49	60
30-01-2003	Venda em bolsa	10,69	1 000
30-01-2003	Venda em bolsa	10,72	100
30-01-2003	Venda em bolsa	10,81	1 000
30-01-2003	Venda em bolsa	11,07	450
30-01-2003	Venda em bolsa	11,08	500
30-01-2003	Venda em bolsa	11,09	500
31-01-2003	Venda em bolsa	10,83	150
31-01-2003	Venda em bolsa	10,84	200
31-01-2003	Venda em bolsa	10,85	100
31-01-2003	Venda em bolsa	10,86	300
31-01-2003	Venda em bolsa	11,05	600
04-02-2003	Compra em bolsa	10,92	1 000
05-02-2003	Venda em bolsa	10,87	1 000
05-02-2003	Venda em bolsa	10,95	1 500
05-02-2003	Venda em bolsa	11,05	1 000
05-02-2003	Venda em bolsa	11,10	1 100
06-02-2003	Compra em bolsa	11,25	1 000
06-02-2003	Venda em bolsa	11,39	1 100
06-02-2003	Venda em bolsa	11,40	631
06-02-2003	Venda em bolsa	11,41	869
11-02-2003	Compra em bolsa	11,13	1 500
12-02-2003	Compra em bolsa	10,86	1 000
12-02-2003	Venda em bolsa	10,90	1 900
13-02-2003	Venda em bolsa	10,93	300
13-02-2003	Venda em bolsa	10,98	1 200
17-02-2003	Venda em bolsa	11,12	50
17-02-2003	Venda em bolsa	11,13	100
18-02-2003	Compra em bolsa	11,02	150
18-02-2003	Compra em bolsa	11,10	116
18-02-2003	Compra em bolsa	11,11	550
18-02-2003	Compra em bolsa	11,12	334
19-02-2003	Compra em bolsa	11,17	902
19-02-2003	Compra em bolsa	11,20	98
20-02-2003	Compra em bolsa	11,33	1 653
20-02-2003	Compra em bolsa	11,34	200
20-02-2003	Compra em bolsa	11,45	150
21-02-2003	Compra em bolsa	11,25	147
24-02-2003	Compra em bolsa	11,35	9 700
25-02-2003	Compra em bolsa	11,00	100
25-02-2003	Venda em bolsa	10,90	500
25-02-2003	Venda em bolsa	11,29	999
25-02-2003	Venda em bolsa	11,30	1

**Transacções • Acções da PT Multimedia**

Data	Movimento	Preço	Quantidade
26-02-2003	Compra em bolsa	10,86	150
26-02-2003	Compra em bolsa	10,88	300
26-02-2003	Venda em bolsa	10,90	945
26-02-2003	Venda em bolsa	10,91	725
26-02-2003	Venda em bolsa	10,95	330
26-02-2003	Venda em bolsa	11,29	678
27-02-2003	Compra em bolsa	10,82	300
27-02-2003	Venda em bolsa	10,81	172
27-02-2003	Venda em bolsa	10,82	650
27-02-2003	Venda em bolsa	10,88	900
27-02-2003	Venda em bolsa	10,99	1 000
04-03-2003	Venda em bolsa	11,00	443
04-03-2003	Venda em bolsa	11,03	50
04-03-2003	Venda em bolsa	11,04	100
04-03-2003	Venda em bolsa	11,06	407
05-03-2003	Venda em bolsa	10,86	141
05-03-2003	Venda em bolsa	10,89	9
06-03-2003	Venda em bolsa	10,90	150
10-03-2003	Venda em bolsa	10,67	450
10-03-2003	Venda em bolsa	10,68	2 600
11-03-2003	Compra em bolsa	10,27	357
11-03-2003	Compra em bolsa	10,28	2 000
11-03-2003	Compra em bolsa	10,30	143
11-03-2003	Compra em bolsa	10,32	1 500
11-03-2003	Compra em bolsa	10,41	500
11-03-2003	Compra em bolsa	10,45	500
11-03-2003	Venda em bolsa	10,23	145
11-03-2003	Venda em bolsa	10,29	145
12-03-2003	Compra em bolsa	10,11	1 200
12-03-2003	Compra em bolsa	10,16	2 000
12-03-2003	Compra em bolsa	10,20	4 000
12-03-2003	Venda em bolsa	10,00	145
12-03-2003	Venda em bolsa	10,15	145
12-03-2003	Venda em bolsa	10,24	145
13-03-2003	Venda em bolsa	10,23	509
13-03-2003	Venda em bolsa	10,24	591
14-03-2003	Compra em bolsa	10,35	827
14-03-2003	Compra em bolsa	10,42	73
14-03-2003	Venda em bolsa	10,33	1 000
14-03-2003	Venda em bolsa	10,38	145
14-03-2003	Venda em bolsa	10,39	290
17-03-2003	Compra em bolsa	10,20	705
17-03-2003	Compra em bolsa	10,25	1 000
17-03-2003	Compra em bolsa	10,26	295
17-03-2003	Venda em bolsa	10,70	645
18-03-2003	Venda em bolsa	11,04	257
18-03-2003	Venda em bolsa	11,07	743
21-03-2003	Compra em bolsa	11,09	565
21-03-2003	Compra em bolsa	11,18	398
21-03-2003	Compra em bolsa	11,19	1 670
21-03-2003	Compra em bolsa	11,20	530
21-03-2003	Compra em bolsa	11,21	435
21-03-2003	Compra em bolsa	11,22	879
21-03-2003	Compra em bolsa	11,24	1 610
21-03-2003	Compra em bolsa	11,25	1 754
21-03-2003	Compra em bolsa	11,27	935
21-03-2003	Compra em bolsa	11,28	2 674
21-03-2003	Compra em bolsa	11,29	3 485
21-03-2003	Venda em bolsa	11,09	800
27-03-2003	Compra em bolsa	10,98	2 500
02-04-2003	Compra em bolsa	11,19	100
02-04-2003	Compra em bolsa	11,20	2 300
02-04-2003	Compra em bolsa	11,21	600
02-04-2003	Compra em bolsa	11,28	592
02-04-2003	Compra em bolsa	11,29	1 408
02-04-2003	Compra em bolsa	11,31	200
02-04-2003	Venda em bolsa	11,04	1 000
02-04-2003	Venda em bolsa	11,07	1 000
03-04-2003	Compra em bolsa	11,59	700
03-04-2003	Compra em bolsa	11,60	9 294
03-04-2003	Compra em bolsa	11,62	6
03-04-2003	Compra em bolsa	11,74	46
03-04-2003	Compra em bolsa	11,75	99
03-04-2003	Compra em bolsa	11,89	1 350
03-04-2003	Venda em bolsa	11,70	2 963
03-04-2003	Venda em bolsa	11,78	100
03-04-2003	Venda em bolsa	11,79	1 000
03-04-2003	Venda em bolsa	11,83	1 000
03-04-2003	Venda em bolsa	11,87	1 037
03-04-2003	Venda em bolsa	11,89	900

**Transacções • Acções da PT Multimedia**

Data	Movimento	Preço	Quantidade
03-04-2003	Venda em bolsa	11,92	1 000
03-04-2003	Venda em bolsa	11,93	2 000
04-04-2003	Compra em bolsa	12,00	10 000
04-04-2003	Compra em bolsa	12,03	500
04-04-2003	Compra em bolsa	12,04	49
04-04-2003	Compra em bolsa	12,05	242
04-04-2003	Compra em bolsa	12,08	13
04-04-2003	Compra em bolsa	12,09	50
04-04-2003	Compra em bolsa	12,10	146
04-04-2003	Venda em bolsa	12,20	2 214
04-04-2003	Venda em bolsa	12,22	4 550
04-04-2003	Venda em bolsa	12,23	1 236
04-04-2003	Venda em bolsa	12,26	1 000
04-04-2003	Venda em bolsa	12,35	2 000
08-04-2003	Compra em bolsa	12,09	200
08-04-2003	Venda em bolsa	12,00	395
08-04-2003	Venda em bolsa	12,01	855
08-04-2003	Venda em bolsa	12,02	9
08-04-2003	Venda em bolsa	12,03	349
08-04-2003	Venda em bolsa	12,04	1 455
08-04-2003	Venda em bolsa	12,05	1 014
08-04-2003	Venda em bolsa	12,06	1 359
08-04-2003	Venda em bolsa	12,07	604
08-04-2003	Venda em bolsa	12,08	1 359
08-04-2003	Venda em bolsa	12,10	49
08-04-2003	Venda em bolsa	12,11	253
08-04-2003	Venda em bolsa	12,12	354
08-04-2003	Venda em bolsa	12,13	250
08-04-2003	Venda em bolsa	12,15	151
08-04-2003	Venda em bolsa	12,16	151
08-04-2003	Venda em bolsa	12,17	151
08-04-2003	Venda em bolsa	12,19	604
08-04-2003	Venda em bolsa	12,20	48
08-04-2003	Venda em bolsa	12,21	400
08-04-2003	Venda em bolsa	12,22	5
09-04-2003	Compra em bolsa	12,00	2 000
09-04-2003	Compra em bolsa	12,01	1 750
09-04-2003	Venda em bolsa	11,95	479
09-04-2003	Venda em bolsa	12,00	4 420
09-04-2003	Venda em bolsa	12,01	830
09-04-2003	Venda em bolsa	12,03	125
09-04-2003	Venda em bolsa	12,07	300
09-04-2003	Venda em bolsa	12,10	200
10-04-2003	Compra em bolsa	11,92	1 321
11-04-2003	Venda em bolsa	12,08	5 000
11-04-2003	Venda em bolsa	12,15	1 221
11-04-2003	Venda em bolsa	12,16	100
11-04-2003	Venda em bolsa	12,24	600
11-04-2003	Venda em bolsa	12,26	2 000
15-04-2003	Venda em bolsa	12,49	2 000
16-04-2003	Venda em bolsa	13,00	1 000
16-04-2003	Venda em bolsa	13,02	1 000
17-04-2003	Compra em bolsa	12,66	1 000
17-04-2003	Compra em bolsa	12,73	10 100
17-04-2003	Venda em bolsa	12,68	2 500
23-04-2003	Compra em bolsa	12,95	190
23-04-2003	Compra em bolsa	12,97	410
24-04-2003	Compra em bolsa	12,82	475
24-04-2003	Compra em bolsa	12,83	500
24-04-2003	Compra em bolsa	12,84	577
24-04-2003	Venda em bolsa	12,81	1 552
28-04-2003	Venda em bolsa	12,95	1 000
29-04-2003	Compra em bolsa	12,94	1
29-04-2003	Compra em bolsa	12,98	1 096
29-04-2003	Compra em bolsa	13,00	1 194
29-04-2003	Compra em bolsa	13,02	117
29-04-2003	Compra em bolsa	13,04	145
29-04-2003	Compra em bolsa	13,06	56
29-04-2003	Venda em bolsa	12,95	389
29-04-2003	Venda em bolsa	12,96	2 052
29-04-2003	Venda em bolsa	12,98	532
29-04-2003	Venda em bolsa	13,00	5 745
29-04-2003	Venda em bolsa	13,02	39
29-04-2003	Venda em bolsa	13,03	821
29-04-2003	Venda em bolsa	13,05	166
30-04-2003	Compra em bolsa	13,25	453
30-04-2003	Compra em bolsa	13,26	500
30-04-2003	Compra em bolsa	13,27	500
30-04-2003	Compra em bolsa	13,28	1 500
30-04-2003	Compra em bolsa	13,30	1 500

**Transacções • Acções da PT Multimedia**

Data	Movimento	Preço	Quantidade
30-04-2003	Compra em bolsa	13,32	600
30-04-2003	Compra em bolsa	13,37	1 500
30-04-2003	Compra em bolsa	13,44	900
30-04-2003	Compra em bolsa	13,97	200
30-04-2003	Compra em bolsa	13,98	118
30-04-2003	Venda em bolsa	12,88	318
30-04-2003	Venda em bolsa	13,64	1 000
30-04-2003	Venda em bolsa	13,81	100
02-05-2003	Venda em bolsa	14,14	1 000
02-05-2003	Venda em bolsa	14,84	100
02-05-2003	Venda em bolsa	14,85	1 000
05-05-2003	Compra em bolsa	15,78	1 000
05-05-2003	Venda em bolsa	15,04	700
05-05-2003	Venda em bolsa	15,27	1 000
05-05-2003	Venda em bolsa	15,44	1 000
05-05-2003	Venda em bolsa	15,58	318
05-05-2003	Venda em bolsa	16,22	864
05-05-2003	Venda em bolsa	16,23	55
05-05-2003	Venda em bolsa	16,24	3
05-05-2003	Venda em bolsa	16,29	78
05-05-2003	Venda em bolsa	16,39	915
05-05-2003	Venda em bolsa	16,40	85
06-05-2003	Compra em bolsa	14,54	3 000
06-05-2003	Compra em bolsa	14,65	3 000
06-05-2003	Compra em bolsa	15,44	1 000
06-05-2003	Compra em bolsa	15,54	1 100
06-05-2003	Compra em bolsa	15,78	100
06-05-2003	Compra em bolsa	15,81	1 000
06-05-2003	Compra em bolsa	15,92	500
06-05-2003	Compra em bolsa	16,00	500
06-05-2003	Compra em bolsa	16,01	500
06-05-2003	Venda em bolsa	14,69	2 834
06-05-2003	Venda em bolsa	14,75	791
06-05-2003	Venda em bolsa	14,80	2 100
06-05-2003	Venda em bolsa	14,81	500
06-05-2003	Venda em bolsa	15,50	3 517
06-05-2003	Venda em bolsa	15,51	83
07-05-2003	Compra em bolsa	14,55	100
07-05-2003	Compra em bolsa	14,58	100
07-05-2003	Compra em bolsa	14,59	727
07-05-2003	Compra em bolsa	14,60	3 073
07-05-2003	Compra em bolsa	15,03	500
07-05-2003	Compra em bolsa	15,10	600
07-05-2003	Compra em bolsa	15,14	157
07-05-2003	Compra em bolsa	15,15	1 193
07-05-2003	Venda em bolsa	14,40	775
07-05-2003	Venda em bolsa	14,48	4 000
07-05-2003	Venda em bolsa	15,20	124
07-05-2003	Venda em bolsa	15,21	1 500
07-05-2003	Venda em bolsa	15,22	376
07-05-2003	Venda em bolsa	15,23	350
08-05-2003	Compra em bolsa	15,06	499
08-05-2003	Compra em bolsa	15,08	501
08-05-2003	Compra em bolsa	15,10	283
08-05-2003	Compra em bolsa	15,11	717
08-05-2003	Compra em bolsa	15,23	1 000
09-05-2003	Venda em bolsa	15,50	835
09-05-2003	Venda em bolsa	15,54	1 165
09-05-2003	Venda em bolsa	15,67	95
09-05-2003	Venda em bolsa	15,68	1 350
09-05-2003	Venda em bolsa	15,80	555
14-05-2003	Venda em bolsa	15,39	100
14-05-2003	Venda em bolsa	15,51	1 000
15-05-2003	Venda em bolsa	15,93	1 000
15-05-2003	Venda em bolsa	16,06	1 000
16-05-2003	Compra em bolsa	15,11	241
16-05-2003	Compra em bolsa	15,15	1 000
16-05-2003	Compra em bolsa	15,18	34
16-05-2003	Compra em bolsa	15,19	200
16-05-2003	Compra em bolsa	15,20	35
16-05-2003	Compra em bolsa	15,40	200
16-05-2003	Venda em bolsa	15,02	10 000
19-05-2003	Compra em bolsa	14,85	515
19-05-2003	Compra em bolsa	14,96	500
19-05-2003	Compra em bolsa	14,98	500
19-05-2003	Compra em bolsa	15,00	8 454
19-05-2003	Compra em bolsa	15,02	13 346
19-05-2003	Venda em bolsa	14,79	8
19-05-2003	Venda em bolsa	14,84	7
20-05-2003	Venda em bolsa	14,87	1 000

## Transacções • Acções da PT Multimedia

Data	Movimento	Preço	Quantidade
20-05-2003	Venda em bolsa	15,03	500
21-05-2003	Compra em bolsa	15,10	500
21-05-2003	Compra em bolsa	15,12	500
21-05-2003	Venda em bolsa	15,07	7
21-05-2003	Venda em bolsa	15,11	493
26-05-2003	Venda em bolsa	15,50	1 000
30-05-2003	Venda em bolsa	15,30	302
05-06-2003	Compra em bolsa	15,40	1 000
05-06-2003	Venda em bolsa	15,45	2 000
06-06-2003	Compra em bolsa	15,52	4 000
06-06-2003	Compra em bolsa	15,56	3 000
06-06-2003	Compra em bolsa	15,59	1 510
06-06-2003	Compra em bolsa	15,62	6 795
06-06-2003	Compra em bolsa	15,63	600
06-06-2003	Compra em bolsa	15,64	2 980
06-06-2003	Compra em bolsa	15,65	7 697
06-06-2003	Compra em bolsa	15,66	2 220
06-06-2003	Compra em bolsa	15,67	2 480
06-06-2003	Compra em bolsa	15,68	3 743
06-06-2003	Compra em bolsa	15,69	517
06-06-2003	Compra em bolsa	15,70	1 356
12-06-2003	Compra em bolsa	15,49	302
13-06-2003	Compra em bolsa	15,50	302
16-06-2003	Venda em bolsa	15,08	510
16-06-2003	Venda em bolsa	15,09	1 750
16-06-2003	Venda em bolsa	15,10	40
16-06-2003	Venda em bolsa	15,12	1 000
16-06-2003	Venda em bolsa	15,22	1 200
17-06-2003	Compra em bolsa	15,06	302
17-06-2003	Compra em bolsa	15,07	599
17-06-2003	Compra em bolsa	15,09	302
17-06-2003	Compra em bolsa	15,10	156
17-06-2003	Compra em bolsa	15,11	1 403
17-06-2003	Compra em bolsa	15,12	107
17-06-2003	Compra em bolsa	15,14	151
17-06-2003	Venda em bolsa	15,25	5 200
20-06-2003	Compra em bolsa	14,92	3 500
20-06-2003	Venda em bolsa	14,93	1 000
20-06-2003	Venda em bolsa	14,95	1 000
20-06-2003	Venda em bolsa	14,96	2 650
20-06-2003	Venda em bolsa	14,97	350
23-06-2003	Compra em bolsa	14,50	3 020
24-06-2003	Venda em bolsa	14,17	1 000
24-06-2003	Venda em bolsa	14,19	2 000
24-06-2003	Venda em bolsa	14,51	100
24-06-2003	Venda em bolsa	14,53	9 000
25-06-2003	Compra em bolsa	14,64	1 200
25-06-2003	Compra em bolsa	14,84	100
25-06-2003	Compra em bolsa	14,85	2 500
25-06-2003	Compra em bolsa	14,87	1 000
25-06-2003	Compra em bolsa	14,92	700
25-06-2003	Compra em bolsa	15,00	321
25-06-2003	Compra em bolsa	15,08	100
25-06-2003	Compra em bolsa	15,10	1 079
25-06-2003	Compra em bolsa	15,45	910
25-06-2003	Venda em bolsa	15,02	100
25-06-2003	Venda em bolsa	15,03	100
25-06-2003	Venda em bolsa	15,26	200
25-06-2003	Venda em bolsa	15,50	100
25-06-2003	Venda em bolsa	15,58	910
25-06-2003	Venda em bolsa	15,75	5 000
26-06-2003	Compra em bolsa	15,30	500
26-06-2003	Compra em bolsa	15,46	500
26-06-2003	Compra em bolsa	15,51	500
26-06-2003	Compra em bolsa	15,74	500
26-06-2003	Compra em bolsa	15,75	500
26-06-2003	Compra em bolsa	15,79	50
26-06-2003	Compra em bolsa	15,80	450
26-06-2003	Compra em bolsa	15,97	1 500
27-06-2003	Venda em bolsa	15,50	3 500
30-06-2003	Compra em bolsa	15,29	51
30-06-2003	Compra em bolsa	15,31	100
30-06-2003	Venda em bolsa	15,25	2 035

## Transacções • Acções da PT

Data	Movimento	Preço	Quantidade
02-01-2003	Compra em bolsa	6,57	10 000
02-01-2003	Venda em bolsa	6,63	30 964
03-01-2003	Compra em bolsa	6,66	100 000
03-01-2003	Venda em bolsa	6,74	1 000
06-01-2003	Compra em bolsa	6,46	34 000
06-01-2003	Venda em bolsa	6,45	1 800
07-01-2003	Compra em bolsa	6,65	13 898
07-01-2003	Venda em bolsa	6,73	81 452
08-01-2003	Compra em bolsa	6,87	114 183
08-01-2003	Venda em bolsa	6,91	147 031
09-01-2003	Compra em bolsa	6,82	110 709
09-01-2003	Venda em bolsa	6,84	62 609
10-01-2003	Compra em bolsa	6,94	108 163
10-01-2003	Venda em bolsa	6,98	113 257
13-01-2003	Compra em bolsa	7,10	53 645
13-01-2003	Venda em bolsa	7,13	47 857
14-01-2003	Compra em bolsa	7,19	42 652
14-01-2003	Venda em bolsa	7,18	32 612
15-01-2003	Compra em bolsa	7,22	92 684
15-01-2003	Venda em bolsa	7,20	71 100
16-01-2003	Compra em bolsa	7,25	42 500
16-01-2003	Venda em bolsa	7,17	31 200
17-01-2003	Compra em bolsa	7,18	225 825
17-01-2003	Venda em bolsa	7,18	204 731
20-01-1900	Venda em bolsa	7,18	17 000
21-01-2003	Compra em bolsa	7,14	11 125
21-01-2003	Venda em bolsa	6,97	12 600
22-01-2003	Compra em bolsa	6,97	45 226
22-01-2003	Venda em bolsa	6,98	89 012
23-01-2003	Compra em bolsa	7,04	12 411
24-01-2003	Compra em bolsa	7,04	790
24-01-2003	Venda em bolsa	7,01	16 203
27-01-2003	Compra em bolsa	6,93	27 971
27-01-2003	Venda em bolsa	6,95	49 077
28-01-2003	Compra em bolsa	6,93	36 273
28-01-2003	Venda em bolsa	6,93	48 074
29-01-2003	Compra em bolsa	6,56	47 428
29-01-2003	Venda em bolsa	6,60	53 104
30-01-2003	Compra em bolsa	6,65	19 283
30-01-2003	Venda em bolsa	6,61	20 564
31-01-2003	Compra em bolsa	6,49	61 192
31-01-2003	Venda em bolsa	6,49	109 509
03-02-2003	Compra em bolsa	6,67	80 029
03-02-2003	Venda em bolsa	6,63	47 000
04-02-2003	Compra em bolsa	6,54	14 920
04-02-2003	Venda em bolsa	6,54	20 969
05-02-2003	Compra em bolsa	6,51	48 720
05-02-2003	Venda em bolsa	6,53	35 000
06-02-2003	Compra em bolsa	6,55	50 000
06-02-2003	Venda em bolsa	6,58	72 800
07-02-2003	Compra em bolsa	6,50	62 000
07-02-2003	Venda em bolsa	6,55	70 923
10-02-2003	Compra em bolsa	6,52	42 323
10-02-2003	Venda em bolsa	6,50	30 012
11-02-2003	Compra em bolsa	6,53	67 812
11-02-2003	Venda em bolsa	6,55	25 000
12-02-2003	Compra em bolsa	6,49	47 252
12-02-2003	Venda em bolsa	6,47	65 352
13-02-2003	Compra em bolsa	6,41	24 505
13-02-2003	Venda em bolsa	6,44	22 805
14-02-2003	Compra em bolsa	6,44	35 090
14-02-2003	Venda em bolsa	6,44	35 190
17-02-2003	Compra em bolsa	6,57	44 900
17-02-2003	Venda em bolsa	6,52	12 024
18-02-2003	Compra em bolsa	6,54	61 524
18-02-2003	Venda em bolsa	6,58	6 000
19-02-2003	Compra em bolsa	6,37	132 546
19-02-2003	Venda em bolsa	6,39	90 656
20-02-2003	Compra em bolsa	6,20	131 678
20-02-2003	Venda em bolsa	6,16	123 154
21-02-2003	Compra em bolsa	6,01	166 065
21-02-2003	Venda em bolsa	6,02	77 255
24-02-2003	Compra em bolsa	5,89	44 743
24-02-2003	Venda em bolsa	5,90	40 143
25-02-2003	Compra em bolsa	5,65	66 198
25-02-2003	Venda em bolsa	5,68	40 371
26-02-2003	Compra em bolsa	5,67	62 097
26-02-2003	Venda em bolsa	5,66	82 105
27-02-2003	Compra em bolsa	5,67	92 428
27-02-2003	Venda em bolsa	5,69	66 680



## Transacções • Acções da PT

Data	Movimento	Preço	Quantidade
28-02-2003	Compra em bolsa	5,86	83 946
28-02-2003	Venda em bolsa	5,85	65 646
03-03-2003	Compra em bolsa	6,01	33 551
03-03-2003	Venda em bolsa	6,05	32 869
04-03-2003	Compra em bolsa	5,92	955
04-03-2003	Venda em bolsa	5,90	21 755
05-03-2003	Compra em bolsa	6,02	84 168
05-03-2003	Venda em bolsa	6,01	144 856
06-03-2003	Compra em bolsa	6,08	79 080
06-03-2003	Venda em bolsa	6,09	80 188
07-03-2003	Compra em bolsa	5,95	85 541
07-03-2003	Venda em bolsa	5,98	76 241
10-03-2003	Compra em bolsa	6,08	43 658
10-03-2003	Venda em bolsa	6,08	137 775
11-03-2003	Compra em bolsa	6,05	138 619
11-03-2003	Venda em bolsa	6,06	114 885
12-03-2003	Compra em bolsa	6,04	75 306
12-03-2003	Venda em bolsa	6,04	85 877
13-03-2003	Compra em bolsa	6,00	46 753
13-03-2003	Venda em bolsa	6,01	79 100
14-03-2003	Compra em bolsa	6,17	23 062
14-03-2003	Venda em bolsa	6,15	5 551
17-03-2003	Compra em bolsa	6,02	75 197
17-03-2003	Venda em bolsa	6,09	62 947
18-03-2003	Compra em bolsa	6,43	155 184
18-03-2003	Venda em bolsa	6,43	210 214
19-03-2003	Compra em bolsa	6,44	79 087
19-03-2003	Venda em bolsa	6,46	35 587
20-03-2003	Compra em bolsa	6,50	30 932
20-03-2003	Venda em bolsa	6,48	16 330
21-03-2003	Compra em bolsa	6,70	234 185
21-03-2003	Venda em bolsa	6,66	141 393
24-03-2003	Compra em bolsa	6,54	40 000
24-03-2003	Venda em bolsa	6,62	42 800
25-03-2003	Compra em bolsa	6,52	33 569
25-03-2003	Venda em bolsa	6,51	33 469
26-03-2003	Compra em bolsa	6,61	31 525
26-03-2003	Venda em bolsa	6,64	59 354
27-03-2003	Compra em bolsa	6,62	86 494
27-03-2003	Venda em bolsa	6,62	103 440
28-03-2003	Compra em bolsa	6,56	54 733
28-03-2003	Venda em bolsa	6,59	93 700
31-03-2003	Compra em bolsa	6,38	29 211
31-03-2003	Venda em bolsa	6,35	10 444
01-04-2003	Compra em bolsa	6,38	75 594
01-04-2003	Venda em bolsa	6,42	70 623
02-04-2003	Compra em bolsa	6,47	119 000
02-04-2003	Venda em bolsa	6,50	69 820
03-04-2003	Compra em bolsa	6,50	57 360
03-04-2003	Venda em bolsa	6,50	67 923
04-04-2003	Compra em bolsa	6,63	162 271
04-04-2003	Venda em bolsa	6,66	138 400
07-04-2003	Compra em bolsa	6,93	42 458
07-04-2003	Venda em bolsa	6,97	64 968
08-04-2003	Compra em bolsa	7,03	112 674
08-04-2003	Venda em bolsa	7,00	242 454
09-04-2003	Compra em bolsa	6,97	32 108
09-04-2003	Venda em bolsa	6,97	40 627
10-04-2003	Compra em bolsa	6,85	74 300
10-04-2003	Venda em bolsa	6,84	34 308
11-04-2003	Compra em bolsa	6,80	65 408
11-04-2003	Venda em bolsa	6,80	26 905
14-04-2003	Compra em bolsa	6,43	249 306
14-04-2003	Venda em bolsa	6,41	199 147
15-04-2003	Compra em bolsa	6,53	92 594
15-04-2003	Venda em bolsa	6,54	121 345
16-04-2003	Compra em bolsa	6,54	58 598
16-04-2003	Venda em bolsa	6,65	66 698
17-04-2003	Compra em bolsa	6,42	115 198
17-04-2003	Venda em bolsa	6,39	35 500
23-04-2003	Compra em bolsa	6,57	28 650
23-04-2003	Venda em bolsa	6,65	39 750
24-04-2003	Compra em bolsa	6,69	35 000
24-04-2003	Venda em bolsa	6,62	35 000
25-04-2003	Venda em bolsa	6,68	10 000
28-04-2003	Compra em bolsa	6,46	23 000
28-04-2003	Venda em bolsa	6,49	13 000
29-04-2003	Compra em bolsa	6,45	16 000
29-04-2003	Venda em bolsa	6,42	62 044
30-04-2003	Compra em bolsa	6,43	66 253

## Transacções • Acções da PT

Data	Movimento	Preço	Quantidade
30-04-2003	Venda em bolsa	6,44	61 558
05-05-2003	Compra em bolsa	6,48	41 149
05-05-2003	Venda em bolsa	6,53	40 000
06-05-2003	Compra em bolsa	6,54	46 000
06-05-2003	Venda em bolsa	6,57	35 000
07-05-2003	Compra em bolsa	6,57	25 000
07-05-2003	Venda em bolsa	6,64	25 000
08-05-2003	Compra em bolsa	6,56	55 001
08-05-2003	Venda em bolsa	6,57	45 001
09-05-2003	Compra em bolsa	6,47	53 434
09-05-2003	Venda em bolsa	6,48	53 434
12-05-2003	Compra em bolsa	6,35	62 096
12-05-2003	Venda em bolsa	6,33	48 596
13-05-2003	Compra em bolsa	6,29	69 064
13-05-2003	Venda em bolsa	6,32	66 654
14-05-2003	Compra em bolsa	6,31	86 000
14-05-2003	Venda em bolsa	6,32	86 000
15-05-2003	Compra em bolsa	6,31	138 290
15-05-2003	Venda em bolsa	6,32	129 500
16-05-2003	Compra em bolsa	6,38	209 857
16-05-2003	Venda em bolsa	6,41	101 337
19-05-2003	Compra em bolsa	6,27	81 157
19-05-2003	Venda em bolsa	6,28	81 157
20-05-2003	Compra em bolsa	6,37	89 750
20-05-2003	Venda em bolsa	6,38	84 750
21-05-2003	Compra em bolsa	6,33	30 000
21-05-2003	Venda em bolsa	6,34	33 000
22-05-2003	Compra em bolsa	6,33	5 000
22-05-2003	Venda em bolsa	6,33	1 100
23-05-2003	Compra em bolsa	6,29	10 000
23-05-2003	Venda em bolsa	6,30	10 700
27-05-2003	Compra em bolsa	6,29	10 000
27-05-2003	Venda em bolsa	6,29	10 000
28-05-2003	Compra em bolsa	6,47	55 100
28-05-2003	Venda em bolsa	6,47	60 321
29-05-2003	Compra em bolsa	6,48	110 000
29-05-2003	Venda em bolsa	6,49	64 679
30-05-2003	Compra em bolsa	6,45	29 000
30-05-2003	Venda em bolsa	6,47	63 864
02-06-2003	Compra em bolsa	6,53	114 777
02-06-2003	Venda em bolsa	6,54	45 000
03-06-2003	Compra em bolsa	6,43	52 023
03-06-2003	Venda em bolsa	6,45	51 400
04-06-2003	Compra em bolsa	6,35	68 000
04-06-2003	Venda em bolsa	6,40	80 000
05-06-2003	Compra em bolsa	6,45	65 000
05-06-2003	Venda em bolsa	6,45	89 300
06-06-2003	Compra em bolsa	6,67	385 792
06-06-2003	Venda em bolsa	6,59	22 057
10-06-2003	Compra em bolsa	6,63	25 001
10-06-2003	Venda em bolsa	6,68	25 000
11-06-2003	Compra em bolsa	6,51	94 814
11-06-2003	Venda em bolsa	6,52	42 614
12-06-2003	Compra em bolsa	6,37	123 564
12-06-2003	Venda em bolsa	6,44	65 000
13-06-2003	Compra em bolsa	6,34	88 164
13-06-2003	Venda em bolsa	6,33	75 100
16-06-2003	Venda em bolsa	6,44	19 900
17-06-2003	Compra em bolsa	6,54	130 540
17-06-2003	Venda em bolsa	6,55	45 000
18-06-2003	Compra em bolsa	6,46	95 827
18-06-2003	Venda em bolsa	6,47	70 827
19-06-2003	Compra em bolsa	6,39	35 300
19-06-2003	Venda em bolsa	6,33	30 000
20-06-2003	Venda em bolsa	6,41	171 800
23-06-2003	Compra em bolsa	6,45	36 640
25-06-2003	Compra em bolsa	6,27	36 000
25-06-2003	Venda em bolsa	6,35	16 000
26-06-2003	Compra em bolsa	6,25	117 000
26-06-2003	Venda em bolsa	6,26	100 000
27-06-2003	Compra em bolsa	6,24	119 754
27-06-2003	Venda em bolsa	6,22	148 754
30-06-2003	Compra em bolsa	6,18	46 832
30-06-2003	Venda em bolsa	6,21	77 153

> Fernando Abril-Martorell, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> António Viana Baptista, Administrador, é titular de 9 008 acções da PT e de 795 acções da PT Multimedia. O cônjuge é titular de 1 817 acções da PT e de 40 acções da PT Multimedia.

> Israel Vainboim, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> Luís Augusto da Silva, Administrador, é titular, através da Cinveste, SGPS, S.A. (“Cinveste”) (sociedade controlada pela LSMS – Investimentos, SGPS, S.A., na qual Luís Augusto da Silva é o accionista dominante), de 28 895 000 acções da PT, das quais 212 500 acções são propriedade da MPBS – Imobiliária, Lda. (sociedade controlada por Luís Augusto da Silva). Em 8/01/03 a Cinveste alienou 32 219 acções da PT Multimedia ao preço de 11,29 euros por acção. Em 9/01/03 a Cinveste alienou 10 000 acções da PT Multimedia ao preço de 11,48 euros por acção. Em 15/01/03 a Cinveste alienou 12 500 acções da PT ao preço de 7,20 euros por acção. Em 16/01/03 a Cinveste alienou 25 000 acções da PT ao preço de 7,25 euros por acção. Em 13/02/03 a Cinveste adquiriu 85 000 acções da PT ao preço de 6,38 euros por acção. Em 19/02/03 a Cinveste adquiriu 35 000 acções da PT ao preço de 6,38 euros por acção. Em 22/04/03 a LSMS – Investimentos, SGPS, S.A. adquiriu a Luís Augusto da Silva o domínio da Cinveste. Em 6/06/03 a Cinveste Luxembourg, SARL (sociedade 100% detida pela Cinveste) alienou 212 500 acções da PT em resultado da utilização das mesmas para subscrever e realizar em espécie uma parcela do capital social, no valor de 1 275 000 euros, da MPBS – Imobiliária, Lda. (sociedade controlada por Luís Augusto da Silva). Em 27/06/03 a Cinveste adquiriu 100 000 acções da PT ao preço de 6,21 euros por acção.

> Patrick Monteiro de Barros, Administrador, é titular, através da sociedade Telexpress Investments, Limited, na qual é Presidente do Conselho de Administração, de 23 000 000 acções da PT.

> Jorge Maria Bleck, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> Carlos Manuel de Almeida Blanco de Moraes, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> João Manuel de Mello Franco, Administrador, e cônjuge são titulares de 13 308 acções da PT.

> Gerald McGowan, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> Peter Eugene Golob, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> Nuno João Francisco Soares de Oliveira Silvério Marques, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> Thomaz de Mello Paes de Vasconcellos, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

### Conselho Fiscal

> Pedro João Reis de Matos Silva, presidente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> Gonçalo Vaz Botelho, vogal do Conselho Fiscal, é titular de 247 acções da PT. O cônjuge é titular de 247 acções da PT.

> Mário João de Matos Gomes, Revisor Oficial de Contas, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> José Vieira dos Reis, vogal suplente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 80 acções da PT.



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e subsidiárias (“Portugal Telecom”) para o primeiro semestre de 2003, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2003 (que evidencia um total de balanço de 13 811 653 462 euros e um total de capital próprio de 3 301 693 361 euros, incluindo um resultado consolidado líquido do semestre de 143 494 098 euros), as Demonstrações Consolidadas de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu (a) a verificação de que as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação foram apropriadamente examinadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a verificação das operações de consolidação, (c) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (d) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (e) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

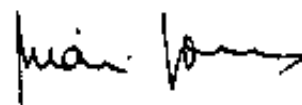
6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a

posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias (“Portugal Telecom”) em 30 de Junho de 2003, e o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### Ênfase

7. Os Balanços Consolidados em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2002 e as Demonstrações Consolidadas de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do semestre findo em 30 de Junho de 2002, apresentados para efeitos comparativos, foram igualmente objecto do nosso exame e as nossas correspondentes Certificações Legais das Contas, datadas de 12 de Setembro de 2002 e de 5 de Março de 2003, contêm ênfases que não são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas para o primeiro semestre de 2003.

Lisboa, 29 de Agosto de 2003



Ascensão, Gomes, Cruz & Associado – SROC,  
representada por Mário João de Matos Gomes,  
ROC

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### DELOITTE & TOUCHE

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração de Portugal Telecom, SGPS, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom"), as quais compreendem o balanço consolidado em 30 de Junho de 2003, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração da Portugal Telecom. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma

seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

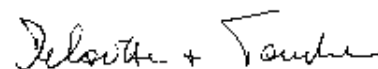
Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição

financeira consolidada de Portugal Telecom, SGPS, S.A., em 30 de Junho de 2003, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4. Os balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 30 de Junho de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do semestre findo em 30 de Junho de 2002, apresentados para efeitos comparativos, foram por nós auditados e as nossas opiniões sobre os mesmos, foram expressas nos respectivos relatórios datados de 3 de Março de 2003 e 11 de Setembro de 2002, não contêm reservas e contêm ênfases que não são aplicáveis às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2003.

Lisboa, 29 de Agosto de 2003



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS

#### Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão consolidado e sobre as demonstrações financeiras consolidadas anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2003 de Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom"), as quais compreendem o balanço consolidado em 30 de Junho de 2003, que evidencia um total de 13 811 653 462 euros e capitais próprios de 3 301 693 361 euros incluindo um resultado líquido de 143 494 098 euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e o correspondente anexo.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Portugal Telecom: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de

Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

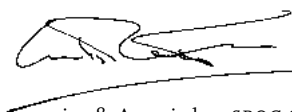
#### Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 30 de Junho de 2003, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 supra, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

#### Ênfase

6. Os balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 30 de Junho de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do semestre findo em 30 de Junho de 2002, apresentados para efeitos comparativos, foram por nós auditados e as nossas opiniões sobre os mesmos, expressas nos respectivos relatórios datados de 3 de Março de 2003 e 11 de Setembro de 2002, não contêm reservas e contêm ênfases que não são aplicáveis às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2003.

Lisboa, 29 de Agosto de 2003



Freire, Loureiro & Associados, SROC S.A., representada por Carlos Pereira Freire

## DADOS OPERACIONAIS POR NEGÓCIO

### REDE FIXA

Serviço Fixo de Telefone/Retalho	Unidades	1S03	1S02	Δ %
Acessos telefónicos principais	mil	4 080	4 214	(3,2)
Acessos principais por 100 habitantes	n.º	41,6	42,2	(1,4)
Acessos RDIS Equivalentes	mil	820	829	(1,1)
Taxa de penetração RDIS	%	20,1	19,7	0,4 p.p.
Tráfego total cursado	milhões de minutos	9 416	10 106	(6,8)
Retalho	milhões de minutos	4 079	4 043	0,9
Tráfego originado	milhões de minutos	7 630	8 271	(7,7)
Tráfego originado/acesso/dia	minutos	10,3	10,7	(4,3)
Variação média dos preços (cabaz de preços):	%	(0,8)	(0,3)	(0,5 p.p.)
Instalação	%	0,0	0,0	0,0 p.p.
Assinatura	%	2,7	1,0	1,8 p.p.
Tráfego local	%	0,3	0,0	0,3 p.p.
Tráfego regional	%	(7,7)	(3,7)	(4,0 p.p.)
Tráfego nacional	%	(10,9)	(3,1)	(7,8 p.p.)
Tráfego internacional	%	0,0	(0,7)	0,7 p.p.
Serviços a Operadores/Wholesale	Unidades	1S03	1S02	Δ %
Acessos ADSL	mil	109	7	n.s.
Tráfego	milhões de minutos	5 337	6 064	(12,0)
Internet	milhões de minutos	2 804	3 443	(18,6)
Variação média dos preços	%	(24,5)	(11,9)	(12,6 p.p.)
Originação	%	(26,9)	(14,5)	(12,4 p.p.)
Terminação	%	(22,9)	(13,7)	(9,2 p.p.)
Trânsito	%	(15,6)	(14,7)	(0,9 p.p.)
Circuitos alugados:				
Variação no cabaz de preços	%	(16,8)	0	(16,8 p.p.)
Número de circuitos	mil	56,0	58,1	(3,7)
Capacidade (equivalente a 64 kbps)	mil	1 372	1 433	(4,3)
Digitais	%	98,6	98,6	0,0 p.p.
Dados e Soluções Empresariais	Unidades	1S03	1S02	Δ %
Acessos para comunicação de dados	mil	35,9	35,8	0,1
Frame relay	mil	11,3	10,2	10,5
Banda larga	mil	1,4	0,7	103,7
Capacidade vendida de Internet empresarial	Mbps	1 620	524	209,1
Circuitos alugados a clientes finais:				
Número de circuitos	mil	19,6	21,1	(7,2)
Capacidade (equivalente a 64 kbps)	mil	120,4	112,8	6,8
Digitais	%	92,4	90,9	1,5 p.p.
ISP e Portais	Unidades	1S03	1S02	Δ %
Acessos ADSL	mil	87,9	5,0	n.s.
Clientes activos Dial-up	mil	136,6	164,8	(17,1)
Portal Sapo [Junho]:				
Páginas vistas mensais	milhões	211,5	183,0	15,6
Visitantes únicos mensais	milhões	2,4	2,1	18,0

## TMN

	Unidades	1S03	1S02	Δ %
Total clientes activos em Portugal <sup>(1)</sup>	mil	8 629	8 120	6,3
Clientes móveis por 100 habitantes – Portugal	%	83,5	78,7	4,8 p.p.
Total de clientes TMN	mil	4 505	4 070	10,7
Terminais WAP	mil	985	584	68,7
Terminais GPRS	mil	256	7	n.s.
Novos clientes TMN	mil	79,3	164,6	(51,8)
Quota de mercado TMN <sup>(1)</sup> • Clientes totais	%	52,2	50,1	2,1 p.p.
Dados (em % das receitas)	%	8,3	6,8	1,5
ARPU (Average Revenue Per User)	euros	24,7	27,0	(8,7)
Facturado ao cliente	euros	17,8	18,5	(3,8)
Interligação	euros	6,9	8,5	(19,4)
MOU (Minutes Of Use)	minutos	120,0	129,5	(7,3)
ARPM (Average Revenue Per Minute)	euros/100	20,6	20,9	(1,5)
SAC (Subscriber Acquisition Costs)	euros	72,1	74,7	(3,5)
CCPU (Cash Cost Per User)	euros	12,4	14,0	(11,7)
ARPU menos CCPU	euros	12,3	13,0	(5,5)

(1) Fonte: ANACOM e TMN.

## PT MULTIMEDIA

TV por Subscrição [TV Cabo]	Unidades	1S03	1S02	Δ %
Total das casas passadas	mil	2 423	2 344	3,4
Com bidireccionalidade	mil	2 129	1 803	18,1
Clientes do serviço básico <sup>(1)(2)</sup>	mil	1 368	1 231	11,1
Cabo	mil	1 053	974	8,1
DTH	mil	315	257	22,6
Clientes Premium <sup>(2)</sup>	mil	986	820	20,2
Rácio Pay to Basic <sup>(3)</sup>	%	72,1	66,6	5,5 p.p.
Acessos Internet [Netcabo]	mil	180	95	89,5
ARPU total <sup>(4)</sup>	euros	23,4	21,0	11,4
Media e Audiovisuais	Unidades	1S03	1S02	Δ %
Bilhetes vendidos em Portugal	milhões	4,2	4,3	(3,0)
Total de circulação média diária <sup>(5)</sup>				
Jornal de Notícias	mil	105,2	102,1	3,0
Diário de Notícias	mil	50,4	54,6	(7,6)
24 Horas	mil	50,1	34,6	44,6

(1) Os números apresentados referem-se ao número total de clientes do serviço básico da TV Cabo. Saliente-se que a TV Cabo oferece vários pacotes básicos, com um número variável de canais.

(2) Os números apresentados incluem produtos em regime de promoção temporária [por exemplo, promoções do tipo "try and buy"].

(3) Clientes premium de cabo e satélite/clientes totais.

(4) Receita média mensal por cliente.

(5) Fonte: APTC até Março de 2003 e Lusomundo de Abril a Junho de 2003.

# Conselho de Administração

## Portugal Telecom

### Presidente

Ernâni Lopes

### COMISSÃO EXECUTIVA

#### Presidente

Miguel Horta e Costa

#### Administradores Executivos

Zeinal Bava

Carlos Vasconcellos Cruz

Iriarte Esteves

Paulo Fernandes

#### Administradores não Executivos

Joaquim Goes

Henrique Granadeiro

Carlos Oliveira Cruz

Jorge Tomé

Fernando Ulrich

Fernando Abril

António Viana Baptista

Israel Vainboim

Luís Silva

Patrick Monteiro de Barros

Jorge Bleck

Carlos Blanco de Moraes

João Mello Franco

Gerald McGowan

Peter Golob

Nuno Silvério Marques

Thomaz Paes de Vasconcellos

## CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

### Principais Empresas do Grupo

#### PT Comunicações

Presidente  
Miguel Horta e Costa

**COMISSÃO EXECUTIVA**  
Presidente  
Carlos Vasconcellos Cruz  
Administradores Executivos  
Álvaro Roquette  
José Pedro Pereira da Costa  
David Lopes  
Pedro Leitão

Administradores não Executivos  
João Ribeiro da Fonseca  
Álvaro dos Santos Amaro  
Rui Corte-Real de Albuquerque

#### PT Prime SGPS

Presidente  
Miguel Horta e Costa

Administradores não Executivos  
Carlos Vasconcellos Cruz  
Iriarte Esteves  
Álvaro Roquette  
José Pedro Pereira da Costa

#### PT Prime

Presidente  
Carlos Vasconcellos Cruz  
Vice-Presidente  
Álvaro Roquette

**COMISSÃO EXECUTIVA**  
Presidente  
Álvaro Roquette  
Administrador Executivo  
Carlos Duarte  
Administradores não Executivos  
Josete Berrones  
José Pedro Pereira da Costa  
Manuel Preto Garcia

#### PT Multimedia.com

Presidente  
Carlos Vasconcellos Cruz  
Administradores não Executivos  
Álvaro Roquette  
Pedro Leitão

#### PT Móveis

Presidente  
Miguel Horta e Costa

**COMISSÃO EXECUTIVA**  
Presidente  
Iriarte Esteves  
Administrador Executivo  
Pedro Brandão Rodrigues

Administrador não Executivo  
António Gomes de Azevedo

#### TMN

Presidente  
Miguel Horta e Costa

**COMISSÃO EXECUTIVA**  
Presidente  
Iriarte Esteves  
Administradores Executivos  
António Soares  
António Gomes de Azevedo  
Maria da Graça Galvão  
Pedro Brandão Rodrigues  
Luís Ribeiro  
Eduardo Correia de Matos

Administradores não Executivos  
Carlos Vasconcellos Cruz  
João Goulart de Bettencourt  
Manuel Frexes

#### Vivo

Presidente  
Félix Pablo Ivorra Cano

**DIRECTORIA**  
Presidente  
Francisco Padinha  
Directores Executivos  
Fernando Abella García  
Luís Avelar  
Guilherme Portela Santos  
Paulo César Teixeira  
Carlos de La Rosa  
Javier Rodrigues

Administradores não Executivos  
Zeinal Bava  
Iriarte Esteves  
Carlos Vasconcellos Cruz  
António Viana Baptista  
Ignacio Aller Mallo  
Carlos David Maroto Sobrado  
Harry Dirk Hilbert Moraal  
Theo Spijkerman  
Hendrik Justus Wirix  
Ursula Maria Daelman-Geerdink  
Robertus Gerardus Maria Verhoef

#### PT Multimedia

Presidente  
Miguel Horta e Costa  
Vice-Presidente  
Zeinal Bava

**COMISSÃO EXECUTIVA**  
Presidente  
Zeinal Bava  
Administradores Executivos  
Luís Pacheco de Melo  
José Graça Bau  
Duarte Vasconcelos Calheiros  
José Morais Briosa e Gala  
José Egreja

Administradores não Executivos  
Manuel Espírito Santo Silva  
Fernando Ulrich  
José Pedro Alenquer  
Joaquim Goes  
Joaquim Ferreira de Oliveira  
Henrique Granadeiro  
Luís João Bordallo da Silva  
Carlos Barbosa

#### TV Cabo Portugal

Presidente  
José Graça Bau  
Administradores Executivos  
José Egreja  
José Pedro Salas Pires  
António Caria  
Luís Leal Victor

Administradores não Executivos  
Luís Pacheco de Melo  
José Antunes João

#### Lusomundo\*

Administradores Executivos  
Luís Pacheco de Melo  
Henrique Granadeiro

Administradores não Executivos  
José Egreja  
José Antunes João  
Luís João Bordallo da Silva

#### PT Pro

Presidente  
Zeinal Bava  
Vice-Presidentes  
Miguel Moreira  
Fernando Marques

**COMISSÃO EXECUTIVA**  
Presidente  
Miguel Moreira  
Administradores Executivos  
Fernando Marques  
Nuno Cetra

Administradores não Executivos  
José Pedro Pereira da Costa  
Maria da Graça Galvão  
Luís Pacheco de Melo  
Francisco Nunes  
Manuel Rosa da Silva

#### PT Ventures

Presidente  
Miguel Horta e Costa  
Vice-Presidente  
Paulo Fernandes

**COMISSÃO EXECUTIVA**  
Presidente  
Nuno Caldeira da Silva  
Administradores Executivos  
Margarida Sá Costa  
Maria da Conceição Rodrigues Leal

Administradores não Executivos  
Luís Sousa de Macedo  
José Lamego  
Manuel Pinto Barbosa  
Miguel Chambel

\* Não se encontram neomeados na Lusomundo o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, bem como o Presidente da Comissão Executiva.

## INFORMAÇÃO AOS ACCIONISTAS

### Negociação das acções e ADS

As acções da PT estão cotadas na Euronext Lisboa (código: PTCO.IN) e na New York Stock Exchange, sob a forma de ADS – American Depositary Shares (código: PT). Um ADS é equivalente a uma acção ordinária.

Em 30 de Junho de 2003 o capital social da empresa encontrava-se representado por 1 254 285 000 acções com o valor nominal de 1 euro cada, estando cotadas em Bolsa 1 254 284 500 acções. Na mesma data, o número de ADS registados ascendia a 59 260 676.

### Informação bolsista

	1S03	1S02
<b>Em 30 de Junho:</b>		
Capital Social (mil euros)	1 254 285	1 254 285
Número de acções	1 254 285 000	1 254 285 000
Cotação (euros)	6,24	7,15
Capitalização bolsista (mil euros)	7 826 738	8 968 138
<b>Cotações/transacções</b>		
Cotação máxima (euros)	7,27	9,53
Cotação mínima (euros)	5,55	6,51
Transacções em volume (mil acções)	660 401	608 669
Transacções em valor (milhões de euros)	4 300	4 993
Quota de mercado	43%	38%
<b>Variação</b>		
PSI 20	0,3%	(13,1%)
PSI geral	2,4%	(9,5%)
DJ Stoxx telecoms europeias	7,1%	(42,9%)
Acção PT	(4,7%)	(18,3%)

### Informações

Os accionistas, investidores, analistas e demais interessados devem enviar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (Relatórios e Contas Anuais e Semestrais, Form 20-F, Press-releases, etc.) para o seguinte contacto ou endereço:

**Portugal Telecom**  
Relação com Investidores  
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40  
1069-300 Lisboa  
Tel. / Fax: +(351) 21 500 1701 / +(351) 21 355 6623  
E-mail: vitor.j.sequeira@telecom.pt

Os detentores de ADS podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADS da PT em Nova Iorque:

**The Bank Of New York**  
ADR Division  
101 Barclay Street, 22<sup>nd</sup> Floor  
New York, NY 10286, USA  
Tel. / Fax: 1 212 815 4693 / 1 212 815 3050

### Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: [www.telecom.pt](http://www.telecom.pt)

### Calendário Financeiro 2003

- 6 MAR** Divulgação dos Resultados do exercício de 2002
- 4 ABR** Assembleia Geral Anual de Accionistas
- 29 ABR** Divulgação dos Resultados do Primeiro Trimestre de 2003
- 24 JUN** Investor Day 2003 da PT
- 30 JUN** Filing do Form 20F com a SEC e NYSE
- 16 SET** Divulgação dos Resultados do Primeiro Semestre de 2003
- 30 OUT** Divulgação dos Resultados dos Primeiros Nove Meses de 2003
- 31 DEZ** Fim do exercício de 2003